

https://soscorpo.org/?page_id=2665



Cadernos

Ano III, N. 2 – dez. 2009

de **Crítica Feminista**



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

Coordenação Colegiada do SOS Corpo

Maria Betânia Ávila, Eleny Xavier, Taciana Gouveia
e Carmen Silva

Comissão Editorial

Carmen Silva, Maria Betânia Ávila, Paula de Andrade
e Verônica Ferreira

Revisão

Sidney Wanderley e Fabiano Gonçalves

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Carlos Pellegrino

Fotos

Acervos pessoais

Gloria Ferreira (p. 146, 148, 152, 158, 162, 169, 170, 174,
177, 178, 182, 186, 187, 190)

Suzana Maranhão (p. 150)

Vera Soares (p. 216, 227)

Acervo SOS Corpo

Ghustavo Távora (p. 35, 42, 45, 79, 106, 228, 236)

Paula de Andrade (p. 07, 33)

Solange Rocha (p. 200, 215)

Capa

Carlos Pellegrino

Trabalho sobre gravura de Maurício Nascimento
e fotos de Ghustavo Távora, Gloria Ferreira e Solange Rocha

Tiragem

2.000 exemplares

Impressão

Provisual

Apoio

EED, Oxfam-Novib e União Européia

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das idéias aqui expostas
por todos os meios conhecidos ou desconhecidos. Para cópia e difusão dos
materiais publicados, favor citar as fontes.

SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia

Rua Real da Torre, 593, Madalena, Recife PE, cep 50610-000

Tel.: + 55 81 3087 2086 Fax: + 55 81 3445 1905

e-mail sos@soscorpo.org.br

www.soscorpo.org.br

Sumário

- 04 Reflexões que emergem da ação política
Verônica Ferreira
- 06 Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/Unigênero?
Heleieth I. B. Saffioti
- 34 Violência sexual e as cicatrizes que ficam
Eleonora Menicucci de Oliveira
- 44 Vida cotidiana: um desafio teórico e político para o feminismo
Maria Betânia Ávila
- 80 Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais
Helena Hirata
- Pontos de vista** Participação política
- 108 Participação política das mulheres no século que começa
Virgínia Vargas
- 136 Movendo um paquiderme: o Congresso Nacional e a reforma política
Sônia Malheiros Miguel
- Memórias** Feminismo no exílio
- 150 O exílio e o feminismo: uma travessia
Suzana Maranhão
- 170 Como o feminismo entrou na minha vida e nunca mais saiu
Elisabeth Vargas
- 178 Memórias do exílio uma visão dos bastidores
Albertina Costa
- 182 Feminismo no Exílio - Feminismo na Ditadura
Danda Prado
- Entrevista** Jaya Sharma
- 192 Um encontro com o pensamento feminista *queer* indiano contemporâneo
Miriam Grossi e Carmen Rial
- Mulheres Inesquecíveis** Beth Lobo
- 216 A feminista, a intelectual, a militante
Vera Soares
- Inspirações**
- 228 Imbatíveis
Júnia Puglia
- Resenha**
- 230 Crimes passionais: a sombra tenebrosa do ciúme
Maria Luiza Heilborn
- 232 Sobre o SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia
- 234 Sobre as autoras

Reflexões que emergem da ação política

Verônica Ferreira

É próprio de toda práxis transformadora instaurar novas questões teóricas e políticas como resultado e desafio de sua permanente construção. Esta revista pretende ser um espaço para instigar e disseminar reflexões que emergem da ação política feminista ou que a alimentam, sinalizando novas rotas. Na busca de alcançar os desafios que nos colocamos desde seu primeiro número é que os *Cadernos de Crítica Feminista* vão sendo modelados a cada edição. Um desses desafios é o de constituir-se como um espaço aberto à diversidade das questões teórico-políticas que desafiam o pensamento feminista e à ação transformadora das mulheres como sujeitos políticos.

Fortalecer a dimensão internacionalista da práxis feminista se mantém como um desafio atual e premente no contexto de globalização hegemônica, que acirra a opressão das mulheres pelo mundo. Nesse sentido, compartilhar reflexões e experiências sobre a realidade das mulheres em distintos contextos, suas estratégias e ações organizativas, mostra-se imprescindível para a construção de alternativas. Alguns artigos



que compõem a primeira parte desta revista e a entrevista publicada neste número seguem nessa direção.

A seção *Memórias*, que tem como tema *O feminismo no Exílio*, foi levantada a partir do relato de feministas que integraram o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, nos anos 1960-70. Nos belos e viscerais textos que integram essa seção está inscrita a memória de quem viveu a dolorosa experiência do exílio durante a ditadura militar no Brasil e, como resultado de simultâneas travessias, a intensa descoberta do feminismo, tanto como uma ação coletiva libertária em ebulição, mas também como revolução cotidiana e interior de cada uma dessas mulheres.

Elizabeth Souza-Lobo é a homenageada na seção *Mulheres inesquecíveis*. Para além de uma homenagem, o artigo mantém viva a trajetória de uma militante e pensadora que marcou a história do movimento feminista e sindical no Brasil.

Três novas seções são inauguradas nesta edição. Na primeira, autoras abordam diferentes “pontos de vista” sobre uma importante questão política para o feminismo na atualidade, tratando do tema participação política. Iniciamos também a seção *Resenhas*, espaço para a divulgação de obras que contribuem para alimentar o debate feminista, e a seção *Inspirações*, com textos curtos e pessoais que instigam reflexões.

Desejamos que este número contribua para fortalecer a práxis feminista transformadora de mulheres que, individual e/ou coletivamente, fazem história no seu dia a dia ou se esforçam para realizar o encontro entre cotidiano e história para todas as mulheres.

Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/Unigênero?

Heleieth I. B. Saffioti

Desde quando iniciei meus estudos sobre mulheres, em 1962, e, posteriormente, sobre gênero e patriarcado, tinha muito claro em minha mente que lidava com uma totalidade orgânica - **a sociedade** -, sendo este objeto pleno de contradições, dentre as quais as principais são o sexismo, o racismo e as classes. Em assim sendo, não podia operar com a lógica formal, mas com uma lógica que me permitisse identificar, analisar, compreender e explicar as contradições presentes, sobretudo em seus cruzamentos. Sabia, por conseguinte, que deveria fugir das categorias positivistas e weberianas. Para mim, uma realidade assim concebida só podia ser deslindada pela dialética do materialismo histórico. Ocorre que se tratava de minha tese de livre-docência, a ser examinada por cinco professores altamente qualificados, dentre os quais havia aqueles que estavam muito longe de pensar como eu. Desta sorte, senti-me obrigada, sem ferir minhas convicções e sem resvalar pelo ecletismo, a contemplar Durkheim e Weber, o primeiro, adepto-fundador do funcionalismo, e o segundo, criador do método da compreensão



que, para não me estender sobre isto, agora, tentou articular uma mescla do positivismo com suas ideias epistemológicas, disto decorrendo, para usar suas próprias denominações, o método generalizador e o método individualizador, empregados num mesmo estudo, mas mantendo, cada um, sua autonomia.

Havia, ainda, um forte fator político-ideológico. Embora gestada e redigida antes, a tese foi defendida em maio de 1967, em pleno regime ditatorial, decorrente do golpe militar de abril de 1964. O Conselho Estadual de Educação desencadeou contra mim uma guerra psicológica, alterando a composição da banca examinadora e divulgando ideias que não correspondiam à verdade, ou seja, que a comissão examinadora e eu éramos comunistas. No meu caso específico, ainda se acrescentava que eu, de Marx, só conhecia o *Manifesto do Partido Comunista* (1963). Havia, pois, que mostrar conhecimentos sobre outros autores da linha positivista, Durkheim por excelência e, da Sociologia Compreensiva, o próprio Weber. Minha baixa idade, na época, levou-me a tomar as provocações deste contexto como desafios, não obstante minha, então, grande ignorância. Havia que mostrar meus conhecimentos da obra de Marx, mais amplos do que os presumidos, assim como insistir que havia lido não apenas um pequeno livro de Durkheim (1960), e, no caso de Weber, revelando que ultrapassara a leitura dos tipos de dominação em *Economia e Sociedade* (1964) e lido três dos quatro ensaios metodológicos publicados sob o título de *The Methodology of Social Sciences* (1949). Fui forçada a utilizar esta má tradução com apenas três dos quatro ensaios escritos pelo autor em pauta, porque a publicação completa saiu na França bem depois, chegando ao

Brasil anos depois de ter saído sua terceira edição (1965), com uma ampla e rigorosa introdução de Julien Freund. A tradução brasileira só foi publicada posteriormente, podendo ser mais amplamente usada por aqueles que não liam nem inglês nem francês. Felizmente, H. H. Gerth e C. Wright Mills traduziram, editaram e escreveram a introdução para a edição dos quatro ensaios, texto que serviu de base para a tradução em português por Waltensir Dutra, com revisão técnica de Fernando Henrique Cardoso.

Contradições

Esta pequena incursão pela história da tradução e publicação dos quatro ensaios metodológicos de Weber revela as dificuldades enfrentadas pela geração, hoje madura, de intelectuais interessados em captar o pensamento de Weber, escapando de uma leitura deste autor com categorias positivistas. Lamentavelmente, muitos caíram na interpretação parsoniana do autor em epígrafe, que usou categorias funcionalistas não apenas para ler Weber, mas também para ler Marx. A excessiva juventude de um grande, talvez o maior, sociólogo brasileiro – Florestan Fernandes – fê-lo cair neste equívoco (1959), propondo uma utilização dos três métodos, de acordo com os fenômenos escolhidos para estudo. Não consegui digerir tal propositura, uma vez que, de meu ângulo de visão, ou a realidade social é dialética ou não o é. Um único método poderia, portanto, dar conta de explicar esta totalidade orgânica. Meus conhecimentos de lógica não ultrapassavam, à época, o expresso logo acima. Em 1985, concebi o que denominei, não obstante parecer haver uma *contradictio in subjecto*, de **lógica contraditória**, como se poderá ver na revista Política e Administração (1985). Mais tarde, este mesmo artigo foi republicado, desta feita numa coletânea organizada por Nanci Valadares de Carvalho (1988), sob o título de Movimentos Sociais: Face Feminina. Vez por outra, sentia-me só no uso de minha lógica contraditória, mas, por outro lado, nunca tive tempo para me dedicar a um estudo aprofundado desta questão.

Muitos anos depois, há apenas cinco ou seis anos, deparei-me com uma publicação que fazia alusões a lógicas paraconsistentes. Dentre muitos adeptos de uma destas lógicas, destaca-se seu criador – Newton C.A. da Costa. Não consegui encontrar um livro redigido apenas por ele. Li, então,

alguns poucos artigos de seus colaboradores, na *Internet*. Se a lógica é paraconsistente, admite a contradição. Embora isto seja verdadeiro, confesso que fiquei intranquila quando li que uma lógica paraconsistente – há várias – corre ao lado das lógicas formais. O entusiasmo de me sentir junto com um autor proveniente de ciências exatas arrefeceu um pouco. Tinha a mente cheia de dúvidas e, por isso, continuava procurando em sebos o livro *Lógica Paraconsistente*, de Newton A. C. da Costa. Um ex-aluno meu, e hoje grande amigo, encontrou, num sebo virtual, *Lógica Paraconsistente Aplicada*, de da Costa e mais quatro de seus colaboradores. Por não ser versada em Matemática, muita coisa do livro me escapou. Não obstante, serviu-me para continuar trabalhando com minha lógica contraditória, sem me preocupar com explicações que eu talvez nem pudesse dar. Assim, se, de uma parte, não entendi o livro todo, de outra parte, a(s) lógica(s) paraconsistente(s) legitimava(m) minha lógica contraditória. Desta sorte, tornei-me segura na minha convicção de que meu instrumento de trabalho, ao lidar com uma sociedade contraditória, era aquele mesmo que concebi em 1985, sem nenhuma outra preocupação. Mesmo porque sempre, em qualquer de minhas publicações, refiro-me às contradições vividas pelos contingentes humanos em sociedade, desde que o ser humano descobriu como dominar-explorar outros seres humanos.

Lógica contraditória e a contraditoriedade da contradição

Nas sociedades atuais, exceto naquelas cujas culturas foram pouco afetadas pela dos (neo)colonizadores, há numerosas contradições. Dentre elas, cabe reiterar as três fundamentais, ou seja, a de gênero, a de raça/etnia e a de classes sociais. Como elas não correm paralelamente, mas se entrecruzam, surge uma supercontradição ou, para usar a linguagem de Mao Tse-tung (1967), uma contradição eivada de contrariedade. Como não se trata de variáveis quantitativas, não faz o menor sentido buscar os percentuais de cada uma das contradições fundamentais em seu cruzamento. Em outros termos, se uma mulher negra e situada na base da pirâmide social é preterida em benefício de um homem branco e bem posicionado socialmente para o preenchimento de um posto de trabalho, jamais se saberá qual das três contradições pesou mais na discriminação,

se a de gênero, a de raça/etnia ou a de classe social. Trata-se de qualidades e, como toda qualidade, não se sujeita à quantificação. A contradição atravessada por contraditoriedades é hiperbólica na contraditoriedade. Isto é o que venho chamando de nó tecido frouxamente pelas contradições fundamentais. Frouxo e não górdio, porque é possível, para fins analíticos, isolar uma ou duas contradições. Todavia, o estudo só estará completo com a reposição da(s) contradição(ões) no nó, isto é, na unidade maior e fundante da vida social tal como é vivida por cada um e por todos. O nó goza de extrema relevância, porque é, sobretudo ele, regido por uma lógica contraditória plena de contraditoriedade. Sua natureza não pode ser mais simples do que a contraditoriedade contraditória. Há uma potenciação da contradição quer no nó, quer na lógica que permite captá-lo. Será que este fato admite a paraconsistência que passa ao lado? Talvez o professor da Costa pudesse responder a esta pergunta. Eu prescindo dela, pois me basta a existência da contradição em seu seio.

Para ilustrar muito simplesmente esta questão, reafirmo o que escrevi em meu primeiro livro, isto é, trabalhando com o conceito de modo de produção, deslindei as mudanças na condição das mulheres em diferentes modos de produção. No seio do modo de produção capitalista, há uma forte tendência a expelir mulheres da estrutura ocupacional. Em livro com quase trinta anos de idade (1981), demonstrei a expulsão de mulheres dos postos de trabalho formais, ou seja, diretamente vinculados ao típico do capitalismo, quando se passava de atividades artesanais para atividades industriais, na indústria têxtil e de confecções.

(...) se uma mulher negra e situada na base da pirâmide social é preterida em benefício de um homem branco e bem posicionado socialmente para o preenchimento de um posto de trabalho, jamais se saberá qual das três contradições pesou mais na discriminação, se a de gênero, a de raça/etnia ou a de classe social.

Embora este não fosse o escopo de meu trabalho, ele demonstrava empiricamente o que eu já houvera afirmado em meu primeiro livro (1969), ou seja, que no modo de produção capitalista existia uma forte tendência à marginalização das mulheres da estrutura ocupacional, em benefício dos homens. Ao fim e ao cabo, as mulheres

situar-se-iam nas margens dos postos formais de trabalho, organizados em moldes capitalistas. Obviamente, havia muitas contradições; crescentemente, os homens iam se tornando incapazes de ganhar salários que satisfizessem a todas as necessidades de sua família. Em outros termos, já não davam conta da produção diária de sua vida e de sua reprodução. Os salários deixaram de alcançar a possibilidade de satisfação das demandas da criação de filhos que, no futuro, viriam substituir esta força de trabalho. Assim, as mulheres também precisavam trabalhar para garantir a reprodução das forças de trabalho presentes em sua família. Os homens, por meio de seus sindicatos, opunham-se à saída das mulheres de suas casas. A necessidade, entretanto, quebrou as resistências de muitos homens. O patriarcado se fazia presente, mesmo quando as resistências eram vencidas, encaminhando as mulheres para guetos ocupacionais. A indústria têxtil constituiu-se em paradigma. Em sua fase manufatureira, a presença de mulheres era de quase 100%. À medida que a máquina entrava nestas manufaturas, entravam também homens, de modo que estes chegaram a preponderar neste tipo de indústria. As mulheres que perdiam seus empregos deslocavam-se para atividades econômicas informais.

Já faz algumas décadas que os dados estatísticos passaram a revelar a preponderância de mulheres nas atividades informais. Hoje, com a crise, de início financeira, mas atualmente muito mais ampla, há uma enormidade de homens ou sem trabalho ou em atividades informais, tendo a taxa de desemprego, no país, atingido a proporção de 15,3%. Em alguns outros países, esta cifra supera as aqui verificadas. Nota-se, a olho nu, que muitas mulheres estão pondo em prática habilidades adquiridas em casa por meio da socialização para o casamento: bordados, *crochet*, *tricot*, ovos de páscoa e quitutes de várias qualidades, salgados e doces são feitos para venda no mercado informal ou sob encomenda. Ao mesmo tempo, um número crescente, mas não ainda expressivo, de mulheres são contratadas como gerentes de bancos. Elas são consideradas úteis por seus empregadores, dentre outras razões, porque sua voz, mais baixa e doce, é mais confiável na venda de produtos destas instituições financeiras. Durante décadas, acreditava-se – e a Sociologia foi veículo desta crença – que, em qualquer crise econômica, as mulheres eram as primeiras a

(...) o porto seguro do gênero sempre foi e é o sexo. Isto não impede a socialização de um macho como mulher e a de uma fêmea como homem.

sentir o sabor amargo do desemprego. Se os processos sociais fossem lineares, as coisas seriam muito mais fáceis. Nem sempre é assim. Depende muito dos setores econômicos atingidos pela

crise e do tipo de crise. A contradição está sempre presente. E eu sempre procurei demonstrar estas tendências.

Cristina Bruschini (darei a referência de apenas dois trabalhos desta pesquisadora, mas eles são muitos), trabalhando mais na linha quantitativa, mostrava o crescimento do número de mulheres na força de trabalho ocupada. Dando aulas ou somente conversando, as pessoas expunham um pensamento que enxergava incompatibilidade entre os trabalhos de Cristina e os meus, quando, na verdade, se trata de dois ângulos distintos de ver e analisar um fenômeno. Enquanto Cristina verbaliza que não gosta de teoria, lidando quase exclusivamente com dados e as hipóteses que eles permitem levantar, eu trabalho teoricamente com o conceito de modo de produção. Trata-se, assim, de trabalhos complementares, sem nenhuma hierarquia entre eles. Somente cotejados em sua superfície se tornam contraditórios. Há que se buscar subsídio na lógica contraditória hiperbólica, ou seja, na lógica contraditória plena de contraditoriedade. Como se viu, as contradições não cessam de aparecer. Isto tem repercussões em todos os processos sociais, assim como nas identidades das diferentes tribos.

Quantos gêneros?

Até há bem pouco tempo, podiam-se fazer conferências, ministrar aulas e escrever artigos e livros, trabalhando-se apenas com o feminino e o masculino. Atualmente, este tipo de abordagem não é satisfatório, não raro ocorrendo de os ouvintes reclamarem desta simplificação, que ignora as homossexualidades masculina e feminina, assim como a bissexualidade de homens e mulheres, como também transexuais e travestis. O espectro da variedade de gêneros, tão bem representado pelo arco-íris, exige consideração. Até há alguns anos, dizia-se que a homossexualidade era uma opção. As investigações na área das ciências biológicas, contudo,

impuseram o uso da expressão orientação sexual, sugerindo o que já ouvi de numerosos homossexuais: trata-se de uma tendência à qual não se pode resistir. Há os(as) que não tornam pública sua homossexualidade, vivendo “dentro do armário”, seja para evitar certos constrangimentos, seja por pressão familiar. A vida dentro do armário é terrível, expondo a pessoa a propostas de suborno, ameaças, chantagens e coisas que tais. A homossexualidade vivida publicamente não é menos difícil, pois o preconceito e as discriminações dele decorrentes tornam a vida da pessoa, por vezes, extremamente cruel e, quase sempre, muito difícil. Com tantas passeatas que já se fizeram nas grandes cidades brasileiras, a homossexualidade, parece, hoje, menos inaceitável, sobretudo a masculina, não obstante haver sido assassinado um homossexual na última passeata do orgulho gay, ocorrida há menos de um mês (junho de 2009). Há mais restrições com relação a lésbicas. E isto é reconhecido por todo o arco-íris. Tanto assim é que a ordem das letras na sigla que denomina este contingente humano prioriza mulheres homossexuais, tornando-as mais evidentes como reparação e, assim, começando por elas: LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis).

Quantos sexos?

Mas será que existem tantos sexos correspondendo a esses cinco gêneros? Primeiramente, é preciso entender a relação entre sexo e gênero. A literatura das(os) feministas do essencialismo social esqueceu-se do sexo, defendendo a construção social de qualquer gênero. Embora haja, de fato, esta construção, o porto seguro do gênero sempre foi e é o sexo. Isto não impede a socialização de um macho como mulher e a de uma fêmea como homem. O que obnubila a inteligência dos que negam o corpo certamente é o incontável número de mediações sociais entre sexo e gênero. Não se está, aqui, defendendo a dualidade sexo/gênero, pois já se provou o quão falaciosa e esquemática pode ser a razão dualista. É preciso pensar que o ser humano é uma unidade de corpo e psique ou corpo e alma. Caminha neste sentido a defesa da existência do corpo, ou seja, do sexo como fundamento do gênero. Freud (1981) afirmou que todos nascem bissexuais. Portanto, segundo este autor, isto é normal. Para

ele, o anormal apareceria caso a bissexualidade persistisse na vida adulta. A observação, contudo, não valida esta segunda parte da afirmativa de Freud. Muitas pessoas continuam bissexuais em todas as fases da vida e, nem por isto, deixam de ser normais. Podem enfrentar problemas afetivos com seus(suas) parceiros(as), mas isto é um outro departamento, no qual não se entrará.

A presença de transexuais, que fazem questão de mudar cirurgicamente de sexo, mostra como o sexo é importante. O exemplo mais forte que há no Brasil é o de Roberta Close. A pessoa nasce com um sexo, mas sua identidade sexual pertence ao outro sexo. O conflito é inevitável. A maioria não tem posses para pagar uma cirurgia de conversão de sexo e deve aprender a conviver com o conflito. Não importa que a compatibilidade entre gênero e sexo seja alcançada depois da formatação social do indivíduo para ser homem ou mulher. Esta intelegibilidade cultural do gênero admite mais facilmente a coincidência entre sexo e gênero. Se a biologia não trouxe esta compatibilidade, os meios cirúrgicos remediariam este problema. Ocorre que os médicos constroem, sem dificuldades, neovaginas, enquanto o mesmo não se passa com o pênis. Este impasse encontra solução precária no implante de próteses permanentemente erectas. Tomam-se hormônios femininos para se adquirir alguns traços de mulher. Bem próximo do transexual está o travesti, mas num nível caricatural, que abusa do silicone no rosto, nas mamas e na musculatura glútea, transformando-se numa caricatura de mulher. Às vezes, o abuso é tamanho que o corpo, incluindo o rosto, ficam desfigurados, fantasmagóricos. Não obstante, eles/elas possuem clientela. Homens casados e com filhos há, que freqüentam travestis.

Esta pequena argumentação-descrição induz à pergunta feita acima: há cinco sexos? Ou há somente dois: o feminino e o masculino? Tudo leva a crer que não se labora no reducionismo ao reconhecer esta redução. Pode-se perfeitamente admitir e constatar esta diversidade sexual do ser humano reconhecendo a existência, no fundo, de apenas dois sexos para cinco gêneros. Obviamente, não é qualquer pessoa que tem recursos intelectuais e emocionais para a aceitabilidade destas diferentes modalidades

do exercício da sexualidade, sobretudo quando o sexo não acompanha a identificação com outro gênero. Esta diversidade ainda não integra o inconsciente coletivo a ponto de

constituir fato normal. Mas isto será uma questão de tempo e de divulgação dos achados científicos. O que urge construir é uma bioética capaz de transformar o ordenamento jurídico da nação, de modo a contemplar a riqueza performática da sexualidade. Em pauta, atualmente, há o caso de duas lésbicas que recorreram à reprodução assistida. Uma forneceu o óvulo para fecundação *in vitro*, usando um banco de sêmen; a outra contribuiu com seu útero para receber o ovo e gestá-lo. Ambas reivindicam o registro, com duas mães, do casal de gêmeos que tiveram. Embora pareça óbvia a legitimidade deste registro, o país não possui esta figura jurídica para satisfazer à aspiração das duas mães. Há, pois, que trabalhar multidisciplinarmente um código bioético para resolver tais impasses. Ontem à noite (08/07/2009), o Jornal Nacional anunciou um grande feito científico. Partindo de células-tronco, produziram-se espermatozóides, em laboratório. Ainda não se testou sua capacidade de fecundar óvulos. Em caso positivo, crianças nascidas deste processo não terão pais. Isto acelera a necessidade de reformas do ordenamento jurídico das nações, de modo a regulamentar o registro de tais nascituros e seu futuro. Mais do que isto, trará uma profunda transformação na estrutura familiar. A cada descoberta na área, torna-se mais urgente a tomada de decisões, seja no sentido de proibir nascimentos de espermatozóides de laboratório, seja para colocar limites a tal processo.

Pode-se perfeitamente admitir e constatar esta diversidade sexual do ser humano reconhecendo a existência, no fundo, de apenas dois sexos para cinco gêneros.

Esses fatos mostram que não se pode esquecer que esta realidade está em permanente mudança e que, a cada uma delas, corresponde uma multiplicidade de contradições. A intervenção humana no meio ambiente não faz nenhum esforço para antecipar possíveis efeitos deletérios aos seres humanos. Um exemplo aparentemente sem importância pode revelar isto. Alguém pensou em enriquecer trazendo caracóis gigantes da África, que seriam vendidos como *escargot*, iguaria muito apreciada na França e comercializada a altos preços. Felizmente, o paladar brasileiro

Nos últimos anos, vegetais, animais e seres humanos têm sofrido as consequências de sua exposição a mais de cem mil substâncias químicas.

– ou em virtude do aspecto do molusco ou por não estar habituado a comer moluscos vivos – rejeitou a tão bem reputada iguaria, mesmo porque seria uma fraude, pois o verdadeiro *escargot*

é bastante pequeno. A terrível consequência foi a proliferação desmedida deste animal gigantesco, quando comparado ao *escargot*, que traria muito dinheiro a seu explorador. Retirado de seu *habitat* africano, onde tem predadores, aumenta sem controle, no Brasil. Na cidade de Ribeirão Preto, este animal já se tornou um flagelo. Deveria ter sido importado junto com seus predadores, pois, sem estes, a reprodução é incontrolável.

Conversores de sexo

Outra intervenção humana no meio ambiente está trazendo uma terrível consequência. Para aumentar a produtividade da terra, esta sofre intervenções químicas, absorvidas por animais vertebrados, inclusive os seres humanos. Seria mais correto chamar tais intervenções de decisões masculinas, uma vez que os homens tomam as grandes decisões. As mulheres, geralmente, fazem agricultura de sobrevivência, sem o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos também químicos, produzindo produtos orgânicos. Naqueles produtos há hormônios femininos. Eis, pois, outra contradição. Homens e mulheres alimentam-se destes produtos. O excesso de hormônios femininos pode causar câncer em mulheres. Em homens, provoca a emasculação, a feminização. Uma das principais fontes deste problema parece ser a enorme quantidade de estrógeno contida na urina de mulheres usuárias de contraceptivos orais. Há cerca de dois anos, Gwinne Lyons elaborou um relatório sobre o assunto, no qual afirmou:

“Uma ação urgente é necessária para controlar as substâncias químicas **conversoras de gênero** (grifo de HS), e mais pesquisas são necessárias para o monitoramento da vida selvagem. Substâncias químicas produzidas pelo homem estão claramente danificando o kit de ferramentas básico do sexo masculino. Se as populações de animais

selvagens desaparecerem, será muito tarde. A menos que um número suficiente de machos contribua para a próxima geração, há uma ameaça real para as populações animais no longo prazo.”

Esta autora é diretora do Chem Trust, organização beneficente britânica que tornou público o relatório baseado em pesquisas de número superior a 250, realizadas ao redor do mundo. Nos últimos anos, vegetais, animais e seres humanos têm sofrido as consequências de sua exposição a mais de cem mil substâncias químicas. A Comissão Europeia revelou que 99% delas não são adequadamente reguladas, e 85% delas nem sequer informam apropriadamente sua segurança. Muitos de tais produtos classificam-se como “perturbadores endócrinos” ou **conversores de gênero** (grifo de HS), uma vez que interferem no equilíbrio hormonal dos animais. As bifenilas policloradas (PCBs), proibidas em muitos países desde a década de 1970, mas ainda disseminadas no ambiente, pesticidas, embalagens de produtos para bebês, assim como talcos destinados a estes seres sem proteção alguma são altamente perturbadores de seu equilíbrio hormonal. Segundo Gwinne Lyons,

“A feminização dos machos de numerosas espécies vertebradas agora é uma ocorrência disseminada. Todos os vertebrados têm receptores de hormônios sexuais similares, que foram conservados na evolução. Assim, observações em uma espécie podem servir para destacar casos de poluição que dizem respeito a outros vertebrados, inclusive os humanos”.

Os peixes são especialmente afetados. Por viverem na água, absorvem a poluição não apenas via alimentar, como também pelas guelras e pela pele. Portanto, já se verificam mudanças preocupantes: estudo feito em rios em partes baixas da Inglaterra encontrou peixes machos que já desenvolvem ovas em seus testículos. Consequências feminizantes foram também constatadas em peixes de água doce no Japão e no Benin. Em águas oceânicas, tais fenômenos foram encontrados no Mar do Norte, no

Mediterrâneo, no Estreito de Puget (costa noroeste dos Estados Unidos) e na Baía de Osaka, no Japão. O estrogênio provém, de forma maciça, da urina de usuárias de contraceptivos orais, uma vez que ele persiste sem mudanças, impregnando os esgotos. Estes, lamentavelmente, não são tratados no sentido de eliminar o estrogênio. O relatório da Chem Trust mostra que em três quartos das estações de tratamento de água na Grã-Bretanha é dada livre passagem a substâncias químicas emasculadoras fabricadas pelo homem. Realizado na Universidade da Flórida, em 2008, um estudo revelou que 40% dos sapos-cururus machos se transformaram em hermafroditas em uma região deste estado norte-americano. Cientistas canadenses constataram o mesmo fenômeno – mudanças sexuais – em rãs-leopardo, responsabilizando, por isso, pesticidas. Todos os dias, grandes quantidades de hormônios são lançadas nas águas do planeta, feminizando muitas espécies de animais, muitas das quais constituem alimentos, às vezes cotidianos, para os seres humanos. Os **conversores de gênero** atuam muito diretamente nos peixes, fazendo com que os machos produzam ovos nos testículos e as fêmeas produzam ovos fora do período de reprodução. Na depuração da água são utilizados filtros e bactérias, mas o estrógeno é resistente a eles. Para agravar a situação, um peixe pode transferir hormônios femininos a uma galinha, animal frequentemente integrante do cardápio dos humanos. Na Bélgica, em 1997, foi realizado um estudo cuja conclusão foi a de que 1,3 kg de estrógeno natural, via excreção humana individual, era produzido, o que perfaz, naquele pequeno país, quase três toneladas ao dia, quando somado ao estrogênio excretado por bovinos, suínos e aves (7,7 kg). Oligospermia tem sido verificada em animais machos e homens, como também pênis menores, testículos anormais e falhas reprodutivas.

Na região dos Grandes Lagos, entre Estados Unidos e Canadá, cerca de 400 diferentes substâncias químicas já estão comprometendo a vida selvagem. Tartarugas-mordedoras machos apresentam características femininas. Dentre as aves, gaivotas-prateadas e falcões-peregrinos produzem uma proteína feminina, responsável pela formação da gema do ovo. No Ártico, ursos-polares apresentam, não apenas como decorrência do aquecimento global, mas também graças a **conversores de gênero**,

pênis e vagina, fato típico do hermafroditismo. No Alaska, 65% dos veados-mulas apresentam chifres deformados e seus testículos estão no interior do abdômen. No Rio São Lourenço, no Canadá, baleias belugas, tartarugas, focas e golfinhos, em decorrência de sua exposição às PCBs, estão se reproduzindo muito pouco. Os exemplos são numerosos, preenchendo várias páginas.

O que foi aqui exposto é, contudo, suficiente para denunciar a gravidade da situação e mostrar a urgência de uma intervenção positiva. As ocorrências selvagens são suficientes como alerta. Entretanto, já se faz tarde para uma intervenção visando mudar estas circunstâncias, uma vez que mulheres muito expostas a ftalatos têm dado à luz meninos com pequenos pênis e testículos internos ao abdômen. O aquecimento global induz à fecundação de óvulos que redundam em meninas. Assim, estão nascendo muito mais meninas que meninos, quando, antes destas interferências, nasciam mais meninos que meninas. A observação de cientistas australianos (2007) revelou que o lagarto-barbado, em temperaturas médias variando entre 22 e 32 graus Celsius, se reproduzia em proporções em torno de 50% de fêmeas e 50% de machos. Tais números, entretanto, sofreram profundas alterações em temperaturas acima de 34 graus Celsius, demonstrando uma distorção progressiva em benefício das fêmeas, chegando a um número assustador de nascimentos: em uma única ninhada, nasceram 33 fêmeas e tão somente 2 machos. Sem nenhuma dúvida, a progressão do aquecimento global provocará a extinção desta espécie, não se sabendo, ainda, que repercussões isto trará para o equilíbrio do meio ambiente. Todavia, presume-se que serão deletérias à vida selvagem, com suas repercussões sobre a vida humana. Retomando a questão da oligospermia, esta vem se elevando de forma assustadora. Estudos em mais de vinte países revelaram a queda do número de espermatozoides: de 150 milhões por ml reduziram-se para 60 milhões nos últimos 50 anos. Só para ilustrar, uma comparação: os *hamsters* produzem 160 milhões. É de conhecimento público que a oligospermia dificulta a fecundação do óvulo, trazendo, por conseguinte, consequências para a sobrevivência das populações humanas.

Conversores de gênero

Esta seria a completa desconstrução do homem. Disto decorreria a desconstrução da ordem logos-falo, do patriarcado? O patriarca se auto-desconstruindo? **Nenhum feminismo deseja uma sociedade sem homens, mas sim uma sociedade sem patriarcas.** Os grandes mandatários políticos não se aperceberam desta autodesconstrução. Seria preciso que as mulheres passassem a ocupar posições de poder, a fim de promover a desconstrução da ordem logos-falo e, então, reconstruir o homem?

Caberia discutir a expressão utilizada pela pesquisadora Lyons – fatores **conversores de gênero**. Todos os seus exemplos, contudo, inscrevem-se no corpo, no sexo. Rigorosamente, o que interessa são conversores de gênero e não de sexo. Se muitas mulheres detivessem capacidade decisória para tanto, laborariam certamente na desconstrução do patriarcado, fenômeno histórico-social e não biológico. Não se tem interesse em conversores de sexo, mas em conversores de gênero, pois estes se referem a transformações de condutas *vis-à-vis* categoria social mulheres. A dominação-exploração de mulheres constitui um fator impeditivo, ou pelo menos dificultador, do encontro amoroso, levando, ao contrário, ao desencontro amoroso. A este respeito, não obstante oferecer certa leitura ambivalente, vale a pena transcrever um excerto de Françoise Collin:

“Eu não coloco aqui em questão uma concepção da diferença de sexos que recusa sua dualização em essências ou em identidades talhadas e distintas. Ao contrário, eu seguiria de boa vontade Derrida, por exemplo, na sua denúncia de toda a metafísica dos sexos, de toda definição essencialista, monista ou dualista dos sexos. É verdade que toda diferença de sexos é da ordem do irrepresentável no sentido de que é impossível definir o que é um homem e o que é uma mulher, o que equivaleria a normatizar a existência de homens e mulheres. Porém, o que me parece ingênuo ou insuficiente neste tipo de abordagem é que ela evita o fato de que foi a dominação

de um sexo sobre o outro que produziu este dualismo, o qual está inscrito no funcionamento social e cultural, e que não se pode querer apagá-lo, criticando-o somente a nível de categorias” (Collin, 1993, p. 58).

Nesta linha de raciocínio, não se resvala pelo essencialismo social. Que diria Collin diante das transformações de ordem sexual produzidas pela poluição de toda ordem? Que resultado esperar? Uma sociedade só de mulheres autofecundáveis e, neste caso, o resultado da reprodução humana seria sempre feminino, ou o nascimento de seres humanos sem pais ou, ainda, a extinção direta da espécie humana? A ambiguidade quase desaparece no mar de inventos humanos com efeitos no corpo? Talvez. Homens e mulheres são da ordem do irrepresentável na instância da essência, mas não no da existência. E quando se fala em social e cultural o enunciador situa-se na instância da história, portanto, da existência. Talvez seja cedo demais esperar por respostas, mas é prudente a formulação de perguntas, porquanto estas podem apontar caminhos para se chegar a respostas aceitáveis. Todavia, convém lembrar que nada garante resposta alguma, permanecendo-se na instância da existência e muito menos na da essência. Antecipar uma resposta pode conduzir a humanidade a pôr um ponto final na intervenção conhecida no meio ambiente e permitir que a evolução continue seu curso se os agentes feminizadores forem capazes de se degradar rapidamente. Entretanto, não parece ser este o caso.

O dualismo existencial

Para efeito de análise, toma-se, presentemente, o crescimento do leque de atividades das mulheres. Ainda que a ritmo lento, este leque se amplia permanentemente. No limite, não há mais atividade restrita apenas aos homens, embora se continue na ordem patriarcal de gênero. Não se pode, contudo, esquecer que a dominação-exploração da categoria social mulheres pela categoria social homens continua vigente. E foi esta exploração-dominação, para endossar Collin, que, por sua vez, se apoiou em Derrida (1992), que instituiu a dualidade do EU – homem – e do OUTRO – a mulher. Na instância ontológica, contudo, não há possibilidade de se fazer

Mais uma vez, fica patente a necessidade de se trabalhar para obter conversores de gênero e não conversores de sexo.

tal assertiva. Somente na existência sociocultural e política pode-se observar a constituição do UNIVERSAL EU e do SECUNDÁRIO OUTRO, no caso, OUTRA. Aqui, pode-se evocar Arán (2003),

quando lembra que o homem, se incrementado por qualidades femininas, por exemplo, por sensibilidade, é considerado num estágio superior, mais completo, enquanto a mulher apresentando qualidades masculinas é chamada de fálica. Num outro nível, mas nem por isso menos importante, um homem público é considerado de grande projeção, enquanto uma mulher pública não passa de prostituta. Ou um homem vagabundo é um homem desocupado, ocioso; e uma mulher vagabunda não passa, mais uma vez, de puta. Com Collin e Arán (2003, p. 416), embora alguns e algumas pensem de forma feminina e de forma masculina respectivamente, busca-se a desconstrução ontológica dos sexos na ordem patriarcal do gênero, ou seja, na estrutura sociocultural e política dualista, na qual a **categoria social mulheres** depende de autorização da **categoria social homens** para ter suas transgressões aceitas, institucionalizadas, ou seja, para conquistar sua autonomia (Johnson, 1997).

Na diversidade sexual demonstrada, tudo indica a repetição da dualidade homem = EU – mulher = OUTRA. E é nesta instância que se deve trabalhar, a fim de desconstruir o sistema dual. Patriarcas, de um lado, e obedientes, de outro, não podem ser encontrados senão na interação entre duas pessoas. Consequentemente, é nesta ordem falo-logo-cêntrica que se deve travar a batalha da desconstrução da ordem patriarcal de gênero. Mais uma vez, fica patente a necessidade de se trabalhar para obter **conversores de gênero** e não **conversores de sexo**. Estes causam profunda inquietação e preocupação na medida em que as transformações se passam no corpo e não na conduta. É no cenário performático que a justiça social exige o fim do patriarcado, da ordem patriarcal de gênero. Não há, no relatório de Lyons, nenhuma menção a conversores de gênero. Esta expressão é usada erroneamente, pois todas as ilustrações dizem respeito ao sexo biológico. Ainda que o ser humano seja uma totalidade una, para fins de análise é importante mostrar exatamente onde

atuam os conversores de sexo e onde atuam os conversores de gênero. Aqui, cabe lembrar Bourdieu (1998) e a por ele reiterada dificuldade de se mudarem os *habitus*. Contudo, a educação formal e a informal têm o poder de transformar os *habitus*. Estas duas formas de educação podem transformar *habitus* arraigados em práxis cotidiana. O sucesso dependerá da coincidência entre a prédica e a práxis dos educadores, assim como da idade do educando. Eis por que a educação livre da ordem patriarcal de gênero poderá restabelecer a ordem democrática de gênero, isto é, gerar uma ordem social com gêneros não hierarquizados.

Ordem patriarcal de gênero ou patriarcado

Como a teoria é muito importante para que se possam operar transformações profundas na sociedade, constitui tarefa urgente das teóricas feministas a indagação: **a quem serve a teoria do gênero utilizada em substituição à do patriarcado?** A urgência desta resposta pode ser aquilatada pela premência de situar as mulheres em igualdade de condições com os homens. O concurso dos homens é fundamental, uma vez que se trata de mudar a relação entre homens e mulheres. Todavia, é a categoria dominada-explorada que conhece minuciosamente a engrenagem patriarcal, no que ela tem de mais perverso. Tem, pois, obrigação de liderar o processo de mudança. Recusando-se, no entanto, a enxergar o patriarcado ou recusando-se a admiti-lo, a maioria das teóricas feministas dá alguns passos para trás.

Ainda que as teóricas feministas também desejem construir uma sociedade igualitária do ângulo do gênero (será possível restringir as transformações apenas a este domínio?), o resultado da interação de todos os agentes sociais (negros, pobres) será necessariamente diverso de suas intenções, lembrando Lukács. É necessário precaver-se no sentido de impedir que a resultante da ação coletiva fique aquém, ou muito aquém, do fim posto. E a teoria desempenha papel fundamental neste processo.

Não se pode esquecer que há mais de uma matriz de inteligibilidade cultural do gênero (Butler, 1990). A dominante não consulta os interesses da maioria democrática. Dentre as

(...) a quem serve a teoria do gênero utilizada em substituição à do patriarcado?

(...) pensar os sexos como anônimos e a sexualidade como uma potencialidade originária difusa, pousando ora num, ora noutro objeto de desejo, sem a fixidez a que obriga o dualismo.

matrizes subversivas, competindo com a dominante, há aquela dos gêneros igualitários. Isto já ocorreu na história da humanidade, como demonstrou Lerner (1986). Nas sociedades de caça e coleta, as mulheres gozavam de relativa

igualdade com os homens. A demonstração da construção do patriarcado permite pensar e agir no sentido de sua desconstrução.

“Assim, ainda com Collin, todo o problema se resume em poder realizar ao mesmo tempo a desconstrução ontológica dos sexos, porém admitindo ainda uma forma de dualização da organização cultural política e social” (Arán, 2003, p. 416).

Por isso, cabe pensar os sexos como anônimos e a sexualidade como uma potencialidade originária difusa, pousando ora num, ora noutro objeto de desejo, sem a fixidez a que obriga o dualismo. A multiplicidade de afetos, num registro não patriarcal, num registro não fálico, pode sim se traduzir em desejos móveis, não fixos. Como, entretanto, a neutralidade dos sexos se traduz na ordem dualista, já que a sexualidade só se atualiza na relação com o outro? Fazem-se necessárias novas condições socio-culturais e políticas que permitam a atualização do feminino singular, sujeito por excelência da desconstrução da ordem falo-logo-cêntrica. Tal luta, obviamente, tem lugar na ordem patriarcal de gênero, por meio da adoção de uma matriz alternativa de inteligibilidade cultural do gênero. O conceito de sujeito múltiplo (Lauretis, 1987) permite abrir caminho para esta realização.

Há que se considerar também a possibilidade de homens aderirem à crítica da razão fálica, colocando-se ao lado da mulher escolhida também como desconstrutora da ordem falo-logo-cêntrica. E aqui cabe lembrar o casal Bem (1983), que investiu na tentativa de educar seus filhos livres da concepção dualista dos gêneros, numa sociedade permeada por esta dualização. Evidentemente, não obstante todo o investimento realizado, o fracasso foi o desfecho final. Para ilustrar este fenômeno, conta-se um caso brasileiro. Um ex-aluno meu, já farto de encontrar o banheiro de sua

casa todo sujo de urina pelo mau hábito de seu pai de fazer xixi em pé, tomou uma atitude louvável com relação a seus filhos. Como a pontaria de seu pai estava longe de ser certa, não apenas o vaso sanitário ficava sujo, como também o piso de tal cômodo. Meu ex-aluno resolveu, então, quando constituiu família, assumir a posição feminina, sentando no vaso sanitário para urinar. O banheiro, é óbvio, continuava limpo, inteiramente limpo após a descarga. Nasceram-lhe dois meninos, e a experiência do pai levou-o a ensinar seus filhos a fazer xixi sentados no vaso. Os meninos se habituaram, e não havia banheiro sujo e cheirando a amônia em sua casa. Tudo corria muito bem até o momento em que os garotos entraram na escola. Nesta instituição, passaram a ser objeto de chacota, sendo chamados de mulherzinhas pelos colegas. Obviamente, a descontinuidade da educação familiar correta e a educação sexista reinante na escola conduziu os garotos a adotar a forma urinar em pé. Isto mostra como é difícil, se não impossível, educar contrariando os ensinamentos deturpados da escola, pois os meninos não mais faziam xixi sentados. É possível, então, ensinar da perspectiva feminina de educação, livre dos gêneros hierarquizados, livre da hierarquia de gênero (é claro que havia sempre uma mulher para limpar o banheiro)? Os exemplos mostram o quanto difícil é esta empreitada. Impossível seria uma característica muito drástica para ser definitiva. Por esta razão, é melhor ficar com o muito difícil, à espera de que, algum dia, esta dificuldade seja reduzida, tornando possível escolher uma matriz de gênero contrária à dominante e mais saudável. Isto nos conduz à proposição de Whitbeck (1983). Como já escrevi em 1991, ressaltando características de meu esforço metodológico para a produção de conhecimentos que possam constituir uma alternativa para a ciência falo-logo-cêntrica:

- 1) Manter uma preocupação permanente de desvelar a ubiquidade do gênero;
- 2) Que seja um desafio constante à objetividade concebida como separada da subjetividade e a negação do caráter não científico da experiência, lendo Mohanty, em sua crítica ao conceito de experiência de Scott;

- 3) Manutenção de uma profunda preocupação com a ética profissional;
- 4) Partir de uma premissa básica de que todo conhecimento é socialmente construído;
- 5) Ter presente no espírito uma crença-constatação de que a ideologia dominante é a ideologia da classe/raça-etnia/categoria de gênero dominante;
- 6) Manter uma convicção de que a perspectiva feminina é distinta da masculina, na medida em que mulheres e homens ocupam posições diferenciadas na sociedade, da mesma maneira como há ópticas de classe e de grupos étnico-raciais;
- 7) Ter presente uma veemente negação das ontologias dualistas subjacentes a praticamente todo o pensamento ocidental e não apenas à ciência.

De uma forma ou de outra, com maior ou menor detalhe, esses pontos mereceram, aqui, alguma atenção. Caberia, agora, pormenorizar, pelo menos um pouco, o sétimo ponto, já que apenas se tangenciou esta problemática. A razão cartesiana opera por/com oposições tais como teoria-prática, humano-divino, político-pessoal, público-privado, homem-mulher, eu-outro etc. A concepção do ser social como permeado pela **oposição** congela as partes envolvidas, impedindo-as de se relacionarem. Por conseguinte, o movimento do ser social não é capturado na representação que dele faz o sujeito cognoscente, o qual, por sua vez, constitui também objeto do conhecimento. Ilustrando, quando se abole a oposição objetividade-subjetividade, isto é, quando se entende que o subjetivo se objetiva e que o objetivo se subjetiva, nem sequer importa perguntar se o sujeito conhecedor se distingue do sujeito conhecido. Desaparece, portanto, a dualidade entre sujeito e objeto¹. Ora, esta dualidade não

¹ “O principal defeito de todo materialismo passado – aí incluído o de Feuerbach – é que o objeto, a realidade, o mundo sensível nele não são apreendidos senão como forma de objeto ou de intuição, mas não enquanto *atividade humana concreta*, enquanto *prática*, de maneira subjetiva. É isto que explica por que o lado *ativo* foi desenvolvido pelo idealismo,

é senão a dualidade eu-outro, cuja relação se perde no tipo cartesiano de raciocínio. Para capturar o movi-

(...) *cada agente social não é senão a história de suas relações com o mundo que o cerca (...)*

mento relacional faz-se necessário realizar uma rotação de 180 graus no pensamento. Far-se-á, em seguida, uma tentativa neste sentido. Algumas feministas vêm trabalhando com uma nova ontologia centrada na *relação* eu-outro(s), substituindo as oposições binárias pela concepção de um ser social integrado por múltiplos fatores, diferentes e similares (em outros termos, a individuação é inerente ao processo de construção das identidades: de gênero, de raça/etnia e de classe social), em permanente interação. Pouquíssimas, todavia, sistematizaram suas inovações escrevendo diretamente sobre esta nova ontologia, que se poderia chamar de feminista (Whitbeck, 1983; Stanley, 1990).

Se a relação eu-outro(s) passa a ser central na concepção do ser social, cada agente social não é senão a história de suas relações com o mundo que o cerca, com tudo que este mundo contém: outros significativos, outros comuns, produtos da atividade econômica, da eticidade político-ideológica, da atividade religiosa, da atividade intelectual etc. Nos processos sociais levados a cabo pelos atores humanos utilizam-se produtos legados pelas gerações passadas, como também fabricam-se novos produtos. Tais produtos vão desde conhecimentos científicos, passando por ideologias de gênero, de raça/etnia e de classe, medicina popular, tratores e quaisquer outros tipos de máquinas, até armas de grande poder destrutivo. Tudo isto, que está permanentemente *in flux*, constitui o tecido social. A natureza do ser social é, pois, *relacional*. Já que não se compreende

em oposição ao materialismo,- mas somente abstratamente, pois o idealismo não conhece a atividade real, concreta, como tal. Feuerbach quer objetos concretos, realmente distintos dos objetos do pensamento; mas ele não considera a própria atividade humana enquanto atividade *objetiva*.” Marx, Karl, THÈSES SUR FEUERBACH, Nº 1. In: Marx, Karl, & Engels, Frederick. ÉTUDES PHILOSOPHIQUES, Éditions Sociales, Paris, 1951, p. 61. Na segunda tese, pode-se ler : « A questão de saber se o pensamento humano pode alcançar uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas uma questão prática. É na prática que é preciso que o homem prove a verdade, isto é, a realidade, e o poder, do lado de seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento, isolada da prática, é puramente escolástica.”

um outro como oposto ao eu, a natureza deste não define a natureza do outro pela oposição a ele. Os outros podem ser semelhantes ao eu, como podem ser diferentes dele, a similaridade e a dissemelhança coexistindo em todas as dimensões da vida social. A relação entre um homem e uma mulher, marcada pelas desigualdades de gênero, pode apresentar similitudes nos domínios da raça/etnia e da classe social, para se tornarem apenas as dimensões fundamentais. Não se trata, obviamente, de negar as polaridades construídas e, portanto, historicamente situadas. A oposição entre público e privado data do advento do capitalismo.

Por isso, o eu pode estabelecer relações com um outro análogo ou com um outro diferente. Gênero, raça/etnia e classe social desempenham importante papel nas sociedades ocidentais atuais, quer se focalizem as similitudes intracategorias de gênero, de raça/etnia e de classe social, quer se enfoquem as dissemelhanças intercategorias de gênero, de raça/etnia e de classe social. O que importa na instância ontológica é a relação, seja entre iguais, seja entre desiguais. Neste contexto conceitual, os polos das dualidades cartesianas perdem sentido, uma vez que o conteúdo de cada um não é definido em termos da oposição ao seu par. Se a ontologia feminista elege como central a *relação* eu-outro(s), seria contraditório, se não disparatado, absolutizar o eu e o outro como diferentes entre si. A diferença tem seu lugar assegurado, da mesma forma como a similitude o tem. Isto equivale a dizer que não é preciso assegurar lugar ontológico específico seja para a semelhança, seja para a dissemelhança. Ambas convivem, no ser social, em igualdade de condições, sem nenhum privilégio para a similitude ou para a diferença. Os seres humanos relacionam-se entre si simétrica ou assimetricamente, sendo a presença das duas dimensões absolutamente imprescindível para a caracterização do ser social.

Se a *relação* entre o eu e o(s) outro(s) constitui o fulcro da ontologia feminista, a pessoa, o ator social não deixa de ter nela um lugar muito especial. Uma pessoa só pode ser qualificada como tal quando e porque estabelece relações com outros. Neste sentido, a pessoa só pode ser portadora e produtora de conhecimentos, assim como criadora e executora de práticas, à medida que se relaciona com os outros. Rigorosamente,

portanto, não é a pessoa, mas suas relações que contam, que constituem o tecido social. Cada agente social é, pelo menos em parte, a história de suas relações sociais, e estas estão acima da herança cultural recebida por ele/a, porquanto as conexões sociais inéditas foram estabelecidas, passando ou não a integrar a herança cultural a ser legada às futuras gerações. O importante, portanto, é que a ontologia capture a natureza *in flux* das relações sociais, ou seja, o perpétuo devenir.

Não concordo inteiramente com Whitbeck, que afirma:

“esta ontologia é baseada em um entendimento da relação do eu com o outro como uma relação entre seres análogos. A natureza e a extensão da analogia é algo a ser determinado em cada caso. Por conseguinte, a distinção entre o eu e o outro não constrói o outro como oposto; outro ser distinto pode possuir, e usualmente possui, algumas das características do eu. Uma vez que a distinção entre o eu e um outro não se transforma em oposição, as características do eu não definem um único outro por oposição. Podem existir muitos outros, diferentes entre si em termos de caráter... No lugar da oposição eu-outro, por conseguinte, temos a relação do eu com outros, e em lugar das previamente mencionadas oposições dualísticas que figuram tão proeminentemente no chamado ‘pensamento ocidental’, nós temos modelos interativos multifatoriais. Já que não há oposição assumida entre o eu e o outro, não há motivação geral seja para negar a existência de outros, reduzir todos os outros ao eu – uma alma em dois corpos – ou para interpretar o outro como mero material para os desígnios do eu” (Whitbeck, p. 81-82).

Eu penso que identidade e diferenciação não são senão faces de um mesmo processo, razão pela qual não se admite que as relações sociais tenham lugar no terreno exclusivo da semelhança. A concepção de Whitbeck despreza os processos de diferenciação interna do ser social, ainda

(...) como as relações humanas são permeadas pelo poder, é preciso ressaltar que a diferença, ao lado da analogia, participa do caráter íntimo do ser social.

que admitindo sua existência, e situa a interação no campo da igualdade. Ora, como as relações humanas são permeadas pelo poder, é preciso ressaltar que a diferença, ao lado da analogia,

participa do caráter íntimo do ser social. Evidentemente, as analogias devem existir amplamente, a fim de permitir a própria interação dos seres humanos. Se os sinais não tiverem os mesmos significados, a comunicação humana se torna impossível. Mas, por outro lado, o que poderia ser objeto de troca se os seres humanos não fossem individuados? Desta sorte, a diferença não constitui senão a outra face da identidade.

Cabe, ainda, expressar uma incerteza: é necessária uma ontologia feminista para deslindar a natureza das relações entre eu e outro, desfazendo a hierarquia entre ambos? Em caráter definitivo, não. Provisoriamente, cabe fazer este exercício, a fim de formular perguntas e mais perguntas, pois estas poderão levar os seres humanos a construir uma sociedade menos iníqua, eliminando, para começar, as hierarquias.

Referências bibliográficas

- ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Estudos Feministas*, vol. 11, nº 2, 2003, p. 399-422.
- BEM, Sandra Lipsitz. Gender Schema Theory and Its Implications for Child Development : Raising Gender-aschematic Children in a Gender-schematic Society. *SIGNS*, vol. 8, nº 4, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Éditions du Seuil, setembro, 1998
- BUTLER, Judith. *Gender trouble : feminism and subversion of identity*. Nova Iorque: Routledge, 1990.
- BRUSCHINI, Cristina. O uso das abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina (orgs) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, pp.289-309.
- _____ e UNBEHAUM, Sandra G. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM (orgs.) *Gênero, democracia e sociedade*.

de brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34. pp. 17-58.

COLLIN, Françoise. Le philosophe travesti ou le féminin sans femme. In : VINCENT, Jean-Marie (org.) *Futur antérieur, féminismes au présent*. Paris: L'Harmattan, 1993. Apud ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea, *Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, Florianópolis: UFSC, 2003.

DERRIDA, Jacques. Chorégraphiques. In: DERRIDA, Point de suspensions: entretiens. Paris : Galilée, 1992, p. 95-115 ; apud ARÁN, M. Op. Cit.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1960, Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz.

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional., 1959

FREUD, Sigmund. Três ensayos para uma teoria sexual. In : *Obras Completas*. Madrid : Editorial Biblioteca Nueva, II tomo, 4ª edição, 1981.

JOHNSON, Allan. *The Gender Knot – Unraveling our Patriarcal Legacy*. Filadélfia; Temple University Press, 1997.

LAURETIS, Teresa de. *Technologies of Gender*. Indiana University Press, Bloomington, 1987. “Preface” e “The Technology of Gender”, p. 1-30.

LERNER, Gerda. *The Creation of Patriarchy*. Nova Iorque/Oxford: Oxford University Press, 1986.

LYONS, Gwynne. Relatório do Chem Trust, *apud Planeta*. Ano 37, edição 437, fevereiro de 2009, pp. 21-27..

MARX, Karl. *Manifeste du Parti Communiste*.. Paris: Union Générale d'Éditions. 1963.

MAO, Tse-tung, *Citations du président Mao Tsé-toung*. França : Éditions du Seuil, 1967.

STONE-MEDIATORE, Shari. Chandra MOHANTY and the revaluing of “Experience”, In: NARAYAN, Uma & HARDING, Sandra (ed.) *Decentering the Center: Philosophy for a multicultural, Postcolonial, and Feminist World*.. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 2000, pp. 110-127.

SAFFIOTI, Heleith I.B. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969. As duas edições posteriores foram publicadas pela Editora Vozes em 1976 e 1979.

_____. *Do Artesanal ao Industrial: A EXPLORAÇÃO DA MULHER*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1981.

_____. Formas de Participação da Mulher em Movimento Sociais. *Política e Administração*, vol. 1, num. 1, março de 1985. Rio de Janeiro: Fundação Escola de Serviço Público, p. 257-283.

_____. Movimentos Sociais: Face Feminina. In: Carvalho, Nanci V. (org.), *A Condição Feminina*. Editora Revista dos Tribunais Ltda., Edições Vértice. São Paulo: 1988, p.143-183.

_____. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: de Moraes Silva, Maria Aparecida (org.) *Mulher em Seis Tempos*, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 1991, p. 141-176.

WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

_____. *The Methodology of Social Sciences*. Tradução do alemão e edição de Edward A. SHILS e Henry A. FINCH. Nova Iorque: The Free Press of Glencoe, 1949.

_____. *Ensaio de Sociologia.. Rio de Janeiro*: Zahar Editores, terceira edição, 1974.

WHITBECK, Caroline. A different reality: feminist ontology. In: GOULD, Carol C. (ed.) *Beyond domination: new perspectives on women and philosophy*. Totowa, NJ: Rowman & Allanheld Publishers, 1983, p. 64-88.

Texto elaborado a partir de reflexões baseadas em várias pesquisas com apoio do CNPq, FAPESP, UNIFEM, UNICEF, Fundação Ford, Fundação MacArthur.



FEMINISMO
&
LIBERDADE

Violência sexual e as cicatrizes que ficam

Eleonora Menicucci de Oliveira

Ao pensar e falar sobre a violência sexual contra as mulheres, se faz necessário lembrar que na perspectiva de W. Benjamin: “recordar nos torna mais dignos e menos insensíveis às barbáries dos seres humanos ao longo do processo histórico, recordar não nos permite esquecer e nos oferece o futuro como perspectiva”, sem esquecer o passado e tendo-o como referência para nossa indignação no presente ante as violências a que as mulheres são secularmente expostas, em especial a violência sexual. E a qual passado estamos nos referindo? São vários processos históricos com os mesmos sujeitos envolvidos (homens e mulheres) que articulam os tempos passado, presente e futuro, quando estamos diante da violência sexual.

Recordemos M. Rago quando diz que “é o olhar que faz a história”. Já disse Scott que “a memória é viva e a história congela o conhecimento”. Para discorrermos sobre a violência sexual, teremos como sustentação as narrativas de mulheres que foram vítimas de estupro e que, ao narrarem, estão construindo novas subjetividades e rompendo com velhos e fixos modelos e paradigmas de



mulheres, instituídos como padrão de atitudes. É por isso que do coração das narrativas, porque do coração das mulheres violentadas, conseguimos descongelar a história e reescrever as memórias das experiências vividas durante o processo violento do estupro. Nestes casos é importante também recordar T. Suwam quando diz “As narrativas rompem com a linha da continuidade”, na mesma linha teórica de Deleuze nos rizomas temporais, pois aqui as narrativas das mulheres romperam não só com o silêncio sobre a violência sexual, mas com a cumplicidade que a sociedade e o Estado têm tido ao longo da história com os agressores.

Pensem primeiro nos processos colonizadores, especialmente o brasileiro pelos portugueses, ingleses, holandeses e americanos. Tal processo está absolutamente colado à história dos estupros e da violência sexual contra as mulheres, em especial as indígenas e negras pelos colonizadores brancos, homens e machistas.

Angela Arruda, em sua tese de doutorado defendida no Instituto de Psicologia da USP, faz uma formidável análise, após exaustivo processo de campo com entrevistas e observações, sobre o lugar de gênero das mulheres no processo de colonização brasileiro. São histórias de estupro e dominação cultural. Nesta dialética é que estamos analisando a secularidade da existência da violência sexual como uma das formas mais bárbaras de agressão de gênero: no passado os homens colonizadores brancos abriram a porta para a barbárie sexual, deixando-a aberta para, no presente histórico, os próprios brasileiros homens realizarem a agressão sem nenhuma punição.

(...) as cicatrizes são marcas profundas cravadas no corpo, na sexualidade, no afeto e nas relações de trabalho das mulheres, por toda a vida.

É nesta perspectiva dialética, da força que as narrativas das mulheres assumem, tanto para o reconhecimento da violência sexual quanto para implodir identidades fixas teóricas e práticas,

que o estudo apresentado se inclui. Discutiremos os desafios dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, para acolherem as mulheres e trabalharem com as cicatrizes que ficam nas que sofreram o estupro, de conhecidos ou desconhecidos.

Com base em uma pesquisa desenvolvida durante quatro anos em três serviços de atendimento às mulheres vítimas de estupro e na experiência com atendimento em equipe multiprofissional em um destes serviços, propomos, com este trabalho, discutir as cicatrizes que ficam nas mulheres que foram estupradas.

Do ponto de vista conceitual, diferenciamos cicatrizes de feridas, visto que enquanto as feridas podem ser curadas, se tratadas, as cicatrizes são marcas profundas cravadas no corpo, na sexualidade, no afeto e nas relações de trabalho das mulheres, por toda a vida.

A pesquisa foi de natureza qualitativa e utilizou entrevistas gravadas com mulheres que estavam no momento de alta do tratamento e também fez uso de observação do fluxo de atendimento.

A violência sexual revela o complexo contexto de poder, que marca as relações sociais entre os sexos com consequências gravíssimas para as mulheres, se observadas pelo lado das estratégias de invisibilização da violência sexual: todos veem, poucos sabem lidar com ela e muitos se omitem.

Por violência sexual se compreende o estupro, tentativa de estupro, atentado violento ao pudor, sedução, atos obscenos e assédio, que podem ocorrer de forma conjugada, inclusive com outros tipos de violência física (lesão corporal, tentativa de homicídio, maus-tratos e ameaças).

Os estupros são atos de crueldade física, psíquica e sexual, através dos quais se impõe uma relação hierárquica de poder entre os sexos, sem que a mulher seja sujeito da ação. Nesse sentido, a violência sexual pode ser

interpretada como uma ação violenta manifestada por meio de um desejo de destruição. É porque a mulher violentada reconhece e percebe no sujeito violentador um desejo de destruição de sua intimidade, de poder de morte, de abuso e violação de seu corpo, que esta ganha um sentido de ação violenta.

A violência nas relações de gênero e, particularmente, a violência sexual pode implicar uma maior ocorrência de diversos problemas de saúde física, reprodutiva e mental, como também acarreta um maior uso dos serviços de saúde por parte das mulheres.

Os serviços de saúde, sobretudo os prontos-socorros, são os mais procurados pelas mulheres vítimas de violência sexual e doméstica, que neste caso têm de responder a dois dilemas: por um lado, perceber/reconhecer a violência sofrida pela mulher, dando credibilidade a uma queixa, e por outro, romper com uma recorrente prática de medicalizar os eventos observados.

Neste sentido, devemos levar em conta a necessidade de atendimento precoce às mulheres vítimas de estupro e a disponibilização de medicamentos contra as doenças sexualmente transmissíveis bem como a profilaxia da gravidez, nos serviços que prestam assistência a elas. Por outro lado, quando estas mulheres têm gravidez resultante do estupro, elas têm o direito de solicitar a interrupção desta, sendo uma obrigação dos serviços de saúde a sua realização; entretanto, em muitos desses serviços, não existe, na atualidade, medicamentos apropriados para indução de interrupções mais tardias, assim limitando-a a 12 semanas ou ao uso de ocitocina, que vai determinar agressão ao corpo e às emoções desta mulher, porquanto promove um processo moroso e, muitas vezes, de insucesso no procedimento do aborto.

A violência sexual acarreta uma série de efeitos na vida das mulheres, expressos por meio de uma complexidade de sentimentos, como o trauma emocional, o medo, as sequelas físicas, a insônia, os efeitos colaterais dos medicamentos, a dificuldade em retomar a vida sexual e o trabalho.

As mulheres passam a sentir medo de estar desacompanhadas e, muitas vezes, tornam-se incapazes de realizar tarefas cotidianas como

tomar banho, entrar num elevador, andar de ônibus, ficar em qualquer ambiente sem companhia. Passam a ter contínua desconfiança dos homens. Quando a violência ocorre próximo à moradia da vítima, há muito medo de que o agressor possa retornar, e elas expressam desejo de mudar de residência. Às vezes, não prestam queixa na delegacia por medo do retorno do agressor ou, quando o fazem, convivem com o medo da vingança. Nesse caso, um acompanhamento que aborde os diferentes aspectos dessa situação cria condições para que tal evento possa ser superado.

A licença no emprego, ou dispensa de aulas, é importante para que a mulher possa se recuperar, antes de retornar às suas atividades. Portanto, é visível a importância da inclusão da violência sexual/estupro no âmbito dos direitos trabalhistas. Muitas mulheres sofrem a violência no trajeto casa-trabalho, o que configura um acidente de trabalho; contudo, não há essa caracterização e acesso aos direitos trabalhistas facultados nessas circunstâncias, como narra uma das mulheres. *“Eu não sei como ia fazer... voltar no mesmo dia, sem ter passado numa psicóloga, eu não aguentaria, já teria pedido as contas e ido embora para casa...”*

Na maioria das vezes as mulheres vítimas de violência apresentam problemas que não se reduzem às consequências imediatas dos atos violentos vivenciados, mas apresentam interfaces que precisam contar com o aporte interdisciplinar, como as cicatrizes deixadas na vida sexual, afetiva, social, profissional.

As narrativas das mulheres apontaram:

- **As cicatrizes no corpo físico.** Muitas mulheres não chegam com marcas físicas no corpo, embora seja uma constante a narrativa de que se sentem sujas e imundas por dentro e por fora, o que as faz tomar vários banhos com sabão e até com água sanitária. O sentimento de que nunca irão se limpar, de que nunca serão limpas, pode ser pensado em uma articulação com o significado simbólico dessa sujeira, o que as faz desejar uma troca de corpo. Muitas não querem lembrar a experiência, e quando ficam grávidas querem, o mais rápido possível, fazer o aborto para retirar a “sujeira” que está dentro delas. Como disse

uma delas: “esta sujeira não sai nem com soda cáustica, precisa de ser retirada com instrumento...”.

- **As cicatrizes na sexualidade.** Relações sexuais? perguntam elas. “Nunca mais”, afirmam. Se o ato de violência sexual acontece diretamente no lócus real e simbólico do prazer no corpo feminino, é preciso um processo longo e carinhoso para que as mulheres comecem a pensar que este não foi destruído em suas vidas.

- **As cicatrizes no corpo afetivo.** Toda a sua vida afetiva (as amizades, a família, o namorado ou parceiro) está muito comprometida. São sentimentos de vergonha, de culpa e de medo que tomam lugar na vida dessas mulheres. Aqui também o processo é muito longo para a elaboração da experiência.

- **As cicatrizes no corpo social.** Acredito que uma das maiores cicatrizes sociais é a desvinculação de si como sujeito de direitos; existe a pessoa, mas não a mulher enquanto sujeito.

- **As cicatrizes no corpo trabalhador.** O corpo que trabalha para sobreviver não consegue mais retornar ao trabalho. Ela está acuada e mais uma vez com medo e vergonha de enfrentar as colegas do trabalho e o chefe. A vergonha de solicitar dispensa para o tratamento e o medo de passar pelo mesmo trajeto.

- **As cicatrizes no corpo da saúde mental.** Aprendemos, ao longo do acompanhamento das mulheres, que a experiência traumática não é possível de ser processada no momento em que a mulher se encontra em estado de choque. Por isto, a mulher pode passar por algumas diferentes elaborações sobre o estupro vivido: elaboração psicótica, quando ela enlouquece; elaboração melancólica, quando entra num processo de melancolia e tristeza, com sintomas graves (não come, só dorme; não sai de casa, não conversa e, na maioria das vezes, não consegue chorar); a elaboração através de sintomas neuróticos fóbicos obsessivos; a elaboração através de supressão da experiência; e a elaboração através de quadros de dependência psicológica e/ou a substâncias lícitas e ilícitas.

A partir dessas observações, nossa proposta tem sido a de construir com as mulheres uma elaboração mental que leve a um *sentimento de vingança saudável* em relação à experiência vivida e ao estuprador. A recuperação de sua autoestima e de sua sexualidade, junto com a vontade de punição do estuprador, são sintomas de um caminho para a recuperação, na perspectiva de Benjamim.

Uma proposta assistencial

Tendo em vista a alta complexidade de sequelas provenientes de uma violência sexual, como descrevemos anteriormente, procuramos desenvolver uma proposta assistencial que visa garantir a integralidade da saúde da mulher em âmbito físico, psicológico e social, ressaltando que, quanto mais precocemente esta procurar por assistência, mais rápida será sua recuperação.

Esta proposta assistencial vem sendo desenvolvida na Casa da Saúde da Mulher Prof. Domingos Delascio, da Universidade Federal de São Paulo. Esta casa é resultante da integração entre diferentes departamentos e profissionais da Universidade que, desde 1998, vêm se aperfeiçoando neste trabalho. Neste serviço, desenvolve-se uma assistência multiprofissional, contando atualmente com: médicos tocoginecologistas, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras, sociólogas, advogados e acupunturistas.

A proposta assistencial tem como foco o acolhimento da mulher e a prevenção de agravos em todos os níveis (físicos, psicológicos, sociais e legais). Para tanto, lança mão de terapêutica medicamentosa, consulta individual, psicoterapia breve, grupos operacionais, terapias alternativas como acupuntura, MDR e assistência jurídica. Apesar de cada profissional possuir seu papel assistencial bem definido, a coesão do grupo e o compartilhamento das ações, garantidos por meio de reuniões clínicas e reflexivas semanais, são de fundamental importância para o alcance do objetivo principal, que é o de facilitar o retorno da nossa cliente para sua vida normal com o mínimo de sequelas.

Caminhando para uma reflexão sobre este trabalho, podemos apontar a contribuição decorrente de estratégias de atendimento que permitam

a mulher recordar o ato violento do estupro, para que possa romper com a lembrança deste ato, resignificando-o e tornando-se sujeito de direitos, sem esquecer a violência sofrida.

A recuperação de sua autoestima e de sua sexualidade, junto com a vontade de punição do estuprador, são sintomas de um caminho para a recuperação (...)

Se concordarmos que o olhar faz a história, no caso do estupro, a história, ao acontecer no espaço micro do corpo da mulher, reverbera no espaço macro da sociedade, reconstruindo a memória das mulheres na busca de novas subjetividades, para que assim exerçam a cidadania com liberdade, autonomia e desejo de viver.

Referências Bibliográficas

- Arruda, A. Uma contribuição às novas sensibilidades com relação ao meio ambiente. Representações sociais de grupos ecologistas e ecofeministas cariocas. Tese de doutorado defendida junto ao Instituto de Psicologia da USP, junho de 1995.
- Benjamin, W. Sobre o conceito de História, In *Magia e Técnica, Arte e Política*, Brasiliense, São Paulo, 1987.
- Bourdieu, P. *O poder simbólico*, Difel, Lisboa/Rio de Janeiro, 1986.
- Brownmeller S. *Against our well: men, women and rape*, NY Ballantine Books, 1975.
- Costa, J. F. *Violência e Psicanálise*, Rio, Graal, 1986.
- Pimentel, S. Schuritzmeyer, A. L. e Pandzarjian, V. *Estupro: crime ou “cortesia”?* Abordagem sociojurídica de gênero – Editor Fabris A S, Porto Alegre, 1998.
- Rago, M. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*, Editora UNESP, São Paulo, 2000.
- Swaum. N.T. *As heterotopias feministas: espaços outros de criação*, Labrys, Estudos feministas, ISSN 1676-9651, N. 3 2003, Brasil/França.





Vida cotidiana: um desafio teórico e político para o feminismo

Maria Betânia Ávila

A vida cotidiana, muitas vezes descrita como restrita à vida privada, e/ou como relativa apenas ao corriqueiro e ao que se repete, está em oposição a uma noção de vida cotidiana como uma dimensão da vida social construída historicamente e marcada pelas estruturas e relações sociais. É nesse sentido que Martins (2008) elabora uma crítica a uma abordagem que confunda vida cotidiana com vida privada. Para isso Martins (2008) resgata Henry Lefebvre, cuja elaboração crítica sobre vida cotidiana parte da questão da alienação e contrapõe-se a essa forma descritiva que reduz a sua complexidade a relatos sobre costumes e detalhes da vida privada, modas e uso de objetos, em um determinado contexto social. Lefebvre (1958, 1961, 1972) coloca a questão de onde se encontra a vida cotidiana e levanta a proposição de que é no vivido, no trabalho, na vida familiar e no lazer que esta se encontra.

Para o feminismo, do meu ponto de vista, a pesquisa e a reflexão teórica sobre vida cotidiana são fundamentais pois, como afirma Varikas, referindo-se ao feminismo nos anos 1970, "...a



força desse movimento residia principalmente na sua insistência sobre o caráter estrutural da dominação que se manifesta nas relações da vida cotidiana, dominação cuja natureza política tinha sido justamente negada.” (Varikas, 1996, p. 69). A pesquisa que toma como ponto de partida o cotidiano pode revelar a inextricabilidade entre as várias esferas sociais, em geral tratadas como autônomas, ou fragmentadas, como é o caso da relação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico gratuito, entre o lazer, o trabalho, o descanso e o desenvolvimento pessoal.

Estudos acerca da vida cotidiana são caminhos para aprofundar o conhecimento sobre a força das instituições na reprodução das relações sociais, sobre o descompasso entre a luta por direitos e a vivência real da cidadania, e ainda, e como uma questão central, do ponto de vista da abordagem que adoto nesta reflexão, sobre a organização do tempo social cuja lógica e ritmo estão marcadas pelo trabalho produtivo ou pelas demandas da produção capitalista, as quais estão coextensivamente associadas aos interesses patriarcais.

A pesquisa sobre vida cotidiana, de acordo com Lefebvre, foi um método para se estabelecer analiticamente um recorte da realidade social, que se constrói como possibilidade sociológica a partir do século XIX, quando o “centro da reflexão se desloca; abandona a especulação para acercar-se da realidade empírica e prática, dos dados e da consciência” (Lefebvre, 1972, p. 21). Para ele, a obra de Marx é o marco fundamental desse deslocamento; ressalta que entre os vários objetos estudados por ele, estava a vida real dos trabalhadores tanto no seu aspecto produtivo como nas “ilusões a serem superadas.”

A partir da Revolução Burguesa, portadora de novos princípios da cidadania moderna, e da Revolução Industrial, que reestrutura os processos de trabalho, entre o final do século XVIII e o século XIX, realizadas nos países do Norte, ocorre, como parte da modernidade, uma transformação na organização de vida social que leva a uma outra maneira de viver o dia a dia, que vai se denominar vida cotidiana. A modernidade, que traz a promessa da igualdade para os cidadãos e na qual a vida cotidiana se conforma, é portadora de tempos sociais desencontrados e processos históricos contraditórios.

A modernidade teve como sujeito e destinatários do seu projeto histórico os homens (Ávila, 1993). Mesmo que nesse projeto, hegemônico por uma concepção liberal de democracia, a igualdade entre os homens seja incontornavelmente um projeto de igualdade formal e desigualdade real. Mas nessa contradição as mulheres não estavam consideradas nem inseridas enquanto sujeito; portanto, a modernidade é em si um processo de tempos históricos diferenciados. O contrato social que instaura na modernidade o princípio da igualdade formal no contexto da democracia liberal burguesa é, segundo Carol Pateman (1993), resultado de um pacto político entre homens. Daí resulta um contrato social que contém ou esconde um “contrato sexual”. “O contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada” (Pateman, 1993, p. 15).

A modernidade naturalizou a divisão sexual do trabalho e, por consequência, a desigualdade entre homens e mulheres:

A história da separação entre o lar e o trabalho seleciona e organiza a informação de modo a obter um certo efeito, um efeito que sublinha vincadamente diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, legitimando e institucionalizando assim essas diferenças como base para a organização social. Esta interpretação da história do trabalho feminino alimentou e contribuiu para a opinião médica, científica, política e moral que se tem chamado, como variantes, ‘ideologia da domesticidade’

ou 'doutrina das esferas separadas'. Seria preferível referi-la como o discurso que no século XIX conceptualizou o gênero como uma divisão sexual do trabalho 'natural' (Scott, 1991, p. 445).

O processo histórico que determina a separação entre espaço tempo do trabalho produtivo do espaço tempo do trabalho reprodutivo realiza também a transformação das relações familiares. No entanto, "a família não muda sozinha, é toda a esfera da reprodução que se constitui: as metamorfoses da família estão ligadas àquelas da escola, da medicina, do espaço urbano" (Chabaud-Rychter, Fougeyrollas-Schwebel, Sonthonnax, 1985, p. 13). Ainda segundo essas autoras, o conjunto de transformações que envolvem as instituições da modernidade e o trabalho doméstico converge justamente para a constituição do que se chama cotidiano (Chabaud-Rychter, Fougeyrollas-Schwebel, Sonthonnax, 1985, p. 13). O trabalho doméstico como uma atribuição das mulheres é um elemento estruturante da divisão sexual do trabalho, que segundo Kergoat (2001), é definida em termos de uma "designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticos, religiosos, militares etc.)" (Kergoat, 2001, p. 89). Para essa autora, esta divisão também está baseada nos princípios da hierarquia e da separação.

Um elemento central na naturalização das desigualdades de gênero foi a definição do trabalho produtivo como historicamente determinado e relacionado a uma formação social, e do trabalho doméstico como algo naturalmente dado. Para Kergoat (1998), a noção de trabalho doméstico não pode ser considerada a-histórica. O trabalho doméstico, segundo essa autora, é uma forma histórica particular que toma o trabalho reprodutivo na sociedade capitalista, sendo esta forma inseparável da sociedade salarial (Kergoat, 2004).

Para a teoria social feminista, a abordagem crítica sobre a modernidade é crucial no sentido de questioná-la como algo que se realizou, o que está ao acesso de todos e todas da mesma forma, mesmo nas sociedades

consideradas propriamente modernas. A modernidade implica assim processos históricos diversos que marcam na contemporaneidade suas desigualdades e suas diferenças, inclusive entre os países do Norte e do Sul. Sobre a sociedade brasileira, José de Souza Martins faz a seguinte elaboração:

Sociedade originada da escravidão e da desigualdade étnica e social institucionalizada nos estamentos, em que as corporações de ofício foram extremamente débeis, mais um instrumento de controle do rei sobre o povo do que um instrumento de afirmação dos direitos do povo em face da monarquia absoluta, nunca dispôs de um código de direitos sociais. Foi mais a sociedade do castigo e da privação do que a sociedade do privilégio. Sociedade estamental, Portugal regulamentou no Brasil as relações apenas onde fosse necessário assegurar os privilégios da elite branca e católica e as diferenças sociais em que se fundavam. E mesmo o Brasil independente, até o Brasil republicano, foi e tem sido lento e tardio no reconhecimento da igualdade social de todos, negros e brancos, mulheres e homens, pobres e ricos (Martins, 2008, p. 28).

Pode-se afirmar, resguardadas as condições históricas específicas e com base em Florestan Fernandes (2006), que o Brasil realizou, ainda que tardiamente e de forma autoritária, sua revolução burguesa e seu processo de industrialização, que marcaram a construção da sua modernidade como uma sociedade capitalista. Esta revolução burguesa, porém,

consiste em consolidar o poder burguês através do fortalecimento das estruturas e funções nacionais de dominação de classe. O que entra em jogo, portanto, não são as compulsões igualitárias (por mais formais e abstratas que sejam) de uma comunidade política, mais ou menos complexa e heterogênea. Mas o alcance dentro do qual certos interesses especificamente de classe podem ser universalizados,

impostos por mediação do Estado a toda a comunidade nacional, tratados como se fossem ‘os interesses da nação como um todo’ (Fernandes, 2006, p. 350).

Sobre a questão da modernidade, Martins (2008) considera que a sociedade brasileira é uma “sociedade de modernidade frágil (...) marcada pela diversidade dos tempos que se adiantam e se atrasam”, faltando-lhe, portanto, a coerência aparente que caracteriza “as sociedades propriamente modernas” (2008, p. 10).

A incompletude da modernidade no Brasil, tão bem debatida por Martins (2008), e as dificuldades que isto apresenta para tomar a vida cotidiana como uma referência em uma sociedade em que tempos históricos se mesclam e se confundem, e na qual o cotidiano não se “desgarra como mundo em si, como referência e mediação dos outros mundos, como seria próprio da modernidade”(Martins, 2008, p.41), requer uma perspectiva crítica para lidar com essa noção. E o próprio Martins, ao tomar criticamente a noção de vida cotidiana, realiza uma espécie de inversão analítica, questionando a ausência, no país, dos parâmetros que caracterizam a modernidade, para dessa forma indicar os problemas sociais que só poderão ser visíveis a partir da análise do cotidiano, porque chega à profundidade do vivido. Daí propõe a construção de uma análise dialética a partir do contexto social e histórico específico.

Segundo Martins, “a sociedade capitalista expressa o avanço do econômico em relação ao social, este atrasado em relação àquele” (Martins, 2008, p. 103). Isso me leva a pensar em outras relações de descompasso, em outras dimensões da realidade social próprias da “sociedade capitalista e patriarcal” (Saffiotti, 1979), como o avanço da cidadania em relação ao trabalho produtivo e o atraso em relação ao trabalho reprodutivo e doméstico; o avanço dos homens em relação às mulheres no acesso à esfera pública, já que na origem da modernidade as mulheres eram consideradas como próprias da esfera privada; a dominação do modelo heterossexual de sexualidade sobre a homossexualidade, que produz um descompasso para a liberdade vivida na esfera da vida sexual; e o atraso histórico na sociedade brasileira no que diz respeito à cidadania da população negra.

(...) há sempre uma defasagem ou um desencontro entre a formação dos direitos e o acesso real a eles. Esse atraso é inerente ao modelo de sociedade no qual vivemos.

Florestan Fernandes afirma que “a modernização tem ocorrido, na esfera das relações raciais, como um fenômeno heterogêneo, descontínuo e unilateral, engendrando um dos problemas sociais mais graves para continuidade do desenvolvimento da sociedade competitiva na sociedade brasileira” (Fernandes, 1964; p. 1-2).

Mesmo levando em consideração a precariedade de acesso aos direitos em geral e o grau profundo de desigualdade social no país, há sempre uma relação de atraso no processo histórico de construção da cidadania. Os direitos alcançados nunca se tornam de fato universais, além do que há sempre uma defasagem ou um desencontro entre a formação dos direitos e o acesso real a eles. Esse atraso é inerente ao modelo de sociedade no qual vivemos. Tudo isso está relacionado ao fato de que os avanços, anteriormente mencionados, se realizam dentro de um sistema que se estrutura com base na produção de desigualdades, e por isso estão configurados por relações de exploração e dominação.

A questão que se coloca é a relação da conformação da vida cotidiana com o contexto histórico e a estrutura social. Mas a diversidade dos tempos é uma característica própria da modernidade. Os desencontros de tempos sociais podem ser mais ou menos profundos de acordo com o processo histórico de cada contexto social específico:

a modernidade, porém, não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a concepção de globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade,

do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos (Martins, 2008, p. 19).

Sobre a relação entre história e vida cotidiana, Heller (1970) afirma que

a vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social... Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade. (...) A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico (Heller, 1989, p. 20).

Nesse mesmo sentido Martins diz o seguinte: “o cotidiano não tem sentido divorciado do processo histórico que o reproduz” (Martins, 2008, p. 89). Isso me parece fundamental quando queremos tratar das questões da vida social a partir de uma perspectiva feminista, porque é justamente contra a ideia de uma cotidianidade a-histórica que a teoria social feminista tem formulado sua crítica à naturalização dos mecanismos de reprodução da dominação patriarcal que fazem parte dos processos de socialização no cotidiano. Conforme afirma Saffiotti, “há uma tensão entre a experiência histórica contemporânea das mulheres e sua exclusão dos esquemas de pensamento, que permitem a interpretação desta experiência” (Saffiotti, 2004, p. 104).

Seja a partir da tradição da teoria crítica (Heller, 1989, Lefebvre, 1958, 1961, 1972, Martins, 2002, 2008) ou de outra vertente teórica como a fenomenologia (Schutz, 1987), a vida cotidiana tem sido refletida como o espaço da vida em comum, tendo como sujeito dessa vivência o “homem”, tratado como representação do ser no sentido genérico. “A vida cotidiana é a vida de todo homem”, afirma Heller (1989, p. 17), referindo-se ao ser humano em geral. O problema é que o homem, tomado como ser genérico, esconde por trás de si uma particularidade, a do próprio homem, o que acaba por imprimir uma forma de raciocínio e de desenvolvimento do pensamento que não incorpora como parte dessa

construção as mulheres, sujeitos que nesse processo histórico viveram uma experiência desigual e diferente dos homens.

Para Martins (2000), o interesse sociológico pela vida cotidiana está marcado por duas tendências. De um lado,

para muitos, a vida cotidiana se tornou um refúgio para o desencanto de um futuro improvável, de uma História bloqueada pelo capital e pelo poder. Viver o presente já é uma consigna que encontra eco numa sociologia do detalhe, do aqui e hoje, do viver intensamente o minuto desprovido de sentido, que poderia ser definida como sociologia pós-moderna (Martins, 2000, p. 56).

Mas, de outro lado, Martins (2000) argumenta que

se a vida de todo o dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais (Martins, 2000, p. 56).

Do ponto de vista metodológico, a noção de vida cotidiana se constitui para mim como um fio condutor para a compreensão dos processos nos quais os sujeitos estão imersos. É um “cenário analítico”, do qual nos fala Torns (2002), em que o cotidiano aparece com todas as suas possibilidades e carências, e as relações sociais e as contradições que as constituem tomam a forma concreta na forma de viver das pessoas.

Seguindo a visão de Lefebvre (1972), o cotidiano é um momento formado de momentos, nos quais estão presentes a necessidade, o trabalho, o gozo, os produtos e as obras, a passividade e a criatividade, os meios e as finalidades, em uma interação dialética. Partindo daí, considero que o cotidiano compreende os bloqueios e interdições que afetam a liberdade,

e as carências resultantes das desigualdades, portanto, é uma base para a construção da consciência crítica nesse confronto real com as necessidades objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas. Conforme Lefebvre, “...gentes nascem, vivem e morrem. Vivem bem ou mal. No cotidiano ganham a vida ou não ganham sua vida, em um duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, tão-somente, ou viver plenamente. Onde se sofre e se goza é no cotidiano. Aqui. E agora” (Lefebvre, 1972, p. 32). Ainda de acordo com Martins, quando se fala em vida cotidiana é o vivido que dá vida ao conceito (Martins, 2008, p. 95). Segundo Martins (2008), o “vivido em Schutz é o vivido dos significados que sustentam as relações sociais. Mas, em Lefebvre, o vivido é mais que isso: é a fonte das contradições que invadem a cotidianidade de tempos em tempos nos momentos de criação” (Martins, 2008, p. 56). Nesse sentido, o vivido está inserido na historicidade do social e, por isso, a análise sociológica do vivido deve considerar o sistema ideológico e as condições materiais que impactam sobre este vivido.

Para Martins (2008),

a vida cotidiana se instaura quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sobre seu domínio. A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de explicá-las ainda que por meios místicos ou religiosos; quando o resultado do que se faz não é necessariamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito. O vivido tona-se o vivido sem sentido, alienado (Martins, 2008, p. 71).

Na visão de Heller (1989), “existe a alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo dessa produção” (p. 32). Como afirma Antunes (2002), “a vida cotidiana não se mostra como espaço por excelência da vida alienada, mas, ao contrário, como um campo de disputa

o trabalho doméstico, realizado na esfera reprodutiva, engendra processos de exploração e alienação que não podem ser explicados por analogia ao trabalho produtivo.

entre a alienação e a desalienação” (p. 160). A vida cotidiana não pode ser pensada tal um modelo que se instaura como uma totalidade fechada sem movimento, pois a partir do cotidiano também se processa um movimento que se faz no deslocamento da capaci-

dade de passar de uma lógica voltada exclusivamente para a imediatividade para uma lógica que articula as tensões entre o presente e o que se quer construir como projeto de vida individual e coletivo.

Os tempos do trabalho e o cotidiano

A reflexão sobre alienação e vida cotidiana, com inspiração no pensamento marxista, tem como referência a relação de heteronomia à qual está submetido o trabalho assalariado na esfera produtiva, que implica o desposuimento dos trabalhadores e das trabalhadoras dos meios de produção e sua expropriação e estranhamento do produto da sua própria produção. A venda da força de trabalho nesta relação a torna mercadoria e transforma o sujeito do trabalho em objeto instrumentalizado pelo capital através da relação de exploração de classe.

Mas o trabalho doméstico, realizado na esfera reprodutiva, engendra processos de exploração e alienação que não podem ser explicados por analogia ao trabalho produtivo. Para um aprofundamento do conhecimento sobre alienação é necessário levar em consideração o trabalho produtivo e reprodutivo para reestruturar o próprio conceito de exploração, tendo-se em conta a divisão sexual do trabalho, ou mais precisamente, conceber outra forma de exploração presente nas relações de trabalho determinadas pela lógica do trabalho doméstico. A relação de exploração no trabalho doméstico, segundo Delphy (2002), não passa pela extorsão da mais-valia, como acontece na esfera das relações sociais de produção; através do trabalho doméstico toma-se simplesmente o tempo de trabalho de alguém, o que torna a exploração menos aparente. Essa constatação, no entanto, não dá conta da questão, sendo necessário avançar nessa elaboração, uma vez que o que torna menos aparente a exploração no trabalho doméstico

é o fato de que o conceito de exploração na teoria crítica foi formulado a partir da esfera das relações sociais de produção e esse conceito é hegemônico na concepção geral do que é uma relação de exploração.

Mesmo atentando para a importância fundamental da questão de classe na análise da realidade social, considero, no plano teórico, que a relação capital e trabalho não é a única fonte de contradição e alienação presente na constituição da vida cotidiana, uma vez que “o gênero é também estruturante da sociedade do mesmo modo que a classe e a raça/etnia” (Saffiotti, 2004, p. 82). Hirata, ao analisar a persistência e as modificações da divisão sexual do trabalho, no curso da história que marca o tempo das relações capitalistas, afirma que, “na verdade, as dimensões constitutivas do tempo das relações sociais de sexo (evolução, rupturas e continuidades) não são as mesmas que as dimensões constitutivas do tempo das relações capital/trabalho” (Hirata, 2002, p. 285).

Lefebvre (1972) argumenta que o estudo da vida cotidiana oferece um terreno de encontro para as Ciências Sociais parcelares e também serve para explicitar os conflitos entre o racional e o irracional na sociedade contemporânea, e assim determina o lugar onde se formula o problema da produção em sentido amplo: a forma como é produzida a existência social dos seres humanos.

A produção não se reduz à fabricação de produtos. O termo designa, por uma parte, a produção ‘espiritual’ e, por outra parte, a produção material, a fabricação de coisas. Designa também a produção por si mesmo do ‘ser humano’ em curso de seu desenvolvimento histórico. O que implica a produção de relações sociais. Enfim, tomado em toda sua amplitude, o termo abarca a reprodução (Lefebvre, 1972, p. 44-45).

O problema é que o sentido amplo da produção já está inteiramente contaminado pela visão produtivista, na qual o sentido de produtivo está diretamente vinculado ao que produz valor de troca e ao processo de reprodução do capital. A reprodução da vida humana, com suas necessidades,

práticas, ritmos e relações de trabalho específicas – trabalho reprodutivo/ doméstico no qual estão incluídas as atividades do cuidado –, é tratada sempre como substrato da produção e não ganha significado, mesmo dentro da riqueza do pensamento de Lefebvre (1958, 1961, 1972). Ainda que o autor afirme que é sobre a vida das mulheres que pesa a cotidianidade, isso não tem consequência no desenvolvimento da sua teoria crítica. Quando só a relação de produção é considerada como determinante de toda a vida social, apenas uma subjetividade prevalece na abordagem sobre o vivido da vida cotidiana, que é a subjetividade masculina. A experiência das mulheres se torna uma exterioridade, no sentido de que só aparece como questão periférica na análise da realidade social.

Disso resulta que a elaboração não se estende para o trabalho reprodutivo e a dominação patriarcal, ou dominação masculina, como esferas de trabalho e de poder que marcam as relações sociais e as desigualdades presentes na vida cotidiana. Além disso, não se reconhece que as mulheres estiveram presentes como parte da classe trabalhadora desde o início do processo de industrialização nos diversos contextos históricos do Ocidente. Se isso é tomado em consideração, traz uma grande consequência para a concepção de vida cotidiana, pois nesse compartilhamento, ou nesse viver em comum, que caracteriza a esfera da vida cotidiana, há um movimento entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo que historicamente é uma prática social das mulheres, vivenciada, de forma desigual, entre mulheres. De acordo com Pais (2003, p. 82), “...as atividades produtivas e reprodutivas do cotidiano constituem um processo de dialéticas entre o acontecimento e a rotina”.

A forma de desenvolvimento capitalista produziu historicamente uma vida cotidiana em que o tempo social que conta, ou seja, o uso do tempo que tem valor, é aquele empregado na produção de mercadoria, gerador de mais-valia. Como ressalta Carrasco, “em nossas sociedades capitalistas atuais, a organização do tempo social vem determinada fundamentalmente pelo tempo do trabalho mercantil” (Carrasco, 2005, p. 52). A apropriação do tempo de trabalho é uma dimensão fundante e permanente da sociabilidade capitalista, “tempo como medida que se impõe por excelência na

primeira sociedade industrial, a partir dos aportes de Marx, que utiliza o uso do tempo para fixar a equivalência entre tempo de trabalho (jornada laboral) e preço (salário)” (Torns, 2002, p. 141). Porém, “o binômio tempo-dinheiro preside a atual organização socioprodutiva que vai acompanhada por representações simbólicas herdadas do ideal de maximizar e quantificar os usos do tempo”.

A forma de desenvolvimento capitalista produziu historicamente uma vida cotidiana em que o tempo social que conta (...) é aquele empregado na produção de mercadoria.

O tempo do trabalho reprodutivo não poderia ter sido considerado na teoria marxiana, pois sua grade teórica está referida especificamente ao valor do tempo do trabalho na esfera produtiva a partir da venda da força de trabalho como mercadoria na relação entre capital e trabalho. Como se sustenta a reprodução humana e através de que trabalho se faz isso no cotidiano, é uma abordagem que constrói a partir do pensamento feminista, cuja formulação crítica sobre o trabalho contribui para reestruturar esse conceito e leva necessariamente a uma nova formulação sobre a relação entre as esferas produtiva e reprodutiva, que dê conta inclusive da contradição na organização social do tempo engendrada nesta relação.

Neste sistema social o trabalho produtivo é uma dimensão central na organização da vida cotidiana, porque é base a partir da qual as/os trabalhadoras/es, a grande maioria da população, têm acesso aos recursos e os meios para viver, e porque na hierarquia que rege a organização do tempo social o tempo do trabalho produtivo e remunerado tem precedência sobre os outros tempos. Além disso, a ideologia dominante construiu uma aparência da vida social na qual as necessidades humanas não são levadas em consideração, permitindo dessa forma que o sistema econômico apareça como um mundo de homens e autossustentado. Pois, como afirma Carrasco (2005):

...a falsa ideia de autonomia do sistema econômico acompanhada pela também falsa autonomia do setor masculino da população; ter deixado nas mãos das mulheres

a responsabilidade da subsistência e o cuidado da vida, permitiu desenvolver um mundo público aparentemente autônomo, baseado na falsa premissa da liberdade; um mundo incorpóreo, sem necessidades a satisfazer; um mundo constituído por pessoas inesgotáveis, sempre sãs, nem demasiado jovens nem demasiado adultas, autolibertas das tarefas dos cuidados, em resumo, o que se veio a denominar o homem econômico ou o homem racional ou o homem político (Carrasco, 2005, p. 54).

A noção de vida cotidiana como cenário ou território analítico, utilizada por Torns (2002), está diretamente vinculada à necessidade de encontrar uma nova referência para pensar a questão do tempo do trabalho fora do marco restrito do trabalho produtivo. Segundo a autora, os estudos sobre o tempo de trabalho revelam que “as tarefas e os tempos cotidianos não só são distintos para os homens e para as mulheres, mas que as análises põem em evidência uma nova dimensão da desigualdade de gênero: o uso desigual do tempo” (Torns, 2002, p. 138).

As desigualdades entre homens e mulheres a partir de uma análise que considera o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo revelaram

...a necessidade de contemplar um cenário mais amplo do que o mercado de trabalho e a família: a vida cotidiana. Um território analítico no qual tem sido possível delimitar as presenças e as ausências masculinas e femininas, de maneira estrita, e reconhecer a divisão sexual e hierárquica que as preside (Torns, 2002, p. 135).

Essa hierarquia constitutiva das relações de gênero, ao ser analisada revela, neste cenário da vida cotidiana, o poder material e simbólico atribuído aos homens. É assim que Torns (2007) afirma que não se deve esquecer que as percepções femininas de se sentirem capturadas pelo tempo cotidiano se mostram agravadas, atualmente, pela realidade da precariedade das condições de trabalho feminino. A autora está baseando sua reflexão na realidade da Espanha, mas a precarização do trabalho das mulheres é uma

realidade em muitos países, e no Brasil os dados sobre isso indicam uma situação predominante nesse sentido (Bruschini, 2007; Antunes, 2000).

Ainda segundo essa perspectiva de análise, existem lógicas distintas que regem o tempo do trabalho, na concepção produtivista, e o tempo do trabalho reprodutivo. O primeiro se rege por uma lógica diacrônica, linear e facilmente tornada objetiva mediante o sistema de horário, “enquanto o segundo se move em uma lógica sincrônica, difícil de precisar sem a percepção subjetiva da experiência vivida cotidianamente e com uma descontinuidade, só visível através do ciclo de vida feminino” (Torns, 2002, p. 138).

As tarefas de trabalho doméstico/reprodutivo extrapolam aquelas realizadas no âmbito da casa e podem se realizar na rua, no parque, na praia etc., ou então de forma simultânea. Por isso a lógica do tempo do trabalho como uma sucessão de tarefa/horário não se ajusta ao trabalho reprodutivo. Isso torna a dinâmica da vida cotidiana ainda mais complexa. Mesmo nos momentos considerados como de lazer, as mulheres podem estar desempenhando alguma atividade relativa ao trabalho doméstico, como, por exemplo, estar na praia ou na festa e estar cuidando de crianças ao mesmo tempo. Lefebvre (1958) considera que o lazer não pode ser compreendido de forma dissociada da lógica do trabalho produtivo. Concordando com ele, quero acrescentar que partindo do fato de que há uma hierarquia entre produção e reprodução que caracteriza a sociedade capitalista patriarcal e na qual o tempo do trabalho reprodutivo dentro de uma divisão sexual do trabalho está voltado para os interesses do capital e para os interesses dos homens, a questão do lazer para as mulheres está também incontornavelmente associada ao trabalho reprodutivo/doméstico.

Em um mundo globalizado, muitas vezes considerado como transformado na relação da organização do seu tempo social pela tecnologia, que permite deslocamentos cada vez mais rápidos, comunicação imediata entre pessoas em qualquer país do mundo, aceleração do grau de produtividade etc., é importante explorar como campo de estudo a persistência dos tempos sociais marcados pela lógica da desigualdade e como o emprego da tecnologia refaz essa lógica.

Partindo da elaboração de Lefebvre sobre vida cotidiana, Martins (2000, 2008) cogita que, para o primeiro, a pobreza tem um significado bem diverso da concepção limitada de pobreza material que era característica da época de Marx. “A pobreza é pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível. Numa sociedade e num tempo de abundâncias possíveis, inclusive e especialmente abundância de tempo para desfrute das condições de humanização do homem, em que a necessidade de tempo de trabalho é imensamente menor do que era há um século, uma das grandes pobreza é a pobreza de tempo (Martins, 2008, p. 104).

O mercado, atualmente, lança mão de todos os meios midiáticos de massa para capturar o sentido da vida cotidiana e reificá-la como uma dimensão determinada exclusivamente pela capacidade de consumo. Por exemplo, as possibilidades de as mulheres enfrentarem as jornadas de trabalho compostas de trabalho remunerado e gratuito apresentadas pelo mercado são os eletrodomésticos, cada vez mais rápidos e diversificados, para permitir às mulheres mais agilidade na realização das tarefas domésticas, que continuam sendo mostradas como de sua inteira responsabilidade e, assim, compatibilizá-las com o trabalho assalariado e outras atividades sociais. As propagandas, que reafirmam o papel da dona de casa, mostram as várias formas para as mulheres “ganharem” tempo, através do uso simultâneo ou sequenciado de muitos eletrodomésticos. Essas são fórmulas mercadológicas para se lidar com os constrangimentos da organização do tempo social e da pobreza de tempo. Repletas de “artefatos” e de emoções, essas fórmulas estão conformadas por uma visão de classe, gênero e raça.

As Artes do Trabalho Doméstico, seus progressos, o estrondo das suas manifestações, são fatos sociológicos da maior importância. Elas não devem dissimular, sob a acumulação dos detalhes tecnológicos, o caráter contraditório do processo social real. Esses progressos, com suas conseqüências, suscitam novos conflitos de estruturas na vida social concreta (Lefebvre, 1958, p. 15).

O desenvolvimento tecnológico não tem possibilitado a liberação de tempo livre para “a classe que vive do trabalho” (Antunes, 2000), nem para as trabalhadoras domésticas responsáveis pelo trabalho reprodutivo e, nesse sentido, não é em si um instrumento para im-

pulsionar no cotidiano um equilíbrio entre tempo do trabalho produtivo e reprodutivo, e entre estes e outros tempos necessários para a realização da vida. Lefebvre afirma que “o mesmo período que viu o desenvolvimento estupendo das técnicas aplicadas à vida cotidiana viu também uma, não menos estupenda, degradação da vida cotidiana para as grandes massas humanas” (Lefebvre, 1958, p. 15). Nesse sistema, o emprego da tecnologia aumenta a capacidade de lucro, mas não libera tempo de quem está inserido nos vários nichos do mercado de trabalho. Pelo contrário, regra geral, ou a pessoa está no mercado de trabalho com muito mais comprometimento do seu tempo ou está totalmente fora dele, sem nenhum controle sobre o seu tempo e sem possibilidade de usufruir o tempo liberado das ocupações chamadas de produtivas. Porque alguém sem recursos financeiros perde sua autonomia de decidir sobre sua participação na vida social.

Ter um trabalho assalariado ou um trabalho autônomo que gere renda é uma necessidade social das mulheres para sua própria manutenção e/ou de sua família. A realização profissional e a autonomia financeira são dimensões fundamentais do fortalecimento das mulheres e da sua construção como sujeito. As mulheres vão para o mercado de trabalho levando consigo a responsabilidade do trabalho reprodutivo doméstico, o que as coloca cada vez mais em conflito com a forma de organização do tempo social no cotidiano, fazendo com que esse conflito de interesses entre os distintos tempos e trabalhos, segundo Carrasco (2005), comece a fazer-se visível:

...com a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a nula resposta social e masculina ante esta mudança de cultura e comportamento das mulheres,

O desenvolvimento tecnológico (...) não é em si um instrumento para impulsionar no cotidiano um equilíbrio entre tempo do trabalho produtivo e reprodutivo.

estas últimas assumiram a dupla jornada e o duplo trabalho deslocando-se continuamente de um espaço ao outro, solapando e intensificando seus tempos de trabalho. Tempos que vêm determinados por um lado, pelas exigências da produção mercantil e, por outro, pelos requerimentos naturais da vida humana” (Carrasco, 2005, p. 53).

A abordagem da vida cotidiana sob essa ótica possibilita uma visão alargada dos espaços políticos para a transformação da vida social. É dentro desse cenário que as tensões e as contradições imprimem os sentidos que formam a vida cotidiana.

Segundo Heller (1989), a vida cotidiana é heterogênea, e também hierárquica, e se modifica “em função das diferentes estruturas econômico-sociais” A organização da vida cotidiana está marcada; de acordo com essa autora, há também uma heterogeneidade na vida cotidiana, em vários sentidos. Para ela, “são partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (Heller, 1989, p. 18). O trabalho ao qual se refere Heller é o trabalho produtivo; o que deve ser acrescentado a essa definição é o trabalho doméstico como uma parte da vida cotidiana. Daí, a relação entre trabalho e vida privada tanto se compõe de tempos e espaços separados quanto de tempo simultâneo e de espaços inseparáveis, uma vez que esse trabalho está no interior da vida privada da esfera familiar. No cotidiano está a vivência desses momentos e a passagem entre esses momentos, e entre esses momentos e outras esferas da vida social, sendo nesse movimento que se desenrolam os eventos que formam o tempo social. Esse movimento se faz de acordo com a hierarquia que as relações de poder estabelecem para a organização da vida cotidiana. Uma questão que deve ser colocada é: onde se encontra, nesse movimento, um tempo para si?

Segundo Antunes (2000), “a referência à vida cotidiana e as suas conexões com o mundo do trabalho e da reprodução social é imprescindível, quando se pretende apreender algumas das dimensões mais importantes do ser social” (Antunes, 2000, p. 170). Como já afirmado anteriormente,

parto do pressuposto de que a divisão sexual do trabalho é um elemento estruturante das relações sociais de sexo/gênero, compreendendo também que os sujeitos não são meros receptáculos de uma ordem absoluta, mesmo quando se configura uma relação de dominação. Se na vida cotidiana está a tensão entre a alienação e a desalienação, há também tensões de natureza prática entre as atividades produtivas, reprodutivas e as possibilidades de deslocamento para outras esferas da vida social.

Deve-se, no entanto, considerar que mesmo quando a alocação do uso do tempo das pessoas é feita sob um constrangimento social, podem-se adquirir graus diferenciados de autonomia para lidar com este constrangimento e também para tentar transformá-lo. O que chamo de constrangimento está relacionado à dominação ideológica e à subjetivação da dominação, à falta de meios materiais, à coerção pela violência etc. Quando desvelado e tomado como um “cenário analítico”, Torns (2002), o cotidiano revela as contradições entre esferas da vida social: a esfera do trabalho remunerado, a do trabalho doméstico não remunerado, a esfera política, e ainda entre o tempo do trabalho e tempo para si e para o desenvolvimento pessoal.

Os movimentos dos sujeitos e a vida cotidiana

É no cotidiano da casa, do bairro, da escola, da empresa, das cidades, que estão materializados os efeitos da dominação e da exploração e da injustiça social. É aí onde a desigualdade se reproduz como parte da existência humana, mas é aí também que os movimentos de lutas cotidianas, quase sempre invisíveis, tomam forma como parte dessa existência. É a partir daí que afloram as contradições que irão forjar, nos espaços da organização coletiva, a consciência do sujeito e as formas de resistência individual movidas pelos sentimentos de injustiça, bem como os desejos de mudança.

Essa dinâmica do cotidiano também nos remete à relação entre os microprocessos de resistência, individual ou coletiva, reinvenção da vida cotidiana e o agir na esfera da participação política, a partir da qual se toma parte no processo de transformação social.

Nessa adversidade, a questão é saber como a História irrompe na vida de todo dia e trava aí o embate a que se propõe, o de realizar no tempo miúdo da vida cotidiana as conquistas fundamentais do gênero humano, aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade (Martins, 2000, p.11).

A consciência crítica deve ser considerada como a base sobre a qual se constroem as formas de mediação, e isso nos leva a afirmar a importância da dimensão subjetiva nesse processo marcado pela tensão entre privação e liberdade. De acordo com Kergoat (1986), é sob a forma de tensões que se expressam as contradições das relações sociais vivenciadas no cotidiano.

Para Kergoat, “o que é importante na noção de relação social – definida pelo antagonismo entre grupos sociais – é a dinâmica que ela introduz, uma vez que volta a colocar a contradição, o antagonismo entre os grupos sociais no centro da análise, e que se trata de contradição viva, perpetuamente em via de modificação e de recriação” (Kergoat, 2002, p. 244). O que a autora ressalta – e considero relevante – é que se tomarmos em conta apenas as estruturas, isso nos levará a um raciocínio que negaria a possibilidade da existência dos sujeitos, como se os indivíduos agissem somente a partir da ação das formas exteriores. Para ela, é contra a visão solidificada de estrutura social “que se insere o raciocínio em termos de relações sociais (com seu corolário: as práticas sociais): relação significa contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa de considerar que os sistemas dominantes (capitalismo, sistema patriarcal) sejam totalmente determinantes” (Kergoat, 2002, p. 244).

Essa visão de sistema “dominante” como aquilo que não é “totalmente determinante” constrói uma abertura para entender o movimento de subversão à ordem, que constitui o sujeito, e para enxergar as dinâmicas individuais e coletivas, que formam as tensões e revelam as contradições

que engendram a vida social. É uma perspectiva que leva a perceber as novas práticas presentes nas relações sociais e os movimentos que formam os processos de mudança ou de transformação.

Para Saffioti (2004), o processo de dominação só pode se estabelecer em uma relação social. O que implica a presença de pelo menos dois sujeitos – “e o sujeito atua sempre, ainda que situado no pólo de dominado” (Saffioti, 2004, p.118). É o movimento de antagonismo que forma as tensões da relação social. Referindo-se à dominação patriarcal, Saffioti afirma que patriarcado não significa ausência total de poder para as mulheres, isto é, a dominação dos homens não é uma totalidade fechada, fixada em uma única forma; é uma relação de conflito, e nesse contexto está incrustada no processo da sociedade capitalista.

A vida de todo dia pode tomar a forma da repetição, mas pode também ser um lugar de rupturas e de reinvenções do sentido da vida social, levando em consideração o que diz Heller:

não há vida cotidiana sem imitação. Na assimilação do sistema consuetudinário, jamais procedemos meramente ‘segundo preceitos’, mas imitamos os outros; sem mimese, nem o trabalho nem o intercâmbio seriam possíveis. Como sempre o problema reside em saber se somos capazes de produzir um campo de liberdade individual de movimentos no interior da mimese, ou em caso extremo, de deixar de lado completamente os costumes miméticos e configurar novas atitudes (Heller, 1989, p.37).

A reinvenção da vida cotidiana passa pelo conflito que transforma as relações e as estruturas sociais. Não como dimensões separadas do conflito, mas como formas que se articulam dentro de um mesmo processo de transformação social. Isso quer dizer também que a construção de uma vida cotidiana transformada é uma relação dialética entre o tempo do presente e a projeção do futuro que se quer construir. A vida cotidiana, como já foi exposto, é uma construção da modernidade, e não se trata de colocá-la como um modelo que pode se reformar a cada dia, mas ao contrário, a ideia

de reinvenção que coloco aqui parte “de uma forma de tratar a vida cotidiana como resultado de um processo histórico, e por isso pode ser alterada ou superada pela ação dos sujeitos (Ávila, 2005, p.71).

Considero importante enfatizar, neste ponto da reflexão, a relação entre cidadania e transformação social como questão permanente na redefinição da organização da vida social, a qual exige sempre a presença de sujeitos e/ou atores. O movimento de mulheres – assim como outros movimentos sociais – tem construído teias de organizações que perpassam o dia a dia da vida das pessoas, tomando as experiências cotidianas de injustiça, de violência e de carência como base de reflexão e luta política por direitos para sua superação, nas quais se forjam também novas propostas de organização da vida social. Dessa maneira, o conflito se espalha e se enreda, integrando espaços coletivos e vida pessoal, cuidando do presente e construindo mudanças para o futuro.

Nas tensões da vida cotidiana, a consciência crítica de ser sujeito ou de ser cidadã alimentam-se reciprocamente e produzem de imediato uma mudança na qualidade de vida das pessoas, uma vez que a recusa em aceitar a desigualdade passa a ser algo incontornável. Essa recusa pode alimentar as “microrrevoltas” coletivas e os engajamentos nos processos mais amplos da ação coletiva que constrói os movimentos para transformar a vida cotidiana. Não proponho, aqui, que os processos amplos são construídos em uma sequência linear, mas quero fortalecer a ideia de que os grandes processos dos movimentos sociais não podem ser pensados de maneira dissociada dos processos que constroem as tensões e as pequenas rupturas no cotidiano.

Nesse processo, a repetição dos atos de dominação e exploração passa a ser desestabilizada o que pode, assim, e de maneira irregular, produzir rupturas mais profundas na forma de sociabilidade. A própria Heller enfatiza que “não existe nenhuma ‘muralha chinesa’ entre atividade cotidiana e a práxis não cotidiana ou o pensamento não-cotidiano, mas existem infinitos tipos de transição” (Heller, 1989, p. 33). Por meio de estudos, tenho observado que a consciência de ser sujeito dotado de direitos, dentre eles o de lutar por direitos, torna as mulheres mais fortes diante da adversidade.

O conhecimento e a consciência dos direitos se tornam um mecanismo de mudança pessoal e coletiva. Nesse sentido, a luta por direitos afeta a dimensão subjetiva e altera, assim, a vivência cotidiana no questionamento das práticas sociais, aumentando as tensões que conformam as relações sociais (Ávila, 2001).

O conhecimento e a consciência dos direitos se tornam um mecanismo de mudança pessoal e coletiva.

Analisando as práticas cotidianas de trabalho remunerado e não remunerado, é possível também desvendar os movimentos que acontecem em outras esferas da vida dos sujeitos que estão relacionadas aos impactos dos movimentos de construção da cidadania e às suas repercussões mais gerais. Ações individuais de resistência e busca de direitos também são forjadas como parte dos processos de transformação nesse movimento entre história e cotidiano.

Na pesquisa que realizei na Região Metropolitana do Recife (RMR), sobre as tensões nas relações de trabalho no cotidiano de trabalhadoras domésticas (Ávila, 2009), pude constatar que morar na casa das patroas é uma prática que ainda se mantém para muitas dessas trabalhadoras. É também um problema de cidadania que é enfrentado tanto no plano individual quanto no coletivo da organização da categoria.

O direito à casa própria é uma bandeira de luta do Sindicato, portanto, a posição política que observei no processo de pesquisa leva a ações concretas em prol de casa própria para a categoria, de conscientização das empregadas domésticas nesse sentido, que reverbera para além dos espaços da organização política e se espraia através das redes cotidianas de informação, formais e informais.

A busca pela casa própria emerge nas narrativas das trabalhadoras domésticas como uma forma de resistência individual que impacta tanto o cotidiano como a reestruturação da trajetória de vida. Segundo a percepção das empregadas domésticas nesta pesquisa, se, por um lado, diminuiu a prática de morar no local de trabalho, há ainda, por outro lado, muita exigência das patroas nesse sentido. Sobretudo, por parte das patroas que têm filhos/as pequenos/as. A percepção sobre a importância

de viver na sua própria casa expressa um conteúdo de luta por autonomia através da qual se alcança um patamar mínimo de emancipação do jugo patronal, no qual o sujeito se apropria não só de uma parte do uso do seu tempo no cotidiano, mas, indo além disso, se apropria simbolicamente de si mesmo e passa a tomar parte em uma forma de vida em comum entre iguais nos seus locais de moradia.

No final do século XIX, quando as mulheres negras escravas viviam e faziam os trabalhos domésticos na casa das senhoras brancas, buscavam formas de construir um tempo de trabalho livre do controle das patroas por meio das tarefas realizadas na rua (Graham, 1992). Uma delas era aproveitar o momento de ir buscar água para o consumo da casa nos charizes localizados nas praças das cidades e ficar ali, prolongando o tempo da tarefa, em conversa com outras escravas que faziam as mesmas tarefas. Esse era também um momento de convivência e compartilhamento entre companheiras de uma mesma situação social. Até hoje, chegar ao Sindicato, em um primeiro momento pode ter como objetivo a busca de refúgio e de um espaço comum entre iguais, lugar de acolhimento para as empregadas domésticas que viviam e vivem nas casas das patroas, e vão em busca de um lugar coletivo de compartilhamento e de ruptura com a solidão da vivência no espaço alheio (Ávila, 2009). No movimento entre o chafariz e o Sindicato como espaços coletivos, aparece a relação entre o cotidiano e a história, que revela tanto as transformações ocorridas nas relações sociais como as formas de dominação/exploração que se reconfiguram e permanecem.

Através da aquisição de um lugar próprio para viver, o espaço da sua vida privada se desloca do espaço de uma classe social à qual não pertence, para um espaço dentro do contexto social de sua própria classe. Assim, ela deixa de ser uma estranha na casa em que reside. Mas o que acontece, além disso, é que só aí ela de fato constitui um espaço que pode ser chamado de seu espaço privado, de acordo com a forma de vida social da modernidade. Dentro de toda a precariedade que, em muitas situações, caracteriza os espaços de moradia nos bairros pobres em que moram as empregadas domésticas, elas consideram, em qualquer circunstância

material, que aquele espaço é o da sua privacidade, o qual é um fator primordial para ir forjando no cotidiano o seu processo de emancipação da relação servil a que está submetida na relação do emprego doméstico, começando por alterar os termos nos quais está dada a disponibilidade do seu tempo de trabalho.

O cotidiano só aparece como uma dinâmica na própria vida desses sujeitos na ruptura com a moradia na casa da patroa. Viver na casa da patroa é ter a vida privada e o seu tempo social definidos pelo modo de vida de outras pessoas. Isso significa que a empregada doméstica se torna alienada da sua própria forma de viver o cotidiano. Viver na casa da patroa cria bloqueios para transitar em outros espaços.

Ter um local próprio de moradia é uma condição básica para construir a possibilidade de acesso a uma vida cotidiana, no sentido de poder, mesmo sob todas as adversidades e restrições no uso do tempo impostas pelas relações de trabalho, transitar pelas várias dimensões da heterogeneidade que a conforma. Não poder viver a heterogeneidade da vida cotidiana é uma contradição que resulta da própria hierarquia que a constitui, como uma construção do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e patriarcal.

Apesar da distância no tempo histórico e nas condições sociais do contexto em que vivia Virgínia Woolf – 1882 a 1941 –, a busca incessante das empregadas domésticas por uma casa própria me levou a fazer uma relação com a obra da autora de “Um teto todo seu” (Woolf, 1985). Nela, a autora escreve sobre a falta de um lugar para si como um bloqueio ao desenvolvimento das mulheres para se construírem como sujeito da criação literária. Para além disso, na perspectiva da autora, essa falta está ligada à dominação masculina sobre todos os espaços sociais e sobre a história. A relação espaço e tempo é constitutiva do processo social; as práticas e as relações se processam em determinados espaços e na sequência dos acontecimentos que formam o tempo social.

Outra questão importante apontada nesta mesma pesquisa com trabalhadoras domésticas (Ávila, 2009) diz respeito à relação entre o tempo

do trabalho e o acesso à escola, que esclarece também as contradições do cotidiano. A análise desse problema traz a relação entre o tempo social no cotidiano e o tempo como uma sequência que vai configurando uma trajetória pessoal, a qual está diretamente relacionada com o tempo social e histórico que marca o contexto no qual essa trajetória se desenvolve.

A análise sobre o cotidiano do trabalho evidencia uma tensão entre o tempo do trabalho e o tempo da escola. O uso do tempo para frequentar a escola aparece como uma forma individual de resistir às adversidades e à dominação/exploração nos contextos sociais nos quais os sujeitos estão inseridos e, por outro lado, o acesso ou não à escola tem uma influência direta sobre as possibilidades e os limites das trajetórias de vida. Esse acesso, que para muitas não foi possível na infância, ou foi interrompido de maneira prematura, pode permanecer como um desejo, uma luta, uma forma individual de resistência na sua construção como cidadã, mas quando se torna uma possibilidade que foi abandonada, imposta pela falta de condições sociais, aparece como uma perda irreparável que limita as suas opções de projeto de vida.

Os estudos interrompidos são sempre narrados mediante expressões de lamento ou de revolta. Em alguns casos, é possível perceber uma melancolia em relação à infância através dessa questão, uma vez que as práticas de estudo sempre remetem às narrativas para este período, como o momento de ancoragem da possibilidade perdida, do que podia ter sido o certo, o correto ou o justo, em um olhar retroativo para a sua trajetória. Os sujeitos da pesquisa são trabalhadoras que ganham em sua maioria um salário-mínimo ou um valor aproximado, e são originárias de famílias pobres, fazem parte, no presente, da classe trabalhadora, de acordo com suas próprias afirmações e, na origem, são de famílias que estão nos estratos mais pobres da classe trabalhadora, dentro de um contexto social com forte dominação masculina, que pode ser considerada como uma dominação patriarcal, uma vez que o contexto social de inserção dos sujeitos da pesquisa é marcado por um sistema de poder dominado pelos homens. É na infância que aparecem os primeiros conflitos entre o tempo do trabalho e o tempo das atividades próprias desse

momento, como as brincadeiras e os estudos. A infância é um período roubado pelas circunstâncias nas quais estavam inseridas, roubada do sonho, da brincadeira e, sobretudo, roubada como período de ir para a escola, o que vai impactar sobre toda a trajetória de vida. A pobreza, aliada à divisão sexual do trabalho, é um fator determinante para a entrada no emprego doméstico e para suas dificuldades ou impedimentos em seguir uma trajetória escolar regular, isto é, sem interrupções e de maior alcance.

(...) o trabalho doméstico como uma atribuição das mulheres (...) se inicia desde a infância e é um elemento de socialização que no contexto de pobreza se constitui (...) um mecanismo de naturalização do percurso que leva as mulheres ao trabalho doméstico remunerado.

Através do processo de investigação, foi possível constatar que o trabalho doméstico como uma atribuição das mulheres (Kergoat, 1986, 2002, Hirata, 1986, 2002, Hirata e Kergoat, 2007) se inicia desde a infância e é um elemento de socialização que no contexto de pobreza se constitui também como um mecanismo de naturalização do percurso que leva as mulheres ao trabalho doméstico remunerado. Essa naturalização serve como um mecanismo de justificação social para a falta de acesso à escolaridade na infância e na juventude, como também para a dificuldade de negociar com as patroas arranjos no horário da jornada de trabalho que tragam a possibilidade de estudar. Essa naturalização ajuda a manter e reproduzir a dupla jornada ou as jornadas de trabalho extensivas, intensivas e intermitentes entre trabalho gratuito e trabalho remunerado. No caso das empregadas domésticas, a profissão aparece como uma reconfirmação dessa atribuição considerada, pelo senso comum, como natural. E, uma vez que estão realizando um trabalho que por natureza é um trabalho de mulheres, nada justifica que queiram estudar, ou mesmo fazer uma formação profissional no campo do trabalho doméstico. Neste ponto, é importante colocar a questão levantada por Kofes (1990), relativa ao contexto social brasileiro, no qual as meninas pobres são socializadas para serem empregadas domésticas e as meninas de classe média e alta para serem patroas. O que indica duas formas distintas e desiguais de socialização determinadas pela coextensividade das relações

sociais de sexo/gênero, classe e raça, levando-se em consideração que no Brasil a maioria da categoria das trabalhadoras domésticas é formada de mulheres negras.

Para as empregadas domésticas, o acesso à escola se coloca, portanto, como uma forma de resistência, em um primeiro plano, à determinação social que se naturaliza através dos mecanismos reprodutores da dominação/exploração e a uma concepção de destino que se forma através das práticas sociais carregadas de ideologia patriarcal e carência material. Uma vez que, na trajetória que leva ao emprego doméstico, tudo parece engrenar e fazer sentido, o cotidiano se reproduz sempre premido pelo fato de ser mulher e mulher pobre, e, majoritariamente, mulher negra. No dia a dia das empregadas domésticas, o acesso à escola está colocado como um elemento do conflito entre dominação/exploração e resistência, já que na jornada que se constitui a partir do trabalho doméstico remunerado e do trabalho doméstico não remunerado não há, em princípio, um período de tempo liberado para essa atividade. Construir um horário para ir à escola é parte de uma afirmação como sujeito, que se faz com todos os custos para o próprio sujeito.

Todas as trabalhadoras domésticas que se mantêm estudando, ou as que já interromperam esse processo, até quando estudaram, arcaram com todos os custos para isso. Frequentar a escola à noite, fazer as tarefas escolares tarde da noite, quando voltam para suas casas ou para a casa das patroas, ou pela manhã muito cedo ou, ainda, na própria escola, quando chegam um pouco antes da aula começar, são esses os horários possíveis para se manterem estudando. O cansaço é uma forma de bloqueio que, muitas vezes, acaba prevalecendo sobre o desejo e o projeto de estudo. A falta de políticas públicas que assegurem o acesso à escola para trabalhadoras em regime integral aparece no processo da investigação, tanto nas narrativas pessoais quanto nos debates coletivos da categoria, como um elemento que dificulta o acesso à escola e mantém a exclusão.

Quando o sujeito que estuda é uma trabalhadora doméstica com filhos/as e companheiro, o horário da escola (que em geral é à noite) vai entrar em choque com o horário de fazer o trabalho doméstico para sua própria

família. Manter-se na escola significa, para as que continuam estudando, a afirmação de um projeto de vida e de um direito. Para as que não estudam mais, o abandono da escola permanece como uma falta incontornável, uma marca difícil na trajetória de vida

e, também, como uma restrição objetiva à possibilidade de escolha de outros caminhos profissionais. Abandonar os estudos é uma perda que, subjetivamente, reverbera para sempre porque se mantém como uma dor e uma marca discriminatória.

Para as empregadas domésticas que se mantêm estudando, frequentar a escola é uma forma de resistência individual contra uma determinação social que vem junto com o emprego doméstico, a qual incompatibiliza o tempo do trabalho com o tempo do desenvolvimento pessoal. Porque, como já ressaltai anteriormente, é o tempo do trabalho remunerado que determina o uso do tempo do trabalho não remunerado, portanto, o primeiro tem uma precedência sobre a organização social do cotidiano, mesmo que, no caso dessa forma de resistência individual, a tensão envolva as duas formas de trabalho. O acesso à escola, sempre interrompido e retomado, vira uma forma de resistência no cotidiano à dominação/exploração que aprisiona a trajetória de vida. A escola importa, para os sujeitos da pesquisa, para além do fato de quererem ou de não quererem se manter no trabalho doméstico remunerado. Trata-se, em primeiro lugar, de não deixarem que o trabalho doméstico remunerado se torne um imperativo em suas vidas, pois estudar é percebido como uma forma de construir a possibilidade de fazer escolhas. O problema é realizar essa possibilidade contra as adversidades que marcam o contexto social no qual as empregadas domésticas estão inseridas.

Os meios encontrados para resistir aos bloqueios e dificuldades para estudar são vários. A escola para esses sujeitos é um projeto emancipatório. Essa forma de resistência individual pode estar também relacionada a uma luta coletiva por políticas públicas de acesso à escola dirigidas para essa categoria.

O acesso à escola, sempre interrompido e retomado, vira uma forma de resistência no cotidiano à dominação/exploração que aprisiona a trajetória de vida.

Utilizo a ideia de emancipação, nos dois casos relatados, a partir de Zarifian (2002), que a toma como um movimento, de acordo com sua leitura do conceito de emancipação em Marx. Para Zarifian, a opressão é o poder de escravizar ou dominar, e a “emancipação é o reverso, a destruição desse poder” (Zarifian, 2002, p. 66). No ato de passagem entre a casa alheia e a sua própria casa, e no ato de se manter estudando, acontece em alguma dimensão uma ruptura objetiva, com implicações subjetivas, ante as interdições mais profundas para se tornar cidadã. O acesso à escola e à própria casa é um processo de resistência e construção do sujeito.

Por isso, considero o processo de emancipação um movimento, e posso afirmar que esse movimento se faz de forma contraditória, feito com pequenas e grandes rupturas, individuais e coletivas, na história e no cotidiano, levando em consideração o que nos diz Martins (2008) sobre o desencontro entre a história e o cotidiano, que caracteriza a sociedade moderna, e do abismo que marca essa relação no Brasil.

A respeito de formas cotidianas de resistência, ao tratar sobre lutas camponesas, Scott (2002) faz uma crítica à tendência, nas Ciências Sociais e entre historiadores/as, de desconsiderá-las como meio de resistência. Mesmo observando seus limites em não confrontar as estruturas de dominação, o autor afirma que “a tendência para desconsiderar atos ‘individuais’ de resistência como insignificantes e reservar o termo ‘resistência’ para ações coletivas ou organizadas é uma orientação equivocada, assim como a ênfase na ação “orientada por princípios” (Scott, 2002, p. 28). O autor diferencia o sentido político das lutas camponesas coletivas das formas cotidianas e individuais de resistência, mas ressalta que as formas cotidianas de resistência se contrapõem às formas de acomodação.

A noção de vida cotidiana permite aprofundar a compreensão das dinâmicas entre as esferas pública e privada e sobre o que significa na prática transitar de uma esfera para outra. Essas esferas são tomadas como esferas distintas para fins analíticos, pois, como afirma Saffioti (2004), elas são inseparáveis para a compreensão do todo social. É através de formas coletivas de resistência que o confronto com a dominação e a exploração acontece.

A organização política das empregadas domésticas como uma forma de resistência coletiva se defronta com muitas dificuldades para uma categoria de trabalhadoras com jornadas de trabalho extensas, intensas e intermitentes. Para as trabalhadoras domésticas, há tensões entre o tempo de agir do sujeito político e o da realização das tarefas de manutenção da vida, que deve ser cuidada e reproduzida. Esse é um problema que pode ser lançado como questão mais geral para mulheres trabalhadoras que estão no cotidiano divididas entre o trabalho remunerado e o trabalho gratuito. Essa é uma questão que me leva a fazer uma relação entre o vivido das mulheres e o método feminista de transformação social, no qual a construção do sujeito político passa necessariamente pela ruptura com o espaço familiar e doméstico como espaço de privação. Nesse sentido, quando desvelado e tomado como um “cenário analítico”, Torns (2002), o cotidiano revela as contradições entre essas três esferas da vida social: a esfera do trabalho remunerado, a do trabalho doméstico não remunerado e a esfera política, que se encontra fora da vida cotidiana. Só as mulheres, em princípio, enfrentam essa contradição, formada nesses três níveis, como consequência da divisão sexual do trabalho.

As grandes transformações deveriam ser consideradas a partir da possibilidade que elas tiveram ou venham a ter para inscrever na vida cotidiana um novo sentido e novas condições sociais para o desenvolvimento humano. No contexto atual, a luta por direitos sociais, econômicos e culturais representa um movimento de resistência contra o neoliberalismo, que promove o consumo como um meio de inserção social e para o qual a mercantilização de todas as esferas da vida social se torna um objetivo do poder econômico. O cotidiano, nesse contexto, pode ser também compreendido como um ponto de intersecção entre a resistência, que se faz através da ação coletiva, e a permanente tentativa do mercado em invadir o sentido total do mundo da vida cotidiana.

A ruptura com as interdições, subjetivas e objetivas, que produzem os bloqueios dos movimentos dos sujeitos entre os espaços da vida cotidiana e aqueles nos quais se tem acesso à ação coletiva transformadora, na minha concepção, pode ser considerada uma base sobre a qual

se sustenta o processo de democratização das relações sociais, uma vez que possibilita a emergência do sujeito como agente desse processo. Os processos vividos nos diferentes momentos estão perpassados por relações sociais e pessoais de poder. A desigualdade de poder no manejo da vida cotidiana pode ser um instrumento de bloqueio para uma grande parte das mulheres. Onde há bloqueio, há restrição de liberdade, que pode causar a destruição dos movimentos de que a cidadania necessita para se realizar e transformar a realidade social. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho, como elemento constitutivo das relações sociais de sexo/gênero, estrutura a organização do tempo social no cotidiano das mulheres, gerando contradições e bloqueios para sua autoconstrução como sujeito de direitos. A visibilização e o enfrentamento das relações de dominação/exploração engendradas no cotidiano são um elemento central para o projeto de emancipação das mulheres e se colocam como um desafio tanto teórico como político.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. A centralidade do trabalho hoje. In: FERREIRA, Leila da Costa (org.). A Sociologia no horizonte do século XXI. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 91-100.

_____. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

ÁVILA, Maria Betânia. O tempo das empregadas domésticas: Tensões entre dominação/exploração e resistência. 2009. Tese – Doutorado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife, 2009.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: _____. (org.). Textos e imagens do feminismo: Mulheres construindo a igualdade, Recife: SOS Corpo, 2001. p.13-61.

_____. Tempo, trabalho e cotidiano: Questões para a democracia. In: SILVA, Carmen et. al. (orgs.). Mulher e Trabalho. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2005. p. 67-81 (edições SOS Corpo).

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: Inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO – COMPARAÇÃO BRASIL- FRANÇA. São Paulo: USP/Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: UFRJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro, abril 2007.

CARRASCO, Cristina. Tiempo de trabajo, tiempo de vida. Las desigualdades de género en el uso del tiempo. In: AGUIRRE, Rosario ; SAINZ, Cristina García e CARRASCO, Cristina. El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad. Santiago do Chile : Naciones Unidas / CEPAL 2005. p. 51-79. (Serie Mujer y Desarrollo, 65).

CHABAUD-RICHTER, Danièle, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique et SONTTHONNAX, Françoise. Espace et temps du travail domestique. Paris, Librairie des Méridiens, 1985.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Proteção e obediência, criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 237 p.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.

HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceitualização. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andréa et. Al. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 79-93.

_____. La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, J. et. al. (Dir.). Le monde du travail. Paris: La Découverte, 1998. p. 319-327.

_____. Le rapport social de sexe – De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: LES RAPPORTS sociaux de sexe, Actuel Marx. n. 30. Paris: Presses Universitaires de France, Deuxième semestre, 2001. p. 85-100.

LEFEBVRE, Henri. Critique de la vie quotidienne I, Introduction. Paris: L'Arche Éditeur, 1958.

_____. Critique de la vie quotidienne II, Fondements d'une sociologie de la quotidienneté. Paris: L'Arche Éditeur, 1961.

_____. La vida cotidiana en el mundo moderno. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. A sociabilidade do homem simples. 2a. Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

_____. O poder do atraso, ensaios de Sociologia da história lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 179 p.

- MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. Livro Primeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.1.
- MORGAN, D.H. J. The family, politics & social theory. London: Boston: Melbourne and Henly, Routledge & Kegan Paul, 1985.
- PATMAN, Carole. O Contrato Sexual, São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- PAIS, José Machado. Vida Cotidiana Enigmas e Revelações, São Paulo, Editora Cortez, 2003.
- SAFFIOTI, Heleith I.B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- SCHUTZ, Alfred. Le chercheur et le quotidien. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.
- SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. Raízes. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande Centro de Humanidades, v. 21, n. 1, janeiro-junho 2002. p. 10-31.
- SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In.: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). História das Mulheres no Ocidente. Tradução: Cláudia Gonçalves e Revisão científica Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991. (v. 4 - O século XIX). p. 442-523.
- TORNS, Teresa. El tiempo de trabajo de las mujeres: entre la invisibilidad y la necesidad. In: CARRASCO, M. Cristina. Tiempos, trabajos y género. Barcelona: Publicacions y Ediciones UB, 2002. p. 133-147.
- _____. El tiempo de trabajo y las relaciones de género: las dificultades de un cambio ineludible. In: PIETRO, Carlos (ed.) "Trabajo, género y tiempo social". Barcelona: hacer Editorial, Editorial Complutense, 2007. p. 269-278.
- VARIKAS, Eleni. Refundar ou Reacomodar a Democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. Estudos Feministas. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, n.1/96, 1996. p. 65-93.
- WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
- ZARIFIAN, Philipe. Marx, la qualification et le rapport social de sexe, in; Travail des hommes Travail des femmes Le mur invisible, Cahiers du Genre no. 32, Paris, L'Harmattan, 2002.



Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais

Helena Hirata

Na França, as teorias sociológicas sobre a divisão sexual do trabalho surgiram nos anos 1970. Antes, nos países anglo-saxônicos e em outras disciplinas, esse conceito já era utilizado. Nós pensamos, por exemplo, nos trabalhos de Kate Young (1978), antropóloga britânica que utiliza o conceito de divisão sexual do trabalho em sua obra; e também, na antropologia francesa e nos trabalhos de Nicole-Claude Mathieu (1985) e Maurice Godelier (1982), por exemplo.

Nos anos 1950, os estudos sociológicos na França versavam sobre as mulheres e a condição feminina mais que sobre a divisão sexual do trabalho ou sobre as relações homem/mulher. É ao trabalho das mulheres ou a sua condição que são dedicadas as pesquisas pioneiras de Madeleine Guilbert (1966) e de Viviane Isambert Jamati (1966).

Hoje, diferentes categorias de análise são utilizadas para compreender a repartição assimétrica do trabalho entre os sexos: a divisão sexual do trabalho e as relações sociais do sexo; o gênero e as relações de gênero; as diferenças de sexo; a discriminação e as desigualdades.



Danièle Kergoat (2005, p. 94) afirma que “estes termos não são permutáveis mesmo se eles se referem todos ao tratamento diferenciado que a sociedade dá aos grupos sociais de sexo”.

A divisão sexual do trabalho tem como campo de referência o trabalho, enquanto as relações sociais de sexo transversalizam todos os campos do social. O termo “relações sociais de sexo” é especificamente francês, e Danièle Kergoat (*id. ibid.*) lembra que a diferença entre “*rapport*” e “*relation*” só existe na língua francesa, e é impossível de ser traduzida para o inglês, espanhol, russo, português etc., a não ser por “*relation*” (relação), que não tem o mesmo sentido. Hoje, na França, utiliza-se de maneira relativamente indiferenciada *gênero* e *relações sociais de sexo*, mas a história conflituosa dessas duas categorias mostra bem que esses termos nem sempre são permutáveis.

Dois teorias sobre a divisão sexual do trabalho ou duas problemáticas sociológicas diferentes coexistem enquanto paradigmas nesse campo de estudos na França:

De um lado, a ideia de complementaridade entre os sexos ou a ideia de uma conciliação dos papéis em que o aspecto vínculo social, integração social, é claro. Ela se refere ao paradigma funcionalista no qual a divisão de papéis é fundada na natureza masculina e feminina (*cf.* Talcott Parsons). Essa “conciliação” pode tomar: 1) a forma de um modelo tradicional (mulheres no seio da família, homens no trabalho); 2) a forma de um modelo da conciliação (na realidade, apenas as mulheres conciliam a vida profissional com a vida familiar); 3) a forma de um modelo da delegação

O “princípio da parceria” vem muito mais de uma lógica de conciliação dos papéis de que do conflito (...)

(mulheres delegam a outras mulheres suas tarefas domésticas, o que amortiza a contradição e a tensão na vida do casal; a delegação substituiria assim a “dupla jornada de trabalho”).

A abordagem em termos de complementaridade (cf. De Singly, 1987, Kaufmann, 1992) é coerente com a ideia de uma divisão do trabalho entre homens e mulheres, do trabalho profissional e do trabalho doméstico, e, no seio do trabalho profissional, com uma divisão entre tipos de emprego que permite a reprodução dos papéis sexuais.

A abordagem do tipo “parceria”, denominação usada durante a Quarta Conferência Mundial sobre as mulheres organizada pela ONU em Pequim em setembro de 1995, emerge dessa problemática neofuncionalista da complementaridade dos papéis. O “princípio da parceria” vem muito mais de uma lógica de conciliação dos papéis de que do conflito e considera mulheres e homens como parceiros e suas relações são vistas mais em termos de igualdade do que de desigualdade ou de relações de poder.

Assim, “as teorizações da negociação conjugal, no que diz respeito à permuta de capitais entre cônjuges partem do princípio implícito de que há equivalência dos recursos dos homens e das mulheres na família e na sociedade” (A. M. Devreux, se referindo a De Singly, 2000, p. 74-75). Como afirma essa autora, “acentuando a dimensão contratual das relações conjugais e fazendo da família um espaço de livre negociação de capitais, essas teorizações negam a força das relações sociais de sexo e de opressão das mulheres” (*id. ibid.*).

A problemática da divisão sexual do trabalho ou do gênero, enquanto construção social, cultural e histórica das categorias do masculino e do feminino, ou, como o define Danièle Kergoat, o gênero enquanto “sistema que organiza a diferença hierárquica entre os sexos”, o que o distingue da *relação social*, que permite pensar na dinâmica deste sistema” (ASPAS?) (*id. Ibid.*), anuncia uma lógica da contradição e do conflito em oposição à lógica neofuncionalista e neoparsoniana da complementaridade e da conciliação, tão presente na sociologia da família francesa contemporânea.

Na teoria da divisão sexual do trabalho enquanto conflito, a dimensão opressão/dominação está fortemente presente. Segundo Danièle Kergoat, que conceitualizou essa modalidade de divisão social, divisão social e técnica do trabalho são acrescidas de uma hierarquia nítida do ponto de vista das relações sexuais de poder. Há “consustancialidade” ou “coextensividade”, segundo essa autora, entre relações de sexo e relações de classe, e, mais recentemente na sua teorização, entre relação de sexo/classe/“raça” (ou etnia). Há também, segundo ela, dois princípios da divisão sexual do trabalho: a hierarquia (o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao do trabalho feminino) e a separação (trabalho masculino e trabalho feminino são distintos).

Essa teoria sociológica da divisão sexual do trabalho renova os paradigmas da sociologia do trabalho (Hirata, Kergoat, 2005) na medida em que eles ampliam o conceito de trabalho. O trabalho é pensado como sendo profissional e doméstico, o *status* de trabalho sendo plenamente conferido ao trabalho doméstico; o trabalho é considerado remunerado e não remunerado, formal ou informal, este último sendo dominante nos países ditos em vias de desenvolvimento e em franco crescimento nos países capitalistas desenvolvidos.

Variabilidade no espaço e no tempo, porém permanência da divisão sexual do trabalho. Segundo D. Kergoat, “a divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo são indissociáveis, formam um sistema”. A divisão sexual do trabalho é o que está fundamentalmente em jogo nas relações sociais de sexo, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas. Estamos aqui nos antípodas das teorias interacionistas do vínculo social e da complementaridade dos papéis, desenvolvidos por sociólogos como Goffman (1977), mas também por Donald Roy. Este sociólogo do trabalho clássico, que acabou de ser traduzido na França, analisa a divisão sexual não em termos de opressão/dominação, mas simplesmente em termos de interação e de “relações heterossexuais entre os chefes de equipe e seus grupos de trabalho” (Roy, 2006). Nesse caso, nós preferiríamos falar de “assédio sexual”.

Na teoria da divisão sexual do trabalho enquanto conflito, a dimensão opressão/ dominação está fortemente presente.

Claude Dubar (2007), em sua recente obra *Faire de la sociologie* (“Fazer a sociologia”), tenta elaborar uma síntese dos métodos dessas diferentes teorias da divisão sexual do trabalho, que corre o risco de um certo ecletismo. Em *Uma trajetória de pesquisa* (capítulo 6), ele propõe uma sociologia “plural” que agregue os paradigmas funcionalista, conflitualista, interacionista e individualismo compreensivo. Para fazer essa proposta, Dubar sugere três dimensões do gênero, que seriam igualmente as três dimensões do social e de análise do social: estrutural, relacional e subjetiva. Vemos aí principalmente de que forma uma sociologia do gênero poderia se articular a uma psicanálise, que tomaria a questão da sexuação como conceito-chave.

Na continuidade com uma abordagem que coloca em funcionamento uma contribuição da psicanálise, a divisão sexual do trabalho é hoje problematizada pelo desenvolvimento dos “estudos *queer*” e dos “estudos culturais”, que só ganharam interesse a partir do ano 2000 na França (tradução tardia de *Gender trouble*, de Judith Butler, em 2005; primeiras traduções de Lauretis, autora de *Practice of love*, e, sobretudo, de *Technologies of gender*, de uma comunicação em 2006 e de uma publicação em junho de 2007). A crítica da dicotomia, do caráter binário do gênero como categoria relacional, a afirmação pelas teorias *queer* de uma multiplicidade de pertencimento ao gênero (passagens de um a outro) e sua falta de estabilidade questionam o conceito de divisão do trabalho entre os homens e as mulheres enquanto categorias sociais. Essa abordagem sobre a instabilidade das identidades sexuais converge para e tem como precursora a análise sociológica de um caso de transexualismo na obra de Garfinkel (o caso Agnès), estudada e analisada por Ilana Lowy (2003).

(...) a afirmação pelas teorias *queer* de uma multiplicidade de pertencimento ao gênero (passagens de um a outro) e sua falta de estabilidade questionam o conceito de divisão do trabalho entre os homens e as mulheres enquanto categorias sociais.

Se essas abordagens parecem irreduzíveis umas às outras, a contribuição, na França, da psicodinâmica do trabalho de Christophe Dejours (1996) e de Pascale Molinier (2002) cria uma ponte entre uma abordagem utilizada pela psicologia e uma abordagem sociológica, sendo que o que faz a mediação entre as duas é levar em conta de

maneira central a questão do trabalho ligada à subjetividade e aos afetos. Seus trabalhos permitem elucidar o sentido intersubjetivo das relações que sustentam a realização do trabalho assalariado e doméstico, feito pelas mulheres, e a relação entre egoísmo e obra¹, entre altruísmo e ausência de obra.

Não há determinismo social, nem determinismo econômico ou tecnológico: as correlações de força presentes serão essenciais quanto às saídas, soluções – favoráveis ou desfavoráveis – para o emprego e para o trabalho das mulheres.

Na evolução recente dos temas de pesquisa sobre a divisão sexual do trabalho na França, dois parecem ter adquirido importância: trata-se da questão da *precarização* do trabalho e dos *stati* sociais e as consequências da mundialização sobre a divisão do trabalho entre os sexos. A esses dois temas serão dedicadas as partes seguintes deste texto.

Mundialização e divisão sexual do trabalho

O processo de mundialização em curso tende a produzir um reforço ou um enfraquecimento dos antagonismos sociais de classe, de gênero, de raça/etnia? A resposta a esta questão, frequentemente colocada pelos interessados nas dimensões sociais da mundialização financeira e econômica, depende do tipo de olhar quanto às perspectivas futuras de nossas sociedades assalariadas.

Com os movimentos complexos de reorganização da produção e das transformações do trabalho, as respostas à questão “reforço ou enfraquecimento?” são múltiplas e nada unívocas. Um dos paradoxos da mundialização: a atomização dos trabalhadores com os novos modelos de organização do trabalho não impede e até suscita a emergência de novas atrizes e atores coletivos, nos movimentos anti ou altermundialização. Não há determinismo social, nem determinismo econômico ou tecnológico: as correlações de força presentes serão essenciais quanto às saídas, soluções – favoráveis ou desfavoráveis – para o emprego e para o trabalho das mulheres.

¹ “Obra”, no sentido dado por Hannah Arendt (1988), de criação de objetos duráveis pelo *homo faber* em oposição ao “trabalho” produtor de bens de subsistência destinado ao consumo do *animal laborans*.

As consequências da mundialização nas relações sociais de sexo podem ser mais bem apreendidas a partir de uma visão comparativa: as reflexões que nós apresentamos aqui convergem com esta observação de Jane Jenson (2000), para quem “a mundialização (...) tem consequências significativas sobre a temporalidade e a espacialidade das relações sociais.” (*id.*, 2000, p. 4).

O conjunto dos processos atuais de transformações profundas na organização do trabalho e da produção; no desenvolvimento das empresas multinacionais; na transformação dos Estados-Nação e em seu papel, em termos de políticas públicas e de políticas sociais; a ascensão de grandes metrópoles mundiais – todos esses processos não têm o mesmo significado nem as mesmas consequências. Trataremos aqui o conceito de mundialização dentro de uma perspectiva de gênero e dentro de uma perspectiva norte-sul.

De início, ele aparece frequentemente como um conceito aplicável a tudo. Já substituiu até mesmo, no debate atual, as noções de desenvolvimento e de divisão internacional do trabalho. O debate sobre os “modelos produtivos” (neotaylorismo ou pós-fordismo, especialização flexível, novo conceito de produção etc.) deu lugar ao debate sobre a produção globalizada. A mundialização é definida por economistas críticos, tais como A. Lipietz (1996), pela interdependência crescente de todos os mercados nacionais em direção a um mercado mundial unificado, o que ilustra a tendência histórica para a internacionalização do capital. Mas o que é novo nesse processo é a intensidade dos fluxos, a variedade dos produtos e o número de agentes econômicos implicados nesse movimento (Petit, 2000). Um movimento de mundialização que não significa universalização, na medida em que grandes “periferias” são excluídas do processo (Veltz, 2005).

Três dimensões dão ao processo um caráter novo, com consequências precisas sobre as mulheres: em primeiro lugar, as políticas neoliberais de desregulamentação, de abertura dos mercados, como corolário as privatizações, o desenvolvimento da subcontratação, a externalização da produção. O crescimento considerável de subcontratação implica em condições de trabalho negativas para as mulheres e as privatizações, com a redução

dos serviços públicos, produzem um crescimento do trabalho remunerado e não remunerado das mulheres nos serviços relacionados diretamente com as pessoas (domésticas e cuidadoras). Em segundo lugar, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação, a expansão das redes e a financialização (capitalização) das economias conduziram a uma ascensão do trabalho assalariado das mulheres do sul nos anos 1990, em setores como a informática, os centros de chamadas telefônicas, o telemarketing. Mulheres trabalham nas filiais desses centros na Tunísia ou na Argélia para as matrizes dos países francófonos, outras mulheres na Índia trabalham para empresas situadas na Grande Bretanha ou em outros países de língua inglesa. Imigrantes brasileiro(a)s de volta de Boston são empregados na cidade de Governador Valadares nos centros de chamadas telefônicas gerados pelas empresas multinacionais norte-americanas. Estudos feitos atualmente na Índia ou no Brasil, por exemplo, mostram que as condições de trabalho e de salários são nitidamente menos favoráveis nas filiais de grupos internacionais situadas nos países do sul. Um estudo feito no Kerala² (Sudarshan, 2005) mostrou que as empresas multinacionais tentam impor práticas sociais (festas à noite para as quais os assalariados são convidados a participar) que vão de encontro às práticas, às relações sociais de sexo predominantes e às culturas locais. Enfim, o novo papel das organizações internacionais, paralelamente à regulamentação pelos Estados-Nações e pelas empresas multinacionais, tem também consequência sobre as mulheres: as políticas explícitas de igualdade profissional, por exemplo, têm efeitos sobre o emprego. Fatiha Talhite (2000) ressalta que as convenções internacionais visam proteger as mulheres; no entanto, adotam uma norma globalizada e deixam “sem voz” as mulheres das culturas dominadas.

São raros os trabalhos sobre a mundialização com uma perspectiva de gênero. Saskia Sassen (2003) dá uma razão que me parece muito pertinente para explicar esse fato: os estudos sobre a mundialização são dirigidos às esferas do capital global mais elevadas, e à hipermobilidade do capital. Porém, a grande maioria das mulheres está ausente dessas

² NT: estado do sudoeste da Índia com 25,8 milhões de habitantes.

esferas, sendo desvalorizadas enquanto atores econômicos. Como outros autores também sublinharam, a economia informal é excluída das pesquisas sobre a mundialização, e é nessa situação que se concentra a maioria das trabalhadoras dos países do sul.

No entanto, algumas pesquisadoras estudaram a mundialização sob uma ótica de gênero. Além das que nós já citamos: Jane Bisilliat (2003), que estudou as políticas de ajuste estrutural ou o impacto da mundialização sobre as mulheres chefes de família; e Mirjana Morokvasic-Muller (2003), que foi uma das primeiras, na França, a colocar a migração no centro do debate sobre a mundialização. É preciso também mencionar as economistas feministas, como Lourdes Beneria, Nilufer Cagatay, Diane Elson, Maria Floro, Caren Grown, Martha MacDonald etc., cujos trabalhos foram publicados em diversos números especiais das revistas *Feminist economics* e *World development*. Números especiais de revistas francófonas foram também dedicados a mundialização e gênero, como *Recherches féministes*, no Canadá (2004, vol. 17, n° 2), ou *Chroniques féministes*, na Bélgica (2005, n° 93). Cf. igualmente o n° 21 de *Cahiers du gedisst* (1998) e *Cahiers du genre* n° 40 (2006).

Mundialização e consequências paradoxais sobre o trabalho e o emprego

Quais são, então, as consequências da mundialização para o emprego, levando-se em consideração a dimensão de gênero? Antes de tudo, essas pesquisas (por exemplo, Beneria *et alii*, 2000) mostraram um crescimento em todo o mundo, com raras exceções, do emprego assalariado e do trabalho remunerado das mulheres. Houve um aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto no setor formal quanto nas atividades informais, e um crescimento renovado dos empregos no setor

(...) a economia informal é excluída das pesquisas sobre a mundialização, e é nessa situação que se concentra a maioria das trabalhadoras dos países do sul.

de serviços. No entanto, e esse é um dos paradoxos da mundialização, seu crescimento foi acompanhado pelo aumento de sua precarização e sua vulnerabilidade. Esses empregos são frequentemente instáveis, mal remunerados, desvalori-

zados socialmente, com possibilidade quase nula de promoção e de carreira, e com direitos sociais frequentemente limitados ou inexistentes, tanto na Ásia quanto na Europa e na América Latina. O modelo de trabalho vulnerável e flexível tomou, nos países do norte, a figura

O modelo de trabalho vulnerável e flexível tomou, nos países do norte, a figura do trabalho em tempo parcial e, nos países do sul, a figura do trabalho informal, sem status e sem nenhuma proteção social.

do trabalho em tempo parcial e, nos países do sul, a figura do trabalho informal, sem *status* e sem nenhuma proteção social. Trabalhadoras pobres (“*working poors*”) e as “famílias monoparentais”, termo neutro que esconde o fato de que se trata majoritariamente de mães solteiras, estão em expansão na maior parte dos países do norte e do sul. Assistimos também a bipolarização dos empregos femininos, resultado, em parte, dos processos que se desenvolvem na esfera educativa, e que é um ponto central de convergência entre os países do norte e do sul. Tal bipolarização vê se estabelecer, de um lado, mulheres executivas e profissionais de nível superior, categoria que se feminiliza (médicas, advogadas, juízas, arquitetas, jornalistas, professoras universitárias, pesquisadoras, publicitárias, artistas etc.), e, de outro lado, mulheres permanecem em ofícios tradicionalmente femininos: empregos no setor público, saúde, educação, trabalhos domésticos: enfermeiras e ajudantes de enfermagem, professoras primárias, profissionais do “cuidado”, se ocupando dos idosos, dos doentes, das crianças; do trabalho doméstico, como empregadas e faxineiras. Um dos resultados desse processo é a exacerbação das desigualdades sociais e dos antagonismos entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres (cf. as hipóteses instigantes de Kergoat, 1998).

As novas condições de trabalho no setor de serviços e do comércio em vias de expansão concernem também, majoritariamente, às mulheres. A análise dos resultados da última pesquisa *Sumer*³, em 2002, por Jennifer

³ Sumer: trata-se de uma pesquisa sobre riscos psicossociais no trabalho, e mais geralmente sobre trabalho e saúde, promovida pelo Ministério do Trabalho francês com a ajuda de 1.800 médicos voluntários que trabalham nas empresas junto a 50.000 trabalhadores. Após uma pesquisa realizada em 1994, uma segunda foi realizada em 2009.

Bué, mostrou que as trabalhadoras declaram mais que os trabalhadores que vivem em situação de risco de agressão verbal e física, e declaram com mais frequência esse tipo de agressão. Elas respondem mais comumente que os homens que são “ignoradas” ou que são o objeto de “insultos”, que são impedidas de se expressar ou que são ridicularizadas em público (*cf.* Bué, 2005).

A intensificação do trabalho é, de maneira geral, uma das consequências da flexibilização e da precarização do emprego. Como escreve Pochmann (1996, p. 66), “uma das consequências da inexistência de garantias plenas de emprego para todos os que delas necessitam é que há inevitavelmente um movimento de degradação do trabalho” (Pochmann, 1996, p. 166). A falta de estabilidade no emprego pode levar a uma degradação das condições de trabalho e mesmo a processos de perda de vínculos empregatícios (Castel, 1995, 1998). Esse fenômeno afeta tanto os homens quanto as mulheres, como pude constatar na ocasião de pesquisa realizada em 2003 nas agências para o emprego da região metropolitana de Tóquio com jovens japoneses desempregados de ambos os sexos. Todos faziam referência à intensidade do trabalho e às longas jornadas de trabalhos de tipo “bico”. Um jovem ex-assalariado em uma companhia de importação e exportação cumpria horários de transporte mais trabalho diário de aproximadamente 20h, o qual não pôde suportar por mais de um ano. Por outro lado, trajetórias em espiral descendente, como a de um executivo japonês que terminou como trabalhador temporário na Disneylândia de Chiba, tendo como função se fantasiar de Mickey, mostram até onde pode ir o processo de precarização em um contexto de crise de emprego e de reorganização do trabalho (*cf.* os resultados dessa pesquisa sobre o desemprego comparando Brasil, França e Japão em Kase e Sugita, 2006).

Os processos de precarização do trabalho e sua legitimação social e científica

Se nossas pesquisas de comparação internacional do trabalho mostraram que a precariedade é reforçada nos anos recentes pelo aumento dos empregos ditos “atípicos” nos três países acima mencionados, é preciso notar que verificamos, ao mesmo tempo, hoje em dia, um processo de

legitimação social e científica da precariedade, avaliada, às vezes, de forma positiva, apresentada como inevitável, fatal, quase natural. Béatrice Appay (2005, p. 122) se refere a uma circular do Ministério do Trabalho francês, de 1994, que pede para substituir a expressão “empregos precários” por “novas formas de emprego”.

Contribuiu para essa eufemização com o intuito de conotar positivamente a precariedade e a flexibilidade do trabalho – muito em voga hoje em dia – Laurence Parisot, presidente da organização patronal francesa, o Medef, que declarou, em 30 de agosto de 2005, no jornal *Figaro*: “A vida, a saúde, o amor são precários. Por que o trabalho deveria escapar dessa lei?”. No entanto, se essa forma de amalgamar diferentes estados, processos, registros muito diferentes, de dimensões controláveis e não controláveis, pode ser facilmente posta em cheque, é preciso notar que sociólogos hoje em dia tendem a caminhar no mesmo sentido.

A ideia de que o trabalho estável é coisa do passado e de que a flexibilidade/mobilidade deve ser aceita como a modalidade paradigmática de emprego no “novo capitalismo” ou na “nova economia” progride em meio aos pesquisadores das ciências sociais, de Richard Sennet a Antonio Negri. O debate se situa, nos dias de hoje, para uma parte dos sociólogos, economistas e juristas do trabalho na questão de assegurar a estabilidade dos percursos individuais, a “flexiseguridade” (“*flexicurité*”), muito mais do que na proteção dos grupos socioprofissionais, dos *stati* sociais (cf. Zimmermann, 2006).

Assim, Boltanski e Chiapello (1999) afirmam “a pertinência da precariedade e da instabilidade com o novo espírito do capitalismo”: “a fidelidade e a estabilidade constituem nos dias de hoje, paradoxalmente, fatores de precariedade”. Alugar em vez de comprar uma casa para morar, viver juntos em vez de se casar, abortar com a esperança de manter seu emprego em vez de ter filhos podem ser condutas privilegiadas por jovens na esperança de escapar, paradoxalmente, à precariedade (op. cit., p. 449).

(...) a ideia de que o trabalho estável é coisa do passado e de que a flexibilidade/mobilidade deve ser aceita como a modalidade paradigmática de emprego no “novo capitalismo” ou na “nova economia” progride em meio aos pesquisadores das ciências sociais (...)

A família “flexível”, recomposta, “parece estar em afinidade com um capitalismo em rede” (*op. cit.*, p. 747, nota 26). Essa descrição se refere a uma nova relação com o trabalho e a uma nova configuração ideológica, com a preeminência da atividade: “Fazer alguma coisa, se movimentar, mudar” se encontra nesse quadro “valorizado em relação à estabilidade frequentemente considerada como sinônimo de inação” (*op. cit.*, p. 237).

Em um artigo sobre o movimento contra o Contrato do Primeiro Emprego (CPE), projeto que visava precarizar o emprego dos jovens na França, Giuseppe Cocco e Antonio Negri (2006) afirmam: “o desafio é abandonar as amarras do ‘emprego do passado’ (...) ir além da defesa da era industrial e afirmar que a flexibilidade e mobilidade não significam necessariamente precariedade e risco”. “Se a passagem de um emprego a outro, da formação no emprego, são hoje as dimensões ontológicas do trabalho, é preciso reconhecer a dimensão produtiva de todas estas situações (...) por implementação de uma renda para a existência.” Esse artigo de Cocco e Negri se chama *O trabalho do luto: fazer o luto por esse “trabalho do passado”, da era industrial e acolher a flexibilidade e a mobilidade.*

Convergem com essa ideia as teses apresentadas por Richard Sennet em sua conferência intitulada *Récits au temps de la précarité* (“Contos dos tempos da precariedade” – SUG) (*in Le Monde*, 5 março 2006; *cf.* também Sennet, 2006). Segundo este autor, as instituições tornam-se, nos dias de hoje, mais flexíveis e menos estáveis, e mudanças na natureza do trabalho deixam de lado as atribuições fixas e as carreiras traçadas em proveito de tarefas mais restritas e variáveis. Hoje, a situação de emprego é, em minha opinião, mais complexa que o que é assinalado por R. Sennet, na medida que várias condições sociais do emprego coexistem, empregos atípicos e carreiras bem traçadas estão presentes no mercado de trabalho, tanto no Japão como na França, por exemplo.

Permanência e mudanças: a organização do trabalho na empresa

Se a precarização das trajetórias masculinas e femininas e a instabilidade crescente dos laços de emprego para os dois sexos, que acabei de analisar, tendem a criar similitudes e solidariedades, a heterogeneidade

no seio mesmo dessas duas categorias tende a se acentuar. Essa heterogeneidade no que diz respeito a emprego é confirmada pela análise da inserção diferenciada dos homens e das mulheres no quadro dos processos de trabalho das empresas globalizadas.

As pesquisas que pudemos realizar nas empresas multinacionais no Brasil, na França e no Japão mostraram essencialmente que a mundialização significa interdependência dos mercados, mas não significa homogeneização do trabalho; que se os fluxos financeiros não conhecem fronteiras, a desigualdade das situações sociais e de trabalho segundo os países, segundo o gênero, as raças, as gerações, persistem e podem até mesmo aumentar; que a polarização em três zonas do globo, EUA, Europa, Japão, aos quais se pode acrescentar alguns países da América Latina e da Ásia, e dos quais são excluídos tendencialmente outras zonas, se traduz pela existência de hierarquias e de correlações de força no nível internacional.

Uma pesquisa empírica realizada nas empresas multinacionais francesas no Brasil no fim dos anos 1990 estudou os processos acelerados de fusões, aquisições e privatizações que tiveram consequências sobre o conjunto de trabalhadores, homens e mulheres, em termos de eliminação de postos de trabalho, mas também em termos de condições de trabalho e de salários. O conjunto das cinco multinacionais francesas estudadas apresentava um forte perfil de instabilidade (de crescimento ou de crise), e de incerteza e de risco quanto ao futuro do emprego, sobretudo dos assalariados mais velhos, menos qualificados e de menor nível de escolaridade; processos de flexibilização do trabalho estavam em curso, recorrendo ao trabalho feminino em tempo parcial até hoje raro nas indústrias brasileiras, com um salário parcial.

Como meio de proteção adotado pelos trabalhadores dos dois sexos para enfrentar os riscos concernentes ao emprego, um maior esforço de formação escolar e profissional era realizado, com sacrifícios pessoais importantes em termos de tempo fora do expediente e na família, e em termos de despesas para se inscrever em cursos particulares, na falta de políticas públicas de formação profissional sistemática e apropriada.

As trabalhadoras de empresas multinacionais entrevistadas durante esta pesquisa colocaram à frente, primeiramente, o aumento das exigências de formação escolar para poder obter promoções e fazer carreira. Um diploma de terceiro grau era exigido das operárias em uma multinacional do setor farmacêutico para preencher um cargo de “supervisor” de sete ou oito operárias de fabricação (operadoras de máquinas). Tal fato não é de modo algum extraordinário: as cadeias de supermercados no Brasil exigem igualmente o diploma universitário para postos de supervisor de alguns caixas. O contexto de crise de emprego permite às empresas utilizar esse método de seleção do pessoal de um alto nível escolar que corresponde ao mesmo tempo às exigências de organização da produção flexível. Em segundo lugar, elas citam as dificuldades para realizar essa formação por meio de recursos próprios, levando-se em consideração as escolhas entre seu próprio aperfeiçoamento e o de seus filhos. As mensalidades nas universidades particulares eram equivalentes a seus salários mensais (no Brasil, os candidatos de origem operária são, em geral, excluídos das raras vagas disponíveis nas universidades públicas, onde os concursos de entrada são extremamente seletivos e terminam por recrutar estudantes provenientes das camadas sociais superiores).

Por outro lado, as mulheres tinham acesso a postos técnicos ou mesmo de engenheiro com responsabilidades de supervisão (caso de uma empresa de distribuição de energia e de uma empresa agroalimentícia), mas as relações de trabalho entre subordinados homens e supervisoras mulheres eram fonte de conflitos e podiam conduzir à demissão voluntária das mulheres promovidas. Os postos implicando responsabilidade e poder, enfim, não eram acessíveis às mulheres, levando-se em conta a concorrência masculina para um número muito reduzido de postos na direção das empresas.

Uma outra pesquisa que realizamos sobre a introdução de novos modelos de organização do trabalho e da produção nas firmas multinacionais pode mostrar que as relações sociais sexuadas influenciam também no nível da inserção diferenciada dos homens e das mulheres nos processos de trabalho. Pude verificar, principalmente, que a tese da requalificação dos operadores após as inovações tecnológicas e organizacionais é fortemente questionada por uma análise em termos de divisão sexual e internacional do trabalho.

Esse movimento de requalificação atinge essencialmente uma parte dos trabalhadores homens dos países do norte. Suas consequências sobre a mão de obra feminina são muito mais contraditórias.

Essa pesquisa que conduzi nas empresas multinacionais francesas no Brasil em 1999-2000 mostrou três modalidades de organização do trabalho operário distintas. Em uma empresa de biscoitos, flexibilidade e trabalho em equipes com efetivos masculinos; nas linhas de embalagem com cadências e ritmos impostos, as mulheres operárias. Em uma empresa de fabricação de para-brisas, há inversão do esquema da divisão sexual: um “*ghetto*” feminino, território fechado sob forma de sala estéril, com exigências de destreza manual, rigor e higiene; e postos masculinos sob a cadência imposta pelas máquinas (saída dos para-brisas do forno). No entanto, estando em vias de implantação uma organização flexível, os homens eram os únicos a se beneficiar de uma política ativa de formação. Enfim, em uma empresa farmacêutica, o grupo de mulheres era também afetado pelo movimento de requalificação, participando das inovações organizacionais. Homens e mulheres tinham acesso à formação, e a clivagem se situava entre cargos de execução (operadoras de máquinas) e os postos mais técnicos e de supervisão (chefes e engenheiros). Esses exemplos mostram que a divisão sexual do trabalho é, para as empresas, um motor poderoso para remodelar suas novas formas de organização do trabalho sob o impulso dos processos de mundialização, sempre mantendo sob novas roupagens certas formas de segregação e de hierarquia que existiam anteriormente.

(...) as relações sociais sexuadas influenciam também no nível da inserção diferenciada dos homens e das mulheres nos processos de trabalho.

Internacionalização do trabalho reprodutivo e externalização do cuidado

Uma outra consequência da mundialização a partir de uma perspectiva de gênero é a internacionalização do trabalho reprodutivo (Carrasco, 2001) ou a mundialização do “cuidado”. Milhões de mulheres dos países do sul imigram para os países do norte para se tornarem babás, faxineiras ou, às vezes, prostitutas (Ehrenreich, Hochschild, 2003): como diz Arlie

Milhões de mulheres dos países do sul imigram para os países do norte para se tornarem babás, faxineiras ou, às vezes, prostitutas (...)

Hoschschild (2003, Introdução), ao contrário de seus empregadores dos países do norte, elas não podem viver com suas famílias e serem ao mesmo tempo provedoras. Obrigadas a deixar seus filhos com avós, irmãs, noras,

filhas mais velhas etc., elas só podem vê-los uma vez por ano. Essas mulheres representam um auxílio econômico importante para seus países de origem, o que é atestado pelo fato de que os governantes de países como o Ceilão ou as Filipinas não somente fornecem uma formação profissional para as futuras imigrantes (como usar um micro-ondas ou um processador de alimentos), como também exaltam as qualidades de ternura, afeto e calor humano das trabalhadoras do “cuidado”, como o fez a presidente Arroyo, das Filipinas, em visita ao Japão (Ito, 2005). Essas migrações internacionais podem agir no sentido de uma reconfiguração das relações sociais de sexo nos países receptores das imigrantes.

O processo de mundialização acelerou a tendência a uma externalização crescente das atividades domésticas. Tais externalizações já tinham sido analisadas a partir do fim dos anos 1980 (cf. GORZ, 1988, Castel, 1995). Assiste-se, na França, a um forte aumento dos empregos domésticos, com a implementação das políticas públicas para o desenvolvimento dos “empregos de proximidade” e dos “empregos domésticos”. Em 2003, segundo a pesquisa de emprego, quase 1.200.000 mulheres estavam empregadas nos serviços domésticos. Trata-se de 10% das mulheres ativas ocupadas na França, similar à porcentagem de mulheres pertencentes à categoria de executivos e profissões de nível superior. Essa porcentagem é superior hoje à das operárias na França.

Laura Oso Casas (2003) mostrou, no caso da Espanha, a porosidade das duas cadeias migratórias, de colombianas e equatorianas, redes de prostituição que eram, ao mesmo tempo, redes de domesticidade. Essas empregadas domésticas e prostitutas podiam ser diplomadas, escolarizadas em seus países de origem, onde tinham um outro *status*, uma outra posição social. Migrando, elas pertenciam de fato a duas classes, uma de acordo com o contexto de origem e outra de acordo com o contexto do

país receptor. Liane Mozère mostrou igualmente, para as empregadas domésticas das Filipinas na França, que elas eram de duas categorias sociais diferentes segundo sua inserção no país de origem ou no país de acolhimento (Mozère cita o caso de uma sogra que perguntou à sua nora por que ela trabalhava como empregada doméstica na França, quando nas Filipinas ela podia ter uma).

A mundialização do trabalho reprodutivo está assim estreitamente ligada aos movimentos de migração internacional e é hoje objeto de numerosas pesquisas. A importância da mundialização do “care” (cuidado) na literatura feminista está relacionada não somente às mudanças que suscita no trabalho remunerado das mulheres, mas também à sua repercussão na realização do trabalho doméstico no seio da família, assim como às questões teóricas e políticas suscitadas pelo desenvolvimento de diferenciações no bojo do grupo das mulheres (cf. Kergoat, 1998). As consequências da mundialização do trabalho reprodutivo podem ser de dois tipos.

Primeiramente, essa extensão mercantil do trabalho doméstico implica na utilização do trabalho das mulheres pobres pelas famílias de nível socioeconômico mais elevado. Ela permite o desenvolvimento de um modelo de delegação de uma série de cuidados e atividades domésticas de mulheres com mais recursos para mulheres menos favorecidas socialmente. Esse “modelo de delegação” tende a se sobrepor, até mesmo a substituir o “modelo da conciliação” vida profissional/vida familiar para uma categoria de mulheres com uma atividade que exija mais responsabilidade na esfera profissional.

Em segundo lugar, trata-se da criação de “cadeias globais de afeto e de assistência” (Hochschild, *apud* Carrasco, 2001). Encontramo-nos hoje face à generalização, em nível mundial, do “care”, modelo feminino do cuidado com o outro, como cuidar de crianças, idosos e doentes. Não se trata aqui somente de uma mercantilização da “disponibilidade permanente” das mulheres, fato observável na esfera doméstica, mas igualmente de uma generalização, na esfera

A importância da mundialização do “care” (cuidado) na literatura feminista está relacionada não somente às mudanças que suscita no trabalho remunerado das mulheres, mas também à sua repercussão na realização do trabalho doméstico no seio da família (...)

(...) a mundialização do “cuidado” contribui hoje em dia para colocar, na cena pública, questões até então encerradas na esfera privada e até mesmo da intimidade.

do trabalho remunerado, de um modelo de relação que antes era privado.

A questão do reconhecimento das qualidades ditas femininas (o cuidado com o outro, a competência relacional) enquanto competência profissional torna-se uma questão de atualidade e é

talvez um dos aspectos essenciais da correlação de forças que se estabelece hoje entre os sexos e entre as classes sociais. O reconhecimento na esfera pública do trabalho realizado pelas mulheres na esfera privada é fundamental e a transformação do trabalho doméstico em trabalho que gera renda – efetuado em um quadro misto, igualmente por homens – pode conduzir ao reconhecimento e à retribuição deste trabalho (para essa problemática do reconhecimento e da retribuição, *cf.* Fraser, 2005). A orientação de um tal processo dependerá fundamentalmente da correlação de forças criada pelos movimentos sociais, mas desde já podemos dizer que a mundialização do “cuidado” contribui hoje em dia para colocar, na cena pública, questões até então encerradas na esfera privada e até mesmo da intimidade.

Alternativa para o trabalho precário e movimentos transnacionais das mulheres

Em conclusão, apresentamos aqui o debate sobre as alternativas para o trabalho precário: as propostas feitas por juristas de emprego que convergem com as propostas de “flexiseguridade” (“*flexicurité*”) (*cf.* uma boa síntese dessas propostas em Freyssinet, 2009), as propostas feitas pelos movimentos sociais numerosos na França, reagrupados na rede *Stop Precariedade*, e finalmente as do movimento vitorioso contra o Contrato do Primeiro Emprego (CPE) e o Contrato do Novo Emprego (CNE) de 2006. A relação entre individual (processo de segurança dos percursos individuais) e o grupo (segurança dos *stati* sociais) parecem ser um dos pontos essenciais nesse debate. As diferenças entre homens e mulheres (em termos de continuidade ou não das trajetórias), assim como as diferenças entre norte e sul (existência ou não de um sistema de proteção

social) (Auer *et* Gazier, 2006), parece também fundamental para se refletir sobre a realização ou não desses dispositivos alternativos.

Por outro lado, vimos que “a liberdade de ir e vir do capital com o menor número de limitações possíveis” não tem as mesmas consequências sobre o emprego, o trabalho, a atividade (profissional/doméstica) ou sobre as condições de trabalho dos homens e das mulheres. A interdependência crescente dos mercados nacionais de um lado, as mudanças tecnológicas e organizacionais dos anos 1990, desenvolvendo a flexibilidade do trabalho de outro lado, tiveram como consequências um desenvolvimento do emprego e do trabalho femininos, porém – e esse é apenas um de seus paradoxos – os empregos criados são ao mesmo tempo marcados pela precariedade e pela vulnerabilidade. O desenvolvimento da subcontratação, do trabalho em domicílio, do teletrabalho, de modalidades contrastadas do trabalho informal, o aumento do desemprego e do subemprego conduziram à atomização do espaço e do tempo da atividade.

Mas “a contestação não está, no entanto, ausente do globo”, como diz, muito justamente, Catherine Quiminal (1998), designando assim um outro dentre os paradoxos da mundialização: lugar da criação e do reforço das desigualdades entre os sexos, mas também quadro para a estruturação de novos coletivos. Movimentos anti ou altermundialização tomam proporções significativas e se impõem na cena política internacional. A Marcha Mundial das Mulheres Contra a Violência e a Pobreza reúne diferentes associações, grupos, movimentos feministas e propõe, desde 2000, alternativas e ações coordenadas em escala mundial contra a crise, a precariedade e o aumento da flexibilidade do trabalho das mulheres.

Trata-se de um movimento que reage a uma das prefigurações do assalariamento feminino, que se tornou um modelo de trabalho para os dois sexos: a assalariada vulnerável e flexível, pobre e sujeita ao subemprego, pode de fato prefigurar o assalariamento de amanhã em seu conjunto.

Entre o desenvolvimento das dimensões da profissionalidade feminina e a figura da assalariada flexível em tempo parcial, entre o mundo do trabalho e da revolta organizados e a liberdade do capital de ir e vir, existe choque e enfrentamento.

Se é difícil prever saídas para esses problemas, as mobilizações atuais contra a mundialização liberal e por uma outra mundialização mostram que existe a criação de uma correlação de forças em que as mulheres já são fortemente representadas. Essa é também uma das diferenças marcantes em relação a outros momentos da internacionalização do capital – enquanto mulheres, e não unicamente enquanto representantes do polo “trabalho”.

O progresso das organizações autônomas e transnacionais das mulheres (*cf.*, por ex., Tawa Lama-Rewal, 2006, para a Índia) parece estar relacionado à interdependência crescente entre os países e à aproximação norte-sul, cujas características próprias devem ainda ser analisadas.

Por outro lado, não se deve negar que divisões atravessam esses movimentos. Se elas sempre existiram nos movimentos feministas, pois são constitutivas dos movimentos sociais que são atravessados pela diversidade das correntes políticas, novas divisões apareceram nos últimos anos, e que não se superpõem às antigas, por exemplo, no caso da França, entre o feminismo “luta de classes” de um lado e o feminismo “essencialista” do outro. Novas rupturas/divisões tornaram difíceis as atividades comuns aos grupos feministas na França, divisões sobre a questão do véu islâmico, da prostituição, ou da relação entre movimento feminista e teoria feminista. A divisão entre feministas no que diz respeito à prostituição, por exemplo, entre “abolicionistas” e “regulamentaristas”, findou por criar antagonismos entre pesquisadoras, assim como entre militantes do movimento feminista e pesquisadoras da área acadêmica.

Atualmente, as recomposições e as mudanças das relações de forças no seio dos movimentos feministas se faz em um contexto marcado pela mundialização, pelo desenvolvimento das migrações internacionais, principalmente da migração feminina, pela internacionalização crescente do mercado do sexo. Face a essas questões, é preciso sublinhar a dimensão norte-sul das lutas feministas, da mundialização dessas lutas. E se há diferenças e divisões entre as militantes feministas dos países do norte e do sul, há também possibilidades de aproximação. As situações macroeconômicas e sociais são bastante convergentes; violência e precariedade social crescentes do trabalho, principalmente da violência praticada contra as

mulheres e precariedade do trabalho feminino, apesar do distanciamento crescente entre o norte e o sul, do ponto de vista do contexto político (*cf.*, por exemplo, a democratização dos países latino-americanos no período recente e o crescimento da extrema direita nos países europeus). O interesse de um movimento como a Marcha Mundial das Mulheres é que elas são autônomas em relação aos homens, em relação ao movimento altermundialista misto, que não se reivindica centralmente como feminista. Elas coordenam ações feministas em diferentes regiões do mundo. Seria então o caso de dizer que a Marcha é a única via para uma luta feminista altermundialista? Creio que não. Tenho tendência a pensar que a pluralidade é uma condição de riqueza.

Estas poucas reflexões sobre o processo atual de mundialização e as transformações atuais do trabalho devem ser consideradas apenas como pistas de pesquisa. Diversos fenômenos, aos quais fiz apenas alusão aqui, devem ainda ser analisados. A eficácia e a renovação dos movimentos anti ou altermundialistas dependem da capacidade desses movimentos de integrar as questões acima mencionadas, ligadas à precarização social e do trabalho, que foram o objeto das lutas nacionais recentes na França, principalmente por ocasião da tentativa de institucionalização do CNE e do CPE. As novas figuras – sexuadas – do assalariamento e o papel particular das mulheres prefiguram relações de trabalho que estão por vir para os dois sexos. A *reconfiguração* das relações entre vida profissional/vida familiar, entre esferas privada e pública, será provavelmente um processo central, importante. Novas pesquisas e uma renovação dos intercâmbios interdisciplinares e internacionais nos parecem ser hoje uma pré-condição para o avanço dessas reflexões.

Referências bibliográficas

APPAY, Béatrice (2005). *La dictature du succès. Le paradoxe de l'autonomie contrôlée et de la précarisation*. Paris : L'Harmattan.

ARENDT, Hannah (1988) [1958]. *Condition de l'homme moderne*. Paris : Calmann-Lévy, "Agora", 36m8p.

AUER, Peter; GAZIER, Bernard (2006). *L'introuvable sécurité de l'emploi*. Paris : Flammarion.

BACHETTA, Paola (2007). Openings: Reflections on Transnational Feminist Alliances, communication au colloque international «Le genre au coeur de la mondialisation», Paris, 21-22-23 mars 2007. Les papiers sont consultables sur le site <http://www.gtm.cnrs-bellevue.fr>.

BENERIA, Lourdes *et al* (ed)(2000). Gender, a special issue on globalization, *Feminist Economics*, vol. 6, n° 3, nov., p. 12-18.

BISILLIAT, Jane (dir) (2003). *Regards des femmes sur la globalisation*. Paris: Karthala.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Ève (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard, 843 p.

BUE, Jennifer (2005). Women and various forms of violence at work. Communication au Fourth International Congress on Women, Work and Health, New Dehli, 27-30 nov.

CARRASCO, Cristina (2001). La sostenibilidad de la vida humana: un asunto de mujeres?, in *Mientras Tanto*, n° 82, otoño-invierno.

CASTEL, Robert (1995). *Les métamorphoses de la question sociale*. Une chronique du salariat. Paris : Fayard, 490 p.

CASTEL, Robert (1998). Centralité du travail et cohésion sociale. In J. Kergoat *et alii* (sous la direction de) *Le monde du travail*. Paris : La découverte, p. 50-60.

CINGOLANI, Patrick (2005). *La précarité*. Paris : PUF, Coll. Que sais-je?

COCCO, Giuseppe; NEGRI, Antonio (2006). O trabalho do luto, quotidien Folha de São Paulo, São Paulo, 12/04/06.

Collectif (2003) *Quand les femmes se heurtent à la mondialisation*, ATTAC, Paris : édition Mille et une nuits/Fayard.

DEJOURS, Christophe (1996). «'Centralité du travail' et théorie de la sexualité», *Adolescence*, 14, 2, p. 9-29.

DEVREUX, Anne Marie (2000, 2ème éd. 2004). Famille, in *Dictionnaire Critique du Féminisme*, Paris : PUF.

DUBAR, Claude (2006). *Faire de la sociologie. Un parcours d'enquêtes*. Paris : Belin.

EHRENREICH, Barbara ; HOCHSCHILD, Arlie R. (ed.). *Global Woman. Nannies, maids and sex workers in the new economy*. Metropolitan Books, Henry Holt and Company, New York.

Falquet, Jules; HIRATA, Helena; LAUTIER, Bruno (coord.) (2006). Travail et Mondialisation. Confrontations Nord/Sud, *Cahiers du Genre*, n° 40, 1/2006.

FERREIRA, Virginia (2002). La mondialisation des politiques d'égalité : du réformisme social au réformisme d'État, in *Cahiers du Genre*, n° 33.

FRASER, Nancy (2005). Multiculturalisme, anti-essentialisme et démocratie radicale. Genèse de l'impasse actuelle de la théorie féministe, in *Cahiers du Genre*, n° 39.

FREYSSINET, Jacques (2006). Les trajectoires nationales vers la flexibilité du rapport salarial : le cas de la France dans le contexte de l'Union Européenne, Communication au colloque international Les nouvelles formes du travail et du chômage : Brésil, France et Japon dans une perspective comparative, São Paulo, 11-12 septembre. (tradução bras. In Araujo Guimarães, Hirata, Sugita (coord) – *Trabalho flexível, emprego precário*, São Paulo, EDUSP, no prelo)

GODELIER, Maurice (1996). *La production des grands hommes: pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée*. Paris : Fayard.

GOFFMAN, Erving (1977). The arrangement between the sexes, in *Theory and Society*, vol. 4, n° 3 (trad. française *L'arrangement des sexes*. Paris : La Dispute, 2002, coll. Le genre du monde.

GORZ, André (1988). *Les métamorphoses du travail : quête du sens. Critique de la raison économique*. Paris : Galilée.

GUILBERT, Madeleine (1966). *Les fonctions des femmes dans l'industrie*, Paris/La Haye : Mouton.

HIRATA, Helena (2005). «Concilier» vie familiale/vie professionnelle : hypothèses à partir d'une enquête de terrain, Communication Centre Marc Bloch-GERS/CNRS, Colloque franco-allemand Marché du travail, politiques familiales et rapports de genre. Regards croisés franco-allemands, Berlin, 12-13 novembre 2004, publié in *Feministische Studien*, hiver.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle (2005). Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe: quel renouvellement de l'épistémologie du travail? in *Les ressorts de la mobilisation au travail*. Durand J.P. et Linhart D. (coord.). Toulouse : Octarès, p.263-272.

ISAMBERT-JAMATI, Viviane (1962). La répartition par sexe. In G. Friedman & P. Naville (Eds.). *Traité de sociologie du travail* - vol. II, Paris : Armand Colin.

ITO, Ruri (2005). Internationalizing Reproductive Labor in a Super Aged Society? Japan's New Immigration Policy and Its Implications on Care Work. Communication au colloque Women's Worlds 2005, Panel Women's Work and Immigration in Asia, 22/06/2005.

JENSON, Jane (2000). A Comparative Perspective on Work and Gender, in J. Jenson, J. Laufer, M. Maruani (ed.), *The Gendering of Inequalities: Women, Men and Work*, Aldershot. Burlington USA, Ashgate, p. 3-16.

KAUFMANN, Jean-Claude (1992). *La trame conjugale. Analyse du couple par son linge*. Paris : Nathan.

- KASE, Kazutoshi; SUGITA, Kurumi (eds.) (2006). *The Unemployed and Unemployment in an International Perspective: Comparative Studies of Japan, France and Brazil*, ISS Research Series, n° 19, Institute of Social Sciences, University of Tokyo, Tokyo.
- KERGOAT, Danièle (1998). La division du travail entre les sexes, in J. Kergoat *et al.* (dir.), *Le monde du travail*, Paris : La découverte, p. 319-327.
- KERGOAT, Danièle (2005). Rapports sociaux et division du travail entre les sexes, in *Femmes, genre et sociétés, l'état des savoirs*, (dir.) M. Maruani. Paris : La découverte.
- LOWY, Ilana (2003). Sur le cas Agnès, in «La distinction entre sexe et genre. Une histoire entre biologie et culture», *Cahiers du Genre*, n° 34.
- MATHIEU, Nicole Claude (1991). *L'anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe*, Paris : Côté Femmes.
- MILEWSKI *et al* (2005). *Les inégalités entre les femmes et les hommes : les facteurs de précarité*. Rapport à la ministre chargée de la Parité, 3/3/05. Paris : La documentation française.
- MOZERE, Liane (2005). Des domestiques philippines à Paris : un marché mondial de la domesticité. I. Rigoni, D. Séhili (coord.), dossier Femmes et migrations, in *Migrations et Société*.
- MOLINIER, Pascale (2002). *L'énigme de la femme active. Egoïsme, sexe et compassion*. Paris : Payot, (réédition poche, Petite Bibliothèque Payot, 2006).
- OSO CASAS, Laura (2003). Migration et trafic des femmes latino-américaines en Espagne service domestique et prostitution, in M. Hersent, C. Zaidman (coord.), *Genre, Travail et Migrations en Europe*, Paris : Publ. Paris 7, Coll. Cahiers du Cedref.
- PETIT, Pascal (2000). Mondialisation, in *Dictionnaire de Sociologie*, Le Robert, Supplément.
- POCHMANN, Marcio (1996). O desemprego no capitalismo, in *Serviço Social & Sociedade*, n° 52, Ano XVII, déc.
- QUIMINAL, Catherine (1998). Les associations de femmes africaines en France. Nouvelles formes de solidarité et individuation, in *Cahiers du Gedisst*, n° 21, p. 111-130.
- ROY, Donald (2006). *Un sociologue à l'usine*. Paris, La Découverte, Classiques. Grands Repères.
- SENNET, Richard (2006). *Culture du nouveau capitalisme*, Paris : Albin Michel.

SUDARSHAN, Ratna M. (2005). Reconstructing gender identities: influences of globalisation. Paper presented in the international conference Globalisation. Social and Political Dimensions, Jawaharlal Nehru University-MSH Paris, New Dehli, 17-18 nov.

SASSEN, Saskia (2003). Global Cities and Survival Circuits, in Ehrenreich, Barbara; Hochschild, Arlie R. (ed.) *Global Woman. Nannies, Maids and sex workers in the new economy*, Metropolitan Books, Henry Holt and Company, New York, p. 254-272.

SINGLY, François de (1987). Fortunes et infortunes de la femme mariée. Sociologie de la vie conjugale. Paris : PUF.

TALAHITE, Fatiha (2000). Mondialisation, in Hirata, H., Laborie, F., H. Le Doaré, Senotier, D., *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris : P.U.F., 2000 (2ème éd. 2004).

TAWA LAMA-REWAL, Stéphanie (2006). Le local et le global dans le mouvement indien des femmes, in *Cahiers du Genre*, n° 40, p. 183- 202.

TREILLET, Stéphanie (2007). La Banque mondiale s'intéresse aux femmes : dans quel but?. Communication au séminaire La question du genre dans l'économie du développement aujourd'hui, Maison de Sciences Economiques, Université de Paris 1 –Panthéon-Sorbonne, Paris, le 3 mai.

YOUNG, Kate (1978). Modes of appropriation and the sexual division of labour: a case study from Oaxaca, Mexico. In Kuhn, A., Wolpe, A. (eds), *Feminism and Materialism*. Boston : Routledge.

VELTZ, Pierre (2004). *Mondialisation, villes et territoires*. Paris: P.U.F., 2005, coll. Quadriges.

ZIMMERMANN, Bénédicte (2006). Les groupements d'employeurs : la sécurité dans la flexibilité ?, in *Sociologie du Travail*, n° 48, p. 1-16.

Uma primeira versão deste texto foi apresentada no seminário internacional da revista Argumentos, Cambio de siglo. Explotacion, despojo, terrenos de afirmacion de las mujeres, renacimiento indigena, fronteras y migrantes, autonomias, libertades, derechos, realizado na Universidad Autonoma Metropolitana (UAM Xochimilco), México, em 22/05/2007.

pontos de vista pontos de vista pontos de
vista pontos de vista pontos de vista pontos
de vista pontos de vista pontos de vista



pontos de vista pontos de vista pontos de



pontos de vista

participação política

Participação política das mulheres no século que começa

Virgínia Vargas

O que mudou nestes anos, nos contextos e nas condições para a participação política das mulheres? O que mudou com o ingresso mais ativo das mulheres nas esferas da política formal? Quais outros espaços e perspectivas — além dos mais clássicos e tradicionais — de participação e negociação, dentro das esferas oficiais, surgiram no último período na América Latina?

A partir dessas questões, o texto pretende analisar a participação política das mulheres na América Latina,

não como um dado *per se*, mas à luz das profundas mudanças paradigmáticas que experimentou a região (e o mundo) nas últimas décadas, e na sua relação com os processos democráticos. Essa relação com a democracia nos aproxima de uma das tensões mais significativas do último período: a que existe entre as forças de regulação e as forças de emancipação (Sousa Santos, 2006).

Proponho, então, analisar esses processos, e as múltiplas formas de participação política das mulheres, a partir de um posicionamento que coloque no centro a prática feminista em volta da política e da democracia, e as tensões que tornaram complexas as formas de perceber e analisar essa participação.

O texto apresenta três seções. Na primeira se explicita o contexto de transformações na região latino-americana e as tensões democráticas que surgiram tanto na relação entre sociedade civil e Estado – neste caso, entre os “movimentos” e *actoras* feministas –, quanto nas mesmas formas e sentidos da participação política das mulheres. A segunda parte analisa brevemente o impacto das mudanças sociopolíticas, econômicas, culturais e emocionais, nas subjetividades e imaginários dos atores sociais, homens e mulheres, e nos novos cenários que são gerados. A terceira parte é uma aproximação a novos caminhos – inacabados, em formação, na sua busca –, aproximação realizada desde a ação e a reflexão, e que

começa a tornar complexo o horizonte de sentido da política e da participação no momento presente.

O contexto e suas mudanças paradigmáticas

Nas últimas décadas, as tantas vezes mencionadas transformações que tiveram lugar na região latino-americana não se limitaram às realidades econômicas, sociais, políticas e culturais, mas impactaram os horizontes subjetivos das sociedades, dando lugar a novas tensões democráticas.

Por um lado, a generalização da democracia como forma de governo, e como aspiração da sociedade, impulsionou novos valores e expectativas cidadãs. Distintas entidades estatais colocaram em marcha, com maior ou menor intensidade, com maior ou menor conteúdo democrático, profundos processos de reforma. Em todos eles se buscou assentar processos de governabilidade que indiquem, ainda que teoricamente, uma melhor definição das funções do Estado, corrigir suas deficiências históricas e responder às exigências de um mundo crescentemente diverso, desigual e globalizado.

Por outro lado, porém, muitas vezes essas reformas não lograram impulsionar formas de mediação com os interesses e aspirações cidadãs. Formuladas no marco do modelo capitalista neoliberal hegemônico na região, que consagrou o sucesso do mercado acima

da cidadania, e da economia acima da política, com tendência a reforçar o processo de privatização da política e a distância cada vez maior dos interesses cidadãos, que parecem prevalecer (pelo menos) no mundo ocidental (Lechner, 1997). O neoliberalismo não destrói a centralidade do Estado, mas o redireciona para servir melhor aos interesses do capital. Enfraquece seu papel de mediador nos conflitos sociais e modifica o conteúdo do seu acionar democrático¹ e de seus âmbitos de incidência, quando subtrai capacidade e força tanto para abordar e decidir sobre os assuntos macro, quanto para atender às preocupações vividas como centrais pela cidadania na sua cotidianidade. E isso tem gerado o que os analistas chamam de *democracias de baixa intensidade*, expressão que já usou Sousa Santos nos anos noventa em seu artigo “Em direção a uma concepção multicultural dos direitos humanos” (1997).

Os partidos políticos, também históricos geradores da sociedade civil e impulsionadores — ainda que conflitantes e *retaceadores*² — de movimentos sociais, sofreram um crescente enfraquecimento na sua capacidade de mediação entre sociedade civil e Estado. Resistiram às suas próprias reformas democráticas, a toda luz necessária, investindo mais no aparelho que em sua renovação. E nesse processo enfraqueceram sua inter-relação com a cidadania, o que impôs a exigência de

pensar novas formas de representação num momento histórico onde não só as crises dos partidos, mas também a fragmentação ou diversificação da vida social implicaram a fragmentação ou diversificação dos interesses representáveis.

Esse enfraquecimento crescente da orientação social dos Estados, que deslocaram suas responsabilidades nesse campo para o mundo privado, impactou negativamente as condições de vida e os direitos cidadãos de amplas maiorias da população. O impacto tem sido especialmente grave para as mulheres: a privatização do social aumenta sua carga de trabalho no campo doméstico, já que devem suprir os serviços que o Estado não realiza mais, sem obter o reconhecimento do seu aporte para o trabalho reprodutivo. Dessa maneira, as mulheres aparecem como parte da estratégia reguladora do mercado. E essas dimensões da sua exclusão geralmente são “invisíveis” nas políticas governamentais. Porém, essas mudanças não são processos lineares, mas complexos e ambivalentes. Impactaram na ordem de gênero, sustentado previamente por um paradigma específico de produção e relações de trabalho (baseado na ocupação em tempo integral, numa específica divisão sexual do trabalho, entre outros). Tal ordem ficou degradada com a desapareção, como conceito, do salário familiar, e profundamente enfraquecida – ou modificada

– com a falta da estabilidade laboral masculina e a incorporação crescente das mulheres ao mercado de trabalho (Todaro, 2002). Atualmente, a mesma forma de emprego que alcança amplos setores da população, chamada eufemisticamente de flexibilidade laboral, produz, ao mesmo tempo, dramáticas exclusões, enfraquece as fronteiras entre o público e o privado e gera novas inter-relações de ambas as esferas.

As tendências destacadas foram acompanhadas pelo que Giddens (1996) chama de crescente *processo de destradicionalização*, que tende a enfraquecer costumes arcaicos e sentidos comuns tradicionais; entre eles, os relativos às relações entre os sexos (o que ele denomina de processos direcionados a uma sexualidade plástica e flexível) e aos valores familiares unívocos (o que provoca também resistências fundamentalistas de defesa desses valores). Isso não implica na desapareição da tradição, mas uma mudança no seu *status*: deixa de ser considerada como algo inquestionável e começa a ser vista como aberta a questionamentos, isto é, algo sobre o que se pode decidir. E nesse campo há mudanças notáveis nas dimensões reprodutivas e sexuais e nas instituições que as consagram. Houve um crescente enfraquecimento da família nuclear, um reconhecimento mantido sobre as práticas que geram novos tipos de família, uma tendência crescente que separa a paternidade e maternidade

biológicas das sociais (Guzmán, 2001). Em relação a esse aspecto, Ulrich Beck (2002) afirma que uma democratização cultural “está transformando os fundamentos da família, as relações de gênero, o amor, a sexualidade, a intimidade”. Não é pouca coisa.

Todas essas modificações – as destacadas no parágrafo anterior – são também novas formas de resolução da tensão entre emancipação e regulação, e resultam positivas para as mulheres. Entretanto, são dificilmente reconhecidas pelos espaços da política formal e, portanto, não chegam a ser expressadas nas políticas estatais.

As complexidades nas formas de relação e interação entre a sociedade civil e o Estado

Nas últimas décadas, as mulheres organizadas na América Latina assumiram a interação, pressão, diálogo e negociação entre a sociedade civil e o Estado, como um *direito* e uma *responsabilidade* cidadã. Esta nova postura se baseou em um olhar mais complexo sobre o Estado, nascida do reconhecimento de que não se trata de uma entidade homogênea, exclusivamente de dominação, mas de um conjunto heterogêneo de arenas erráticas e desconexas, com pluralidade de formas discursivas (Pringle e Watson, 1992), historicamente produzidas e não estruturalmente fornecidas. A partir disso, a possibilidade, ainda que teórica, de encontrar no Estado espaços

mais sensíveis para determinadas propostas democráticas, dentre as quais, algumas das que são levantadas pelas mulheres.

No entanto, essa possibilidade de abertura e as interações com o Estado – incluindo-se aquelas em que suas arenas são mais sensíveis às demandas cidadãos – não são neutras. Nelas existe competência de visões de construção cidadã, sendo um permanente terreno de disputa entre a sociedade civil e o Estado sobre conteúdos, alcances, sentidos e orientações das ações impulsio-nadas, bem como sobre o seu maior ou menor conteúdo e força democrática.

No caso das mulheres, há um dado adicional: as modificações das expressões mais flagrantes dos desbalanceamentos de gênero são percebidas como necessárias e funcionais, para o avanço das tarefas dessa modernidade inconclusa em nossos países, nos processos de reforma do Estado e governabilidade que caracterizaram as últimas décadas na América Latina. Mais frequentemente a igualdade entre os gêneros começa a ser um assunto público, político, que deve ser regulada pelo Estado por meio de propostas, normatividades e programas implementados pelos governos.

Neste campo heterogêneo, a “igualdade” de gênero tem sido um terreno permanente de disputa, especialmente na sua relação com a democracia. E isto foi compartilhado pela também

heterogênea nova onda democrática na América Latina, que convive com uma tendência claramente conservadora em muitos governos da região. Além disso, é heterogênea também como onda democrática. Em alguns casos, com clara ênfase no confronto com o modelo neoliberal (Venezuela, Bolívia, eventualmente Equador); outros governos são mais complacentes com ele (o do Brasil, o do Chile, que é, aliás, o primeiro a chegar com política paritária). Alguns com desenvolvimento mais determinado das regras de convivência democrática (como Uruguai), ou com democracias com menor desenvolvimento e maior risco de autoritarismo (Venezuela). Há governos com democracias fracas, mas que têm implementado mudanças significativas ao abrir espaço às expressões de participação e gestão política das populações quéchuas e aymaras, historicamente excluídas do exercício da política e que, por esse motivo, a democratizam com a sua simples presença (Bolívia). Outros, com sucessos mais limitados, mas de grande impacto simbólico, como o caso do México, Distrito Federal, que logrou consagrar o direito ao matrimônio entre pessoas do mesmo sexo e a descriminalização do aborto.

Porém, esta onda democrática não necessariamente assume os direitos humanos e cidadãos das mulheres, nem das diversidades sexuais. Um exemplo eloquente é o do Presidente Tavaré Vásquez, do Uruguai – país historicamente

(...) esta onda democrática não necessariamente assume os direitos humanos e cidadãos das mulheres, nem das diversidades sexuais.

secular e com forte *institucionalidade* democrática –, que, após se entrevistar com a hierarquia eclesiástica, anunciou que objetaria a proposta de lei sobre descriminalização do aborto, a mesma que quase foi aprovada pelo governo anterior³.

Existe, todavia, uma distorção complacente do que significa uma perspectiva democrática, ao considerar, nessa onda, governos como o de Daniel Ortega, da Nicarágua, sobre quem recai um julgamento por incesto e cujo governo, ao chegar ao poder, numa aliança aberta com a hierarquia eclesiástica⁴, anulou a lei de descriminalização do aborto mais antiga da região e começou uma perseguição política aberta contra nove líderes feministas.

Mas o itinerário é mais amplo. Existe uma complacência democrática de risco com governos que confrontam o neoliberalismo e apontam novas formas de integração regional, enquanto geram relações pouco democráticas com a sociedade e com a política. O caso de Venezuela é, talvez, o mais paradigmático, porque

seu radicalismo político é acompanhado por tendências autoritárias e desrespeitosas das normas democráticas, quando se pretende a permanência no poder e se geram dinâmicas de organização da sociedade civil pouco autônomas.

A participação política das mulheres nas últimas décadas

Há estratégias e temas pelos quais estamos lutando que apontam para uma reorganização do modelo existente, mas não subvertem a lógica imperante.

“O conteúdo de advocacy (...) varia de visões profundamente conservadoras e tributárias das necessidades do atual modelo econômico e político hegemônico para olhares que recuperam outras dimensões (...), orientadas em direção às Sociedades Cívicas e as urgentes mudanças culturais, com uma cidadania cada vez mais ativa no seu direito de negociar interesses e impactar as relações de poder entre Estado e Sociedade. Mas se nos colocamos nesta última postura, é advocacy o que estamos fazendo quando convencemos a Sociedade da bondade das propostas feministas? Ou estamos gerando práticas transgressoras dos limites das democracias realmente existentes e subversivas da atual ordem de dominação? Caso sim, estamos gerando então estratégias de contra-poder, onde a atuação do advocacy deveria se posicionar, ampliando a noção de espaço público além dos espaços estatais para colocá-los como

construção pública cidadã, para aumentar a subversão dos códigos do que realmente importa” (Vargas, 2006).

Os avanços na participação política das mulheres nestas últimas décadas foram impactantes, como é revelado pelos diferentes estudos sub-regionais da ALOP, incluindo o de Alina Donoso e Teresa Valdés (2007). Os movimentos de mulheres e feministas, que lutaram também ativamente pela recuperação das democracias (apesar de esta contribuição não ser visível⁵), foram fundamentais nesses avanços. Além disso, destacaram-se na sua negociação com os governos em escala regional e global, tanto pela sua incursão nos espaços globais abertos pelas Conferências Mundiais da Mulher das Nações Unidas, na década de noventa, quanto pela extensão da normatividade internacional por meio de um conjunto de convenções (Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, CEDAW; Convenção de Belém do Pará para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher), resultando num conjunto fundamental de recomendações e obrigações aos governos internacionais e nacionais (a Plataforma do Cairo e a Plataforma de Pequim são as mais sobressalentes nesse aspecto e, no novo milênio, a Conferência do Racismo).

Nos distintos países da região, os movimentos de mulheres e feministas impulsionaram importantes normati-

dades, bem como Planos de Igualdade, políticas de afirmação positiva etc. Em todo esse processo foi se gerando uma “*institucionalidade* de gênero” no Estado, de alcances nacionais e global. Destaca-se em escala regional a Unidade da Mulher da Cepal⁶. Há, todavia, avanços na visibilidade cognitiva e analítica das mulheres, ao se ter estatísticas desagregadas por sexo, dados de gênero, além de formas interessantes de organização e participação política por meio de ações de fiscalização, de exigência de prestação de contas, e também de observatórios, mesas de vigilância, instrumentos de acompanhamento como o “Índice de Compromisso Cumprido” etc.

A presença de mulheres liderando, negociando, pressionando os espaços políticos é uma estratégia fundamental, porque ao se tornarem visíveis em todos esses espaços, antes monolítica e exclusivamente masculinos, se ampliam os conteúdos democráticos das sociedades. Este ganho é fundamental para a democracia e constitui o piso básico sobre o qual será construída a ainda incipiente “igualdade”. É também sobre esse piso que se ampliará a consciência do “direito a ter direitos” nas mulheres, e a partir do qual surgirão espaços para novas vozes e novas dimensões de emancipação.

Nessa perspectiva, porém, há vários aspectos a se analisar – não descartar, a partir dos ganhos e das estratégias mencionadas.

A opção pelas estratégias de negociação e interação com o público-político colocou os movimentos feministas no centro de uma das tensões históricas dos movimentos sociais: a disjuntiva entre conquistar alguns espaços de poder dentro das estruturas dominantes, com o risco de permanecerem subordinados, ou sustentar autonomamente uma identidade sem negociar, com o risco de continuarem débeis e periféricos (Evers 1986 e, na sua época, Mary Wollstonecraft, autora de *Reivindicación de los derechos de la mujer*, de 1792). Essa tensão expressa os conteúdos ambivalentes e contraditórios das estratégias feministas: por um lado, ao serem direcionadas para transformações que aproximem as mulheres da igualdade dentro das democracias realmente existentes, nas que estão inseridas, e ao mesmo tempo, buscar subverter, ampliar e radicalizar essas mesmas democracias.

Essa tensão foi analisada a partir de diferentes aspectos. María Luisa Tarrés (1999) a expressa como o difícil equilíbrio entre a “ética” e a negociação. Por outro lado, Verónica Schild (1998) afirma que as estratégias feministas podem simultaneamente confrontar e (re)produzir noções hegemônicas sobre desenvolvimento, democracia, cidadania etc., descuidando assim dos conteúdos de disputa ou das “guerras de interpretação” (Slater, 1998), por meio das quais a sociedade civil vai

encaminhando suas propostas democráticas e assumindo um olhar político, “sempre atentando para *desprogramar* o pré-convencionado pela ritualização da ordem, aproximando e exibindo o escândalo da diferença ante essa ordem, o escândalo das muitas perspectivas” (Sarlo, em Richards 1993: 43).

Nessa tensão, o risco de despolitização das demandas tem sido uma ameaça constante nas estratégias feministas. Com relação a essa questão, muitos fatores influenciaram, dentre os quais a própria mudança nas dinâmicas *societais* (sociais e estatais). As lógicas neoliberais acentuaram a passagem de uma dinâmica basicamente de movimento para outra mais institucional⁷ e reforçaram a tendência, indicada por Lechner (2006), orientada à privatização das condutas sociais, para uma “cultura do eu” receosa de envolver-se em compromissos mais coletivos. Uma expressão deste processo tem sido o “esvaziamento” político do conceito de gênero. Não somente foi despolitizado seu alcance, ao se tornar obscuro o seu conteúdo de relações de poder antidemocráticas; a própria categoria “gênero” também explodiu no seu conteúdo binário de oposição entre mulheres e homens, para dar espaço a uma perspectiva muito mais complexa e ao reconhecimento de múltiplos gêneros.

Nesse processo houve uma certa “tecnificação” das agendas feministas, em que os temas mais trabalhados

deveriam ser os que facilitam a negociação com o público estatal, enfraquecendo-se aqueles que avançam para o fortalecimento das sociedades civis democráticas desde uma perspectiva de emancipação, o que ocorreu nos momentos em que foi assumida a negociação do “possível” e se deixou de nomear o “desejável” (Álvarez, 1998). Isso esclareceria, por exemplo, por que assuntos tão cruciais para as agendas feministas, como os relativos aos direitos sexuais, e dimensões mais radicais dos direitos reprodutivos, como o direito ao aborto, foram desconstruídos por longa data e não desenvolveram estratégias para e desde as sociedades civis, pressionando os Estados pelo seu reconhecimento. Ou por que no Chile, por exemplo, aspectos tão centrais da modernidade e que ampliam o piso de manobra das mulheres, como o divórcio, em seu momento não foram perseguidos com mais força, quer seja por feministas, quer seja pela sociedade civil democrática. Ou por que um trunfo histórico da modernidade, como o Estado laico, não foi assumido com a força necessária em um continente com características tão assombrosamente confessionais como a América Latina. Além disso, seria esclarecido por que as lutas pela ampliação das cidadanias femininas foram orientadas mais para a dimensão civil e política e muito menos para a sua dimensão socioeconômica. Ou por que setores importantes dos feminismos no Peru viveram a tentação de isolar os avanços da cidadania das

mulheres, dos riscos e atropelos que vivia a democracia na década do governo ditatorial de Fujimori.

Dá a impressão, como destacam Barriig e Vargas (2000) ao se referirem ao Peru, mas com um foco mais geral, que certo pragmatismo espontâneo tem predominado nas estratégias feministas, nem sempre mostrando-se com clareza o lugar a partir de onde as feministas influenciam, arquetam ou contribuem com os governos.

Dessa forma, aparentemente sem mediar um trânsito entre a identidade do coletivo feminista e suas apostas “contraculturais”, as autoras afirmam que “se chegou ao Estado em um processo insuficiente de debate. Ao que parece, estaríamos perante uma estreita margem de manobra para ter a capacidade de incidência em políticas públicas, mas, ao mesmo tempo, manter a autonomia para a crítica e a mobilização”.

Por isso, a importância de perguntarmos não somente o quanto conquistamos para a participação política das mulheres, mas também o quanto mudou o espaço político com o ingresso das mulheres.

Participação das mulheres e mudanças no espaço político

Para estabelecer alguns caminhos nessa questão, e sem pretender ser exaustiva, farei uma análise de duas dimensões: (1) as relações entre sociedade civil e

Estado a partir da geração de alianças entre mulheres e a partir das políticas de afirmação positiva, como cotas; e (2) a relação da cidadania das mulheres com a democracia.

As possibilidades de interconexão e negociação da sociedade civil com o Estado (e, neste caso, dos movimentos feministas, funcionárias estatais e burocratas feministas) significaram um impulso relevante para a capacidade de incidir no Estado e propuseram uma normatividade, políticas de ação positiva e mecanismos de gênero estatais mais perto dos interesses de “emancipação” das mulheres. O chamado “triângulo de empoderamento” (Nijeholt, Vargas e Wieringa 1998), importante, aliás, para legitimar as ações das funcionárias e burocratas nesse espaço e para gerar canais de interação com as sociedades civis, permitiria gerar uma “massa crítica” dentro do Estado. Porém, consolidar esse “triângulo de poder” além das dimensões conjunturais e pontuais, requer certo nível de *institucionalidade* democrática, com a conseqüente capacidade de permanência das burocracias e das políticas públicas, bem como mudanças de governo ou de políticas dentro de um mesmo governo; requer, sobretudo, a vontade política e de solidariedade de gênero que acompanhe aquelas que estão chegando a esses espaços⁸.

Há, sem dúvida, espaços interessantes onde foram gestados “triângulos de poder”, alguns mais conjunturais,

outros mais permanentes, em níveis nacionais e regionais. Mas, na maioria dos países da região essa *institucionalidade* democrática mais revigorada é ainda uma realidade claramente deficiente. Com exceção parcial no Cone Sul e em uns poucos locais em outras sub-regiões da América Latina, o que caracteriza os Estados em muitos países é justamente a sua fragilidade democrática institucional. Isso não somente enfraquece o alicerce democrático, mas fere também a sustentabilidade de processos democráticos mais consolidados, já que – como diz Cansino (2005: 42) – a democracia é sustentável “quando seu marco institucional promove objetivos normativamente desejáveis e politicamente desejados, como a erradicação da violência arbitrária, a segurança material, a igualdade e a justiça, e quando, ao mesmo tempo, as instituições são capazes de enfrentar as crises que se produzem se esses objetivos não chegam a ser cumpridos”.

Tudo isso dificulta a geração de uma massa crítica “mais estável” nos governos. Além disso, outros fatores que contribuem são os conteúdos e orientações de algumas políticas de afirmação positiva, como as de cotas.

As cotas já são um direito ganho e têm importância central para avançar na “justiça de gênero”. A sua aplicação impacta o horizonte referencial da sociedade (e do Estado) em relação à participação política das mulheres nos

espaços de política formal, à medida em que o “olho” social se acostuma a ver mulheres nesse local, onde antes não existiam, gerando assim uma clara “política de presença” (Phillips, 1995). Porém, não é muito o avanço no âmbito da política de “ideias”, do apoio de uma massa crítica e do triângulo de poder⁹. Por isso a pergunta política formulada por Anne Phillips (1995) questiona se a luta quantitativa pela presença é suficiente, ou se a presença é um meio para um fim: produzir mudanças nos modos, nas linguagens, nas prioridades da política e, principalmente, mudanças que expressem a ampliação do horizonte democrático. Por isso, talvez, Ana María Portugal e Carmen Torres, em estudo da ALOP (2004), afirmam que os avanços nas cotas não tiveram seu corolário nem na equidade social, nem na equidade entre mulheres e homens.

Além disso, há outras dimensões que evidenciam as políticas de cotas, como a questão da “representatividade”. As cotas podem materializar um nível de representatividade a partir da ideia de que as mulheres têm uma identidade compartilhada, alimentada por situações de exclusão e marginalização que provocam vivências e experiências comuns. Porém, os riscos desta concepção, destacados por muitas feministas, são grandes para a democracia, não somente porque dificultam mais ainda as articulações de propostas de ampliação das cidadanias femininas com as

propostas de ampliação da democracia, mas também pelos riscos de corporativismo e *essencialismo* que contêm, e cujos efeitos vão além das mulheres, porquanto fazem alusão a “uma visão cada vez mais dominante na política, que postula a irredutibilidade radical das perspectivas particulares, agrupando os indivíduos em identidades homogêneas, estáticas, essenciais, negando a possibilidade de realizar um interesse comum... As oportunidades de uma verdadeira transformação são nulas se a mesma não for projetada em direção a uma visão global e equitativa da vida em comum” (Varikas, 1996: 75).

Nesse processo de alimentar triângulos de poder e uma massa crítica que assumam uma ativa politização da perspectiva de gênero, o papel dos movimentos e da sociedade civil é indispensável. Como diz Virginia Guzmán (2001), na lógica do Estado uma demanda se converte em política pública não pela gravidade que guarda, nem pelo grau em que está incorporada nas consciências subjetivas das mulheres, mas pela legitimidade que tem logrado nos públicos mais amplos. Isso remete a outros processos de particular importância democrática: muitas das extensões ou novos conteúdos das cidadanias são pressionados e consagrados por meio de impulsos advindos de baixo, quando na prática começaram a se descobrir e exercitar, quando de alguma forma entraram para formar parte do horizonte

Alimentar esses processos de subjetividade cidadã, afirmativa de direitos, é um dos desafios dos movimentos sociais e da cultura política democrática atual.

subjetivo de setores significativos das cidadanias realmente existentes. A esse processo fazem alusão Calderón e Dos Santos (1989), quando dizem que a cidadania é uma permanente e nunca acabada construção sociocultural. Alimentar esses processos de subjetividade cidadã, afirmativa de direitos, é um dos desafios dos movimentos sociais e da cultura política democrática atual.

Entretanto, existem complexidades adicionais que a cidadania traz na sua relação – ou na falta dela – com a democracia. A cidadania também se tornou um espaço de disputa em seus conteúdos e alcances democráticos, não só pelo reducionismo neoliberal já mostrado – aquele de ponderar o desenvolvimento cidadão como capacidade de acesso ao mercado e ao consumo –, mas também, consequentemente, pela distorção que significa priorizar algumas dimensões do desenvolvimento das cidadanias em detrimento de outras.

Nessas condições, há momentos e situações em que a ênfase na área de di-

reitos cidadãos ou na democracia marca a enorme diferença e pode modificar profundamente o sentido das lutas. Foi o que aconteceu no caso paradigmático do Peru, durante o governo ditatorial de Fujimori, quando o que tinha aparência de bom para as mulheres era nefasto para a democracia: enquanto, por um lado, se avançava nas leis, na *institucionalidade* estatal para as mulheres e reconhecimentos cidadãos, por outro, essa igualdade estava sendo obtida às custas de tirar a dignidade das mulheres, de mudar o sentido de direitos pela dádiva e a caridade, e – muito mais concretamente – de mudar o voto por alimentos ou dinheiro. Igualdade formal alcançada às custas de minimizar seus umbrais cidadãos, sem espaços democráticos onde exercitá-la e expandi-la. O que revelou dramaticamente que nem sempre cidadania e democracia são processos simultâneos. Partindo dessa constatação, foi evidente a necessidade de uma permanente revisão da construção e ampliação dos direitos das mulheres, de maneira que não fossem enxergados como um dado *per se*, mas na sua relação com a qualidade dos processos democráticos.

Por isso, a democracia representativa, quando levantada como a expressão máxima da democracia, apesar de ser sua dimensão mais primária, enfraquece a própria democracia. Nessas considerações, parece que a participação “tornou-se muito mais funcional

para a legitimação dos governos e para canalizar os conflitos sociais, que para produzir avanços efetivos nas políticas públicas e na sua efetivação em direitos” (ALOP, 2007). Por essa razão, apesar de ter se criado uma *institucionalidade* participativa, nova e rica (orçamentos participativos, planos de desenvolvimentos locais participativos, mecanismos de fiscalização etc.), esta “coexiste (...) com uma prática política empobrecida, auto-centralizada e auto-referencial, de portas fechadas, incapaz de colocar em debate as restrições e condicionamentos que a economia capitalista e a inserção da América Latina na economia global propõem à democracia” (Celiberti, 2004).

Trata-se, então, de incidir também na mudança da lógica da dominação e na exclusão e nas relações sociais que a sustentam. Por isso a importância de uma mudança no olhar e de desenvolver novos marcos interpretativos e estratégias que permitam transformar atritos e demandas das mulheres em propostas políticas e constitutivas de uma agenda democrática, com mulheres inseridas, ante os desafios atuais.

A questão política, as novas subjetividades – A política significativa

“A equiparação da questão política com a gestão estatal e de governo, e da política com o sistema político, contribui para aprofundar a ausência de diálogo entre os diferentes atores do

sistema democrático, e incide cada vez mais no desencanto. Este imaginário restrito da política (reduzida à gestão do Estado) se evidencia hoje como uma das fragilidades da democracia” (Celiberti, 2004).

A nova conjuntura histórica, segundo Waterman (2004), não somente tem trazido a hegemonia neoliberal; também esteve em companhia da desintegração efetiva da velha esquerda e sua substituição por uma mais plural e diversa, por meio de atores progressistas da sociedade civil em crescente radicalização. Sua emancipação não se limitou à relação com o Estado e o capital, em níveis nacionais e global, mas também se deu por causa de esquemas de interpretação ideologicamente arcaicos.

As profundas transformações sociais, globais e nacionais das últimas décadas trouxeram, segundo Lechner (2006), tamanha reorganização social que afetou também a política; sem conseguir se adequar às mudanças estruturais das nossas sociedades, persistindo uma forma de fazer e pensar que não chega a dar conta das atuais complexidades nem da crescente diversidade dos novos interesses e perspectivas. Tudo isso gera um clima de crescente incerteza, que alimenta um recuo para espaços privados. Sousa Santos (2006) também pega carona nessa ideia quando diz que “ao serem expulsas do espaço público, as pessoas se voltam para o privado e o íntimo”.

Esse processo impacta as formas conhecidas de fazer política, produz o “desencanto” com a política, que foi tão largamente documentado nos últimos tempos. Mas, simultaneamente, parece estar abrindo espaços para outras dinâmicas. Talvez um dos caminhos mais interessantes seja o levantado pelo próprio Lechner (2006): perante a desvalorização dos conteúdos da questão pública por efeitos da lógica do mercado (em face do fato de que o centro comercial, prática e simbolicamente, substituiu a praça pública), múltiplos assuntos que formavam parte do mundo privado vêm à luz pública: a discriminação de gênero, as identidades étnicas, as sexualidades diversas etc. Nessas circunstâncias, a agenda pública vai ganhando experiências privadas, diz Lechner (1997), fazendo valer a dimensão política da vida cotidiana e introduzindo novamente na política o que “ela expulsou como ‘irracional’: as paixões e emoções, os afetos e, certamente, as virtudes”.

A questão anterior abre possibilidades significativas para pensar a política

(...) ser sujeito significa ser reconhecido na experiência subjetiva (...) a sacralização da lógica do sistema expulsa a subjetividade social.

a partir de outros contextos de sentido e oferece novos resquícios democráticos que dão espaço às dimensões mais relevantes do cotidiano. Multiplicam-se dessa forma os espaços de conflito social ao ir além das suas manifestações no âmbito público, recuperando sua articulação e continuidade com as alternativas do âmbito privado, suas exclusões, discriminações e abusos de poder. A teoria política feminista contribuiu decisivamente para esse ponto de vista com sua reflexão sobre a dimensão política do campo pessoal, resumida no slogan *o âmbito pessoal é político*. Essa afirmação foi o impulso mais contundente para politizar o cotidiano e posicioná-lo, lentamente, no horizonte referencial das mulheres e da sociedade. Outros autores, no período atual, têm contribuído da mesma forma para esse olhar. Para Sousa Santos (2006), ser sujeito significa ser reconhecido na experiência subjetiva. Lechner (2006), por sua parte, afirma que a sacralização da lógica do sistema expulsa a subjetividade social. As emoções, sentimentos da vida cotidiana, não tendo espaço para a expressão, não tendo nome, não possibilitam a reflexão e também não geram uma base subjetiva na qual possa ser construída a coesão social. Uma política que não se encarregue das aspirações, medos, subjetividades na vida cotidiana, diz Lechner, torna-se uma *política insignificante*.

Tornar significativa a política no período atual é também “iluminar” os

mecanismos mais opacos da exclusão, mais impactantes pela naturalidade com que funcionam. Um desses mecanismos é a atribuição desvalorizada, ou que desabona, adjudicada a determinadas características físicas, étnicas, de gênero, de deficiência, de orientação sexual. Trata-se de uma exclusão de diferente signo: além de ser, em muitos casos, sistêmica, é também uma exclusão subjetiva e simbólica, construída a partir de imaginários culturais e expressada como discriminação, estigma ou preconceito; que permanentemente gera novas exclusões (Casaravilla, s/f), quando quebra a dinâmica do reconhecimento mútuo, por se sentirem iguais na diferença, por aceitarem outras formas de vida. As consequências nas autopercepções sobre exclusão ou acesso a direitos e, portanto, a cidadanias subjetivas, individuais e coletivas, são enormes, porque tendem a legitimar a mesma exclusão ao levar as pessoas a se perceberem como sujeitos com maior ou menor merecimento de direitos ante outrem. O impacto, porém, é maior ao gerar um imaginário de padrão duplo de direitos para toda a sociedade, onde um setor da população (geralmente em situação de exclusão por causa da etnia, do gênero, da sexualidade) aparece recebendo não direitos, mas, como destacam Fraser e Gordon (1992), uma “doação pura, unilateral” em que o receptor não tem nenhum direito e o doador não tem obrigação. Essa consciência fraca do “direito a se ter direitos” tem

Essa consciência fraca do “direito a se ter direitos” tem efeitos mais fortes na cultura política de uma sociedade: enfraquece a relação entre democracia e cidadania, distorce profundamente o sentido de direitos e normaliza a exclusão.

efeitos mais fortes na cultura política de uma sociedade: enfraquece a relação entre democracia e cidadania, distorce profundamente o sentido de direitos e normaliza a exclusão¹⁰.

Todos esses processos tornam-se complexos mais pelo inevitável cruzamento com outras múltiplas exclusões e realidades das mulheres, a partir de uma perspectiva de “interseccionalidade”. São muitos os estudos que evidenciam a forma como, no contexto globalizado, o gênero opera em vários níveis na interseção com a classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade, espaço geográfico, agindo sobre as relações sociais e sexuais. As subjetividades, modificadas a partir da afirmação dessa cultura de direitos, podem impactar as relações e papéis de gênero e as práticas dos atores sociais, reformulando de muitas formas a construção da masculinidade e da feminilidade, ao

mesmo tempo que abrem espaços para articulações, negociações e disputas entre múltiplos atores e movimentos. Isso começa a destruir a lógica da exclusão e da regulação, quando são gerados sujeitos e atores sociais em diálogo e com perspectiva de emancipação.

Alternativas para novos “rumos”. Reflexões inacabadas

“Além disso, um dos traços mais valiosos — pelo meu julgamento — destes tempos é que eles possibilitam uma política que mostra sua referência à vida em comum e não só ao poder estatal. Uma política que, portanto, não depende somente das ações do chefe, do caudilho, mas do comportamento dos atores sociais e os cidadãos comuns. Uma política cujo lugar seja não só o Estado, mas a sociedade e o cotidiano” (Rolando Ames, 2000).

“[Necessitamos] de novas formas de relacionamento com o Estado, onde a interlocução seja horizontal e próxima” (Portugal e Torres, ALOP 2004).

“Para que esta luta pelo reconhecimento tenha espaço é necessário politizar as diferenças celebrando a consciência da igualdade, como meio de

justiça, e proteger a expressão das diferenças, como ato de liberdade” (Rosemberg 2002).

Estratégias e agendas feministas

As frases acima nos dão ideias sobre as múltiplas estratégias feministas em relação ao Estado, à sociedade e aos seus movimentos, a partir de um posicionamento que não restrinja as agendas feministas à inclusão. Aliás, são apresentadas como o que realmente são: agendas múltiplas e pactuadas entre um grande espectro de sujeitos políticos, onde se articula um conjunto complexo de temáticas que dizem respeito à transformação global das formas de vida em sociedade, sob os ideais de emancipação, justiça social, liberdade e não discriminação (Guzmán 2001). E são agendas diferenciadas em relação às agendas oficiais, ainda que tenham pontos importantes de interseção.

O impulso de agendas diferenciadas feito pelas sociedades civis abre a possibilidade de ir gerando correntes de opinião favoráveis e alianças conjunturais ou estratégicas com outras expressões das sociedades civis e outros movimentos, que reforcem e posicionem esses direitos ou significados que ainda não estejam colocados no horizonte político dos Estados, e também não estejam posicionados nas estratégias que enfatizam só a relação com os Estados. Evita o que Melucci (1999) chama de “a miopia do visível”, que é aquele olhar que se

concentra basicamente nos aspectos mensuráveis da ação coletiva – suas relações com os sistemas políticos e seus efeitos nas políticas públicas –, ignorando ou minimizando todos os aspectos da ação que consistem na produção de códigos culturais e na subversão de sentidos.

Essas agendas diferenciadas incorporaram algumas novas dimensões: a recuperação de uma política cujo lugar não seja só o Estado, para dar ênfase à sociedade e ao cotidiano, como sugere Ames na frase acima. Além disso, desenvolveram novas ênfases, quando se transcendeu o espaço próprio para conectá-lo com outras forças e movimentos sociais orientados a uma mudança, e disputaram conteúdos com eles. Houve uma abertura em direção a interações e alianças além do Estado: em conexão com outros atores sociais e outras demandas cidadãs. Como diz Avtar Brah (2004), não se trata simplesmente de articulação. É um processo no qual a articulação é enxergada como prática política relacional e transformadora que permite “não *compartmentalizar* as opressões, mas formular estratégias para desafiá-las conjuntamente em base a uma compreensão de como se conectam e articulam”.

É nessas novas dinâmicas e novos espaços que estão sendo encontrados os núcleos de articulação e está se recuperando a complexidade das diferenças. As dimensões que se mostram

constantes são assuntos de justiça econômica e redistribuição, de reconhecimento das diversidades existentes e dimensões que fundamentam um olhar político mais complexo e inclusivo: o corpo como sujeito político, os direitos sexuais e reprodutivos, as lutas contra os crescentes fundamentalismos, a democracia dos corpos (Portugal y Torres, Alop, 2004), são algumas questões que dão sustento a um novo horizonte de sentido no âmbito global, no âmbito regional e no âmbito dos países.

Existe, todavia, em um mundo globalizado, uma transformação fundamental nas escalas de atuação e incidência, perante o que já não servem as formas prévias de análises. Por isso, a importância de uma “mudança de imaginação”, como diz Beck (2004), capaz de capturar as atuais dinâmicas, passando de uma centralizada, nos Estados-nação, a uma imaginação global, cosmopolita, que multiplica os níveis de intervenção na medida em que a mirada global revela dimensões e escalas que o olhar nacional encerra só e *per se*.

Outras autoras, como Alexander e Mohanty (2004), ressaltam que a prática feminista nos contextos globais supunha “mudar a unidade de análise da cultura local regional pelas relações e processos entre culturas”; isto é, assentar a análise dentro de práticas feministas locais, particulares, em relação aos processos transnacionais, mais amplos. Beck (2004) expressa bem essa plura-

lidade e sua articulação global-local: “Os conflitos de gênero, classe, etnia e homossexualidade têm certamente sua origem no marco nacional, mas faz muito tempo já que não ficam dentro dele, aliás, se cobrem e interconectam globalmente. É evidente também a *cosmopolitização* dos movimentos sociais, bem como o fato de que estes tenham se tornado transmissores de noções, valores, conflitos, reivindicações, direitos e deveres globais”.

Esses novos cenários também trouxeram uma modificação das estratégias em face dos Estados no âmbito global. O sucesso das estratégias de incidência global nos anos noventa apoiou-se em uma estrutura de oportunidades com vontade democrática, desdobrada a partir do espaço das Nações Unidas, dando início ao desenvolvimento de uma enorme capacidade organizativa e de proposta dos movimentos feministas, especialmente latino-americanos. Atualmente, essa estrutura de oportunidades tem desaparecido. O que existe é uma crescente onda de conservadorismos

O que existe é uma crescente onda de conservadorismos e fundamentalismos, e um enfraquecimento e a quase obsolescência das Nações Unidas como espaço gerador de mudanças democráticas.

e fundamentalismos, e um enfraquecimento e a quase obsolescência das Nações Unidas como espaço gerador de mudanças democráticas, consequência da hegemonia neoliberal, da insolente e arbitraria primazia norte-americana, da natureza antidemocrática das suas instâncias de poder, como o Conselho de Segurança etc. As estruturas de poder – como a Organização das Nações Unidas – não obterão impactos significativos a partir apenas de ações dos movimentos de mulheres ou feministas, mas por uma multiplicidade de alianças que permita novamente fundá-las ou reformá-las radicalmente. São essas alianças e conexões as que devem ser alimentadas.

Isso não implica o distanciamento das agendas feministas dos processos de governança global, mas fazermos a pergunta sobre qual a governança de que estamos falando: tornar mais funcionais as relações entre os Estados e as sociedades civis? Em escalas nacionais e global, a partir dos interesses do próprio Estado? Ou, conforme pergunta Campillo (2005), impulsionando uma democratização que potencialize a sociedade civil e seu capital social para reconstruir o Estado sobre novos alicerces? A meta também é impactar as relações de poder entre o Estado e a Sociedade; e isso se obtém com políticas transgressoras dos limites das democracias realmente existentes, com estratégias de contrapoder (os contrapúblicos subalternos¹¹, de Fraser) que ampliam o espaço cidadão.

Sem dúvida, os Pactos, Convenções, a Corte Internacional, a Corte Interamericana, só para mencionar alguns, são elementos fundamentais em um mundo globalizado, porque ampliam o marco do possível em relação à justiça e permitem ampliar os conteúdos integrais e indivisíveis dos direitos humanos. Um exemplo de dramática importância no marco dos Direitos Humanos é ter se conseguido que os estupros às mulheres em zonas de conflito sejam considerados como “crimes contra a humanidade”. A participação de feministas organizadas autonomamente em algumas instâncias do Mercosul tem contribuído também para abrir espaços, mesmo que se deva ampliar a reflexão e a discussão sobre os limites e possibilidades desses espaços de interação e as formas de participação política neles, bem como quais estratégias alternativas evitarão que continuem pensando nos processos de interação regional partindo das lógicas nacionais.

É, portanto, uma luta que deve ser continuada, pois o que foi conquistado é ainda insuficiente ante as flagrantes violações aos Direitos Humanos e cidadãos das mulheres do mundo todo. Hoje são necessárias dinâmicas e espaços que incidam nas disputas menos técnicas e reguladoras, para alimentar dimensões mais orientadas à emancipação. Espaços como o Fórum Social Mundial geram formas de conexão e participação política novas e, em alguns casos, potentes,

como a mobilização global de fevereiro de 2003 contra a guerra do Iraque (ainda que não tenha detido a guerra, deu visibilidade a uma força política global, mobilizada ativamente para gerar opinião pública democrática, em confronto com a ideia do “fim da história”). São espaços de confluência de múltiplos atores e *actoras*, onde a participação política das mulheres se potencializa na sua articulação com outras lutas e outros movimentos. Não são somente espaços idílicos, mas também de disputa, já que as forças democráticas nas sociedades civis carregam, muitas vezes, vícios e perversões antidemocráticas em relação aos movimentos como os feministas e os de diversidade sexual¹².

Muitas expressões feministas estão participando ativamente nesses novos espaços, contribuindo e disputando visões de mudanças democráticas de grande valor. Os novos olhares, aos que Beck fazia referência, expressam-se nesses espaços, gerando novas estratégias feministas regionais e globais, com temáticas e perspectivas revigoradas. Existem estratégias novas que vão surgindo, por exemplo, a de ampliar a normatividade global. Uma delas é a sustentada pela Campanha por uma Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos¹³, que impulsiona a mobilização de diversos grupos e movimentos para conseguir a aprovação da nova Convenção Interamericana (a anterior, de 1996, é a de

Belém do Pará, Convenção contra todas as formas de violência contra as mulheres). A estratégia em questão é diferente da de negociação com os espaços das Nações Unidas da década de 1990: a iniciativa não vem dessa instância, mas dos movimentos feministas organizados em seu afã por colocar os direitos do corpo na legislação internacional. Trata-se de uma estratégia de baixo para cima e de processos múltiplos, que gera lutas de sentido, não só de negociação e *advocacy*. Além disso, a Campanha contra os Fundamentalismos, da Articulação Feminista Marcosul, no marco do Fórum Social Mundial, é expressiva de outras dinâmicas: com pouquíssimos recursos e muita imaginação, com a boca como símbolo, a frase “tua boca é fundamental, contra os fundamentalismos” e a produção, até o momento, de dois excelentes vídeos sobre os fundamentalismos, não pretende ter “grupos” ou membros nos países. Não tem organização fixa, mas uma conexão por meio de imagens, dos vídeos, eventualmente de algum boletim. A Campanha foi assumida por diferentes grupos na América Latina e também em nível global, no espaço do Fórum Social Mundial. Há, também, muitas outras iniciativas e redes em torno de assuntos cruciais como o comércio e a economia¹⁴. Além disso, como parte desses processos, surgiram novas formas de existência dos movimentos sociais. No caso dos movimentos feministas, essas variações significaram também uma diversificação em presença e influência,

como diz Sonia Álvarez (1998), ao se estender “em um amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetado e polifônico campo discursivo e de atuação/ação. Multiplicam-se os espaços onde as mulheres que se dizem feministas atuam ou podem atuar (...) envolvidas não somente nas lutas classicamente políticas (...) mas simultaneamente envolvidas em disputas por sentidos, por significados, em lutas discursivas, em batalhas essencialmente culturais”.

Isso traz uma enorme mudança na composição dos movimentos feministas. O movimento da segunda onda surgiu basicamente das mulheres de classe média (muitas delas militantes de partidos de esquerda à época, ou participes nas guerras internas, como na América Central) e foi parte dos esforços por ampliar a inconclusa modernidade dos nossos países, confrontando as ideias prevalecentes – e hierarquizadas – sobre as contradições existentes, sobre a classificação das lutas em principais e secundárias. Quando fizeram esse questionamento, e levantaram dimensões “inexistentes” que, de qualquer forma, pugnavam por sair à luz (o que Sousa Santos [2005] chama de olhar a partir da “sociologia das ausências” e a “sociologia das emergências”), produziram aquilo que muitos analistas, mulheres e homens, catalogaram como a revolução cultural mais importante do século XX: seu impacto estendeu-se à sociedade e aos outros setores e

movimentos de mulheres, com os quais foram geradas dinâmicas de confluência, mas também de disputa, por diferenças de classe, etnia, idade, orientação sexual. Esses processos de confluência e de disputa ocorreram justamente pelo surgimento de muitas outras expressões de mulheres que articulavam sua luta específica de gênero com um conjunto de outras exclusões e contradições em razão das diferenças. Os movimentos de mulheres negras e de mulheres indígenas foram fundamentais para recuperar um feminismo multicultural e de vários matizes; os movimentos de orientação sexual confrontaram a inicial hegemonia heterossexual das expressões feministas originárias. Ou seja, as propostas feministas se tornaram “apropriáveis”, mestiçadas, complexas, a partir de muitas outras vertentes e posicionamentos. É essa a sua riqueza atual, sobre a qual ninguém tem propriedade nem autoria isolada. E não importa finalmente quem as lançou, mas como vão adquirindo permanência em setores importantes da sociedade.

Entretanto, mudaram também as condições e conteúdos da participação política e da ação coletiva. Nem os movimentos, nem os atores sociais se expressam na extensão e na modalidade organizativa do passado: são outros os parâmetros de ação. Existem formas novas e diferentes de “atuar” as demandas e traduzi-las em fatos visíveis e transgressores. São formas de atuação diferentes, abertas, conjunturais, mais leves

e fugazes, com estruturas horizontais, manifestações públicas relacionadas com o cotidiano e com a recuperação de outros espaços não convencionais, com o uso das novas tecnologias da comunicação etc. Trata-se da “ação” que produz o espaço. E se colocamos a participação política não somente como representação de interesses, mas, basicamente como o terreno de construção de interesses (Pringle e Watson, 1992), múltiplas formas de presença e participação política fornecem maiores possibilidades para que os diversos interesses das mulheres sejam encaminhados politicamente e passem a ser parte da agenda pública, um passo indispensável para a incorporação ativa na agenda oficial.

Dois casos de participação política de mulheres

Gostaria de abordar estas novas formas de impactar o âmbito político e o sentido da participação política a partir de um exemplo – o *blog* do aborto no Uruguai – e uma “vivência” com a presença de jovens feministas no Dia de Ação Global, em Lima. Ambas as abordagens expressam de que forma a “ação” constrói o espaço.

O blog do aborto: “De um direito carente de sujeito relevante, a um sujeito político democrático”¹⁵

Diante de um compromisso explícito do Presidente Tavaré Vásquez com a hierarquia eclesiástica em relação à lei de saúde reprodutiva, a qual incluía

o aborto (que quase foi aprovada pelo Legislativo do governo anterior e conta, ainda na atual gestão, com um apoio visível e numeroso), os movimentos feministas desenvolveram múltiplas estratégias de confronto, de reuniões com as esferas políticas, de formas diversas de comunicação. Porém, o fato conjuntural, que desencadeou uma impactante ação política massiva, foi um ato de solidariedade após o julgamento de uma mulher por ter feito um aborto.

Nessas circunstâncias, criou-se um *blog* na internet com uma só frase: “Eu abortei, ou acompanhei alguém para abortar”. A ação confrontou o implícito “disciplinamento coletivo” que trazia esta ação penal e produziu, de forma assombrosamente acelerada, uma polinização radical que desafiava o ato coercitivo do Estado (Sanseviero, 2007). Além disso, todo o processo revelou novas formas de articular e expressar cidadania¹⁶. A campanha teve seu ápice quando se entregou ao Vice-Presidente da República um documento com 6 mil assinaturas de “delinquentes auto-incriminados” (as 3 mil assinaturas restantes foram adicionadas nos dias subsequentes).

O interessante desta campanha foi que conseguiu que muitas das e dos parlamentares que tinham se absterido ou votado contra, mudaram para votos favoráveis. O próprio Vice-Presidente comprometeu-se a impulsionar a discussão no Parlamento uruguaio sobre o projeto de lei em defesa da saúde re-

produtiva. “Tinham se passado quatro semanas (e 6 mil assinaturas) desde o início do *blog*”. E nesse período, lograram modificar a correlação de forças, tornando, como diz o título do artigo analítico da campanha, um “direito carente de sujeito relevante, a um sujeito político democrático” (Sanseviero, 2007).

Jovens feministas no Dia de Ação Global, em Lima

Este outro exemplo, que é muito mais limitado, quase simbólico, expressa de que forma foi se democratizando o espaço público com as apostas levantadas pelos movimentos feministas e de mulheres em todas as décadas anteriores. O Dia de Ação Global¹⁷ foi comemorado em Lima no distrito da Villa El Salvador (reconhecido pela sua capacidade organizativa e suas estratégias alternativas de mobilização), com participação de um conjunto de grupos, muitos deles gente jovem, líderes urbanos, diversidades sexuais, feministas, socialistas. Ao longo do dia se “apropriaram” do espaço de diferentes maneiras: com manifestações culturais, expressões com grafite, exposição de fotos e materiais, mobilizações, painéis de discussão. Uma das entusiastas participantes de um dos coletivos de defesa da água levava uma camiseta (posteriormente apareceram várias outras) com a frase “revolução nas praças, na casa e na cama”. Essa jovem, talvez, não tenha ideia da consigna histórica – teórica e política – das feministas chilenas em sua luta contra

Pinochet: “democracia no país e na casa”. Mas isso não importa. O significativo é que agora se torna “apropriável” no sentido mais amplo e subversivo por parte das novas gerações, que incorporaram exigências novas e subvertedoras dos limites das democracias atuais.

Nisso tudo existe uma dimensão de mudança cultural, que foi alimentada com outras estratégias de participação e ação política: no *blog*, a tensão que traz a ação autônoma dos movimentos e o resultado; nos jovens, homens e mulheres, formas de mobilização e de intervenção a partir da cultura. O que se obteve foi uma denúncia política que combina redistribuição e reconhecimento, abrindo um leque amplo de sentidos da ação, desde o posicionamento antineoliberal e por justiça econômica, até a inclusão do corpo no espaço político.

Como acontece em épocas de mudanças paradigmáticas, geralmente a prática fica na frente da teoria. Este é um caminho importante a ser seguido, “capturando” as novas dinâmicas de participação política que as mulheres estão impulsionando, a partir delas próprias, com outros atores e *actoras*, em confluência e em disputa para alimentar uma perspectiva de emancipação.

Notas

¹ Ainda que sua característica de dominação e controle sobre seu território persista de múltiplas formas, também sofreu profundas erosões e enfraquecimentos, condicionadas pelo pro-

cesso de globalização. Por um lado, sua característica de “nação” é largamente questionada pelas crescentes e variadas afirmações e lutas por reconhecimento de identidades étnicas e culturais nos seus territórios, as que tendem a ultrapassar fronteiras. Por outro, os estados nacionais aparecem pequenos demais para responder aos grandes problemas globais, e demasiado grandes para dar conta das enormes diversidades que abrigam e das demandas cidadãs que delas surgem (Souza Santos, 2002).

² Em “Cuidado com os dicionários”, Tomás Eloy Martínez escreve: “Certas palavras avançam dentro de um contexto, terminam em outro, e, às vezes, não têm destino nos dicionários. Acontece, por exemplo, com o verbo ‘retacear’ (em espanhol), que é usado somente na Argentina e indica que alguém não está recebendo o que merece...” (La Nación, 21 de dezembro de 2002, Página 29 | Opinião. Versão digital em http://www.lanacion.com.ar/Archivo/Nota.asp?nota_id=460421 (acessado em 5 de março de 2008).

³ Isso nos coloca frontalmente as várias dimensões menos assumidas pelos governos, com ou sem onda democrática: a ampliação dos alcanços democráticos para dimensões privadas de alto conteúdo político; a urgente modificação do Estado “tutelar” e a defesa do caráter laico dos Estados como condição fundamental de uma democracia plural. É interessante também observar como reage a cidadania e as próprias frentes partidárias, ao inaugurar ações de clara dissidência impulsionadas a partir da sociedade civil, do Parlamento e de algumas instâncias governamentais, como se verá adiante.

⁴ A hierarquia eclesiástica respaldou Ortega no julgamento por incesto iniciado por sua filha (não biológica), Zoila América.

⁵ Sobram exemplos. Um exemplo recente é o do governo de Tavaré Vásquez, no Uruguai.

Outro exemplo, o governo de Toledo, no Peru, quando, no processo de transição democrática pós-Fujimori, desmantelou os avanços do governo de transição de Paniagua referentes ao Ministério da Mulher e Desenvolvimento Humano, dando a ele uma direção pró-pobre e de não emancipação. Além disso, o Ministério da Saúde ficou a cargo, sucessivamente, durante quatro anos, de personagens do Opus Dei, que mantiveram férrea oposição aos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres.

⁶ Na Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), a Unidade da Mulher é responsável pelos fóruns das mulheres das esferas governamentais, de onde são gerados documentos de “consenso”, que são especialmente interessantes porque expressam a crescente complexidade das propostas das mulheres. O Consenso de Quito, produto da Décima Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, em 2007, é particularmente importante. A versão eletrônica do original em espanhol pode ser encontrada em <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/29489/dsc1e.pdf> (acessado em 6 de março de 2008).

⁷ A chamada “institucionalização” dos feminismos mereceria uma análise mais complexa e mais política. A tensão produzida dentro dos movimentos feministas em volta das denominadas “institucionalizadas” e “autônomas”, à margem das paixões e feridas que foram desatadas, foi importante para revisar práticas que começavam a se despolitizar. Porém, essa onda mais institucional é muito heterogênea, com ênfases “institucionalizadas” diferentes; algumas com mais ênfase na perspectiva “desenvolvimentista”, outras com perspectiva de emancipação, que continuaram construindo espaços autônomos de movimento. Por essa razão, não é uma realidade, nem uma aproximação dicotômica ao feminismo.

⁸ Em diálogo com Tarcila Rivera, da instituição indígena Chirapac, no Peru, ela comentou que muitas das indígenas que tiveram acesso ao poder local, seja como *alcaldesas* (em menor proporção), seja como *regidoras*, não queriam repetir a experiência, porque tinham se sentido sós, amedrontadas, usadas e, por momentos, manipuladas.

N. do T. *Alcaldesa*: autoridade máxima do Município. *Regidora*: Conselheira municipal.

⁹ Sem dúvida há exceções. O caso da Unidade da Mulher, da Cepal, é expressão desta “política de ideias” e das possibilidades de alimentar triângulos de poder em diferentes países, como é revelado no documento “O Consenso de Quito”, da Décima Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (Quito, Equador, 6 a 9 de agosto de 2007). Em <http://www.eclac.cl/mujer/noticias/noticias/6/30226/dsc1e.pdf> (acessado em 20 de março de 2008).

¹⁰ Superar a subjetividade da exclusão requer uma cultura de direitos e de diálogo democrático. Um exemplo dramático de como a lógica do não merecimento de direitos vai além daqueles que se sentem excluídos, com projeção para toda a sociedade, é a dos resultados da Comissão da Verdade e a Reconciliação no Peru. Dos aproximadamente 70 mil mortos na década da guerra interna, 75% eram de quéchua-falantes ou de origem quéchua-falante. A Comissão da Verdade também recolheu algo ocultado na contagem dos danos pela guerra: o estupro sexual sistemático de mulheres por todos os bandos em conflito.

¹¹ Fraser (1997) define os contrapúblicos como “espaços discursivos paralelos onde os membros dos grupos sociais subordinados inventam e fazem circular contradiscursos, para formular interpretações de oposição às suas identidades, interesses e necessidades”. Em “Una contribución a la crítica de la democracia actualmente

existente” (2001) afirma que “membros de grupos sociais subordinados – mulheres, trabalhadores, afrodescendentes, e homossexuais e lésbicas – em repetidas ocasiões têm encontrado as vantagens de constituir públicos alternativos. Proponho designar a estes com o termo de contrapúblicos subalternos para indicar que trata-se de cenários discursivos paralelos nos quais os membros dos grupos sociais subordinados criam e veiculam contradiscursos para formular interpretações de oposição às suas identidades, interesses e necessidades”.

¹² No Fórum Social Mundial 2007, em Nairóbi, pela primeira vez houve uma presença da direita religiosa norte-americana, expressada nos grupos Pro Life e antiaborto, que realizaram uma “mobilização” no interior do Fórum contra o aborto. Isso gerou críticas muito contundentes, por sua clara violação à Carta de Princípios do Fórum.

¹³ A Campanha por uma Convenção Inter-Americana de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos é formada por muitas redes e organizações feministas da América Latina, as quais estão fazendo um trabalho apoiado no diálogo, a reflexão coletiva, geração de massa crítica frente a estas dimensões das agendas das mulheres, e está ampliando as alianças com diferentes grupos de mulheres, indígenas, lésbicas (todo o movimento LGTB: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais), trabalhadoras do sexo, jovens etc. sobre os conteúdos desta possível Convenção.

¹⁴ Red de Mujeres Transformando la Economía (RMTE), Red Género y Comercio, o grupo latino-americano da Marcha Mundial de Mujeres, além de várias iniciativas nacionais, conectadas com outros atores, em articulações regionais mais amplas.

¹⁵ A documentação desta experiência forma parte de um projeto da Articulação Feminista

Marcosul (AFM) sobre “Análises das práticas feministas no novo contexto latino-americano”, realizado em países do Cone Sul.

¹⁶ As instâncias de debate coletivo foram espaços abertos, sem sentidos únicos, onde a discussão se articulou sempre em torno do impacto político que o *blog* produzia semana após semana. O movimento habilitou novos atores no âmbito da luta pela legalização do aborto. Não foram reproduzidas antigas, nem foram geradas novas lideranças do tipo tradicional. A repercussão caracterizou-se pela diversidade de pessoas e pela pluralidade de focos para argumentar a adesão ao *blog*. A ação prática apoiou-se no voluntariado militante e plural, com uma extraordinária economia de recursos materiais, considerada a proporção dos resultados obtidos. A velocidade dos acontecimentos foi um fator-chave. Obteve-se apoio procedente das esferas governamentais, políticas, acadêmicas, de comunicadores e das artes, entre outros. Tudo isso evidenciou o significado político da mobilização e rompeu-se o cerco de silêncio montado em volta do *blog*.

¹⁷ Dia de Ação Global, organizado por diversos países do mundo todo, foi uma das estratégias de mobilização do Fórum Social Mundial para 2008, ano em que não seria realizado.

Referências bibliográficas

Alexander, Jacqui e Chandra Talpade Mohanty. 2004. “Genealogías, legados, movimientos”. Em *Otras inapropiables*. Feminismos desde las fronteras, bell hooks et al., pp. 137–184. Trad. por Rocío Macho R. et al. Madrid: Traficantes de Sueños / Mapas 6. Em <http://tripitool.net/pages/libros/otrasinapropiables.pdf> (acessado em 10 de março de 2008).

ALOP – Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción. 2007. “Briefings para os textos de análise da pesquisa do IDD”. Documento interno ALOP.

- Álvarez, Sonia. 1998a. Latin American Feminisms 'Go Global': Trends of the 199's and Challenges for the New Millennium. In: *Culture of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*, ed. Sonia Álvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar, 293–324. Boulder, CO: Westview Press.
- _____. 1998b. *Conversatorio sobre feminismo y política*. Lima: Centro Flora Tristán.
- Ames, Rolando. 2000. Necesidades y límites de la política hoy. Em www.cholonauta.edu.pe (Lima, Peru) [não mais disponível na internet].
- Barrig, Maruja e Virginia Vargas. 2000. Una agenda feminista: el rescate de la utopía. In: *Al rescate de la utopía*, ed. Ivonne Macassi e Cecilia Olea, 13–26. Lima: Ediciones Flora Tristán.
- Beck, Ulrich. 2002. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores.
- _____. 2004. *Poder y contrapoder en la era global*. Barcelona: Paidós / Estado y Sociedad.
- Brah, Avtar. 2004. Diferencia, diversidad y diferenciación. In: *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras*, bell hooks et al., pp. 107–136. Trad. por Rocío Macho R. et al. Madrid: Traficantes de Sueños / Mapas 6. Em <http://triptool.net/pages/libros/otrasinapropiables.pdf> (acessado em 10 de março de 2008).
- Calderón, Fernando y Mario dos Santos. 1989. "Lo político y lo social: bifurcación o síntesis en la crisis". In: *Socialismo, autoritarismo y democracia*, comp. Fernando Calderón. Lima/Buenos Aires: Instituto de Estudios Peruanos (IEP) Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso).
- Campillo, Neus. 2005. Género, ciudadanía y sujeto político. Conferencia en Congreso Internacional Género, Constitución y Estatutos de Autonomía. Instituto Nacional de Administración Pública (INAP) Madri, 4 y 5 de abril. In: <http://bjcu.uca.edu.ni/pdf/m/Genero,%20ciudadania%20y%20sujeto%20politico.pdf> (acessado em 10 de março de 2008).
- Cansino, César. 2005. Democracia y capital social. Claves para un debate. In: *Pulsos de la modernidad. Diálogo sobre la democracia actual*, coord. por Dejan Mihailovich e Marina González Martínez, 34–44. México: Plaza y Valdés Editores.
- Casaravilla, Diego. s/f. *Sobre villeros e indocumentados: Hacia una teoría sociológica de la exclusión social*. Sala de Lectura – Biblioteca Virtual del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Clacso.
- Celiberti, Lilian. 2004. Los sentidos de la democracia y la participación. La democracia en los países del Cono Sur. Articulación Feminista Marcosur. Em http://www.insumisos.com/lecturas_insumisasLos%20sentidos%20de%20la%20democracia.pdf (acessado em 10 de março de 2008).
- Sousa Santos, Boaventura de. 1997. Hacia una concepción multicultural de los derechos humanos. *Análisis Político (Bogotá)* 31 (mayo-agosto): 3–16. Em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/colombia/pd349305122.htm?categoryId=0> (acessado em 10 de março de 2008).
- _____. 2005. Hacia una sociología de las ausencias y una sociología de las emergencias. In: *El milenio huérfano. Ensayos para una nueva cultura política*, 151–192. Madri: Trotta Editorial.
- _____. 2006. *Conocer desde el Sur. Para una cultura política emancipatoria*. Lima: Colección Transformación Global, Programa de Estudios sobre Democracia y Transformación Global, Universidad Nacional Mayor de San Marcos.
- Donoso O., Alina e Teresa Valdés E. 2007. Participación política de las mujeres en América Latina. Informe Final ALOP (Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción). Santiago de Chile. Em www.alop.or.mx
- Evers, Tilman. 1984. *Identidade: A fase oculta dos movimentos sociais*. Novos Estudos (São Paulo) 2(4).
- Fraser, Nancy. 1997. *Iustitia Interrupta. Reflexiones críticas desde la posición "postsocialista"*. Santa Fe de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes.
- Fraser, Nancy. 2001. Una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. *Debate (Quito)* 46 (junio). Em http://www.lain-signia.org/2001/junio/soc_030.htm (acessado em 11 de março de 2008).

- Fraser, Nancy y Linda Gordon. 1992. Contrato versus Caridad: Una reconsideración de la relación entre ciudadanía civil y ciudadanía social. *ISEGORA, Revista de Filosofía Moral y Política* (Madrid) 6 (noviembre): 65–82.
- Giddens, Anthony. 1996. Reflexiones de Anthony Giddens sobre el Proceso de Mundialización (Extractos de su discurso de apertura en la conferencia de UNRISD sobre Mundialización y Ciudadanía). *Boletín UNRISD Informa*, (Francia) 15.
- Guzmán, Virginia. 2001. Las relaciones de género en un mundo global. Documento elaborado por Virginia Guzmán, Consultora de la Unidad Mujer y Desarrollo-CEPAL.
- Kirkwood, Julieta. 1986. Ser política en Chile. Las feministas y los partidos. Santiago de Chile: Flacso.
- Lechner, Norbert. 1987. Las condiciones de gobernabilidad democrática en la América Latina de fin de siglo, Buenos Aires: Flacso. Em <http://www.pensamientopolitico.50g.com/documentos.html> (accesado em 11 de março de 2008).
- _____. 2006. Las sombras del mañana. La dimensión subjetiva de la Política. En *Obras Escogidas*. Tomo 1. Santiago de Chile: LOM Ediciones, Colección Pensadores latinoamericanos.
- Melucci, Alberto. 1999. Esfera pública y democracia en la era de la información. *Metapolítica* (México) 3(9): 57–67.
- Nijeholt, Geertj, Virginia Vargas e Saskia Wieringa. 1998. Women's Movements and Public Policy In: Europe, Latin America, and the Caribbean. New York: Garland Publishing.
- Phillips, Anne. 1995. *The Politics of Presence. The Political Representation of Gender, Ethnicity, and Race*. Oxford: Clarendon Press.
- _____. 1996. ¿Deben las feministas abandonar la democracia liberal?. Em *Perspectivas feministas en teoría política*, comp. Carme Castells, 79–97. Barcelona: Paidós, Estado y Sociedad.
- Portugal, Ana María y Carmen Torres. 2004. *Democracia y mujeres en los países andinos*. ALOP.
- Social de las Relaciones entre la Unión Europea y América Latina, Documento de Trabajo 7. Em www.alop.or.cr/trabajo/nuestro_proyectos/unioneuropa/andina/democracia_mujeres_andinos.doc (accesado em 25 de março de 2008).
- Pringle, Rosemary e Sophie Watson. 1994. Women's Interests and the Post-Structuralist State. In: *Destabilizing Theory. Contemporary Feminist Debates*, ed. Michèle Barret y Anne Phillips, 53–73. Cambridge: Polity Press.
- Przeworski, Adam. 1998. *Democracia sustentable*. Barcelona: Paidós.
- Richards, Nelly. 1993. En torno a las diferencias. Cultura, autoritarismo y redemocratización en Chile. Ed. Manuel Antonio Garretón, Saul Sosnowski y Bernardo Subercaseaux, 39–46. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, Serie Sociología.
- Rosemberg, Martha. 2002. ¿Qué otro mundo es posible? *Boletín* ° 75/1 (abril), Red Mundial de Mujeres por los Derechos Reproductivos (RMMMDR).
- Sanseviero, Rafael. 2007. El blog 'Yo aborté' en Uruguay. Análisis de prácticas feministas. Em http://www.mujeresdelsur.org.uy/asamblea07/blog_aborto.pdf (accesado em 11 de março de 2008).
- Schild, Verónica. 1998. New Subjects of Rights? Women's Movements and the Construction of Citizenship in the 'New Democracies. In: *Culture of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*. Ed. Sonia Álvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar, 93–117. Boulder, CO: Westview Press.
- Slater, David. 1998. Rethinking the Spatialities of Social Movements: Questions of (B)orders, Culture, and Politics in Global Times. En *Culture of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*. Ed. Sonia Álvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar, 380–404. Boulder, CO: Westview Press.
- Tarrés, María Luisa. 1999. Palabras inaugurales. Encuentro de Universidades de Latinoamérica y del Caribe sobre Género y Epistemología: Mujeres y Disciplinas. Género y epistemología. Mujeres y disciplinas. Comp. Sonia Montecino e Alexandra Obach. Santiago de Chile: Programa Interdisciplinario de Estudios de Género, Facul-

tad de Ciencias Sociales Universidad de Chile / LOM / Unicef.

Todaro, Rosalba. 2002. El género en la economía global. Documento presentado al Panel Regional de Desarrollo, Globalización, Mercados y Derechos. La Perspectiva de las Mujeres, organizado por Iniciativa Feminista de Cartagena en el Foro Social Mundial, 3 de febrero.

Vargas, Virginia. 2006. ¿Abogacía o contrapoder? In: Una pausa necesaria. Recobrando el aliento para construir nuevos caminos. Montevideo: Oficina de Género y Educación del International Council for Adult Education (GEO/ICAE) – Red de Educación Popular entre Mujeres (REPEM).

Vargas, Virginia e Lilian Celiberti. 2005. Los nuevos escenarios, los nuevos/viejos sujetos y los nuevos paradigmas de los feminismos globales. Em www.mujaeresdelsur.org

Varikas, Eleni. 1996. Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade dos sexos. *Estudios Feministas* 4(1). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

Waterman, Peter. 2004. The Global Justice & Solidarity Movement & the ESF: A Background. In: *Challenging Empires*. World Social Forum. Ed. Jai Sen, Anita Anand, Arturo Escobar y Peter Waterman, 55–63. New Delhi: The Viveka Foundation.

Publicado originalmente em: http://www.alop.or.cr/trabajo/publicaciones/INTERIORES_Participacion_politica_de_las_mujeres_ALOP.pdf Tradução: Javier Martinez

Movendo um paquiderme: o Congresso Nacional e a reforma política

Sônia Malheiros Miguel

Deve existir alguma fábula ou algum ditado que diz da dificuldade de se mover um paquiderme, quando ele não o quer. Esta é a imagem que me veio à mente ao pensar na tímida e envergonhada reforma eleitoral aprovada recentemente na Câmara Federal e sancionada pelo Presidente da República através da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009¹.

A resistência da Câmara e do Senado Federal em aprovarem mudanças que aprofundem a democracia brasileira está

exposta, mais uma vez, na discussão do Projeto de Lei 5.498/2009. E podemos ver expressa claramente essa resistência no debate sobre o compartilhamento do poder entre homens e mulheres.

A conquista do direito das mulheres à participação política é parte de nossa história recente. O direito de voto foi assegurado a algumas mulheres em agosto de 1931, com a divulgação do anteprojeto do Código Eleitoral, resultado do trabalho da Comissão Legislativa instituída pelo Decreto nº 19.684, de 10 de fevereiro de 1931². Nesta proposta, somente as mulheres casadas, desde que tivessem a autorização dos maridos, e algumas mulheres solteiras ou viúvas, desde que tivessem renda própria, podiam exercer o direito ao voto. Mas essa restrição não se sustentou.

Em 24 de fevereiro de 1932, o Decreto nº 21.076 instituiu o Código Eleitoral, que no artigo 2º definia como eleitor “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”. O artigo 4º indicava que não podiam alistar-se eleitores os menidos, os analfabetos e as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior. Vale destacar que o artigo 121 das Disposições gerais isentava as mulheres em qualquer idade de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral, e os homens maiores de sessenta anos.

Em 1934, a Assembleia Nacional Constituinte reafirmou o direito asse-

gurado no Código Eleitoral, e tornou o voto obrigatório apenas àquelas mulheres que exercessem funções remuneradas em cargos públicos³. A Constituição de 1946 generalizou o direito ao voto, mantendo algumas poucas restrições⁴. A obrigatoriedade plena do voto das mulheres (e dos homens) foi instituída com a Constituição de 1988⁵.

No Brasil, foram 108 anos de diferença entre a primeira lei eleitoral que assegurava o direito de votar e serem votados a alguns homens (artigo 92, § 5º da Constituição de 1824) e o Código Eleitoral, de fevereiro de 1932, que assegurou pela primeira vez, na história do País, este mesmo direito às mulheres. Decorreram mais 56 anos para este direito ser assegurado a todas as mulheres, na Constituição de 1988.

Para os homens a “universalidade” também foi paulatina. Foram 164 anos de diferença entre o direito ao voto assegurado a alguns homens, em 1824⁶; e a todos os homens, em 1988. Essas dezesseis décadas revelam a acirrada disputa de poder entre os próprios homens, clivada fundamentalmente pelas diferenças de classe e raciais.

Mas a experiência de exclusão que grande parte dos homens vivenciaram não fez com que eles se solidarizassem com as mulheres; e sim com que continuassem a defender o seu “território” com unhas e dentes. E isto, grande parte faz até hoje.

Após a conquista plena do voto, em 1988, o tema da representação política das mulheres só voltou à baila com força ao Legislativo 7 anos depois, em 1995, quando da discussão da legislação de cotas. Com a constatação de que é preciso mais do que ser eleitora para que mais mulheres sejam eleitas.

A primeira tentativa de inserir artigo na legislação eleitoral brasileira assegurando uma cota para candidaturas de mulheres foi em 1993⁷. Naquela época, a proposta foi rejeitada sem discussão. Em 1995, quando da discussão da lei eleitoral que regulamentou as eleições para Prefeituras e Câmaras Legislativas Municipais, o quadro foi outro. Foram apresentadas propostas na Câmara e no Senado Federal, e as bancadas femininas dessas duas Casas trabalharam articuladas com o movimento feminista e de mulheres para a aprovação do artigo.

Naquele ano, após intenso debate, é aprovada uma cota mínima de 20% para as candidaturas de mulheres nas eleições municipais⁸. Em 1997, amplia-se essa cota para 30%⁹. Vale ressaltar que o acordo para a aprovação do artigo, em 1995, incluiu o aumento do número total de candidatos que os partidos e coligações poderiam apresentar, diminuindo o impacto do artigo aprovado. Fato este que se repetiu quando da aprovação da legislação eleitoral de 1997¹⁰.

Temos 12 anos de vigência dessa legislação e os seus limites estão evidentes. Mais uma vez, a discussão se coloca: como ampliar a participação das mulheres na política representativa? Uma das respostas a essa primeira pergunta nos leva aos partidos políticos e à constatação de que é preciso transformá-los.

A política de cotas em partidos políticos foi inaugurada em 1991 pelo Partido dos Trabalhadores e, desde então, pouquíssimos partidos seguiram o exemplo do PT; e o próprio PT não adotou outras medidas para avançar nesse campo.

Hoje, entre os 27 partidos políticos com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), temos apenas 5 que incluíram em seus estatutos uma cota mínima para a representação das mulheres em cargos de direção ou em suas listas de candidaturas¹¹.

O PT – Partido dos Trabalhadores menciona, entre as exigências para a eleição dos delegados e das direções

(...) apenas 5 dos 27 partidos políticos com registro no TSE incluíram em seus estatutos uma cota mínima para a representação das mulheres em cargos de direção ou em suas listas de candidaturas.

em todos os níveis, que “no mínimo 30% (trinta por cento) dos integrantes das direções partidárias deverão ser mulheres” (artigo 22, V). E tem 28,57% de mulheres na direção da Comissão Executiva nacional¹².

O PDT – Partido Democrático Trabalhista assegura no artigo 26 de seus estatutos que todos os seus órgãos dirigentes e as nominatas de candidatos a cargos eletivos deve incluir um mínimo de 30% de mulheres. No artigo 83 do Título VI, “Das disposições gerais e transitórias”, já flexibiliza a redação anterior e diminui a porcentagem: “De acordo com as prioridades inscritas no Programa do Partido e as condições locais serão incluídos, em todas as listas para disputa de mandatos legislativos e de direção partidária (...) *garantindo sempre um mínimo de vinte por cento (20%) para as mulheres*”¹³. O PDT tem hoje 12,5% de mulheres na sua Executiva Nacional.

O PPS – Partido Popular Socialista ressalta, entre as diretrizes básicas da estrutura e funcionamento do partido, que a “eleição para preenchimento de todos os órgãos dirigentes e cargos do Partido (...) observando-se a cota por sexo, de no mínimo 30% (trinta por cento) e no máximo 70% (setenta por cento), para a composição das direções partidárias em todos os níveis (artigo 14, II)”. Atualmente a Comissão Executiva do diretório nacional do PPS é composta por 13,04% de mulheres.

O Partido Progressista – PP assegura, conforme o artigo 116 de seus Estatutos, que na formação das chapas partidárias para as eleições proporcionais cada Movimento tem o *direito de indicar candidatos* em número correspondente a no mínimo 20% (vinte por cento) de lugares a que o partido tenha direito. E no parágrafo 1º deste mesmo artigo afirma que “a lista de cada Movimento deverá ser apresentada à Comissão Executiva do Partido até 5 (cinco) dias antes da Convenção, que a homologará”. O PP tem 7,14% de mulheres integrando sua Comissão Executiva Nacional.

E, por fim, o Partido Verde – PV não assegura nenhuma proporcionalidade para a Executiva Nacional, mas afirma no artigo 19, § 1º, de seus estatutos que “Todos os órgãos do partido deverão ser formados com a participação de ambos os sexos”. No artigo 39 diz que a estrutura estadual poderá constituir o Conselho apenas quando preencher alguns requisitos, entre eles: “manter no mínimo 30% dos representantes do Conselho de pessoas de ambos os sexos”. Mas, imediatamente, no § 1º abre uma brecha para o não cumprimento do artigo, ao dizer que “enquanto não obtidas as condições previstas neste artigo poderá ser formado um Conselho Estadual Provisório, com funcionamento semelhante ao Conselho, desde que referendado pela Comissão Executiva Nacional”. O mesmo é assegurado para os Conselhos Municipais,

desde que referendado pela Comissão Executiva Estadual. Hoje, a Comissão Executiva Nacional do PV é composta por 7,69% de mulheres.

Para além dos partidos acima citados, que explicitam uma porcentagem mínima de mulheres participando dos órgãos de direção partidários ou das listas de candidaturas, temos algumas outras tímidas referências à necessidade de um equilíbrio de poder entre homens e mulheres.

O Democratas – DEM não faz referência a cotas, mas no artigo 109, § 3º, afirma que “O Democratas dará ênfase à participação de jovens e mulheres no processo eleitoral”. O DEM tem hoje 10,52% de mulheres integrando sua Comissão Executiva Nacional.

O Partido Comunista do Brasil afirma no capítulo X de seus estatutos que “(...) o Partido prioriza a ação entre os trabalhadores, tendo presente também o movimento juvenil e estudantil (...) e demais movimentos das camadas populares, entre eles os das mulheres, dos negros, dos indígenas (...)”. E, no artigo 54, que o Comitê Central convocará periodicamente uma Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher, e que essa Conferência constituirá um Fórum Nacional Permanente (artigo 55). O PC do B tem hoje 10% de mulheres em seu Comitê Central.

Como destaques positivos, o Partido Trabalhista Nacional, com 50% das ca-

deiras da sua Executiva Nacional sendo ocupadas por mulheres; o PCO – Partido da Causa Operária, com 44,44% de sua Executiva Nacional integrada por mulheres; o PTC – Partido Trabalhista Cristão, com 38,46% de mulheres; e o PRP – Partido Republicano Progressista, com 29,41% de mulheres. Como destaques negativos, o Partido Republicano Brasileiro, sem nenhuma mulher integrando a executiva; o Partido Social Liberal – PSL, com 5% de mulheres; e o Partido da República – PR, com 5,88%.

No levantamento realizado para o *site* da Campanha Mais Mulheres no Poder, as mulheres ocupam hoje 15,1% do total das vagas das executivas nacionais dos 27 partidos políticos brasileiros.

Como esperar que uma proposta que traga em seu bojo o compartilhamento do poder entre homens e mulheres seja aprovada por esses partidos e seus representantes? A mesma constatação se faz, ainda com mais veemência, quando se pensa o compartilhamento de poder entre brancos e negros.

Fica evidente, olhando esse quadro, que temos de democratizar os partidos políticos e os espaços da política, para que possamos democratizar o Legislativo, bem como um dos porquês da dificuldade que a sociedade brasileira está tendo para aprovar medidas legislativas que possibilitem a incorporação de mais mulheres aos espaços da política.

Mas esta incorporação é uma questão de tempo. O tema se impõe. A II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007, teve como um dos seus eixos de discussão o tema da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão¹⁴.

Como resultado dessa Conferência, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres incluiu um novo capítulo para tratar da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão com o objetivo de “promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão”.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com base nas decisões da Conferência, consubstanciadas no Capítulo 5 do II PNPM, deu continuidade ao diálogo estabelecido no Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres do Partidos Políticos¹⁵, lançou a campanha Mais Mulheres no Poder e o sítio www.maismulheresnopoderbrasil.com.br, e instituiu a Comissão Tripartite para a revisão da Lei 9.504/1997¹⁶.

O movimento feminista e de mulheres, por sua vez, participa ainda de forma ativa da Frente Parlamentar sobre a Reforma Política com Participação Popular¹⁷. A proposta de reforma política entregue pela Frente à Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal inclui reivindicações das

mulheres¹⁸ e se estrutura no contexto da construção de um sistema político estruturalmente comprometido com uma democracia participativa e direta que fortaleça e aprofunde os institutos da democracia representativa.

Recentemente, a Comissão Tripartite, em articulação com a Bancada Feminina e organizações do movimento feminista e de mulheres, conseguiu, a muito custo, incluir na proposta de reforma eleitoral aprovada em dois turnos na Câmara Federal alguns dispositivos que beneficiarão diretamente as mulheres. As demandas incorporadas foram as seguintes:

a) O parágrafo terceiro do artigo 10 da Lei 9.504/1997 passa a vigorar com a seguinte redação: Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação **preencherá** o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Na redação anterior a palavra utilizada era reservar. Com a mudança os partidos têm a obrigatoriedade de manter a proporcionalidade de um mínimo de 30% e um máximo de 70% por sexo na sua lista de candidaturas.

b) São acrescidos o inciso V e o parágrafo 5º ao artigo 44 da Lei 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), que regula a aplicação de recursos do Fundo Partidário, assegurando que no mínimo 5% do total destes recursos devem ser

aplicados na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Isso representa cerca de 8 milhões de reais. O partido que não cumprir o disposto deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para atividade diversa.

c) O artigo 45 da Lei 9.096/1995, que trata da propaganda partidária gratuita, fica acrescido do inciso IV, que assegura a utilização de um mínimo de 10% do tempo da propaganda partidária para a promoção e difusão da participação política feminina.

Não houve acordo na Câmara Federal para se incluir sanção ao não cumprimento das cotas. Alguns outros pontos da pauta mínima definida pela Comissão Tripartite também não foram incluídos na proposta apresentada. Entre estes, a obrigatoriedade de preenchimento na ficha de inscrição de candidaturas de informações sobre raça/cor e a redução do número de candidaturas que cada partido ou coligação poderia registrar.

Quando da discussão do projeto no Senado Federal a Comissão Tripartite, em articulação com a Bancada Feminina e o movimento feminista, conseguiu aprovar alguns pequenos avanços em relação ao texto da Câmara: a inclusão no artigo 10, § 3º, que regula as cotas

para candidaturas, da palavra “registrada”: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas **registradas** de cada sexo; e a aplicação de 50% dos recursos dos Institutos ou Fundações na promoção da participação feminina, o que equivaleria a 10% do total dos recursos do Fundo Partidário”.

Quando o projeto voltou a ser discutido em segundo turno na Câmara Federal, todas essas propostas foram rejeitadas, sob o argumento da necessidade de aprovação urgente da matéria, para que ela pudesse ser sancionada pelo Presidente da República a tempo de ser aplicada nas eleições de 2010¹⁹.

Também no Senado Federal, como na Câmara, houve a recusa a qualquer tipo de sanção pelo não cumprimento do artigo das cotas.

Ainda que os partidos políticos brasileiros reajam veementemente contra a sanção, esta já faz parte da legislação de inúmeros países da região. Dos 12 países na América Latina e Caribe que possuem cotas eleitorais para mulheres, 6 incluem como sanção, aos partidos políticos que não cumprem a legislação de cotas, o indeferimento do registro das listas eleitorais. Na Argentina as listas apresentadas devem ter um mínimo de 30% de mulheres,

Dos 12 países na América Latina e Caribe que possuem cotas eleitorais para mulheres, 6 incluem como sanção, aos partidos que não cumprem, o indeferimento do registro das listas eleitorais.

e não será oficializada nenhuma lista que não cumpra com este requisito. Na Bolívia, as listas que não cumpram com a legislação de cotas não são admitidas pela Corte Nacional Eleitoral. Costa Rica, Equador, Paraguai e República Dominicana também impedem o registro, quando do não cumprimento das cotas. Honduras estipula uma multa, e o México posterga o indeferimento da lista para os casos de reincidência²⁰.

O que move uma pessoa a se candidatar a uma vaga na Câmara Federal, nas Assembleias Legislativas Estaduais, nas Câmaras de Vereadores? E o que move uma pessoa, e um coletivo, a tentar se manter nesses cargos, a qualquer custo, se eleito for?

O que se constata é que o racismo, o sexismo e a defesa de interesses econômicos e de classe são ainda muito fortes na disputa e ocupação de cargos de poder. O exemplo a seguir ilustra isso com veemência: um dos argumentos utilizados para a rejeição da proposta que incluía na ficha de inscrição de

candidatura informação sobre a cor dos candidatos e candidatas foi de que isso seria uma manobra e que o objetivo era utilizar as informações recolhidas para se exigir política de cotas para os negros²¹.

O tema da ocupação pelas mulheres dos espaços de poder e decisão deixa exposto um grande déficit da democracia brasileira, que temos de superar. Em nosso País, é radical o descompasso entre a necessidade, reconhecida por todas as pessoas (ou quase todas), de “mais mulheres no poder”, e as suas presenças efetivas, concretas, nos espaços de poder e decisão.

Neste momento, precisamos conjugar intensidade e profundidade. A reforma política que parte da população brasileira reivindica tem de, necessariamente, democratizar os meios de comunicação, democratizar o financiamento das campanhas, e ampliar as possibilidades de uma democracia direta e participativa. E uma coisa é certa: é impossível democratizar sem a radical e definitiva participação plena e igualitária das mulheres e dos negros.

Notas

¹ Projeto de Lei nº 5.498 - F/2009, aprovado na Câmara dos Deputados em segundo turno no dia 16 de setembro de 2009. No Senado Federal o projeto recebeu a denominação PLC nº 141/2009. A Mensagem nº 787, de 29 de setembro de 2009, vetou 3 artigos: regras de debates na Internet, dedução do Imposto de Renda para emissoras de rádio e TV em

relação à veiculação da propaganda eleitoral gratuita e o parcelamento de tributos.

² Integraram essa Comissão Joaquim Francisco de Assis Brasil, João Crisóstomo da Rocha Cabral e Mário Pinto Serva.

³ Constituição de 1934. Art. 109 – “O alistamento e o voto são obrigatórios para homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar” (grifo nosso).

⁴ A Constituição Federal de 1946 manteve a restrição ao alistamento enquanto eleitores aos analfabetos (homens e mulheres); aos que não saibam exprimir-se na língua nacional; e aos que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos. Também não podiam alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

⁵ A única restrição que a Constituição de 1988 manteve foi a candidatura de mulheres e homens analfabetos.

⁶ O Art. 92, parágrafo 21, excluía do eleitorado os que “não tiverem renda líquida anual de 100\$ por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego”.

⁷ Emenda de autoria do Deputado Marco Penaforte – PSDB/CE.

⁸ Lei nº 9.100/95, artigo 11, parágrafo 3º.

⁹ O Artigo 80 das Disposições Transitórias assegurava uma cota mínima de 25% e máxima de 75% para as eleições de 1998.

¹⁰ Lei nº 9.504/97, artigo 10, parágrafo 3º.

¹¹ Estatutos dos partidos políticos, acessados via internet entre os dias 3 de março e 7 de agosto de 2009. Agradeço a contribuição de Claudia Sales Milhomem, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e Alessan-

dra Soares Muniz Gomes, jornalista do *site* da campanha Mais Mulheres no Poder, para este levantamento.

¹² As informações sobre a composição das direções nacionais foram obtidas acessando-se os *sites* dos respectivos partidos entre os dias 3/3/2009 e 7/8/2009 e contatos via *e-mail* e telefone no período de 16/3/2009 a 7/8/2009.

¹³ Grifo nosso.

¹⁴ O outro eixo da II CNPM foi uma avaliação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

15 Instituído em 2006, o Fórum é um espaço de diálogo entre as instâncias nacionais de mulheres dos partidos políticos e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

¹⁶ Portaria nº 15/2009, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, publicada em 11 de março no Diário Oficial da União, instituiu Comissão Tripartite com o objetivo de revisar a Lei 9504, de 30 de setembro de 1997. A Comissão é composta por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da Sociedade Civil, nomeados pela Portaria nº 43, de 3 de junho de 2009.

¹⁷ Integram a Frente a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. E também: a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG; a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; a Comissão Nacional de Justiça e Paz – CNJP; o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; o Instituto de Estudos Socioeconô-

micos – INESC; e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

¹⁸ Entre eles a obrigatoriedade de alternância de sexo na totalidade da lista; a destinação de 30% dos recursos dos institutos ou fundações de pesquisa para o estímulo e crescimento da participação política feminina; e a reserva de 20% do tempo destinado à propaganda partidária gratuita para a promoção e difusão da participação política das mulheres. O Projeto de Lei da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular foi entregue à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados no dia 12 de agosto de 2009.

¹⁹ Somente três emendas das 67 apresentadas pelo Senado foram incorporadas pela Câmara.

A principal delas explicita que a manifestação do pensamento por meio da internet é livre, vedado o anonimato durante as campanhas.

²⁰ As informações sobre a legislação dos países citados foram obtidas no *site* do Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe – www.cepal.org/oig. As informações foram coletadas por Paula Leal (Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça) para a Comissão Tripartite.

²¹ A proposta, incluída na pauta mínima da Comissão Tripartite, foi apresentada e defendida pela representante da Bancada Feminina, que participou das reuniões do grupo de trabalho responsável pela elaboração do projeto de lei de reforma eleitoral, coordenado pelo Deputado Flávio Dino (PC do B/MA).

Este artigo foi escrito em setembro de 2009 a convite da comissão editorial dos Cadernos de Crítica Feminista.

memórias

Feminismo no exílio





Foram tempos difíceis aqueles em que Ditaduras Militares sufocaram as recentes democracias da América Latina na segunda metade do século XX. Tempos de exílio para quem conseguiu sair e de terror, prisões, assassinatos, censura e cerceamento de liberdade para quem ficou. Tempo também de esperança e reconstrução de possibilidades de novos projetos de transformação. O feminismo, como um pensamento crítico sobre a dominação e exploração das mulheres, e como prática política transformadora, inseriu-se neste momento por vários caminhos. Trazemos à tona aqui um destes caminhos, a organização de mulheres brasileiras exiladas em Paris e Lisboa. Feministas brasileiras, hoje reconhecidas em vários campos de atividade, viveram a experiência de expatriadas, estando longe do seu país, preocupadas com as alternativas possíveis para por fim às forças que tomaram o poder no Brasil com o golpe militar de 1964,





construíram organizações autônomas de mulheres e acrescentaram à luta que travavam, o forte desejo de liberdade e autonomia para todas as mulheres.

Em textos escritos na primeira pessoa, mulheres que participaram de grupos feministas no período de exílio, contam suas experiências e como elas foram marcantes em suas vidas. São memórias sobre a vida, a existência dos grupos de reflexão, a atuação política que tinham, as manifestações, os estudos, as dificuldades para divulgarem suas idéias, e como vivenciaram a relação com outros grupos políticos de esquerda também compostos por muitos exilados latino americanos. Como ensina Ecléa Bosi 'na memória fica o que mais significa' e é por isso que publicamos estas memórias, para que nunca esqueçamos o significado do exílio, mas também para que possamos construir significados para estes grupos de mulheres que foram uma das fontes do feminismo brasileiro.



O exílio e o feminismo: uma travessia

Suzana Maranhão

Rolando naqueles trilhos que nos levariam à Bolívia, o trem vindo de Corumbá no Brasil – acabara de atravessar a fronteira entre os dois países. À medida que ele avançava, retrocediam as memórias, refazendo a trajetória da minha vida política: em 1964, a recém-iniciada militância estudantil levou-me à presidência do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Recife; o golpe militar naquele ano, trazendo consigo o cerceamento à liberdade e a



perseguição sistemática das lideranças do movimento; o intenso e longo período de politização.

Naquele trem, tão longe ainda do nosso destino final, buscava concatenar registros e lembranças. Pensava em 1967, ano do meu casamento com Bruno, e em nossa viagem em lua de mel do Recife ao Rio Grande do Sul, num fusquinha azul, fazendo e refazendo contatos com militantes recém-saídos do Partido Comunista Brasileiro-PCB, visando à construção e fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR, em abril de 1968. Esse episódio valeu-nos o apelido de “casal contato”, entre os mais íntimos. O ano de 1968 foi marcado por três grandes acontecimentos nas nossas vidas: em maio, a resistência estudantil, que burlava os limites impostos e que significou a expressão máxima da desobediência dos estudantes, duramente reprimida; em setembro, o nascimento de Manuela, a nossa primeira filha; e finalmente, dezembro, com o fechamento do Congresso e o Ato Institucional nº 5 – AI5, aprofundando o Estado de exceção e dando início ao período que passou a ser conhecido como

“anos de chumbo” (1968-1974). Em 1970 entrei para a guerrilha urbana. Nessa nova trincheira de resistência e luta, o ano e três meses ali vividos valeu por muitos. Novas descobertas: de força, coragem e limites. Novas experiências: perdas, dor e muita solidariedade.

Naqueles dias cinzentos de junho de 1971, cada vez mais nos distanciávamos do Brasil, onde deixáramos um dos nossos tesouros mais preciosos: Manuela, a nossa filhinha com dois anos e que, por ter nascido com microcefalia, necessitava de cuidados especiais, o que não podíamos lhe dar naquelas circunstâncias. Só voltamos a revê-la oito anos depois.

Seguimos por terras bolivianas até o Peru, onde, com o voo Lima/Paris encerrávamos a travessia entre os dois continentes.

Em solo francês, outro mundo.

Paisagem francesa e asilo político

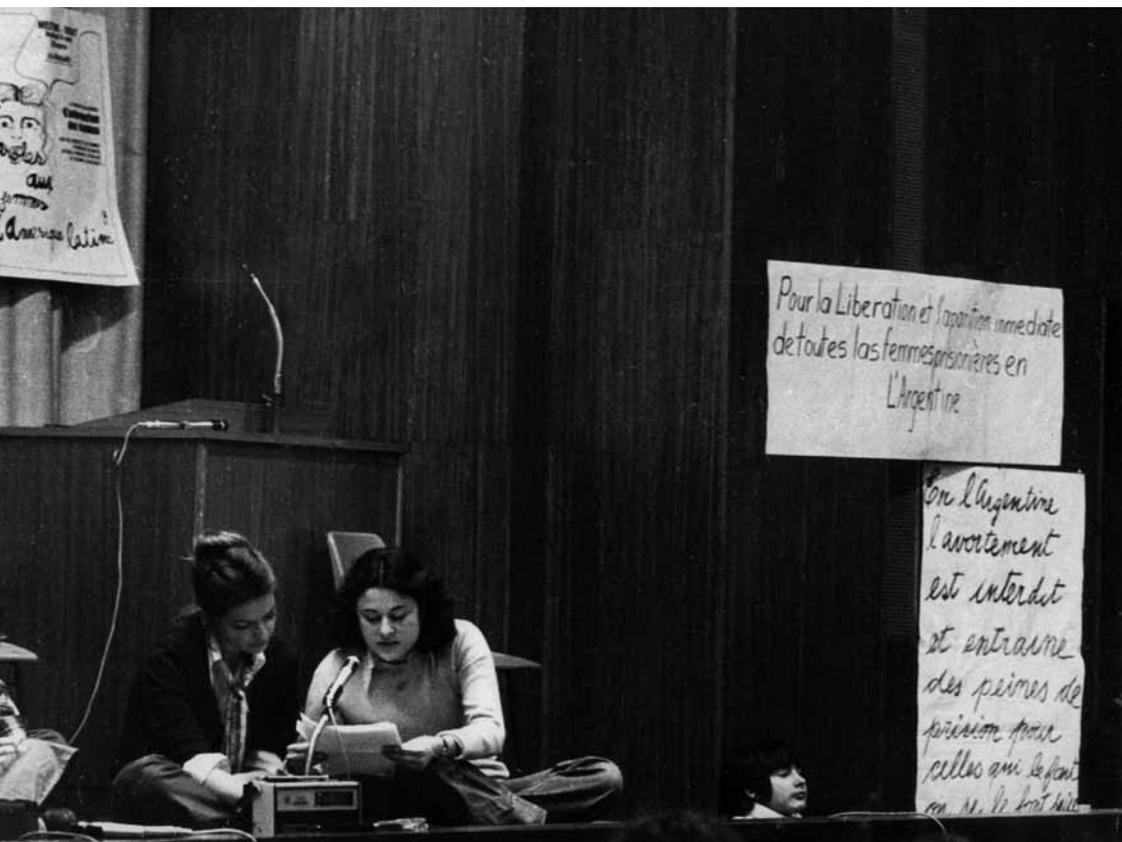
Na França dos anos 1970, que conheci no exílio, reverberavam com intensidade os processos e fatos ocorridos em 1968: a Primavera de

Praga, o Outono “Caldo” na Itália, a ofensiva do TET¹ no Vietnã, guerras de libertação que aconteciam ainda na África, sem falar na rebeldia estudantil dos acontecimentos de maio de 1968, que se espalharam por muitos países da Europa e de outros continentes.

Em maio de 1968 na França, à rebeldia revolucionária dos estudantes foi incorporada também a dos operários e das feministas. Inflamadas discussões em escolas e teatros, greves com ocupação de fábricas, manifestações, barricadas e batalhas campais resultando em prisões, feridos e mortes. Com o avanço da

liberação sexual e nessa atmosfera contestatória, os temas da sexualidade, da contracepção e aborto se fizeram presentes, deixando suas marcas e sementes que brotavam e vicejavam nos anos 70, quando ali chegamos.

Os três milhões de mortos, resultantes da I Guerra Mundial, levaram o Estado francês a uma política natalista, surgindo na época de entreguerras (1920) a lei contra o aborto, intensificando penalidades, ao ponto de, em 1943, sob o governo colaboracionista de Vichy, a interrupção da gravidez ser punível com a guilhotina. “O fenômeno





conhecido como “*baby boom*” fez crescer, entre 1946-50, a taxa de fecundidade, sendo 30% superior à do período 1935-1939 na Grã Bretanha e França e semelhante às taxas da Itália e Alemanha Ocidental”.² Com a ampliação massiva da população e a evolução significativa da ciência e da medicina, formou-se a base objetiva para que o movimento de mulheres contra a penalização do aborto construísse a subjetividade necessária ao avanço de consciência da sociedade, na defesa desse direito fundamental da mulher sobre o seu corpo. No período 1960-70, a sociedade francesa³ não tinha mais preocupações demográficas com a natalidade, mas, mesmo assim, apesar das inúmeras manifestações e de outros países europeus já haverem legalizado o aborto, na França só em 1975 foi votada a lei para Interrupção Voluntária da Gravidez.

A cultura política e a história social da França Revolucionária⁴ garantiam, no DNA do país, a luta libertária. Ecoavam ainda palavras de ordem como socialismo, luta anticapitalista, anti-imperialista e solidariedade internacional, que eram vozes correntes nas multidões ou em pequenos

grupos. Naquele velho mundo tudo era novo para mim. Os ventos da liberdade e das possibilidades foram sensações desde os primeiríssimos dias. Jornais, revistas, canais de televisão apresentavam debates políticos, culturais e artísticos, registrando, para além da Europa, profusão de notícias internacionais e de outros continentes.

Era abissal a diferença e o contraste com aquele Brasil que eu havia deixado para trás e que a ditadura tentava silenciar por todos os meios. O Brasil da tortura, dos presos políticos, dos banidos, dos mortos e desaparecidos. O Brasil das exceções e cerceamentos da liberdade de todos os tipos e tamanhos, devidamente ocultados pela censura ditada pelo general de plantão da época, Emílio Garrastazu Médici. A resistência nunca deixou de existir no país. A censura tentava ocultar o Brasil que resistia de formas diferentes, em momentos políticos diferenciados, nos 21 anos de ditadura militar (1964–1985).

No entanto, na paisagem francesa daquela época, o que me

impressionou, sobretudo, foi o movimento que se espraiava pelas ruas e becos de Paris.

O que ficou conhecido como “segunda onda feminista”, surgida no início dos anos 60, nos Estados Unidos, e logo depois disseminada pelos países da Europa ocidental, já havia ganhado energia e musculatura naqueles anos de exílio (1971-1979). Era bastante significativo o que acontecia em toda a Europa, especificamente na França, onde eu testemunhava aquele feminismo tomando corpo: passeatas, manifestações, debates, o *Mouvement de Libération des Femmes – MLF*, o *Mouvement de Libération de L’Avortement et Contraception-MLAC*⁵, e as grandes discussões que embasaram o feminismo daquela época. No entanto, eu teria de esperar alguns anos para tornar-me feminista, o que se daria somente em 1976, quando ingressei no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

Isso porque, um mês depois de chegar à França, vi-me rodeada de fraldas e mamadeiras - nasceu Alexandra, minha segunda filha. Havíamos chegado, meu marido Bruno e eu, com passaportes falsos e continuamos usando-os nos

primeiros dois anos, levando uma vida discreta, já que pensávamos em voltar clandestinamente para o Brasil, dentro de poucos meses.

O PCBR mantinha no exílio uma intensa atividade: reuniões, leituras, produção de material informativo e textos políticos para os militantes que se encontravam fora e dentro das prisões no Brasil. Tudo era preparado com escrita invisível e transportado embutido em algum objeto. Tempos depois, passamos a editar e publicar em francês a revista “*Revolution Brésilienne*”, com objetivo de ampliar a rede de simpatizantes estrangeiros. Fazia parte da prática internacionalista do PCBR a colaboração com organizações revolucionárias na França. A mim coube trabalhar com uma organização franco-argelina que havia participado da resistência contra os franceses pela independência da Argélia. Ela prestava serviço a revolucionários de vários países onde havia conflitos armados, guerras anticoloniais ou de libertação e preparava documentos para fornecê-los aos militantes que necessitavam entrar e viver despercebidos nos seus países de origem.



Em 1º de julho de 1973, com minha filha, juntei-me ao meu companheiro que, no Chile, nos esperava para voltarmos ilegalmente ao Brasil. Manifestações, boicotes, sabotagens e greves do patronato levaram o Chile ao golpe militar de 11 de setembro daquele ano. O golpe nos reteve e assim lá vivemos seis meses, três dos quais, livres pelas ruas de Santiago, e os outros três, confinados, por segurança, na embaixada da Venezuela, onde havíamos pedido asilo. Apesar do pouco tempo em que lá estivemos, o Chile foi uma lição de vida. O povo chileno possuía um nível de politização surpreendente. Ali, a luta de classes ostentava um processo radicalizado. Ali, o internacionalismo que enxerguei pela primeira vez em Paris tinha as cores da América Latina com suas várias nacionalidades, sotaques e vivências marcadas por processos revolucionários. Eram exilados (as) que haviam escolhido o Chile em função da experiência ímpar desenvolvida no Governo de Unidade Popular de Allende, num momento em que seus países estavam sob o tação de golpes e ditaduras. Ali, conheci guerrilheiros bolivianos (nenhuma mulher) que haviam lutado

com Che, militantes do *Movimiento de La Izquierda Revolucionaria* (MIR) da Bolívia e do próprio Chile, motoneros (as) argentinos (as), tupamaros uruguaios (as), além de guerrilheiros (só homens) da Venezuela. Ali, no Chile, descobri e forjei minha identidade latino-americana.

Em meados de dezembro estávamos poucos na embaixada, aguardando os salvo-condutos para a saída do país. Ao saber que a Argélia nos aceitava como asilados, não hesitamos. Pegamos o documento e seguimos nós três: Maria, José e Alexandra Rodrigues. Esses eram os nomes que afirmávamos serem os nossos, pois havíamos dito à embaixada que perdêramos os documentos.

Nunca chegamos à Argélia. Na conexão obrigatória, no aeroporto de Paris, retirei do fundo falso de uma bolsa verde que levava a tiracolo quando entrei na embaixada da Venezuela, os passaportes, com os quais havíamos saído do Brasil e desaparecêramos em Paris, até pedirmos o asilo político no primeiro trimestre de 1974. A partir de então,

retomamos os nossos verdadeiros nomes. Era um novo momento do exílio. Agora, possuíamos passaportes azuis de refugiados, resultado da formalização do asilo político requerido no Alto Comissariado das Nações Unidas. O território chileno, base de apoio dos movimentos populares e de esquerda da América Latina, havia se transformado num grande campo de concentração. A essa altura, Paris já se havia consagrado indubitavelmente como a capital do exílio e da solidariedade internacional. O sonho da revolução não havia acabado, porém o sonho da volta do exílio estava adiado.

O asilo formal permitiu, de imediato, uma ampliação do meu universo político e social, nova relação com a vida. Passei a circular em novos espaços tais como a Casa do Brasil, os eventos do Comitê Brasil pela Anistia e dois *campi* da Sorbonne, onde decidi fazer um curso de pós graduação sobre o Estado e outro sobre Desenvolvimento Socioeconômico na área rural.

O meu segundo filho, Mário, nascido em 1977, beneficiou-se dessa legalidade, passando a ter

creche gratuita e uma verba de 1.000 francos, como recebia qualquer recém-nascido francês, facilidades que não tive quando do nascimento de Alexandra. Havia também o Saci-Pererê, espaço criado por exiladas que permitia que nossas crianças, aos sábados, tomassem contato com a cultura brasileira, por meio de teatros, brincadeiras, contos e cantos. O Saci, concebido e iniciado por Glorinha Ferreira⁶ e Vera Silveira⁷, foi um referencial importantíssimo na vida de nossos filhos e filhas de asilados/as em Paris.

O fato marcante que me acompanhou a partir de 1976 no exílio foi a minha entrada no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

O marco fundante do Círculo, o texto-documento intitulado “Por uma tendência feminina revolucionária” chegou-me às mãos em dezembro de 1975, exercendo sobre mim um enorme fascínio e atração. Chegou no momento certo. Ali estava a possibilidade de discutir as questões específicas da mulher, numa perspectiva socialista. O Círculo propunha-se a aglutinar brasileiras em torno do aprofundamento do



papel da mulher na reprodução do sistema capitalista, “Rechaçava a concepção de revolução como apenas uma mudança institucional, pois uma de suas dimensões mais essenciais é a revolução da vida cotidiana”.⁸ Identificando-se dentro do movimento com a tendência luta de classes, o Círculo defendia a autonomia em relação aos partidos políticos, apontava o caminho da dupla militância e a necessidade de ter amplitude, garantindo a participação de mulheres de várias organizações no campo da esquerda.⁹ A sua primeira assembleia aconteceu em janeiro de 1976.

Nessa mesma época, fazíamos uma profunda reflexão no PCBR, à luz da nova conjuntura brasileira. A discussão da autonomia, pontuada de forma diferente daquela do Círculo, trazia a mesma preocupação da ampliação da democracia e do respeito das relações entre Partido x Movimentos. Rechaçávamos duas ideias-chaves presentes nos partidos da esquerda tradicional, de inspiração socialista ou marxista: a ideia de partido único para conduzir o processo revolucionário e aquela que afirmava o uso das posições

político-partidárias como correia de transmissão para o movimento. Isso significava uma profunda autocrítica de uma prática anterior e a formulação da necessidade da criação de Organizações Independentes e Autônomas dos Trabalhadores - OIAT, que inspiraram, tempos mais tarde, as teses da Brasil Socialista – BS, na fundação do Partido dos Trabalhadores – PT e da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Assim, a necessidade de autonomia de movimentos sociais também estava posta nas discussões do partido, com vistas ao empoderamento dos trabalhadores, da mesma forma que o feminismo que ora abraçava, defendia a autonomia do movimento, com o intuito do autoempoderamento coletivo das mulheres.

As páginas seguintes tratam das temáticas mais discutidas no movimento feminista francês e nas instâncias de funcionamento do Círculo. Os seus aportes, também explicitados, passariam, desde então, a nortear minha vida.

Éramos oito, muitas vezes cem e algumas vezes, milhares.

Éramos milhares nas ruas de Paris. Nas pautas de reuniões das organizações da esquerda brasileira no exílio, éramos ausentes. Tornava-se imperativo para nós, brasileiras em Paris, inseridas naquele cenário de ebulição e efervescência do Movimento Feminista Francês, a discussão das consignas e temas de debates, postos nas manifestações. Numa sociedade em constante evolução era um desafio

transformador necessário. “Ligar a vida cotidiana à política, exigia barulho e desobediência; quebra de regras. Rever os protocolos aceitos da vida pública, romper a verdade estabelecida”(…) Debater a democracia significa redefinir a própria categoria da política”.¹⁰

“O Privado é Político” era uma denúncia, uma consigna e ao mesmo tempo um dos pilares sobre os quais foi embasado o feminismo da época.





Politizar o cotidiano e, portanto, torná-lo público, desnaturalizando verdades e papéis estabelecidos, foi, sem dúvida, o descortinar de velhas questões postas à luz do dia e expressas diferentemente: compartilhar as tarefas domésticas, conciliar os papéis familiares e trabalho feminino; violências sexuais contra as mulheres foram remetidas à cena política com um novo viés, de onde brotavam novas demandas. “A distinção do privado e do público baseia-se no pressuposto segundo o qual a esfera pública é determinada pelas leis comuns, enquanto o privado é deixado a critério de cada um/uma. As mulheres mostraram que a hierarquia organizadora das relações entre homens e mulheres no público prolonga-se no âmbito do privado e traz embutida a mesma estrutura”¹¹. Era uma construção ascendente pelo “reconhecimento das questões específicas das mulheres como objeto de luta política”¹².

Outro pilar sobre o qual foi assentado o feminismo dos anos 1970 é a formulação “*Mon corps est à moi*” – (Meu corpo me pertence), que traz inerente a batalha do aborto, concepção e contracepção, a performance da sexualidade feminina, a homossexu-

alidade, a maternidade e a discussão sobre a desigualdade entre os sexos.

Ao longo dos tempos e ao redor do mundo, governos dos Estados e Nações utilizaram-se do corpo das mulheres para exercer o controle demográfico. Instituíram políticas públicas anti ou pró-natalistas, conforme seus credos, crenças e correlações de força política. O grito de independência das feministas pelo domínio do seu próprio corpo veio possibilitar a ampliação dos direitos das mulheres e o reconhecimento formal dos novos conceitos de “direitos sexuais e direitos reprodutivos” em 1994, na Conferência Internacional, sobre População e Desenvolvimento – CIPD, patrocinada pelas Nações Unidas, no Cairo.

Acontecimentos políticos, sociológicos e científicos do pós-guerra, com a nova ordem social do Capital e da nova hegemonia política, redesenharam o cenário do velho mundo e permitiram condições objetivas para a emergência das chamadas questões específicas na agenda política das mulheres, tendo-as à frente como

sujeitos desse movimento. Um movimento que transgredia e ousava uma prática transformadora do *status quo* e das relações sociais entre os sexos.

A volta massiva das mulheres para os lares e o estímulo da volta dos homens para o “seu lugar de trabalho” e seu papel de provedor foram políticas de Estado recorrentes em vários países europeus do pós-guerra. Elas embutiam uma dupla problemática, que começaria depois a ser denunciada, analisada e sistematizada pelas feministas, qual seja a complementaridade do trabalho feminino e o salário inferior para o mesmo trabalho quando feito pelas mulheres.

“*A travail égal, salaire égal*” é a consigna que reivindica salário igual para trabalho igual e ainda hoje é uma bandeira de luta. Em vários países, inclusive o nosso, a diferença de salários entre homens e mulheres altera somente para mais ou menos na porcentagem, mas a iniquidade salarial ainda é uma fato ao redor do mundo. Onde a luta mais avançou, a diferença percentual é menor. Sob essa bandeira de luta esboça-se toda a discussão da época e que hoje, nos tempos do capitalismo neoliberal, é

extremamente pertinente: trabalho parcial, trabalho precário e desemprego das mulheres; a emancipação e desumanização pela via do trabalho, divisão sexual do trabalho; o trabalho produtivo e o reprodutivo.

Acompanhava também a agenda do Movimento Francês e do Círculo a discussão da autonomia do movimento, da dupla militância, da negação de uma forma vertical de poder, como críticas diretas às formas tradicionais das organizações da esquerda. Esse novo caldo de cultura política engendra mais tarde a sistematização e construção de uma teoria a partir daquela prática renovadora.

No entanto, o feminismo, esse novo paradigma que revolucionou as últimas décadas do século XX, trazia no seu bojo diferentes abordagens, análises e estratégias que na França poderiam ser identificadas, *grosso modo*, por três tendências conhecidas como: “o feminismo da diferença”, “o feminismo radical” e o “feminismo luta de classes”.

O feminismo da diferença foi a primeira tendência a se formar; “era voltada para a psicanálise e para a descoberta da singularidade do



inconsciente feminino”¹³, conhecida como “Psico-po” – Psicanálise e política.

“A corrente do Feminismo radical coloca a questão da opressão patriarcal (...). Essa corrente teve um forte impacto na construção da teoria feminista na França, colocando o patriarcado como inimigo principal e foi central na luta feminista. Segundo Delphy (2000), o termo patriarcado é rapidamente adotado pelo conjunto do movimento feminista militante nos anos 1970 como um termo que designa o conjunto do sistema a combater¹⁴”. “Em seu diálogo com o marxismo, as radicais não só rompem com a tradição socialista, como também formulam suas proposições sobre uma nova base, rejeitando que a contradição principal da sociedade seja aquela que se expressa na luta entre as classes socioeconômicas¹⁵”.

O feminismo luta de classes “opunha-se à dimensão sexista do feminismo radical, que privilegiaria a guerra entre os sexos¹⁶”. Era uma corrente anticapitalista próxima das organizações de esquerda e advogava

a dupla militância. Apesar dos fortes vínculos com o marxismo, “admitia, contudo, a necessidade de submeter à tradição socialista uma crítica radical e de formular, sem abandonar o marxismo, um novo marco conceitual”.

Éramos cem, nas assembleias do Círculo. Elas aconteciam sem periodicidade predeterminada. Ali, socializávamos informações dos subgrupos, discutíamos bandeiras gerais do movimento, preparávamos grandes reuniões e eventos públicos, ampliando nossa visibilidade. Dos mais expressivos desses eventos, testemunhei o “*Parole aux femmes de l’Amérique Latine*”¹⁷, promovido em conjunto com o movimento francês e com as mulheres latino-americanas. Cada vez mais o Círculo era reconhecido pelo movimento francês e requisitado para reuniões e palestras.

Éramos oito, semanalmente: Betânia, Sônia, Helena, Beth, América, Regina, Ângela e eu. Aí estava nosso subgrupo que tinha como temática predeterminada a imprensa feminista no Brasil. Mantínhamos contato com os jornais “Nós mulheres” e “Brasil

mulher”, estabelecendo um vaivém de artigos, reflexões e informações, o que nos permitiu chegar até os grupos e centros de mulheres que foram se formando no país. Assim, conheci o Ação Mulher, primeiro grupo feminista do Nordeste, em Recife, o qual passei a integrar imediatamente após a minha volta do exílio. Era também no subgrupo, em cada um deles – o de Teatro, Educação, Trabalho, Sexu-

alidade, Chiquinha Gonzaga, entre outros -, que usávamos a prática do autoconhecimento. Era a apropriação coletiva do cotidiano, uma politização de temas antes totalmente privados. O vivido (*Le Vecu*), como chamávamos, era aquele momento mágico em que uma falava e as outras escutavam em profundo silêncio. Falávamos de experiências cotidianas vividas no passado e passado recente. Assim,





experiências solitárias que imaginávamos únicas, eram identificadas como recorrentes entre todas nós.

À Betânia Ávila, Sônia Giacomini, Helena Irata, Beth Lobo (*in memoriam*), América Ungaret, Regina Bruno e Ângela Muniz, a minha mais cara lembrança de ter compartilhado, naquele convívio semanal, os meus primeiros passos no feminismo.

O Círculo foi assim o abrigo, o espaço de coletivização, de sistematização de análise e construções de cada uma de nós brasileiras, interagindo com a atmosfera do feminismo francês. O que não era pouca coisa. O feminismo ali apreendido por meio dos meus sentidos, das ações, das escutas e



leituras e num diálogo permanente com o entorno político-social foi o arcabouço de toda a minha nova estruturação político-teórica e político-ideológica.

No momento de fundação do Círculo, além de ausentes da pauta das organizações da esquerda brasileira, o feminismo e as questões específicas da condição da mulher eram ainda identificadas com o sexismo e/ou como uma luta burguesa, que a chegada do socialismo iria automaticamente solucionar. Tese herdada dos Partidos Comunistas e outros partidos da esquerda tradicional¹⁸. Os entraves eram enormes; o preconceito, do tamanho do demérito e menosprezo. Havia constantemente as piadas e brincadeiras em torno do assunto. Mas o fato é que, num processo lento e paulatino, o Círculo influenciou politicamente o conjunto da colônia de brasileiros (as) e exilados (as) mais numerosa da Europa. As organizações de esquerda passaram a absorver não somente a importância daquele espaço político autônomo das brasileiras, como também a incorporar de uma forma proativa uma postura anti-machista e um posicionamento pró-feminismo. Enfim, o

reconhecimento do Círculo, que se tornara o mais influente e expressivo grupo de mulheres no exílio.

Para além do Círculo

O feminismo como expressão organizada, na sua transgressão e subversão da ordem desde o seu nascedouro, traz em seu bojo uma redefinição e alargamento da democracia dentro de casa e no mundo. Traz inerente às suas consignas a concepção de uma nova possibilidade de efetivar a ampliação dos Direitos Humanos ditos universais, incluindo, décadas mais tarde na esfera internacional, os “Direitos Humanos das Mulheres”, promulgados na Declaração de Direitos Humanos de Viena¹⁹ – 1993, reiterada em 1995 na Plataforma de Ação de Pequim.

A matriz político-ideológica do feminismo que vivenciei no Círculo, a utilização da dialética como um método de análise, tendo os fundamentos marxistas como norteadores de uma filosofia e teoria permanentemente em construção, propiciou um salto de qualidade em relação a minha militância anterior ao feminismo. No meu retorno ao Brasil, a autonomia, a dupla militância, a



convivência com a diversidade de pensamento, foram se expressando e estiveram presentes em vários momentos da minha prática política: no início da construção do Partido dos Trabalhadores – PT; no “Ação Mulher²⁰”; na fundação com outras companheiras do 1º grupo de mulheres do PT; na criação do Fórum de Mulheres de Pernambuco e do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU, onde militei alguns anos, com Margarida Alves; nos Encontros Feministas Brasileiros e nos Latino-americanos.

Os Encontros feministas brasileiros expressavam cada vez mais claramente o entrosamento que existiu e foi sendo aprofundado entre aquelas feministas que vieram do exílio e o que foi construído aqui por meio de vários grupos de mulheres: dos movimentos populares, movimento contra a carestia, luta por creches, das comunidades de base, e também dos grupos feministas formados na época do processo de lutas pela redemocratização do país, nos quais as mulheres tiveram papel proeminente, inclusive iniciando a campanha pela anistia no Brasil.

Os Encontros feministas latino-americanos a cada dois anos foram facilitando a formação de redes temáticas e uma produção e ação conjuntas. Já em São Paulo, onde morei de 1990-2004, a minha inserção imediata no Centro Informação Mulher – CIM foi fruto direto do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, já que esse fora idealizado²¹ e gestado em reuniões daquele espaço em Paris.

Através do CIM, a prática internacionalista foi acentuada com a participação nas Conferências das Nações Unidas – ONU²², realizadas entre 1992-1996. Com o objetivo de popularizar e divulgar para os movimentos de mulheres os principais embates políticos e resultados de cada uma dessas conferências, através da publicação de brochuras e dos Cadernos do CIM, o nosso trabalho começava nas reuniões preparatórias. Iniciamos em 1990 (juntamente com o movimento feminista internacional, que reuniu 3.000 mulheres em Miami) para a preparação e organização do Planeta

Fêmea, concretizado no Rio de Janeiro na Eco-92. Nos “Planos de Ações” e “Declarações Finais²³” de cada uma dessas conferências da ONU citadas, estão presentes as conquistas e o esforço do movimento feminista internacional. A partir da Conferência de Copenhague, vi crescer o interesse por novas temáticas, até então fora da agenda tradicional das mulheres. O movimento feminista internacional inicia uma atuação contra a Organização Mundial do Comércio – OMC, que surgia nesse mesmo ano e buscava um novo posicionamento das mulheres em relação ao aprofundamento do conhecimento sobre as novas formas de exploração e de combate às políticas do capitalismo neoliberal que predominaram nas últimas décadas. O engajamento do CIM nos levou, em São Paulo, a mergulhar de cabeça na Campanha contra a ALCA, a base de Alcântara (no Maranhão) e contra os Tratados de Livre Comércio – TLC, levando-nos a várias reuniões nos países da América Latina, tentando uma construção regional, para além do proposto pelo Mercosul e onde as mulheres tivessem a sua marca profunda.

Nos Fóruns Sociais Mundiais onde tive o privilégio de participar, em dois Pan-Amazônicos, no I Fórum de *Las Américas*, em Quito, e nas inúmeras reuniões contra a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, no Brasil e alhures, a minha identidade feminista latino-americana, nascida no exílio e no Círculo, só fez aumentar. O marxismo e o feminismo internacionalistas que fazem parte do meu DNA militante, desde o exílio, e a participação no Círculo de Mulheres, reforçaram-se com a minha integração, durante sete anos ao Comitê de Direção Mundial da Federação Democrática Internacional de Mulheres – FDIM, de onde, em janeiro de 2007, me afastei para integrar em Recife a recém criada Secretaria Especial da Mulher do Estado de Pernambuco, na qual permaneci até março de 2009. Pela primeira vez em um organismo estatal tive a oportunidade de contribuir para a implantação de políticas públicas para as mulheres, rompendo barreiras que perpetuam a desigualdade de gênero.

Hoje, vivo um momento extraordinário que me remete àquele do Círculo de Paris, identificado como



um espaço abrigando ideias e ações coletivas a serem sistematizadas num momento de grande ebulição da sociedade francesa. Diante da nova crise sistêmica da globalização capitalista neoliberal, nós, feministas, somos cada vez mais instadas a construir alternativas globais. A reflexão e o aprofundamento de experiências em espaços coletivos, que me permitem uma ação local e ao mesmo tempo global, correspondem inteiramente às minhas necessidades surgidas a partir das experiências vividas.

Hoje, essas antigas e recentes necessidades permeiam o meu dia a dia, fazendo parte da minha permanente travessia. Por isso, integrar nesse momento a “Articulação Feminista Marcosul” reacende a minha identidade latino-americana e me estimula a sistematizar e aprofundar temas e experiências acumuladas nessa direção. “O Espaço Feminista,” por sua vez, redimensiona a minha ação local e, junto com a FDIM, recoloca na minha vida a ação global e a solidariedade internacional.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maíra. *Feminismo no exílio: o círculo de mulheres brasileiras em Paris.*

São Paulo, 2006. Monografia - Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas – Unicamp.

ÁVILA, Maria Betânia. *O tempo das empregadas domésticas: Tensões entre dominação/exploração e resistência.* 2009. Tese – Doutorado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife, 2009.

COLLIN, F. e KAUFER, I – *Parcours Féministe* – Bruxellas: Labor, 2005.

ELEY, G. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

MARANHÃO, Suzana, LOPES, Margarete, e SOARES, Vera. “Mulher, Igualdade e Desenvolvimento”. Organizadoras da publicação. In: *Cadernos do CIM*, nº 2, 1995

MARANHÃO, Suzana, e LOPES, Margarete,. “Mulher, População e Desenvolvimento”. Organizadoras da publicação. In: *Cadernos do CIM*, nº 1, 1994.

MARANHÃO, Suzana, e Calió, Sônia,. “Mulher, Habitat e Desenvolvimento”. Organizadoras da publicação. In: *Cadernos do CIM*, nº 3, 1996.

Notas

¹ Ano Novo Lunar - TET

² Eley, Geoff - *Forjando a Democracia: A história da esquerda na Europa 1850 – 2000*, Fundação Perseu Abramo.

³ Como de vários países da Europa Ocidental.

⁴ Refiro-me aqui não somente, mas principalmente, a dois marcos: a Revolução Francesa de 1789 e a Comuna de Paris de 1871.

⁵ Movimento de Liberação das Mulheres e Movimento de Liberação do Aborto e Contraceção.

⁶ Glorinha Ferreira, militante do Círculo e do Comitê Brasil pela Anistia (CBA), em Paris.

⁷ Vera Sílvia Magalhães Maranhão, uma das mulheres banidas no sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, em 1969. Fez parte do Comitê Brasil pela Anistia (CBA).

⁸ Abreu, Máira – Feminismo no exílio: o círculo de mulheres brasileiras em Paris – Monografia de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Máira Abreu teve acesso, na sua pesquisa, a vários documentos do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

⁹ Mulheres do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), do Campanha (vinculado ao Movimento de Emancipação do Proletariado - MEP) e do Partido Operário Comunista (POC).

¹⁰ Collin, Françoise e Kaufer Irene – en *Parcours Féministe* – 2005, Edition Labor – Bruxelles.

¹¹ Collin, Françoise, *idem*.

¹² Goldeberg, Anette. *Feminismo e autoritarismo* – Rio de Janeiro – Dissertação de Mestrado do IFCS/UFRJ. 1987. Anette participou do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

¹³ Abreu, Máira – *idem*.

¹⁴ Ávila, Maria Betânia – *O tempo das empregadas domésticas: Tensões entre dominação/exploração e resistência*. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

¹⁵ Abreu, Máira, *idem*.

¹⁶ Abreu, Máira, *idem*.

¹⁷ “Palavras das mulheres da América Latina.

¹⁸ Utilizava o nome de “esquerda tradicional”, na época, referindo-se aos Partidos Comunistas – PCs que não participaram da resistência armada, nem no Brasil nem no Chile. Na França o termo era usado para nominar os PCs bastante dogmáticos, dependentes da União Soviética e do Stalinismo.

¹⁹ Conferência de Direitos Humanos das Nações Unidas - ONU, que teve intenso *lobby* das mulheres no seu interior. 1993.

²⁰ Primeira organização feminista fundada no Nordeste, no Estado de Pernambuco; e, no Brasil, a terceira.

²¹ Sônia Calió capitaneou várias reuniões do Círculo sobre a necessidade de um Centro de Documentação da Mulher no Brasil. Quando voltou de Paris para São Paulo, despachou, via marítima, uma grande quantidade de livros e posteres doados. Surgiu assim, o Centro Informação Mulher, que funciona até hoje, sendo depositário de todos os arquivos e documentos catalogados do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

²² Conferência sobre População e Meio Ambiente (Cúpula da Terra) Rio de Janeiro - 1992, conhecida como Eco-92; Conferência de Direitos Humanos - Viena - 1993; Conferência de População e Desenvolvimento, Cairo - 1994; Conferência de Desen-



volvimento Econômico e Social- Março de 1995 e a IV Conferência Mundial da Mulher, em setembro, 1995 - Beijing; Conferência Habitat II, em junho, 1996 - Istambul.

²³ O Plano de Ação e Declaração (política) Final de cada conferência da ONU são dois documentos concensuados, que deverão ser assinados no término da conferência pelos chefes de Estado presentes.

Pour la Liberation et l'aparition immediate
de toutes las femmes prisonnières en
L'Argentine

En L'Argentine
l'avortement
est interdit
et entraine
des peines de
prison pour.



Como o feminismo entrou na minha vida e nunca mais saiu

Elisabeth Vargas

Quando Maria Betania me pediu para escrever sobre o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, achei que seria simples. Pensar no meu encontro com o feminismo e seu efeito irreversível na minha vida me trouxe lembranças que estavam adormecidas.

Insegura sobre o significado que esse relato poderia ter para os que têm hoje 20-30 anos, mostrei o texto para meus filhos



e seus amigos. Quis saber se faz sentido hoje em dia. Não só entendiram tudo, como ficaram comovidos. Então é isso aí.

Estudante universitária no Brasil e militante de esquerda, tive de me exilar no Chile em maio de 1971, quando a organização em que militava estava sendo dizimada pela ditadura brasileira. Consegui fugir graças ao meu pai e amigos. Minha “organização” não tinha meios de fazê-lo.

Algum tempo depois, já no Chile, fui condenada a dois anos de prisão. Não dei a mínima – minha opção era virar chilena. Entrei na Universidade do Chile em Santiago e me engajei no MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria).

Ainda no Brasil tinha notícias de que um movimento de mulheres, chamado feminista, se articulava no planeta. *O Pasquim* se divertia fazendo piadas sobre Betty Friedman e a queima de sutiãs. Embora me incomodasse que as tais feministas fossem chamadas de mal-amadas, o tema não me seduzia. Não havia lido nada de Simone de Beauvoir (*O Segundo Sexo* só fui ler em Paris) e mesmo assim preferia Sartre a ela.

Ou seja, a “questão das mulheres” era secundária na luta contra o capitalismo e era “diversionista” para a construção de um mundo comunista. Existiriam feministas em Cuba? Achava que não.

No Chile, para onde acorreram milhares de jovens exilados da América Latina, ouvi falar de reuniões de mulheres, provocadas, acho, por brasileiras que haviam passado pela Europa. Nunca me interessei em participar. Tinha coisas mais importantes a fazer. Em setembro de 1973 o devastador golpe de estado no Chile nos jogou na clandestinidade, prisão, novo exílio.

Consegui asilo na Suíça. Entrei na Universidade de Genebra, aprendi a falar e escrever em francês e continuei militante da resistência chilena.

Em setembro de 1974, no aniversário do golpe, fui escalada para representar o MIR em Milão, em uma manifestação articulada por organizações da esquerda italiana e por grupos feministas. Embora não fosse chilena nem uma militante importante,

me convocaram por ser mulher. As feministas italianas exigiam. Na Praça Duomo, mais de 25 mil pessoas, e eu no palanque, morta de medo, medo de ficar muda, medo de desmaiar no palanque, medo de ter uma diarreia. Minha barriga crepitava. Mas deu tudo certo no final. Falei em espanhol o texto que escrevi com a ajuda de um companheiro mirista, que li em voz alta trezentas vezes com um lápis atravessado na boca. Decorei.

O movimento feminista fervilhava na Europa. Manifestações, passeatas, manifestos, publicações, e eu militando no clandestino MIR. Viajava bastante nessa época, fazendo reuniões, palestras, arrecadando fundos, subindo em palanques (menores e menos aterradores que o de Milão). Sentia-me bem nessa militância e era lá que queria estar. Acreditava na resistência chilena ao golpe, apesar da brutal repressão, prisões, torturas, assassinatos, inclusive de companheiros que conheci quando lá vivia. Em um certo momento cheguei a pensar em fazer um treinamento guerrilheiro no Líbano ou na Coreia do Norte e voltar para o Chile. Hoje em dia não sei se queria isso de verdade. Naquele momento parecia que era verdade. E

acho que teria ido, se algum graduado companheiro tivesse posto fé nesse meu desejo.

Em 1975 fui viver, trabalhar e militar no MIR em Paris. De vez em quando me deparava com uma manifestação feminista. Acompanhava pela calçada, de longe. No começo sentia um misto de curiosidade e alguma vergonha. Algumas mulheres me pareciam ridículas vestidas de roxo e purpurina, mas suas palavras de ordem remexiam meu coração e me levaram a pensar em “todas” as mulheres e não apenas na classe operária sem sexo. Como não tinha percebido isso? Passei a me interessar pela vida e obra das mulheres revolucionárias, nossas heroínas. Li e reli Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Dolores Ibarruri e o que mais consegui encontrar na livraria Maspero, frequentada pelos esquerdistas do planeta, e na Librairie des Femmes, frequentada pelas mulheres, óbvio.

Na militância convivi com companheiros e companheiras de organizações da esquerda francesa. Faziam questão da distinção – companheiros e companheiras. As mulheres viviam engajadíssimas em suas reivindicações, dentro de suas organizações.



E eu, observando e pensando. Não havia nada disso na esquerda latino-americana. Mais importantes eram as inúmeras facções da esquerda – comunistas, maoístas, stalinistas, trotskistas etc. - disputando a verdade revolucionária.

Continuei a acompanhar as manifestações da calçada. A vergonha foi se transformando em um estranho orgulho e algumas vezes um nó me amarrava a garganta. Ao mesmo tempo, me dizia que a militância feminista não era para mim. Estava numa luta muito maior e mais importante naquele momento: combater a ditadura chilena, brasileira, uruguaia, boliviana, argentina, nicaraguense...

No entanto, aos poucos fui mudando de leitura e cada vez mais ocupava meu tempo livre lendo mulheres e sobre mulheres. Acho que Flora Tristán foi a primeira que li; me comovi e me achei uma idiota. E Simone de Beauvoir, que me deixou com legítimo orgulho. Depois vieram todas as outras, francesas, italianas, inglesas, americanas. E outros autores de tempos variados, como os socialistas utópicos ingleses.

Lia também as revistas feministas francesas e italianas, com relatos

e mais relatos da opressão dentro das organizações de esquerda. Por que cargas-d'água nossa opinião era sempre menos relevante diante da besteira que o companheiro estava falando? Por que, além de sermos as dedicadas militantes, não éramos ouvidas, e o cafezinho das reuniões ficava por nossa conta? Saco!

E havia as questões macro que se apresentavam - a importância de um movimento autônomo de mulheres (dos partidos políticos, dos homens, dos maridos), do direito ao corpo e à sexualidade (meu corpo me pertence), além, é claro, da desigualdade salarial e da velhíssima questão da divisão das tarefas domésticas – uma luta cotidiana que eu travava com meu companheiro.

Anonimamente, comecei a assistir debates e a ir a uma ou outra reunião de feministas da Liga Comunista Francesa. Uma vez fui a uma inédita sessão de cinema lésbico-feminista. Fui com duas amigas francesas que também Tateavam em torno do movimento feminista. Chegando ao cinema, um tumulto instalado,

empurra-empurra, gritos, polícia por todo o lado. Finalmente entramos e descobrimos que o movimento homossexual masculino queria entrar de qualquer maneira. A homossexualidade era território deles? Antes de começar a sessão, as organizadoras falaram sobre a política do corpo. Uma voz ao fundo protestou: “Ça suffit! On est là pour draguer!” (Basta!

Estamos aqui para paquerar). Vaias da plateia. Ou seja, não era um mar de rosas como eu vinha pensando.

Um belo dia, uma amiga (não lembro se Sandra, Regininha ou Lena, todas amigas do exílio no Chile) me falou que as brasileiras estavam se reunindo na Cité Universitaire. Fui. Fiquei deslumbrada. Convidei Elizabeth Souza Lobo, intelectual gaúcha também exilada,





que olhava de longe o feminismo, para a reunião seguinte. Ficamos.

Eram muitas mulheres, e a cada reunião chegavam mais. Exiladas que pertenciam a esta ou àquela organização, e aquelas que não haviam passado pela militância política. E éramos todas iguais. Podíamos fazer qualquer coisa (como teatro, por exemplo), falar de qualquer assunto: medo, insegurança, vaidade, ciúmes, política, filosofia, tudo mesmo. O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris era o nosso território livre e feliz. Era de mulheres brasileiras, mas éramos mulheres do mundo.

Comecei a refletir sobre mim – que mulher sou eu? Uma jovem que saiu da casa dos pais no interior do Rio Grande do Sul, entrou na universidade e aderiu ao combate à ditadura, morando em repúblicas e em aparelhos. Só isso? E a vida lá fora das outras mulheres iguais a mim, como era? E minha mãe, tias, amigas e primas? Eu não havia prestado atenção. Nem em mim, nem nelas.

Desisti da militância revolucionária. Eu já estava incomodando os

companheiros com questões pouco relevantes, influenciando as outras, fofocando sobre os homens. Foi um alívio para todos. A feroz ditadura no Chile também não colaborava para meu desejo de virar chilena.

Na manifestação seguinte lá estava eu, quem diria. E de roxo e purpurina, com um cartaz na mão, sem medo do ridículo.

Pensava cada vez mais no que queria de mim e da vida. Fui tomando decisões íntimas – fazer terapia, engravidar, voltar para o Brasil... E o tempo foi passando. Do Brasil, acenos de redemocratização e uma possibilidade mais próxima de retorno.

O Círculo era um acontecimento, chegou a ter mais de 100 mulheres. Assustava a maioria dos companheiros.

Nessa época, em vários estados do Brasil surgiram grupos de mulheres. A maioria lutava pela anistia, por creches, contra a carestia. Muitas de nós, do Círculo, achávamos que tínhamos de apoiar os grupos feministas e tentar influenciar aqueles da “luta geral”. Outras ponderavam

que ainda havia uma ditadura e era preciso enfraquecê-la. Havia espaço para tudo. Feminismo e autonomia, isso era o que importava. A vida nessa época era de cheia de coisas a fazer no campo da saúde e sexualidade, do trabalho, da política, da solidariedade. Um aprendizado permanente.

E fui empreendendo minhas decisões íntimas possíveis – terapia e maternidade. Engravidar foi o coroamento da mudança. Aos 30 anos nasceu meu filho, e com ele a profunda consciência da cultura machista. Aos 31, finalmente, voltei ao Brasil e uma das primeiras coisas que fiz foi entrar para o Nós Mulheres-Associação das Mulheres. Aos 34 tive uma filha que veio acentuar ainda mais minha consciência feminista, meu compromisso e minha solidariedade com as mulheres.

O resto foi a vida cotidiana, com seus desafios, conquistas e mazelas, tristezas e alegrias. Participei da criação do Conselho da Condição Feminina de São Paulo e durante mais de uma década fui conselheira e coordenadora técnica. Fui também coordenadora-geral do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Mas, fundamentalmente, não importam os lugares onde estive e o que fiz nos últimos 30 anos; sou o que sou graças a essa trajetória e à consciência adquirida. Que jamais me abandonará.

Elisabeth Vargas, 61 anos

São Paulo, julho de 2009





Memórias do exílio uma visão dos bastidores

Albertina Costa

Publicada no Brasil, em 1980, a coletânea *Memórias das Mulheres do Exílio*¹ deve sua feitura à revolução dos Cravos em Portugal, ao 25 de abril de 1975, que permitiu acreditar ser realista desejar o impossível.

Falar do cotidiano, de coisas mezinhas, de intimidades, de trajetórias individuais era naquele então uma aposta arriscada, de legitimidade dúbia. Uma atividade suspeita. Objeto da mesma desconfiança e preconceito com que era encarada a nova vaga de feminismo.



A vertente mulheres do projeto Memórias do Exílio, que visava documentar o percurso político de exilados brasileiros, começa a ser vislumbrada num grupo que reuniu um punhado de brasileiras de esquerda que ocorreu a Lisboa depois do 25 de abril a partir dos mais diferentes pontos e que começa a descobrir uma identidade comum: a condição de mulher.

Portugal é um espaço democrático que se inventa e onde sopram ventos de emancipação. Cenas memoráveis lembram filmes de Eisenstein; soldados e marinheiros caminhando contra o vento, emoldurados por bandeiras vermelhas, proclamam em manifestações de rua que estarão “sempre, sempre ao lado do povo”². Neste laboratório de experiências sociais também circulam ideias e experiências feministas, o imaginário feminista vem à tona.

A história das *Memórias das Mulheres do Exílio* se confunde com a história do grupo de brasileiras em Lisboa. Em 1976, ou seria no final de 1975?, uma dezena de mulheres começa a se reunir para conversar sobre “a questão feminina” na esplendorosa

casa de Marie Moreira Alves, na Lapa. É um grupo híbrido, misto de grupo de consciência e grupo de estudos. Não tem a efervescência, o entusiasmo e a vitalidade anárquica do grupo latino-americano de mulheres que a partir de 1973 passou a se encontrar num café do Boulevard Saint Michel em Paris, conhecido como o grupo da Danda³ e posteriormente como *Nosotras*, nome do boletim que mais tarde veio a editar, o primeiro grupo da segunda vaga do feminismo integrado por brasileiras de que tenho notícia. Dele também está ausente a sisudez do grupo de estudos⁴ que se constituiu em torno de Zuleika Alembert, então militante do Partido Comunista, a partir de 1974, em Paris, com suas atas, tarefas e programas de estudos. Ao contrário dos grupos parisienses, que marcavam reuniões em locais públicos, o grupo de Lisboa se reúne num apartamento, com sucos e cafezinho, num clima de encontro de amigas embora a maioria não se conhecesse previamente, nem estivesse anteriormente ligada por laços político-partidários.

Esse grupo de composição, à primeira vista muito dispar, tinha no entanto uma composição social bastante homogênea e estava numa etapa muito similar do ciclo de vida: profissionais liberais na casa dos trinta, embora nem todas fossem brancas, todas eram casadas, algumas no segundo casamento, a maioria com filhos pequenos, percurso na esquerda e, fato raro entre exilados, exercendo suas profissões, dadas as circunstâncias excepcionais do país de acolhida. Possivelmente foi essa similaridade de condição que aproximou mulheres com históricos diversificados, diferentes afinidades políticas e interesses divergentes.

Atraído pelas ideias feministas, o grupo patinou no programa de leituras, não conseguiu avançar na discussão de *A mulher na sociedade de classes*, de Heleieth Saffioti, teve um pico de entusiasmo por ocasião da visita de Branca Moreira Alves, que havia se convertido ao feminismo nos Estados Unidos, mas começou a se desmobilizar, pois não via como compatibilizar interesse pessoal e luta contra a ditadura. A turma era desmotivada para os estudos sobre o que então se chamava a questão

feminina em círculos de esquerda, mas incluía uma professora de educação física e começou a se reunir também em outros horários, para fazer ginástica. Mais um motivo para que sua seriedade fosse questionada. O próprio grupo era muito inseguro sobre o que fazer, vivendo um dilaceramento permanente. Dele participava a historiadora Valentina da Rocha Lima, mulher de Pedro Celso Cavalcanti um dos coordenadores do projeto *Memórias do Exílio*, que convidou o grupo de brasileiras de Lisboa para dar um depoimento. O convite levou a uma leitura coletiva do primeiro volume *De muitos caminhos 1964-19...*⁵, que acabava de ser publicado, e resultou na sensação de que as mulheres estavam ausentes da obra. Essa insatisfação levou à contraproposta de elaborar um volume sob uma ótica completamente diferente e inteiramente nova. Um volume só com mulheres.

O contraste entre o primeiro e o segundo volume de *Memórias do exílio* é significativo e não diz respeito apenas ao sexo dos entrevistados. *De muitos caminhos* reuniu depoimentos de personalidades com algum destaque na atuação política, em



sua maioria homens, mas também algumas mulheres, que centraram seus relatos na sua trajetória pública. *Memórias das mulheres do exílio* almejou proporcionar uma visão mais abrangente do exílio, evidenciando o impacto do deslocamento forçado na vida das pessoas. Diz o prefácio: “Nunca pretendemos que as pessoas falassem daquilo em que se notabilizaram em quaisquer terrenos, mas sim de si mesmas em face de situações por que toda pessoa passa, quando desvinculada de seu país, de sua cultura, de sua família: a luta miúda, as pequenas descobertas, o como enfrentar o dia a dia, a casa, a educação dos filhos, as relações afetivas, a solidão. Nunca pretendemos abandonar as experiências políticas, mas sim ir além delas. Tratava-se de ampliar, não de reduzir.”

Esse projeto ambicioso que visava documentar a experiência de brasileiros expatriados a partir de 1964 inovou ao ampliar a concepção de exilado abarcando todos aqueles que foram de algum modo coagidos a deixar o país.

Empreendimento arriscado, a elaboração das memórias do exílio das mulheres levou alguns anos para

se concretizar, sobretudo no processo de discussão da metodologia, tipologia de exílios e de entrevistadas e na árdua busca de entrevistadas nessa época pré-histórica, sem Internet, em que as mulheres espalhadas por diversos continentes achavam suas vidas desinteressantes e só aceitavam falar depois de muita insistência e boas recomendações, para muitas vezes desistir antes ou depois da entrevista, que o grupo de brasileiras em Lisboa se consolidou e foi construindo sua peculiar identidade feminista.

Notas

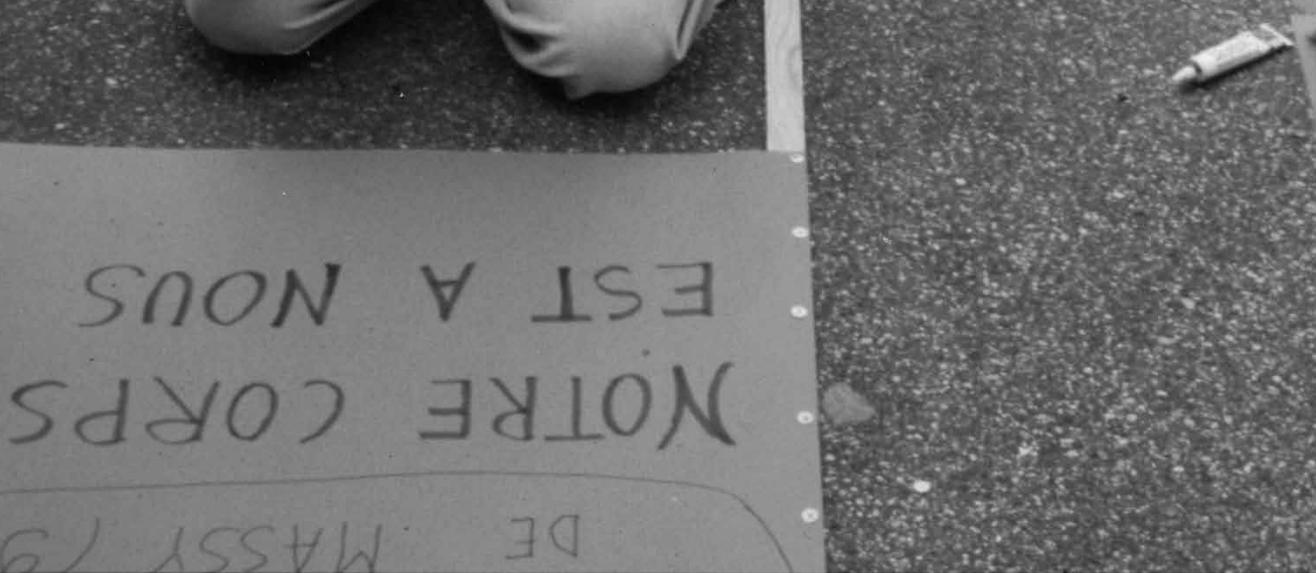
¹ Albertina de Oliveira Costa, Maria Tereza Porciúncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1980.

² Uma boa aproximação ao clima reinante é fornecida pelo filme de Maria Medeiros, *Capitães de Abril*, 2000.

³ Yolanda Cerquinho do Prado, atualmente responsável pela editora Brasiliense em São Paulo.

⁴ Versão repaginada do comitê de mulheres brasileiras que atuava no Chile, antes do golpe que derrubou Salvador Allende.

⁵ Lisboa, editorial Caminho, 1976.



Feminismo no Exílio - Feminismo na Ditadura

Danda Prado

O primeiro exílio – 1937 e 1938

Caio Prado, meu pai, apelidado de Caito pelos familiares e amigos, preso durante dois anos no Presídio Tiradentes e transferido para o Quartel no Rio de Janeiro, esperava sua liberação, prometida pelo presidente Getúlio Vargas.

Ele fazia parte dos prisioneiros políticos que, em 1937, tinham participado da Aliança Nacional Libertadora (ALN) e ainda esperavam pela sua liberação, que chegou finalmente.



Meu pai, desconfiando que a liberdade condicional seria suspensa, embarcou num navio de carga em direção à França, onde tinha conhecidos. Desembarcou em Casablanca (África) e, de lá, tomou avião para Paris. Afinal, não era a sua primeira prisão por divergências políticas e, mal sabia ele, tampouco seria a última.

Deixou uma carta especial para minha mãe, para meu irmão, Caio Graco, e outra para mim, em que dizia: “Papai veio te dar um beijo, Danduca, porque vou embora num navio muito grande... depois mamãe leva também vocês...”. Tínhamos, Caio Graco, 5, e eu 7 anos.

Seguimos então para Paris. Vivíamos como exilados, o que significava desconhecer datas de um retorno e não ir à escola. Mas me recordo como se fosse hoje: papai foi comigo comprar um caderno e me ensinou a fazer um “índice”, no qual eu devia escrever os títulos e contar as histórias que inventasse.

Algumas lembranças se fixaram em minha memória de tal maneira que me parecem reais, presentes; o caderno existe... Meu pai era historiador mesmo, guardava tudo.

Outro objeto que eu adorava era o francês “sou”, equivalente ao “tostão” brasileiro: o francês tinha um buraco no meio e eu o escondia numa latinha.

Morávamos num apartamento na Rue Spontini, perto do Bois de Boulogne, enorme parque que existe até hoje. Nesse parque, papai lia seus jornais, nós brincávamos com uma grande novidade, os patins, que só tinham três rodas de borracha. Lembro de algumas brincadeiras como esconde-esconde e a roda. Nossa sorte era falar alemão desde pequenos, e algumas crianças francesas compreendiam essa língua, facilitando a nossa comunicação.

Outra novidade foram as escadas rolantes; eu tinha um pouco de medo que meu pé entrasse debaixo dos degraus.

O segundo exílio – 1970/1980

Jamais, porém, teria imaginado que, 33 anos mais tarde, tomaria um avião para Paris, na qualidade de exilada, com minha filha caçula Carla, que tinha 10 anos, deixando Cláudia, então com 20, e Nelson, com

18 anos, em companhia de minha mãe Baby (Hermínia) Cerquinho, no Rio de Janeiro, onde ela morava.

Chegou a nossa partida: sentadas, portas fechadas. Bem que percebemos um certo movimento e ruídos, com a reabertura da porta do avião. Para espanto de todos, entrou um oficial do Aeroporto Tom Jobim/RJ. Com a maior calma, solicitou que a sra. Maria José Garcia Werebe, que chegava do voo de Santiago em direção de Paris, se apresentasse. Explicou que se tratava de uma aeronave holandesa, portanto, considerada território internacional. Sim, ela estava no voo, mas não se identificou, pois isso significava prisão imediata.

Ela tinha sido minha melhor professora na USP e participara da Diretoria do Colégio de Aplicação, acusado pelo governo como sendo “de esquerda”.

Fiquei na expectativa, não a tinha reconhecido. Meu corpo enrijeceu dos pés à cabeça. Nem ao chegar a Paris me aproximei ou fui falar com ela, com medo de alguma denúncia por parte de brasileiros governistas, delatores da ditadura.

Lembro a nossa chegada. Havia muitos brasileiros exilados em Paris, mas ninguém falava com ninguém,

evitavam identificar-se; só em casos especiais iam ao aeroporto esperar amigos. À nossa espera, estava a escritora Sarah de Las Casas, exilada há mais de um ano, minha grande amiga, que publicara um livro pela Brasiliense, e agora nos socorria em nossa instalação em Paris.

Uma prima nos providenciara um apartamento na Rue Octave Feuillet, no 4.

Dias depois, Carla foi matriculada na escola pública próxima, enquadrando-se com facilidade, pois, segundo a diretora, era um bairro onde havia muitos portugueses emigrados. Isso acabou por se tornar um obstáculo, pois Carla não aprendia francês! Comunicava-se em português. Conseguimos depois um excelente colégio Franco-Americano, o que lhe permitiu melhorar seu rendimento escolar e aprender mais duas línguas: além do francês, também o inglês.

Infelizmente, Carla, numa de suas férias no Brasil, preferiu ficar em São Paulo, argumentando comigo: “A vida de mistérios na qual vivíamos não me convinha, e eu sentia você muito absorvida por ela. E foi por essas e outras razões que, quando vim ao



Brasil de férias, acabei optando pela moradia com meu pai, sua nova mulher e duas filhas – me sentia menos solitária e cheia de novidades para uma pré-adolescente.” Carla fazia um diário de sua vida, do qual transcrevo esses trechos.

A partir daí começou a minha inserção no país, numa permanência que se prolongou por dez anos, sem passaporte, sem previsão de volta ao Brasil, com visitas anuais de meu pai, depois de solto (era mais uma prisão), de minha mãe e de meus filhos Cláudia e Nelson.

Era o segundo exílio, de incertezas e distância familiar.

Sarah, a amiga que me recepcionou na chegada, relacionava-se com a família do M. Le Professeur P. Arbousse-Bastide (Université de Paris VII da U.E.R. Sciences humaines cliniques). Através de sua indicação, esse eminente professor me aceitou como sua orientanda de doutorado, um Doctorat du 3ème cycle. Para desenvolver meu trabalho, exigiu que eu frequentasse as aulas coletivas e individuais de seu programa, além de procurar a socióloga Profa. Andrée Michel, conhecida por suas pesquisas sobre família, casamentos

e gênero, nas diversas classes sociais. Conseguiria assim me concentrar nas questões das mulheres, que não era a área do Prof. Arbousse-Bastide.

Felizmente, a Profa. Andrée Michel me aceitou, ajudando-me com a tese de doutorado: LE LIEN CONJUGAL: MYTHES ET REALITÉS – 1ère partie: Recherche historique et critique sur le statut psychosocial de la femme; 2ème partie: Attitudes et conduite de la femme dans la communauté familiale.

Como ela tinha conhecimentos no interior da França, além de Paris, isso me abriu as portas para uma abordagem mais ampla nas pesquisas com as mulheres. Eu lera Simone de Beauvoir e seu livro LE DEUXIÈME SEXE anos antes de ir à França, sem uma análise mais aprofundada naquele momento. Beauvoir apresentava suas ideias sobre as mulheres influenciadas por uma visão política de esquerda, o que facilitou minha aproximação e compreensão na introdução ao feminismo. Não existia então, em seu discurso, a palavra feminismo, mas sim a inserção e os problemas da mulher na sociedade.



De resto, eu ignorava qualquer base por onde iniciar meu trabalho. Profa. Andrée dava-se muito bem com Beauvoir. Como socióloga, tinha posições rígidas, porém, aceitava repensar novas ideias.

Ao mesmo tempo que eu acompanhava o currículo universitário, participava dos grupos feministas que, às vezes com alguma dificuldade, ia descobrindo pela cidade. As reuniões inicialmente eram agendadas em locais desconhecidos, em sigilo, para evitar a repressão, dificultando o acesso às novatas como eu. Aos poucos, comecei a fazer parte dos quadros. Assisti às terríveis contestações intergrupos, numa rica discussão sobre o papel da mulher, desvinculado das teorias de Marx, Bachofen ou Engels, meus nortes até então. Escreviam muito e, com frequência, distribuíam seus textos impressos para serem analisados nessas reuniões.

Ainda não tendo muito claras as ideias feministas, cheguei a criticar

o texto que se tornou um clássico: “L’ennemi principal”, assinado por Christine, e mais tarde publicado com seu verdadeiro nome, Christine Delphy, no jornal *Libération* Année Zero-Coll. Maspero. O artigo inicialmente não identificava a autora, que receava perder seu cargo na universidade. Até hoje, é leitura indispensável a qualquer estudo que se faça sobre o feminismo. Segundo Delphy, o maior inimigo da humanidade era o patriarcado, na luta contra a “mais-valia”.

Para situar a conjuntura dos movimentos feministas e menos feministas, houve um projeto que deu excelente resultado. Em reunião, optaram por uma imensa manifestação na *Mutualité*, auditório tradicional de todos os grupos revolucionários em Paris.

Assumiram o projeto, entre outras, Simone de Beauvoir, Gisele Halimi, Anne Zelensky-Tristan¹, que era coordenadora do evento, auxiliada então por Claude e Alice Schwarzer, esta última, importante jornalista alemã que morava então em Paris.

O evento se chamaria “As Jornadas de denúncia dos crimes contra as mulheres”.

A data seria 13 de maio de 1971.



As interessadas organizaram grupos que falariam sobre a diversidade da opressão às mulheres: aborto, estupro, violências conjugais, trabalho doméstico.

Não simples discursos teóricos, mas sim com testemunhos de carne e osso. Isso tudo era novidade. Mulheres anônimas falariam publicamente de suas experiências. Mas eram variados os cenários. Por exemplo, o grupo “trabalho doméstico” preferiu o *sketch* ao discurso. E foi este o assunto que escolhi, depois de assistir a todos os outros, por sua abrangência.

Estava na etapa de compreensão do porquê de a contribuição econômica

das tarefas executadas pela esposa ser reconhecida há muito tempo pelos economistas e sociólogos, porém ainda ignorada pelo público e pelas interessadas e, mais grave, não fazia parte dos indicadores sociais.

Num evento de brasileiros exilados tive a oportunidade de conversar sobre esse assunto com o economista e professor Celso Furtado. Disse-me que era exato, ele próprio já tinha tentado levantar esse tema em reuniões internacionais, sendo o silêncio a resposta da maioria dos presentes.



“A contribuição econômica da esposa é totalmente excluída do cálculo do produto nacional bruto. Há pouco tempo, depois das denúncias levantadas pelos movimentos de mulheres em vários países, o assunto ultrapassou os meios especializados e passou a ser mais difundido.”²

NOSOTRAS – assim batizamos nosso mais recente projeto: espalhar nossas ideias por um jornalzinho internacional. Queríamos comunicar-nos com as amigas que estavam no Brasil e em outros países, enviando revistas feministas em francês ou espanhol. Nos países não democratas como o Brasil, podia ser um risco para quem as recebesse. Para armar uma estratégia de distribuição, nos reuníamos com brasileiras conhecidas, na casa de Clélia Piza: éramos eu, Lucia Tosi, que, junto com Mariza Figueiredo, assumiu a ideia, Cristina, Giovanna Mérola, venezuelana, entre outras.

O número de participantes expandiu-se de tal maneira que precisávamos de outro local para nossas reuniões; conversando com o dono de um bar em Saint Germain, Le Petit Cluny, conseguimos que aceitasse o grupo de mulheres, desde

que ficássemos no subsolo, e ali teríamos mesas e cadeiras à disposição. O ponto era excelente, ainda existente na atualidade, situado no Boulevard Saint Michel, quase esquina com o Boulevard Saint Germain.

Paralelamente, Gilda Grillo e eu vimos num jornal o anúncio de reuniões de um grupo norte-americano de feministas e resolvemos assistir pelo menos a uma sessão. Foi muito interessante, pois elas estavam seguindo a linha de Frantz Fanon (1925 – Antilhas), médico psiquiatra revolucionário que adotava um método criado durante a guerra da Argélia para conscientizar os povos colonizados. Consistia em verbalizar os problemas pessoais decorrentes da dupla nacionalidade árabe/francesa. Em nosso caso, seria verbalizar a autoconsciência de nossa feminilidade/masculinidade. Esse grupo perdurou por ao menos dois anos e foi uma experiência muito intensa. Algumas participantes eram casadas com executivos, que jamais permitiriam essas atividades. Um deles pulou pela janela de um jardim para flagrar como e o que fazíamos... E um diplomata, ao voltar aos EUA, divorciou-se da mulher por não



concordar com uma exibição feminista (de americanas), e teve como testemunho, no tribunal de família, um amigo que levava às escondidas a uma dessas reuniões.

Finalmente o jornalzinho NOSOTRAS nasceu. Mariza na diagramação dos artigos, Lucia fornecendo o mimeógrafo manual, outras participando da impressão, todas trazendo textos, ou traduzindo do francês ao espanhol (Giovanna) e ao português.

Como evitar a censura política no Brasil? Eu tinha uma prima morando numa fazenda em Campinas, que se ofereceu não só para receber os jornais, mas também para re-enviá-los individualmente aos nomes e endereços da lista fornecida por nós. Foi um sucesso, apesar da reduzida divulgação.

Mas o setor masculino dos exilados brasileiros estava inquieto, nem todos viam como positiva a adesão das mulheres a essas reuniões. Existia em Paris um grupo chamado “Front brasileiro”, que ajudava os exilados nos seus diversos problemas pessoais/familiares, além de tomar decisões em contato com o Brasil.

Fui convocada um dia pelo coordenador do Front para uma conversa

pessoal. Indagava-me em que medida eu ajudava a luta **contra** a ditadura, incentivando o feminismo? A seu ver, os assuntos debatidos geravam problemas na vida dos casais, havia diversas reclamações.

Como contestar??? O próprio autor daquela pergunta, anos depois, confessou-me ter mudado sua cabeça.

Pouco tempo depois se criaram novos grupos “feministas”, que também se consideravam “feministas politizadas”, numa tentativa de diferenciação de nosso trabalho reunindo grupos, para alinhar com as ideias do Front. Ouvi ainda relatos sobre intimidações caso frequentassem o grupo NOSOTRAS.

Passaram-se trinta anos e a situação da esposa permanece a mesma, com poucos avanços, mas com grandes mudanças na condição da mulher.

Notas

¹ Anne Zelensky-Tristan – HISTOIRE DE VIVRE Mémoires d’une féministe calmann-lévy.

² 1ª edição em 1979 – Danda Prado – Ser esposa a mais antiga profissão – Ed. Brasiliense.





As fotos deste dossiê

nas palavras de Glória Ferreira

Realizadas ao longo da existência do Círculo de Mulheres Brasileiras, as fotos visavam sobretudo um registro do nosso cotidiano. Meu encanto com a fotografia começou em Santiago, no Chile, aprendendo a fazer retratos 3x4 para carteiras de identidade. Depois do golpe, o próximo “porto” foi a Suécia, onde trabalhei durante alguns anos, nos finais de semana, como secadora de fotografia em uma agência de notícias. Embora um pouco maçante, este trabalho me permitia a tiragem de fotografias em p&b, possibilitando, assim, a continuidade dessa atividade. Apesar de exilada oficialmente na Suécia, fazia meus estudos em Paris, onde participei de diferentes manifestações políticas e culturais.

entrevista



Um encontro com o pensamento feminista *queer* indiano contemporâneo

Jaya Sharma,
ativista da ONG Nirantar, de Délhi, Índia

por Miriam Grossi e Carmen Rial

Estivemos em Délhi em julho de 2009, na semana em que a Índia havia tido grande destaque na imprensa internacional pelo fato de que a Suprema Corte modificara a lei 377, despenalizando as práticas homossexuais. A conquista política, que também ocupava diariamente a grande imprensa indiana, era motivo de orgulho e alegria de todas as feministas que encontramos na Índia, pois representava para elas a prova das profundas transformações pelas quais passa a sociedade indiana neste momento – conquistas que são fruto de várias décadas de lutas feministas no país. Jaya Sharma, uma das lideranças do movimento Voices, que levou à frente a batalha pela transformação da lei 377, nos foi indicada por colegas indianas como uma das pessoas mais informadas sobre essa luta. No meio de intensa agenda de entrevistas internacionais, Jaya nos recebeu na sede da ONG feminista Niranta, num dos enclaves residenciais de camadas médias, localizado no sul de Délhi. Num dia em que o calor atingia 47 graus, fo-

mos recebidas com água gelada e chá, numa agradável sala de reuniões circular, na qual bancos com confortáveis almofadas vermelhas davam o tom do modelo de suas reuniões e encontros. O encontro com Jaya nos foi revelador, tanto do pensamento feminista queer indiano contemporâneo quanto da forma como as ONGs feministas estão organizadas e localizadas no interior daquela sociedade. Devemos dizer que, mesmo conhecendo, por muitas leituras, o pensamento e as ações feministas no país, nossa viagem à Índia foi reveladora de inúmeros dados que só são perceptíveis quando se está pessoalmente nos lugares e vivenciamos etnograficamente outras situações e modos de vida. A conversa foi agradável e interrompida por ela uma vez, quando se interessou por um bottom que usávamos sobre o filme norte-americano Milk – A voz da igualdade, recentemente premiado. Observando o que dizia, “Never blend in Milk” (“Nunca se misture em leite”), Jaya pensou um pouco, tentando entender o jogo de palavras, e depois exclamou, satisfeita: “Oh, ‘never blend’, quer dizer, é preciso se afirmar, com orgulho, separadamente. Muito legal”.

MG: Conte-nos o que faz a ONG Nirantar.

Jaya: Nossa organização, Nirantar¹, tem 15 anos. Nós trabalhamos com gênero e educação, para o empoderamento das mulheres. Fizemos diferentes iniciativas desde o início da ONG. Temos um programa para comunidades nas áreas rurais, de *gender advocacy*, atuamos com mulheres *dalit*², escrevemos textos para livros escolares, desenvolvemos material para professoras, para ensino de adultos. Nosso foco é na educação das mulheres analfabetas, pois nem todas têm chance de ir à escola. Nosso principal trabalho é na área rural, em educação, como forma de obter justiça de gênero, e vemos esse trabalho como um importante meio de empoderamento das mulheres. Não atuamos em Délhi, aqui é nossa sede, onde produzimos os materiais, fazemos *advocacy*, mas as comunidades com as quais trabalhamos estão em outras regiões. Nos últimos três anos, temos também trabalhado com sexualidade e feito *workshops* com questões correlatas em vários lugares. Não trabalhamos diretamente com essas mulheres: temos treinado pessoas que atuam em ONGs feministas ou de organizações vinculadas a outros projetos, mas com ideologia feminista. Oferecemos oficinas sobre sexualidade a essas ONGs menores, que têm projetos em diferentes comunidades, e elas fazem oficinas com mulheres de áreas rurais sobre sexualidade. Achamos que esse trabalho é muito importante, pois muitas ONGs têm trabalhado com gênero, casta, educação, mas não com sexualidade.

¹ www.nirantar.net.

² *Dalit* é a designação para a casta dos intocáveis na Índia, grupo que está atualmente muito organizado politicamente e com representação no Parlamento.

E a sexualidade só tem sido enfocada em relação com a violência, somente como violência sexual, normalmente no casamento, ou em outros contextos heterossexuais, e nós sentimos que a sexualidade deve ser tratada em contextos mais positivos. Há cinco anos, achamos que era importante trabalhar com a temática da sexualidade. E por isso também a Nirantar integra a *Voices – Coalition Against 337*, que é uma coligação que se estruturou há cinco anos como uma rede que reúne diferentes organizações de mulheres. Então há grupos de mulheres, grupos pelo direito das crianças, grupos que trabalham com Direitos Humanos, ONGs que, como a Nirantar, trabalham com educação, saúde, legislação, mas também grupos *queers*, grupos LGBT e os que defendem os direitos sexuais.

(...) muitas ONGs têm trabalhado com gênero, casta, educação (...). E a sexualidade só tem sido enfocada como violência sexual, normalmente no casamento, ou em outros contextos heterossexuais, e nós sentimos que a sexualidade deve ser tratada em contextos mais positivos.

MG: Pode nos explicar o que era a Lei 337, contra a qual vocês lutaram?

Jaya: Quando os britânicos governavam a Índia, há 200 anos (antes de 1947, quando se dá a Independência), no plano jurídico a Índia estava basicamente sob as leis da Rainha Vitória, que promulgou, creio que por volta de 1860, essa Lei 337. Essa lei, que passou a valer na Índia, correspondia à visão vitoriana de que sexo deveria estar vinculado apenas à reprodução. A lei dizia que qualquer intercurso carnal que fosse contra a ordem da natureza (*“against the order of nature”*) poderia ser punido com uma pena que ia de dez anos a toda a vida. É interessante que a palavra homossexual não está na lei. Pois na época, como sabemos, a palavra homossexualidade não existia. Era uma lei mais vinculada a atos sexuais. Agora todos dizem que é sobre homossexuais e homossexualidade. Penso que muitas pessoas na Índia não sabem que, de fato, a palavra homossexualidade não está na lei. Ela se aplica a todos que praticam sexo não normativo, mas poucos sabem disso. É claro que a lei não tem sido usada contra heterossexuais, tem sido usada para ameaçar homens que praticam sexo com outros homens – pela polícia que os chantageia, que extorque dinheiro –, mas não tem sido muito usada para efetivamente prender gays. A lei tem sido mais usada para casos de abuso de crianças. Porque na Índia não há uma lei contra o abuso infantil. Então a lei 377 era acionada nesses casos. Bem, não era tão importante como ou quantas vezes a lei era usada, mas o fato que ela tinha um grande peso simbólico. Poucas pessoas iam para a prisão por causa dela, mas a luta era pelo simbólico do que a lei representava. A lei dizia que eram criminosos. A lei, o sistema jurídico, a Constituição – não,

não a Constituição –, essa lei dizia que esses indivíduos deviam ser separados da sociedade, estar à margem. Por isso foi tão importante para nós nos livrarmos da lei. Por exemplo, a lei era apenas aplicada para homens, pois falava em penetração. Mas ela podia também ser usada pelos pais de lésbicas. Por exemplo, pais de um casal de jovens apaixonadas poderiam usar a lei nesse sentido. Mesmo que não exista nada assim previsto na lei, ela dava poder às famílias. E a outras pessoas na sociedade que são contra a homossexualidade. Há cinco anos, quando *Voices* reuniu-se, um caso estava sendo julgado na Alta Corte. Na Índia, nós temos a Corte Suprema, que é o mais alto nível, e depois temos as Altas Cortes, locais, então Délhi tem a sua Alta Corte (*High Court*). Uma ONG que trabalha com HIV, a Naas, tinha entrado com um processo e o veredicto do tribunal foi que já que a maioria das pessoas na Índia eram contra a homossexualidade, a lei não poderia ser mudada. Então nós decidimos, como grupos de mulheres, como grupos de direitos humanos, como ONGs, que também somos parte da sociedade indiana e pensamos que pessoas *queer* devem também ter direitos e que questões de sexualidade são importantes.

CR: Como foi esse procedimento?

Jaya: A Naas entrou na Suprema Corte com uma solicitação contra a lei. A demanda não era para acabar com a lei. Era para o que chamamos interpretar (“*reading down*”). A lei deveria fazer distinção entre o sexo consentido, entre adultos, e o sexo não consentido. Defendíamos que a lei deveria ser aplicada para casos de sexo não consentido,

mas não contra pessoas que estavam fazendo sexo por vontade própria, por livre decisão. Assim, a lei pode continuar a ser usada contra o abuso sexual de crianças. Uma nova lei precisa ser promulgada sobre abuso sexual, mas como ainda não há lei sobre esse tema, pensamos que seria melhor não remover totalmente essa lei, mas fazê-la ser aplicada apenas nos casos de sexo não consentido. Então há cinco anos, quando *Voices* se reuniu, o fez por muitas razões: para discutir e debater temas *queer*, porque eram temas importantes, e para integrar outros movimentos e grupos progressistas. Então fizemos isso nos primeiros três anos. Depois decidimos que iríamos nos juntar a esse caso legal e assim nos tornamos também requerentes, parte desse processo.

Uma coisa que é importante no *Voices Against Law 377* é o fato que não se trata de uma rede só de movimentos LGBT, de organizações LGBT, mas uma rede composta por outros tipos de ONGs, em particular das mulheres, que dizem “*esse também é um tema nosso*”, que estendem as mãos e dizem “*também é nosso problema*”. Temos um texto escrito no *Voice Against Law 377* no qual diferentes grupos escreveram sobre porque esse tema da lei 377 é importante para cada um. É bem interessante a sessão dos grupos de mulheres, que mostra que há conexões das questões *queer* com as das mulheres heterossexuais, com todo tipo de mulheres. Quando se fala em mulheres, geralmente se pensa em mulheres heterossexuais, mas mulheres incluem todos os tipos de mulheres. Por isso, essa lei é também um tema de mulheres.

No contexto indiano, a luta contra essa lei teve também outros significados. Por exemplo, em relação à questão

do casamento. Desde o início do movimento feminista, nos anos 1970, a questão do casamento foi central. O casamento era denunciado como uma instituição opressiva para as mulheres. Lutava-se contra a ideia que todo mundo deveria se casar, que o casamento era obrigatório para as mulheres. Mas atualmente o movimento não fala muito sobre o casamento, como se o casamento fosse importante, como se todo mundo devesse se casar. E todas as proposições são no sentido de tornar a situação mais confortável para as mulheres no casamento. Na defesa de mais leis que protejam as mulheres casadas. O que é importante, nós fazemos isso, mas o movimento *queer* também pensa em temas relacionados com o casamento.



*[O casamento entre pessoas do mesmo sexo]
não é uma questão importante para nós,
devido à institucionalização que o casamento
representa e que não queremos.*

CR: O casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma questão aqui, como nos Estados Unidos, onde se luta para a legalização?

Jaya: Essa não é uma questão do movimento *queer* na Índia. Por diferentes razões. Os homens gays não estão tão interessados nisso, pensam que é algo muito distante, querem apenas a descriminalização. Muitas de nós, mulheres, militantes do movimento, lésbicas, incluindo-me, achamos que o casamento não é uma instituição pela qual se deva lutar (*risos*). É uma instituição que apresenta tantos problemas, também no modo como organiza a sociedade. Essa não é uma questão importante para nós, devido à institucionalização que o casamento representa e que não queremos.

MG: Mas vimos na imprensa de Délhi reportagens com fotos de casamentos entre homens, feitos agora, depois da mudança da lei. O que elas significam no contexto indiano?

Jaya: Há pessoas que querem se casar, há casamentos altamente ritualizados, homens ricos têm feito isso. Para as mulheres, isso acontece em pequenas cidades, com mulheres não muito ricas. É interessante notar as diferenças de contextos sociais para as pessoas que se casam. Há, claro, pessoas que querem se casar, mas essa ainda não é uma luta para o movimento.

MG: Sabemos também que a questão do casamento é central na Índia, tanto no que diz respeito ao lugar das mulheres na sociedade como pelo fato de que as filhas vão morar, em geral, na casa do marido, que têm um papel importante na organização familiar, que há tensões com a sogra e outras questões ligadas a essa estrutura de parentesco. Como fica o caso das mulheres que não se casam e como são vistas as lésbicas nesse contexto das relações de parentesco?

Jaya: Como estava dizendo, nos anos 1980 houve um grande debate no movimento feminista sobre o casamento. Mas não atualmente. Embora existam vários problemas ligados ao casamento, como você estava dizendo: a mulher deve se transferir e permanecer na casa do marido, violência contra a mulher, dote, muitos, muitos problemas. É claro que as feministas, especialmente as feministas em contextos urbanos, têm outras relações, mais igualitárias. Penso que as feministas heterossexuais urbanas pararam de ver o casamento como um tema importante porque conseguiram melhorar as coisas em termos de suas próprias relações. Porque as questões se ligam à nossa própria vida. Como você vê o casamento na

sua vida impacta em como o vê de modo mais amplo, como tema político. Acho que as pessoas começaram a se sentir mais satisfeitas, confortáveis com a ideia do casamento: seus próprios casamentos estavam bem, havia igualdade, homens que ajudam em casa, que se dizem feministas. E assim é difícil ver o casamento como um problema.

CR: Mas essas transformações são consequências de um movimento feminista, que mudou o casamento...

Jaya: Claro. Mas é também um problema se você deixa de questionar a instituição. Porque o casamento define tudo: como você organiza a sua vida, como a sociedade se organiza ela mesma. Acho que uma questão relevante é: quem te dá suporte na vida cotidiana? Nesse sentido, os amigos são também muito importantes, quer dizer, não apenas são os amantes, os maridos, as esposas, mas pessoas que são simplesmente amigos. E é muito difícil dar importância a esses outros tipos de sistema de apoio se a sociedade toda está organizada em torno somente do casamento, casais e coisas assim. Então o casamento tem se tornado uma questão para as mulheres *queer*. Porque na Índia todo mundo precisa se casar, não há escolha. Quer dizer, poucas pessoas, como eu, conseguiram não se casar. E há muitas feministas urbanas que conseguiram resistir ao casamento. Mas a pressão existe sempre. Por exemplo, minha mãe ainda continua sonhando que eu me case, adoraria que isso acontecesse, pois é muito importante para ela, mesmo eu tendo dito (“*coming out*”) que sou lésbica.

E porque todo mundo precisa se casar, tem havido casos de suicídio. Há reportagens sobre o Kerala, um estado no sul da Índia, onde aconteceram vários casos. Houve

um caso com muita repercussão na imprensa, que foi a história de duas mulheres que estavam apaixonadas e decidiram se suicidar, pois as famílias queriam que elas se casassem. Fizeram um pacto de suicídio conjunto. Houve outros casos assim. Outras mulheres acabam simplesmente se casando, elas não têm escolha. Claro que há mulheres que conseguem assim mesmo ter relações com outras mulheres, embora casadas, dentro da família, com cunhadas, com amigas... As pessoas sempre encontram um meio de realizar o seu desejo. Mas com muita dificuldade e riscos. Se as pessoas descobrem, bem, é arriscado, não há como escapar.

Para os homens gays é também difícil. A grande maioria da população LGBT indiana é casada. Então é muito difícil, mesmo para os homens. Mas eles, dado o sistema patriarcal, têm mais dinheiro, mais mobilidade, mais oportunidades de socializar e de realizar seus desejos. Em termos de sexualidade, um gay, mesmo sendo casado, consegue ter relações afetivas e sexuais com outro homem, o que é um pouco diferente para as mulheres.

CR: Como é a situação para as mulheres lésbicas na Índia? No Ocidente, se viu o filme *Fire*. Sabemos que, depois da exibição na Índia, houve manifestações contrárias ao filme, depredações de cinema...

JS: Para mulheres pobres, a situação está mudando. Eu me integrei na comunidade (lésbica) há dez anos. Tem havido mudanças. Nas grandes cidades, agora há grupos e números de telefones (*help-lines*) de ajuda para mulheres, e há festivais de cinema que passam filmes sobre mulheres. Então existe essa visibilidade. E penso que a atitude do movimento de mulheres tem mudado com o passar dos

anos. Há dez, quinze anos, havia uma grande resistência, mesmo no interior do movimento de mulheres, que não considerava essa questão importante, que era importante para as mulheres pobres, porque pensavam que essas mulheres tinham como únicas preocupações a fome e a pobreza. Ainda ouvimos muito isso, mas com uma intensidade muito menor.

Na Índia, o movimento de mulheres não é unificado, é muito amplo, há vários tipos de organização. Há grupos que estão ligados a partidos, de esquerda e de direita, inclusive. E há outros grupos que chamamos de grupos autônomos, autônomo significando que não estão ligados a partidos políticos. A Denatorem é uma organização autônoma, do movimento. Especialmente os grupos de mulheres de esquerda, que congregam um grande número de integrantes, pois estão vinculados a grandes partidos e são muito importantes.

CR: Partidos no poder?

Jaya: Nas últimas eleições, eles se saíram muito mal, então, não estão no poder.

MG: Que partidos de esquerda?

Jaya: Diferentes partidos, como o Partido Comunista da Índia (CPI), Comunista Partido Marxista (CPM) e outros partidos marxistas-leninistas menores. As mulheres vinculadas a esses partidos pensam, ainda assim, que as preocupações das mulheres pobres são apenas essas que citei, que há prioridades e tudo isso. Então, com elas, estamos sempre discutindo, todo o tempo. A luta continua como há dez anos. Mas tem sido mais fácil em

relação às organizações de esquerda desses partidos, do CPI e do CPM, temos recebido mais apoio no que concerne à lei. Eles assinaram a proposição contra a lei 377, porque acreditam em direitos humanos. Em Délhi, nós continuamos dialogando com os maoístas, com esses grupos menores, grupos de extrema esquerda, e todos fazemos parte de um do comitê do Centenário, cujo nome homenageia os cem anos de luta feminista internacional. Então, em Délhi, temos esse comitê que inclui também os grupos extremistas de esquerda. E em cada reunião do comitê nós temos discussões sobre questões sobre sexualidade, bissexualidade, direito de lésbicas. Mas têm acontecido coisas interessantes, por exemplo, na última Parada do Orgulho *Queer*, nós queríamos que uma integrante do Comitê falasse. Conseguimos levar uma líder feminista do movimento *dalit*, que discursou. Isso foi importante. Ela falou sobre a importância de que o movimento LGBT apoie outros movimentos, como o dos *dalits*, e a luta contra a pobreza. Mas esse tipo de apoio é ambíguo, pois, por exemplo, se eu, como uma mulher bissexual ou *queer*, fizesse uma intervenção similar em alguma reunião do movimento *dalit*, não sei se seria muito bem aceita, pois o que acontece é que há uma expectativa de que o movimento LGBT apoie os outros movimentos. Mas a expectativa não é simétrica em relação às demandas *queer*. Ninguém cobra: vocês do movimento *dalit*, por que não tratam de questões relacionadas à sexualidade? É como se a sexualidade não fosse algo importante. Então sempre há essa cobrança ao movimento LGBT: vocês só falam de sexualidade.

(...) a sentença [da lei 377] diz que a moralidade não é apenas a moralidade social, mas é também a moralidade da Constituição. Isso significa que, mesmo quando a maioria das pessoas defende uma prática, ela não necessariamente deve permanecer na lei. É assim no caso do sati.

CR: Lemos nos jornais que a sentença do julgamento do processo contra a lei 377 baseou-se nos direitos civis, retirando a discussão sobre natureza, e isso foi considerado muito positivo no movimento *queer*.

Jaya: Sim, a sentença diz que a moralidade não é apenas a moralidade social, mas é também a moralidade da Constituição. Isso significa que, mesmo quando a maioria das pessoas defende uma prática, ela não necessariamente deve permanecer na lei. É assim no caso do *sati*, a maioria pode pensar que o *sati* é uma coisa boa. Sabem o que é o *sati*?

MG: Sim, *sati*, a mulher tem que pular no fogo onde o corpo do marido está sendo cremado.

Jaya: Sim, a mulher, tradicionalmente, na Índia, mata-se depois da morte do marido. Se você usa a lógica da maioria, da moralidade da sociedade, *sati* seria uma coisa boa, jamais haveria uma lei contra o *sati*. Então os juízes (no caso da lei 377) estão dizendo que não importa o que a maioria das pessoas pensa, importa que a Constituição dá o direito à liberdade, à igualdade, o direito à vida, à privacidade, à dignidade. Usaram a Constituição para se fundamentar, foi um excelente julgamento.

MG: Parece que essa lei será muito importante na luta HIV/Aids na Índia.

Jaya: Uma organização como a ONG Naas, que fez a proposta de lei, trabalha com questões vinculadas a HIV/Aids. Elas argumentaram que uma lei como a 377 obrigava as pessoas à clandestinidade, elas tinham que se esconder, como os homens que tinham relações sexuais com homens escondiam isso e, em caso de estarem infectadas, não procuram ajuda médica, não faziam sexo seguro, pois, devido aos preconceitos contra a homossexualidade, que estavam vinculados à lei, acabam morrendo por falta de cuidados médicos, devido à vergonha e ao medo de ser identificado como homossexual. Por isso, para a Naas, a descriminalização era algo importante e também vinculado a políticas de prevenção contra Aids.

Também ocorreu um fato há dez anos: numa cidade no centro da Índia, os militantes de uma ONG foram presos porque estavam distribuindo camisinhas e informações sobre sexo seguro e educação sexual, e foram intimidados

com a lei 377. Então um dos argumentos era esse: se existe uma lei como essa, não se pode fazer prevenção à Aids.

CR: E qual a relação com a religião? Vocês têm que se confrontar com princípios religiosos, em questões como a camisinha e o aborto?

Jaya: Não, aqui não há um grande problema com a religião. Talvez em algumas comunidades muçulmanas, porque são contra a contracepção. Mas o principal problema para o uso da camisinha não é que as pessoas acreditam nisso, mesmo os muçulmanos; o maior problema é a negociação com o marido, o parceiro. Porque há todos esses preconceitos contra a camisinha, eles dizem que não dá prazer etc. Muitas vezes os parceiros duvidam das mulheres quando elas pedem para usar camisinha, dizem que elas são más esposas, que devem estar fazendo sexo com outros homens etc. É mais o poder, a equação de poder entre homens e mulheres que está em jogo. Por isso as camisinhas não são usadas, não por causa da religião.

CR: HIV está crescendo entre mulheres na Índia, como no Brasil?

Jaya: Eu não sei estatisticamente. Mas vejo que a discussão está crescendo, que se fala mais da prevenção para mulheres, das dificuldades de negociação para o uso da camisinha.

CR: Vocês abordam a temática da Aids nas oficinas de sexualidade? Quais são os temas que vocês trabalham?

Jaya: Nós não falamos muito de Aids, sobre doenças, nas oficinas porque achamos que já existem muitas outras pessoas tratando disso. Falamos sobre a ideia

da boa ou má mulher, como a ideia de mulher má está frequentemente ligada à sexualidade. E como a mulher é educada a não pensar na sexualidade, no desejo. E como a sexualidade está ligada ao patriarcado. E como na Índia duas pessoas de castas diferentes não podem ter uma relação. Falamos disso, fazemos essas conexões. Na Índia, há todas as questões vinculadas a castas, a pureza, que está presente na ideia que se duas pessoas de castas diferentes concebem uma criança, seu sangue será impuro. Castas são duas partes separadas e que não podem se misturar. Discutimos essas leis vinculadas à sexualidade em situações tradicionais, as regras que tratam da sexualidade. Também tratamos dos espaços em que as mulheres podem expressar os seus desejos. Porque há esses espaços, por exemplo: em áreas rurais há músicas tradicionais, em músicas cantadas em casamento com letras muito explícitas que falam em sexo, em desejo, e tratamos também sobre o que está acontecendo com essas canções.

(...) nas oficinas, falamos como a ideia de mulher má está frequentemente ligada à sexualidade. E como a mulher é educada a não pensar na sexualidade, no desejo. E como a sexualidade está ligada ao patriarcado.

CR: Por exemplo?

Jaya: (*risos*) Geralmente, nessas músicas tradicionais, há uma mulher que têm muitos amantes. Há uma música que fala de uma mulher casada que tem muitos amantes, que faz sexo com o carpinteiro, com o fabricante de potes. E também de mulheres que quebram o tabu de casta. São músicas cantadas pelas mulheres em cerimônias de casamento. Em geral, são os homens, os noivos, que vão buscar as noivas na casa delas e as mulheres cantam essas músicas na frente dos homens. Geralmente com o rosto escondido por véu, mas ainda assim cantam essas músicas e dizem palavrões. Então esse é um dos espaços em que essas regras tradicionais são quebradas. Mas agora o que está acontecendo é que as jovens mais educadas não querem mais a tradição, dizem que essas músicas são ruins. Não querem cantá-las.

Vocês perguntaram sobre as mudanças na situação das mulheres bissexuais e lésbicas. Eu disse que via mudanças, com grupos de suporte. Isso nas cidades. Porém, em zonas rurais, não houve grandes mudanças. As pessoas se arranjam para ter relações, como disse, na família, com amigas, mas tudo é sempre secreto. E mesmo as mulheres que têm esse tipo de relacionamento não se nomeiam lésbicas, porque não há uma ideia de identidade ou algo assim. Depois da lei, houve uma conferência de imprensa e um jornalista perguntou quantos LGBT pessoas existiam no país. Ora, como você pode responder a uma coisa dessas? A maior parte das pessoas LGBT tem medo, a maioria está casada, e a maioria que deseja alguém do mesmo sexo não se identifica como LGBT porque essa é uma categoria moderna, urbana. Essa é uma pergunta muito estúpida, se feita em situações tradicionais.

MG: Há um movimento transgênero aqui? Como é a situação das *hijras* tradicionais? Como essa questão entra no movimento atualmente?

Jaya: Há muitos tipos de transgêneros na Índia. As *hijras* são comunidades tradicionais, com uma história de milhares de anos. São homens, nascidos como homens, que são castrados, têm o pênis removido, mas nem todos são castrados, muitos permanecem com o pênis, são biologicamente homens. Eles vestem roupas de mulher, dançam, ganham dinheiro cantando e dançando em casamentos. No sul e no norte. Mas há uma diferença: no sul, eles mendigam e trabalham sexualmente. Em todo o país, os *hijras* trabalham sexualmente. Trata-se de um grupo com grande hierarquia interna, mas também com muita autoajuda. Não corresponde à hierarquia das castas, mas a um grupo de apoio mútuo, como os grupos de estudantes, por exemplo, são relações familiares. Eles se tornam *hijras* voluntariamente, as famílias se opõem à decisão dos filhos que se tornam *hijras*. E há outros modos de transgêneros, e diferentes nomações, muitas nomações, que variam com o lugar. Mas é muito interessante que, com as mulheres, não há palavras para descrever lésbicas, bissexuais ou transgêneros, há muito poucas. Novamente, para os homens, há mais poder, mais identidades, mais formas de expressar. Mas para mulheres, não há nomes.

MG: Além de *Voices*, Naas, quais são as outras organizações LGBT na Índia?

Jaya: *Voices* tem oito ou nove grupos, não é uma coligação muito grande. Há o Nega, é um grupo *queer*, LGBT, que agrupa vários tipos de pessoas, mas não muitos trans porque há uma questão de classe muito presente. Como você estava dizendo, os transgêneros são muitas vezes de classes operárias. Em *Voices*, temos muitas pessoas que vêm das classes média e alta, são militantes, com educação universitária. Então não há muitos transgêneros e *hijras* representantes no *Voices*. Mas se você olhar a Parada *Queer*, mesmo que tenha sido organizada por ativistas, com maior nível educacional, há a participação de transgêneros, de *hijras*, em Conought Place, em Délhi.

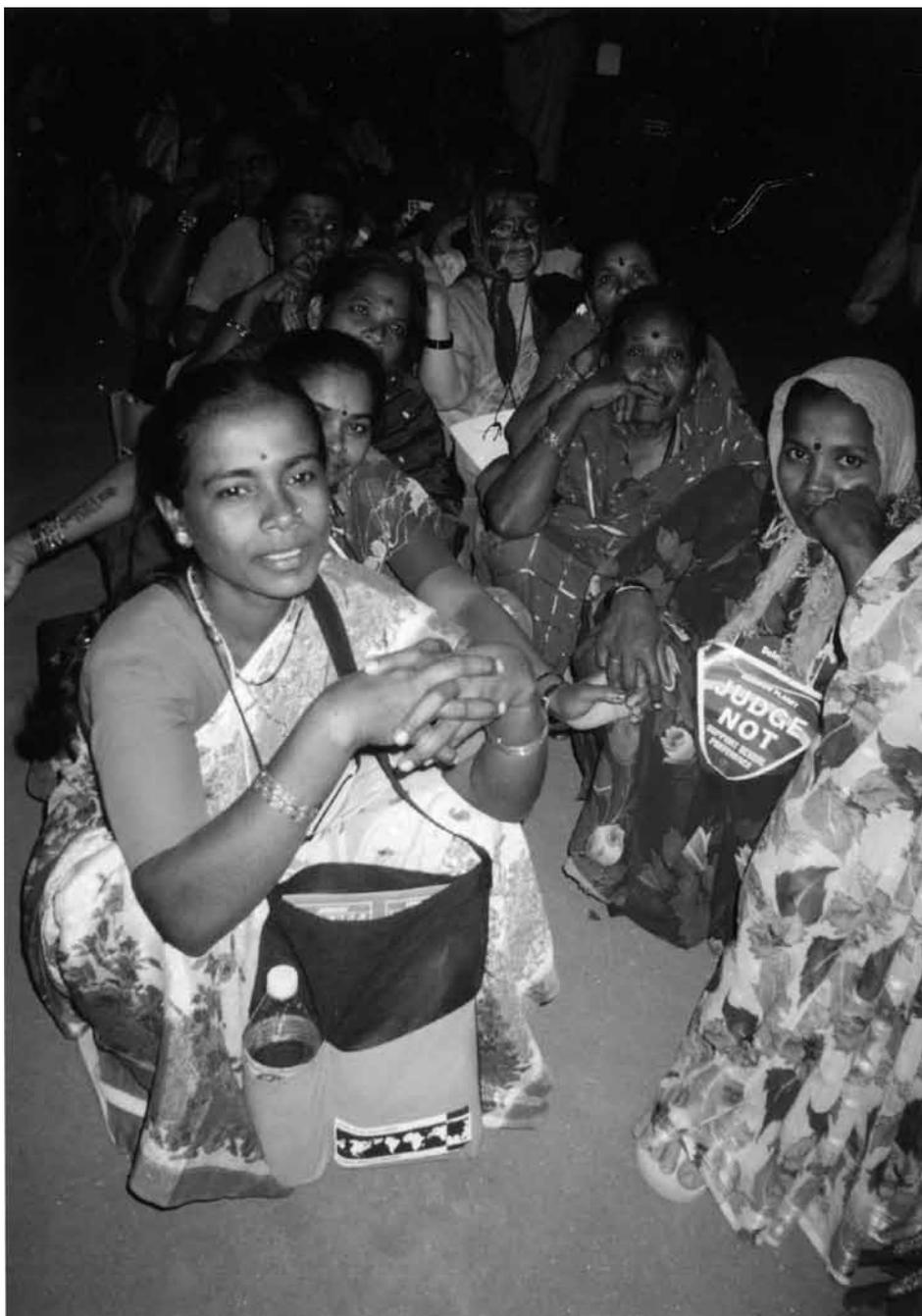
(...) um jornalista perguntou quantos pessoas LGBT existiam no país. Ora, como você pode responder a uma coisa dessas? A maior parte das pessoas LGBT (...) não se identifica como LGBT porque essa é uma categoria moderna, urbana. Essa é uma pergunta muito estúpida, se feita em situações tradicionais.

CR: Eles são representados no cinema de Bombaim, os chamados *Bollywood films*?

Jaya: Sim, cada vez mais. Recentemente houve um filme de muito sucesso, *Dostana*, que significa “amizade”. Foi um filme muito popular. O diretor é gay, ele não é abertamente gay, mas todo mundo sabe. O filme é sobre dois homens que fingem que são gays, então muitos dizem que não é suficiente, que eles deveriam ser gays. Mas outras pessoas dizem “*isso é bastante desafiante*”, que eles fingem ser gays. É um típico filme de Bollywood, tem dança, música, danças que se tornaram muito populares. Na maior parte das discotecas de Délhi se escuta agora a música desse filme. É uma música engraçada que fala de um rapaz que está indo para o mau caminho. É uma música que goza da mãe desse rapaz, que pensa que o filho é gay e fica histérica, enlouquecida. A música é fabulosa, todo mundo dança com ela, e estão dançando uma música que faz piada de uma mãe que acha que o filho é gay.

Carmen Rial participou desta entrevista, com o apoio do CNPq, no quadro de sua pesquisa de pós-doutorado sobre Globalização e Imigração Internacional.

Miriam Pilar Grossi é autora de vários livros e artigos sobre violências contra mulheres, homossexualidades, história, ensino e metodologia de pesquisa antropológica, e entrevistou Jaya Sharma no quadro de sua pesquisa de pós-doutorado sobre o campo da antropologia e dos estudos de gênero no mundo, graças ao apoio financeiro do CNPq.



mulheres
inesquecíveis



Beth Lobo, a feminista, a intelectual, a militante

Vera Soares

Depois de vencer a página em branco para iniciar este texto, mas com a cabeça cheia de boas lembranças da Beth Lobo, trago a citação que Beth fez sobre Emma Goldman, e repetida por muitas das pessoas que lhe prestaram homenagem: “...Parece feita de muitas matérias: de lembranças e sensações da infância. De conflitos. De muitos amores feitos e desfeitos. Uma rebeldia construída no quotidiano das injustiças individuais e sociais sofridas ao longo dos anos. Foi rebelde... Por isto lutou pela felicidade, pela igualdade social, pelo direito à liberdade, pela beleza das flores e cores, pelo prazer e pelo amor, sem estabelecer hierarquias... Foi ao mesmo tempo ‘mulher excepcional’ e ‘mulher comum’, dividida entre paixão e política ou vivendo a política como paixão... Imagino que isso significa ser radical. Recusar etapas, objetivos ambíguos, meias palavras. Recusar a servidão sob qualquer de suas formas. Porque era uma radical, não existe em Emma oposição entre vida e obra. Ambas se confundem, coincidem: o engajamento nas lutas sociais e os sonhos de felicidade...”¹

Trago esta citação, pois é muito forte a sensação de afinidade entre Beth e Emma, sensação compartilhada por muitas das pessoas que a conheceram, estiveram juntas em diversas jornadas, na produção acadêmica, na militância, no cotidiano da vida. Assim não parece ter sido por acaso que tenha escolhido Emma para um novo campo de sua reflexão acadêmica; percebe-se a identidade entre biógrafa e biografada, e reencontramos a Beth nas páginas que escreveu sobre Emma.

¹ Trecho do livro – “Emma Goldman – A Vida como Revolução”; Beth escreveu em 1983.

*Junto com as
mulheres procurava
construir um projeto,
trazendo suas vidas
cotidianas para
dentro das teorias das
ciências sociais,*

A História passou a fazer parte também da sua atuação acadêmica. Em 1989 foi convidada para integrar o programa de pós-graduação em História Social do Trabalho, da Unicamp – Universidade de Campinas, aliando à sua docência em Sociologia, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP – Universidade de São Paulo, onde estava lecionando desde 1982. Uma das paixões que a acompanhou por toda a vida foi o estudo de biografias, onde buscava articular seus inúmeros interesses: a história, a literatura, histórias de vida nas ciências sociais, as relações sociais, os movimentos revolucionários e o feminismo. Podemos dizer que ambas, Beth e Emma, “sonharam com um mundo sem opressão de classe ou gênero, ambas se engajaram ativamente para realizar sua utopia; ambas recusaram os modelos autoritários do pretensão socialismo real; ambas conheceram o exílio e as perseguições políticas, os anos difíceis de isolamento e de combate contra a corrente”.

Beth faleceu num acidente de carro, na Paraíba, em 1991, aos 48 anos de idade. Foi dar palestras na universidade, em sindicato de trabalhadores, e também se encontrar com lideranças e sindicalistas trabalhadoras rurais. Junto com Beth estava a Maria de Penha do Nascimento, sindicalista, trabalhadora rural de Alagoa Grande, ameaçada de morte. Em 1980, Maria da Penha ajuda a fundar a CUT na Paraíba, e dois anos depois, com o assassinato político de Margarida Alves, em 1982, assume o comando do sindicato. Ela abriu frentes de luta contra a violência e a impunidade dos fazendeiros. Envolveu-se, ainda, na fundação do Partido dos Trabalhadores, PT, em

Alagoa Grande, fundou o Movimento de Mulheres do Brejo, MMB, e integrou a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras da CUT na Paraíba. Beth e Penha iam para uma atividade no sindicato de trabalhadores rurais. Estavam na sua agenda também encontros e entrevistas, discutindo o dia a dia das trabalhadoras e dando continuidade às pesquisas com as trabalhadoras urbanas, entrevistas com mulheres dos movimentos, como Elizabeth Teixeira, personagem documentada no filme *Cabra Marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho. Seus compromissos nesta viagem espelham sua militância e como sabia articular seu fazer e pensar. Reflexão acadêmica, conhecimento construído junto e nas trocas com as mulheres nos movimentos.

Não separar o pensar e o fazer era uma característica da Beth. Estava sempre repensando teorias. Junto com as mulheres procurava construir um projeto, trazendo suas vidas cotidianas para dentro das teorias das ciências sociais, colocando um foco de luz nas mulheres, nos movimentos, nas trabalhadoras e também nas propostas do Partido dos Trabalhadores, contribuindo para sua construção, lutando para a incorporação, desde o início, da dimensão feminista em suas plataformas e programas. A última palestra de Beth Lobo, em João Pessoa, segundo os jornais, na Universidade Federal da Paraíba, se denominava: “A classe trabalhadora no Brasil: experiências, estrutura e gênero”, título que contém as principais categorias com que trabalhava.

Uma das primeiras coletâneas no Brasil que trouxe a discussão sistematizada sobre as questões da

*a não hierarquização
foi um princípio
privilegiado por Beth:
não hierarquização
das diferenças, não
hierarquização dos
objetivos estratégicos,
negação das “etapas”,
do “principal” e do
“secundário”*

divisão sexual do trabalho está em: *O sexo do Trabalho*, de 1987, uma versão sintetizada do original em francês – *Le sexe du Travail*, onde há textos, além do de Beth Lobo, de Helena Hirata e Daniele Kergoat. Podemos dizer que Daniele Kergoat e Helena Hirata, que foi sua grande amiga, pesquisadora e militante, junto com Beth Lobo, inspiram e nos ensinam até hoje a pensar estas relações tão desiguais entre homens e mulheres, em particular no mundo do trabalho. Beth Lobo foi grandemente influenciada pelos trabalhos de Daniele Kergoat, e esta afirmava que não se pode pensar separadamente as formas de exploração capitalista das formas de dominação patriarcal: “não há justaposição, mas ligação orgânica entre trabalho assalariado e trabalho doméstico”. Helena Hirata, em um dos textos dirigidos a Beth, afirmou: a não hierarquização foi um princípio privilegiado por Beth: não hierarquização das diferenças, não hierarquização dos objetivos estratégicos, negação das “etapas”, do “principal” e do “secundário”, do “antes” e do “depois”.

A classe operária tem dois sexos - trabalho, dominação e resistência é uma coletânea de artigos e ensaios publicada no final de 1991, como obra póstuma. Foram escritos por Elizabeth Souza-Lobo entre 1982 e 1991. Está organizada em torno de três grandes temas: estudos sobre sociologia do trabalho, reflexões sobre questões metodológicas e análises sobre as mulheres nos movimentos sociais.

O título do seu livro não poderia ser outro. Beth Lobo questionava as determinações estruturais, ficando cada vez mais atenta ao conteúdo simbólico

das relações sociais, trazendo as subjetividades dos atores sociais. Interrogava-se, por exemplo, de que modo experiências individualizadas se socializam; como homens e mulheres transpõem os muros fechados de seus locais de trabalho e como as mulheres saem da esfera doméstica da casa, irrompendo no espaço público; de que maneira trabalhadores e trabalhadoras constroem suas experiências de classe. Dessa perspectiva, insistia em mostrar que as linguagens do poder, do trabalho e da classe são sexuadas. No entanto, se nos mantivermos atados a “conceitos fundados em relações estruturais onde as representações simbólicas, as linguagens são neutras: as linguagens de classe como as linguagens do trabalho”, especialmente na Sociologia do Trabalho brasileira, nos advertia em “*O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho*”, dificilmente poderemos apreender essa face embutida nas relações de trabalho e lutas sociais.

A representação homogeneizante da classe operária foi uma das suas rebeldias na academia, vinda de uma visão da classe social que a propunha estrutural, estática e predeterminada, não se observando, deste modo, suas práticas instituintes, as relações com o cotidiano e as experiências para a formação de identidades dos trabalhadores e trabalhadoras. Rebelava-se também quando apresentavam a força de trabalho das mulheres como exército industrial de reserva e acentuava então como se realizava a divisão sexual do trabalho, no âmbito do trabalho urbano, a sexualização das tarefas, das ocupações e das relações hierárquicas.

No texto *A divisão sexual do trabalho e as ciências sociais*, Beth deixa claro que os destinos femininos

O lugar do trabalho na construção da identidade, no acesso das mulheres à cidadania, era constantemente, simultaneamente, relativizado e reafirmado.

são traçados por uma multiplicidade de fatores. Efetivamente diz: “as pesquisas têm evidenciado as dissimetrias entre qualificação masculina e feminina, promoção masculina e feminina, salários femininos e masculinos. Tudo indica que estas relações se inter-sustentam. Ou seja, nem as práticas produtivas determinam as trajetórias da força de trabalho masculina, nem as práticas reprodutivas determinam, com exclusividade, as trajetórias da força de trabalho feminina, mas estas trajetórias são resultado de múltiplas práticas construídas socialmente e historicamente, através de modos de vida, representações e estratégias de sobrevivência”.

Demonstrou desde *A prática invisível das operárias*, de 1982, até “*O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho*”, apresentado em fins de 1990, a emergência das mulheres, enquanto atrizes sociais na cena histórica. O modo de vida, o “privado”, o pessoal, preenchem o espaço considerado “público”, profissional, fabril. O “*dia a dia das representações*” dá sentido à prática de trabalho profissional e doméstico de homens e mulheres. O lugar do trabalho na construção da identidade, no acesso das mulheres à cidadania, era constantemente, simultaneamente, relativizado e reafirmado.

A categoria trabalho integrou o conjunto de suas preocupações, ampliando as investigações não só sobre as mulheres e suas trajetórias. A cultura do trabalho elaborada e reelaborada no trabalho, conforme sua expressão em “*Masculino e feminino na linha de montagem - divisão sexual do trabalho e controle social*”, apontou a questão da heterogeneidade das formas de dominação e a multiplicidade de práticas

de resistência desenvolvidas por trabalhadores e trabalhadoras na sociedade brasileira. O mesmo pode-se afirmar em relação à temática da subjetividade, isto é, como homens e mulheres vivem, sentem e percebem as suas condições sociais de existência.

Apoiando-se no conceito de experiência, na perspectiva de Thompson, Beth abre um caminho analítico onde tomam sentido as múltiplas expressões e dimensões das relações sociais, históricas, culturais e simbólicas da noção de gênero, que se torna, assim, teoricamente estruturante e empiricamente enriquecedora. Segundo Beth Lobo, em *“Experiências de mulheres - Destinos de gênero”*, essa noção “permite articular trajetórias e representações das operárias, quebrando a dicotomia objetividade e subjetividade, que me parece levar sempre a um impasse, tanto nas pesquisas que trabalham com histórias de vida, quanto naquelas que se pretendem “objetivas” e, por conseguinte, capazes de separar a experiência real do imaginário vivido, a objetividade dos acontecimentos da subjetividade em que são vividos”.

Os estudos de Elizabeth Lobo ressaltam as potencialidades analíticas do simbólico na “desconstrução” e na reconstrução do ideário, das representações e da linguagem dos agentes sociais.

Relendo seus textos, detive-me também em um que publicou na Revista Teoria e Debate em dezembro de 1989: *Trabalhadores - Mulheres – Mais-Valia Feminina*, que me fez pensar na situação do controle do corpo das mulheres e das trabalhadoras ontem e hoje, quando Beth refletiu o que se passava na fábrica De Millus: “...A humilhação cotidiana das meninas da

De Millus é apenas a ponta do *iceberg* de uma relação de poder que, entre as muitas desigualdades sociais, inclui a desigualdade entre homens e mulheres. É claro que ter seu corpo vasculhado, ter sua vida sexual controlada faz parte de práticas de controle que atingem particularmente as mulheres. Trata-se de se perguntar, mais uma vez, o que faz com que patrões, ou outras autoridades, se sintam no direito de invadir o corpo e a vida privada de suas funcionárias...”

Um dos textos que está na terceira parte da coletânea *A classe operaria tem dois sexos*, escrito para a sua última palestra internacional, em 7 de fevereiro de 1991, cerca de um mês antes de sua morte, *O gênero da representação: representação política no Brasil (1980 -1990)*, trouxe-me as lembranças das lutas das mulheres na Constituinte de 1988, que foram tão bem lembradas no número anterior dos *Cadernos de Crítica Feminista*, e cujo tema das relações de poder e as mulheres está atualmente em debate, nas proposições da reforma política. As relações entre as formas de participação das mulheres nos movimentos sociais e as modalidades de sua representação política são temas deste artigo. Percorrendo a literatura sociológica brasileira, Beth observa a ausência de análises sobre o papel das mulheres nos movimentos sociais, exceto naqueles centrados nas “questões femininas”. Sugere que acontecimentos, como a ação organizada das mulheres na Constituinte de 1988 e sua atuação nos movimentos populares que reivindicam direitos sociais e políticos, vêm contribuindo para uma “cidadania emergente”, em que a visão das mulheres coincide com a questão democrática. Mas a legitimidade da representação política feminina

ainda não estava (ou não está) institucionalizada. Diz-nos Beth: “Esta cidadania emergente remete a noções difusas na sociedade, como a discriminação das mulheres, em particular no que se refere a seus direitos sociais e políticos. Os temas das mulheres coincidem com as questões sociais debatidas na sociedade brasileira. Isto explica a transversalidade da problemática da igualdade e dos direitos das mulheres, assim como uma consciência frágil e difusa a respeito da discriminação. A questão democrática, hoje o centro dos debates, está atravessada pela problemática da extensão da cidadania. Durante os anos 1980, e em particular quando da Constituinte, as mulheres conseguiram ser interlocutores visíveis. Esta cidadania emergente apresenta, no entanto, limites. Sua aspiração à liberdade é contra-arrestada pelas formas institucionalizadas que, em nome da legalidade formal, obscurecem os mecanismos que fundam as diferenças. A participação decisiva das mulheres nos movimentos não se traduz - ou o faz de modo insuficiente - no nível da representação institucional. O gênero da representação permanece masculino na sua forma clássica, e a representação das mulheres na vida pública permanece periférica”.

Beth soube com bastante sabedoria aliar a investigação científica à militância no seio do PT, contribuir com as trabalhadoras da CUT e com movimentos de mulheres e feministas, sem nunca ter necessitado optar por apenas uma dessas atividades. Elisabeth de Souza Lobo Garcia, ou Beth Lobo, como era chamada no movimento de mulheres, nasceu em Porto Alegre, em 30 de agosto de 1943. Viveu nesta cidade até 1967, quando foi estudar em Paris,

Beth soube com bastante sabedoria aliar a investigação científica à militância

junto com Marco Aurélio Garcia, com quem havia se casado em 1965. Fez seu curso universitário em Letras Neolatinas, no Rio Grande do Sul. Seu amor pela literatura vai acompanhá-la por toda a vida, e foi seu nascente interesse pela Sociologia da Literatura que a levou para a Sociologia. Quando eclodiu 1968, estavam em Paris e ali viveram aqueles dias rebeldes. Voltaram no ano seguinte ao Brasil, para Porto Alegre, talvez por influência daqueles movimentos transformadores. Mas a permanência foi pequena. Quando o regime militar brasileiro enrijeceu, foram viver no Chile, em 1970. Ali nasceu Leon, em 1971. O golpe do Chile leva Beth, Marco e o pequeno Leon de volta à França, para assim viverem mais um exílio. Durante sua permanência na França fez sua tese de doutorado com o tema – “*Crise de Domination et Dictature Militaire au Brésil*”, na qual busca uma racionalização dos eventos que então marcaram sua vida privada e política. Beth Lobo fez parte de uma geração cuja vida privada foi marcada pelo tempo histórico. Após a anistia, em 1979, Beth volta, junto com Marco Aurélio e Leon, para o Brasil, vindo morar em São Paulo. Beth trazia na bagagem uma rica experiência de militância política, que lhe custara a prisão, as vivências dos exílios políticos e a dor de presenciar outro golpe militar. Vai retomar as aulas em universidades, os estudos sobre os sujeitos sociais. Tinha uma militância plural – feminista, sindical, política. Era capaz de construir as pontes necessárias para integrar estas diferentes frentes de trabalho e militância: partido, movimentos sociais, grupos feministas, vida universitária.

mulheres
inesquecíveis



Elizabeth Souza-Lobo

1943-1991



Imbatíveis

Júnia Puglia

Dia Internacional da Mulher. Não me lembro quando foi a primeira vez que ouvi falar dele, mas acho que faz mais de 30 anos.

E faz mais ou menos isso que soube que existiam umas mulheres chamadas feministas. No rastro do livro de Betty Friedan, um furacão nos anos 1970, e que até hoje não li, chegaram-me notícias de mulheres que começavam a expressar publicamente seu repúdio à tutela masculina e ao tratamento que recebiam como seres frágeis, dependentes, incapazes e tolos.

Na mesma época, uma série de rumores assassinos de mulheres – sim, porque eles sempre aconteceram, mas não tinham nenhuma importância até então – levou para as ruas do Brasil a irresistível

campanha *Quem ama não mata*. E a violência que se comete contra as mulheres na vida privada começou a ganhar contornos de problema público.

Tudo por causa das tais feministas. Pelo terrível incômodo que causaram ao questionarem verdades profundamente arraigadas na sociedade, na religião, na vida das pessoas, foram combatidas, ridicularizadas, desprezadas. Delas se dizia que eram infelizes, mal amadas, revoltadas, amarguradas, feias e por aí vai, como se as mulheres oprimidas, agredidas e conformadas fossem todas lindas e felizes.

Mas elas não se importaram com nada disso, ou melhor, relevaram os insultos e continuaram em frente, sabendo que tinham uma tarefa gigantesca a cumprir.

Então, é o seguinte. Se hoje podemos escolher com quem queremos viver e por quanto tempo, é por causa delas. Se temos o direito de não ser agredidas e espancadas, é por causa delas. Se podemos nos dedicar a qualquer profissão ou tarefa que nos ocorra, é por causa delas. Se podemos decidir se queremos ser mães, quantos filhos queremos ter e quando, é por causa delas. Se o exercício do prazer e da sexualidade livres é considerado um direito, é por causa delas. Se não somos obrigadas a suportar chefes, patrões, médicos, pais, irmãos e tios que nos consideram objetos disponíveis à sua libidinagem, é por causa delas. Isso pra ficar só no superbásico.

De vez em quando, ouço ou leio acusações contra elas, do tipo “onde estavam

com a cabeça quando nos obrigaram a sair do nosso papel submisso e dependente, tão cômodo e conveniente?”. E sempre penso que quem quiser ser assim e achar que vive melhor desse jeito, que viva. A possibilidade de optar passou a existir também por causa delas.

Feminista não é palavrão. É apenas uma palavra, que define uma turma batalhadora, insistente, que não se contenta com pouco e leva um monte de gente atrás. Aliás, metade da humanidade.

Às feministas, meu respeito, meu reconhecimento, minha gratidão.

Em 25 de Janeiro de 2009.

resenha

Crimes passionais: a sombra tenebrosa do ciúme

Maria Luiza Heilborn



Nunca você sem mim é um livro de leitura indispensável. Indispensável pela riqueza da reflexão e estratégia de pesquisa. O livro trata de um caso-limite: os homicidas-suicidas, muito comum no desfecho de casos de violência doméstica. Analba Brazão reconstrói tais episódios por intermédio das notícias da imprensa, dos processos judiciais e dos relatos de familiares sobre os dramas conjugais que teceram tais desenlaces.

A autora, militante feminista de longa data e antropóloga, investiga o cenário e o enredo dessas histórias em que o agressor termina também por se matar. Analba Brazão realiza um estudo sensível sobre uma questão importante para o feminismo. Sensível, pois não se recusa a examinar um episódio em que a mulher é a agressora e mata o companheiro. Começa assim a desmontar o por vezes rígido esquema de compreensão da violência de gênero, que tende a reduzir a compreensão do fenômeno a uma equação na qual as mulheres são sempre as vítimas. Certamente elas o são na grande maioria das vezes, mas os homens também podem ser vitimados por essa trama de hierarquias que dispõem os sujeitos aprisionados por convenções do que deva ser a conduta adequada para cada sexo.

Ela analisa cinco casos de assassinatos com um número variado de hipóteses para entender por que tais situações chegam ao ponto de múltiplos assassinatos. Analba mostra como a vida a dois, por vezes, estabelece dinâmicas relacionais em que a separação é vista como uma ferida mortal, inaceitável. Ferida que mobiliza o código de honra da masculinidade, que impele homens a não suportarem ver suas companheiras atuais ou passadas ganhar autonomia. Crise que não é apenas um apego tradicional ao valor do macho que não pode ser abandonado, mas que se agrega à importância dada na cultura atual à crença absolutizada de que o amor é eterno. Amor não correspondido na medida exata leva a extremos, que a antropóloga faz ressaltar na escolha de letras de músicas populares que compõem nosso imaginário sobre amor, dor de cotovelo e felicidade. Também examina o aspecto da mágoa psíquica da perda de atratividade para o parceiro. Assim ela traça um painel da complexidade em que gênero, conjugalidade, amor romântico e honra se entrelaçam para compor a trama que leva aos homicídios seguidos de suicídios. O livro examina as teorias sociológicas disponíveis para entender tais dramas, mas o faz com os depoimentos pungentes dos que acompanharam de perto a experiência dos homens e mulheres vitimados. E esta é uma das qualidades da estratégia de pesquisa adotada

Nunca você sem mim é, assim, uma leitura de sabor amargo, mas reconfortante por se saber que o ofício das ciências sociais pode ser tão bem exercido. Ademais, traz material novo e rico para as mulheres feministas que querem fazer avançar a reflexão sobre as relações de gênero.

O SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma e sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, no Nordeste do Brasil.

Missão

Contribuir para a democratização da sociedade brasileira através da promoção da igualdade de gênero com justiça social.

Objetivos Institucionais

Lutar pela superação da pobreza e na defesa do acesso aos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e civis das mulheres.

Defender o direito das mulheres ao corpo, à participação e a uma vida sem violência como dimensões da sua constituição como sujeito e como uma dimensão constitutiva dos direitos humanos.

Fortalecer o movimento feminista na perspectiva de um movimento de mulheres popular democrático, anti-racista e anti-homofóbico.

Contribuir para o fortalecimento da ação da sociedade civil organizada nos planos local, nacional e internacional.

Fortalecer a luta e a perspectiva crítica contra projetos de desenvolvimento que promovam a mercantilização da vida e dos bens comuns da humanidade.

Fortalecer a ação sobre políticas públicas que garantam às mulheres condições de vida sustentáveis e saudáveis.

A ação do SOS Corpo tem como fundamento a idéia de que os movimentos de mulheres, como movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral. Por isso, o seu trabalho prioriza o fortalecimento destes movimentos, a atuação de forma articulada na esfera pública e a produção de conhecimento vinculado às suas causas. Para o SOS Corpo, a luta contra a pobreza, o racismo e a homofobia são dimensões fundamentais do feminismo da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal produtor de desigualdades e sofrimento humano. Desenvolvemos várias práticas de trabalho que conformam nossa metodologia geral. Ação política, ação educativa e pesquisa – juntas, são a base de nossa intervenção social.

Programas de Ação

Direito à Participação; Direito ao Trabalho e Condições de Vida Sustentáveis; Direito à Vida sem Violência; Corpo, Sexualidade e Cidadania.

Redes e Articulações

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Articulación Feminista Marcosur (AFM); Associação Brasileira de Organizações Não- Governamentais (Abong); Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE); Articulação de Entidades na Zona da Mata de Pernambuco (AEZM); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Articulação Aids em Pernambuco; Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU); Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo; Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP).

Sobre as autoras

Albertina de Oliveira Costa - Socióloga, pesquisadora senior da Fundação Carlos Chagas, onde atualmente é editora executiva da revista Cadernos de Pesquisa.

Maria Betânia Ávila é doutora em Sociologia, Pesquisadora e Coordenadora Geral do SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia.

Carmen Sílvia Rial é Professora do Departamento de Antropologia da UFSC e atua nos Programas de Pós-graduação em Antropologia Social e Interdisciplinar em Ciências Humanas no campo da antropologia, globalização e estudos de gênero. Destaca-se em sua produção intelectual a realização dos Vídeos sobre as pioneiras da Antropologia francesa - As alunas de Mauss e Germaine Tillion: Onde há perigo ela sempre está.

Danda Prado - Defensora assídua do aborto, estudiosa da exploração social da dona de casa e ativista do movimento, Danda publicou diversas obras ao longo de sua vida, entre as quais: Esposa – a mais antiga profissão (Brasiliense), O que é Família (Brasiliense), O que é Aborto (Brasiliense) e Nossas Adoráveis Famílias (com autora Bebeti do Amaral Gurgel).

Eleonora Menicucci de Oliveira - Professora Titular do Departamento de Medicina Preventiva da UNIFESP. Fez Pós- doutorado na Università / Degli Studi di Milano, na Clínica del Lavoro Luigi Devoto na Faculdade de Medicina de Milinao de 1995 a 1996. Atualmente é Pró- Reitora de Extensão da UNIFESP/EPM.

Elisabeth Vargas - socióloga, atualmente é consultora do Centro Ruth Cardoso em São Paulo. Recentemente foi diretora de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da Universidade Anhembi Morumbi e entre 1995 e 2007 dirigiu a Associação Civil Universidade Solidária. Exilada nos anos 70, fez parte do Circulo de Mulheres Brasileiras em Paris.

Glória Ferreira é Doutora em História da Arte pela Sorbonne. Professora colaboradora da EBA/UFRJ, é crítica e curadora independente. Entre suas publicações mais recentes destaca-se a coletânea Arte contemporâneo brasileiro: documentos y críticas / Contemporary Brazilian Art: Documents and Critical Texts, 2009. Dirige a coleção Arte +, publicada pela Jorge Zahar Editor.

Heleieth I. B. Saffioti - Pesquisadora do CNPq, do LAPSI, do CLACSO e do NIPAS. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1960). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Relações de Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, mulheres, educação, violência, trabalho, violência de gênero, racismo e classes sociais.

Helena Hirata - é doutora em Sociologia pela Université de Paris VIII (1979). Pesquisadora do Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS/França. Foi diretora, de 01/2005 a 01/2009, da equipe GTM (Genre, Travail, Mobilités) do CNRS, Universidade de Paris X (Nanterre) e Universidade de Paris VIII (Paris & Saint Denis). É atualmente professora visitante pela FAPESP no Departamento de Sociologia da USP.

Júnia Puglia - vice-diretora do Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Brasil e Cone Sul

Maria Luiza Heilborn - Historiadora, Mestre e Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (PPGAS/MN/UFRJ). Professora Adjunta do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). É coordenadora do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e do Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde, ambos no IMS-UERJ. É pesquisadora do CNPq.

Miriam Pilar Grossi é professora do Departamento de Antropologia da UFSC, onde atua na área dos estudos de gênero nos Programas de Pós-graduação em Antropologia Social e Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Sônia Malheiros Miguel é historiadora (UFF - 1980) e mestre em Ciências Sociais (UFSC - 1988). Desde 2003, está na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Atualmente é Subsecretária de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Governo Federal.

Suzana Maranhão é socióloga, com pós graduação em Desenvolvimento Econômico Rural (Paris). Feminista, militante socialista, uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Vera Soares - física, mestre em educação, pós-graduanda em economia; pesquisadora e militante feminista, integra o Conselho Científico do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) e a Coordenação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, ambos da Universidade de São Paulo.

Virginia Vargas é socióloga, ativista e teórica feminista, fundadora do Centro Flora Tristán (Lima, Peru), integrante da Articulação Feminista Marcosul (AFM).



A presente edição, com tiragem de 2.000 exemplares, foi composta em caracteres Chaparral, e impressa pela Provisual Divisão Gráfica, para o SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, em sistema offset, papel Off-set 90g (miolo) e Triplex 250g (capa). Finalizado em dezembro de 2009.